

PLÍNIO JOSÉ FEIX

**OS INTERESSES SOCIAIS E A CONCEPÇÃO POLÍTICA
E IDEOLÓGICA DOS TRABALHADORES RURAIS
ASSENTADOS DO MST: ESTUDO DE CASO NA
REGIÃO DE RONDONÓPOLIS-MT**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Ciência Política do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas
sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Rachel
Meneguello.

Este exemplar corresponde à
redação final da tese defendida
e aprovada pela Comissão
Julgadora em 10/10/2001

BANCA

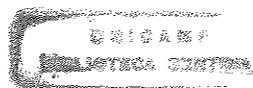
Prof^a. Dr^a. Rachel Meneguello (orientadora)



Prof^a. Dr^a. Evelina Dagnino



Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço



UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	3e
N.º CHAMADA:	T/UNICAMP
	F329i
V.	Ex
TOMBO BC/	47000
PROC.	76.392/01
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	20/11/01
N.º CPD	

CM00161929-0

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

F 329 i Feix, Plínio José
Os interesses sociais e a concepção política e ideológica dos trabalhadores rurais assentados do MST: estudo de caso na região de Rondonópolis-MT / Plínio José Feix. -- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Rachel Meneguello.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - Brasil.
2. Reforma agrária. 3. Cidadania. 4. Cultura política - Brasil.
I. Meneguello, Rachel. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

A meus pais Silfredo e Maria, trabalhadores rurais que resistem no campo em meio à espoliação do capital;

à Margarida, companheira que representa uma flor que embeleza e dá novo sentido à minha existência;

aos trabalhadores rurais brasileiros que lutam pelo direito à terra e por vida digna no campo, bem como aos milhares que, no exercício da cidadania, foram assassinados no passado e no presente pelo latifúndio e pelo Estado,

dedico.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial ao MST: às lideranças locais Valdir Corrêa, Jair, Sales, Luciano, Vanderlei, Tonhão... pela cordialidade e interesse em colaborar com a pesquisa, sempre disponíveis para fornecer informações, dados, documentos; às lideranças dos assentamentos, inclusive as dissidentes, pelas longas entrevistas que concederam; e, de modo todo especial, aos trabalhadores assentados que responderam o questionário. No contato com inúmeras pessoas do MST foi possível perceber e sentir a sua bondade e ternura, que são preservadas na luta aguerrida pela vida digna no campo.

Um agradecimento especial também à Prof^a. Dr^a. Rachel Meneguello, minha orientadora, que, além da sua capacidade intelectual e do profissionalismo para me orientar nas questões teóricas e metodológicas, foi uma pessoa muito humana, mantendo uma relação pautada na compreensão, disponibilidade e paciência no decorrer do desenvolvimento do trabalho.

Agradeço também ao Departamento de História/ICHS/CUR/UFMT, que possibilitou o meu afastamento para o mestrado. Agradeço de modo especial aos colegas professores que exerceram as funções administrativas e de coordenação de ensino no Departamento neste período: Adilson, Cristiane, Laudenir e, atualmente, Ney e Ivanildo, bem como ao colega Flávio pela análise crítica do primeiro capítulo da dissertação. Um agradecimento a todos os colegas pelo apoio e compreensão.

Agradeço ao PIDCT (Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica) da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior), cuja concessão da bolsa de estudo possibilitou este trabalho.

Minha gratidão profunda é para a Margarida, companheira, cuja presença estimuladora e amorosa foi fundamental para a continuidade e a conclusão desta pesquisa.

Agradeço à Prof.^a Maria Margarida e à Prof.^a Maria Aparecida pela revisão lingüística do texto.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento sóciopolítico da base dos trabalhadores assentados no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), abordando o seu perfil sociocultural, os seus interesses na luta, as expectativas em relação ao MST, as concepções políticas e posturas ideológicas, as principais divergências no interior da base e desta em relação às lideranças. Trata-se de um estudo de caso, cuja pesquisa de campo foi desenvolvida em assentamentos do MST na região de Rondonópolis-MT.

De acordo com a pesquisa, o motivo básico da luta dos sem-terra e dos assentados no MST é o desejo de acesso à terra, reagindo à exclusão social e em favor da integração social através da fixação no campo. Os trabalhadores da base têm conhecimento, no entanto, de que as prioridades de luta das lideranças e do MST têm um alcance social e político muito mais amplo. Sob o aspecto político, os assentados atribuem um grande valor à democracia direta desenvolvida nos movimentos sociais, bem como valorizam a política institucional. O principal aprendizado sóciopolítico apontado é a solidariedade e a necessidade da luta organizada dos pobres. Sob o aspecto ideológico, uma parte dos assentados demonstra uma tendência moderada e a outra, uma tendência progressista, porém distante da utopia revolucionária das lideranças.

Esses dados, entre outros, revelam um significativo distanciamento, quanto aos interesses sociais, políticos e ideológicos, entre a base dos assentados e as lideranças do MST, o que gera conflitos internos e dissidências. A luta fundamental dos assentados é contra sua exclusão social e em favor da identidade sociocultural alicerçada na agricultura familiar, e não por questões político-ideológicas. Mesmo assim, no exercício da cidadania, dentro do tempo de longa duração, esses trabalhadores reelaboram seus princípios e valores culturais e sua visão política e ideológica, favorecendo sua emergência enquanto novos sujeitos sociais e políticos, portadores de uma nova cultura política.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyse the sociopolitical behavior of the workers settled in the grass root communities of the Landless Rural Workers (MST) by identifying its sociocultural profile, its interests in the struggle, its expectations with relation to the MST, its political conceptions and ideological principles, the workers' main divergencies of views and the divergencies from their leaders. Such a research has been a case study whose field research was carried out in the MST settlements nearby Rondonópolis-MT.

The research has shown that Landless Workers' fight and the fight of those already living in the settlements is motivated by the will of gaining access to the land. It is a way of saying no to the social differences and of saying yes to the integration of those people to society through settling them in the field. Rural workers, however, know that their leaders' fight has a wider social and political scope other than simply settling them in the field. When it comes to political issues, MST activists attribute great value to the direct democracy which is developed in the social movements. They also validate the corporate policy of the MST. They've learned the importance of solidarity and the need for the empowerment of the peasant population. As for the ideological ground, some of the activists show a moderate trend whereas the others a more progressive one, but far from the revolutionary of the MST leaders.

Because the social, political and ideological interests between the MST leaders and the settlers do not cope, frequent internal conflicts and disagreements are observed. The main fight of the settlers is against their social exclusion and in behalf of the sociocultural identity, founded on familiar agriculture. Their fight is not because of political-ideological matters. Even so, in practice of their citizenship, within long duration time, these workers reconstruct their principles and cultural virtues, and their political and ideological vision, favouring their emergence to new social and political citizens, carrying a new political culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
I. A ESTRUTURA AGRÁRIA, O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E A EXCLUSÃO SOCIAL EM MATO GROSSO	7
1.1. A reprodução da estrutura fundiária e a modernização agrícola.....	8
1.1.1. A estrutura agrária concentrada	9
1.1.2. A modernização agrícola conservadora	12
1.1.3. Os problemas sociais no campo	19
1.2. A microrregião de Rondonópolis: o processo de ocupação, o desenvolvimento agrícola e a exclusão social	25
1.2.1. A fase pioneira	27
1.2.2. A frente de expansão	29
1.2.3. A frente pioneira	32
1.2.4. A integração econômica (a partir de 1980)	35
II. OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA: CIDADANIA, NOVOS SUJEITOS POLÍTICOS E IDENTIDADE SOCIOCULTURAL	39
2.1. Os movimentos sociais e os novos sujeitos políticos	40
2.1.1. Os movimentos sociais e a cidadania	40
2.1.2. Os movimentos sociais do campo: contribuição social e política	52
2.2. O sonho do acesso à terra e da construção da identidade rural	60
2.2.1. Características da identidade agrícola familiar	61
2.2.2. Os movimentos sociais do campo: luta pela terra e pela identidade	76
2.2.3. A organização no campo na região de Rondonópolis-MT	82
2.2.4. O surgimento e a expansão do MST na região	90

III. O PROJETO POLÍTICO DO MST	99
3.1. O projeto de sociedade alternativa	100
3.1.1. As origens do MST: breve histórico da sua formação e o projeto socialista	101
3.1.2. A sobreposição da visão revolucionária à visão democrática	112
3.2. A estrutura organizativa do MST	121
3.2.1. A organização descentralizada e as lideranças	121
3.2.2. A cidadania exercida pela base acampada e assentada	133
3.3. O projeto formativo do MST	145
3.3.1. Assentamentos: espaço social para forjar sujeitos políticos	146
3.3.2. Princípios gerais da educação no MST	150
IV. O PROCESSO DE EMERGÊNCIA DOS ASSENTADOS DO MST COMO SUJEITOS SOCIAIS E POLÍTICOS	157
4.1. Metodologia da pesquisa de campo	158
4.2. Assentamentos do MST: espaço social de construção da identidade rural ..	162
4.2.1. Perfil social dos assentados	163
4.2.2. Identidade sociocultural: trabalhadores rurais familiares	171
4.2.3. Sistemas de produção nos assentamentos	178
4.3. A dimensão social e política da luta pela terra, segundo os assentados	188
4.3.1. As expectativas quanto ao MST	188
4.3.2. O valor atribuído à democracia	203
4.3.3. A visão e o interesse pela política	215
4.3.4. O perfil político-ideológico dos assentados do MST	227
4.3.5. A distância político-ideológica entre os assentados e as lideranças do MST	244
CONCLUSÃO	251
BIBLIOGRAFIA	259
ANEXO	267

INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um ator social e político significativo na sociedade brasileira, um movimento do campo cuja natureza reveste-se de traços peculiares na forma de organização, nas estratégias de luta, nos objetivos sociais e político-ideológicos, na oposição ao governo do Estado e a sua política econômica neoliberal, na interação com setores da sociedade organizada e da sociedade em geral. Através da luta aguerrida e intransigente dos movimentos de luta pela terra e pela dignidade no campo, especialmente do MST, a reforma agrária e a agricultura familiar foram reintroduzidas na agenda social e política brasileira.

Os “deserdados da terra”, os trabalhadores sem-terra do campo e os pobres da cidade originários do campo e em processo de exclusão social encontram na organização do MST um espaço público para a luta pela conquista do direito à terra e, enquanto assentados, pelo direito a uma política agrícola para os assentamentos rurais. Desta forma, esses pobres e excluídos da sociedade lutam pela sua afirmação no campo, pela construção de sua identidade sociocultural enquanto produtores rurais familiares.

O MST caracteriza-se como um movimento social com um caráter marcadamente político. Além da luta pelas demandas sociais de acesso à terra e às condições materiais para desenvolver a produção agrícola, o Movimento tem objetivos sociais e políticos mais amplos que abrangem a reforma agrária e a transformação estrutural da sociedade, tendo como projeto norteador a utopia socialista. Dentro desse projeto político, uma das questões vitais para o Movimento é a transformação da cultura política de sua base, composta pelos trabalhadores

acampados e assentados: a criação de condições objetivas e subjetivas para que se transformem em cidadãos com uma consciência crítica e politizada, em sujeitos com uma ideologia de esquerda, revolucionária. Pode-se verificar, com efeito, que no projeto de educação e de formação, na estrutura organizativa, nas estratégias de luta, nos projetos de produção agrícola do MST está contemplado este caráter político-formativo.

Tendo em vista essa realidade apontada, o objetivo principal deste trabalho é identificar o perfil social, político e ideológico de trabalhadores assentados do MST na microrregião de Rondonópolis-MT, tendo como base a sua prática social e política no Movimento. Trata-se, fundamentalmente, de observar e analisar nesses trabalhadores a importância dada à tradição rural e ao modo de vida camponês, os motivos do ingresso e permanência no MST, os objetivos de suas lutas sociais, a compreensão e as expectativas em relação ao MST, o valor atribuído à democracia e à política, sua posição político-ideológica. A problemática, portanto, não está centralizada no MST como organização, mas em questões socioculturais e políticas concernentes à sua base assentada, em questões relacionadas aos interesses, desejos, sonhos, esperanças, projetos sócio-políticos que movem esses trabalhadores a ingressar e lutar no Movimento. Em outras palavras, o foco central da análise não é a ação social e política do MST em si, mas o comportamento e a postura da sua base assentada, para, dessa forma, identificar o sujeito social e político que emerge do interior deste Movimento. Esta abordagem possibilita observar o grau de adesão dos assentados aos objetivos e projetos do MST, bem como a defasagem existente entre a base e as lideranças.

Este estudo tem como fundamento a pesquisa de campo desenvolvida junto a sete assentamentos do MST na região sudeste do estado de Mato Grosso. Constituem objeto de estudo apenas os trabalhadores rurais desses assentamentos que continuam vinculados ao MST, uma vez que um contingente expressivo rompeu com o Movimento. Do ingresso no MST (agosto de

1995) até a realização da pesquisa (dezembro de 1999) compreende-se um período de mais de 4 anos de participação desses assentados na organização, na luta pelos direitos, no exercício da cidadania, inclusive na conquista, nesse tempo, do lote de terra, passando de acampados à condição de assentados rurais.

O primeiro capítulo, em termos gerais, apresenta aspectos da expansão da fronteira agrícola no Mato Grosso e a posterior modernização capitalista monopolista da agricultura: as grandes questões macroestruturais que predominaram até hoje são a apropriação capitalista concentradora das terras e a modernização monopolista da agropecuária, com a participação ativa do Estado. Dentro desta lógica de expansão do capital, os trabalhadores rurais tiveram grandes dificuldades de acesso à terra e, posteriormente, a grande maioria foi expropriada e expulsa do campo. A microrregião de Rondonópolis passou por esse processo com profundas e aceleradas transformações sócioeconômicas. Neste contexto social de expropriação, expulsão e crescente exclusão de trabalhadores do campo e da cidade, surgem os movimentos sociais do campo, com destaque ao MST.

O segundo capítulo trata de aspectos teóricos sobre a importância dos movimentos sociais para o exercício da cidadania, a expansão da democracia, a valorização da política, a emergência de novos sujeitos sociais e políticos. Também aborda-se nesta parte a identidade sociocultural constitutiva da agricultura familiar, ou seja, alguns elementos característicos deste modo de vida, pois defende-se que o anseio pela construção desta identidade é uma das motivações centrais presentes na luta dos trabalhadores sem-terra pelo acesso à terra, que visa o seu enraizamento e interfere na organização dos assentamentos do MST. Além disso, é apresentado um breve histórico da organização e dos movimentos sociais protagonizados pelos trabalhadores rurais na região de Rondonópolis-MT, com destaque ao surgimento e à expansão do MST.

O terceiro capítulo aborda, especificamente, o MST: o projeto de sociedade alternativa, a estrutura organizativa e o projeto formativo e educativo. Mesmo tendo como foco a base dos assentados, é fundamental apresentar alguns elementos constitutivos do Movimento que possibilitam a luta organizada contra a exclusão social. A luta dos assentados ocorre, pois, em um Movimento com determinadas características organizativas e que tem um projeto de formação política e ideológica para essa base.

No último capítulo serão apresentados e analisados os dados da pesquisa de campo desenvolvida junto aos trabalhadores assentados. Serão abordados, principalmente, o sistema de produção nos assentamentos, a dimensão social e política dada à luta, as expectativas em relação ao MST, o valor atribuído à democracia, a visão manifestada acerca da política e a posição ideológica, questões que apontam para o grau de defasagem existente entre a base e as lideranças do Movimento. A principal contribuição do estudo localiza-se neste capítulo, pois trata-se da apresentação dos principais resultados obtidos com a pesquisa de campo, inclusive enfocando questões habitualmente pouco contempladas sobre o MST.

A pesquisa de campo revela um conjunto de aspectos relevantes sobre o perfil político e ideológico destes trabalhadores assentados organizados no MST. Além da expressiva heterogeneidade quanto à perspectiva política e postura ideológica entre a base assentada, os dados apontam para uma grande defasagem entre a base e as principais lideranças e com relação aos objetivos do próprio Movimento enquanto organização. Isso fica claro, por exemplo, na análise da dimensão social e política contida nos objetivos prioritários de luta entre os assentados e entre as lideranças, sendo o dado mais relevante nisso o conhecimento manifestado pelos assentados sobre esta diferença de objetivos. Mesmo assim, o conhecimento dos assentados sobre o MST é limitado, uma vez que um contingente significativo não percebe que a reforma agrária e/ou a transformação estrutural da sociedade são objetivos prioritários do Movimento.

Estas diferenças internas ficam muito evidentes na organização da produção agrícola nos assentamentos, questão já bastante abordada por vários pesquisadores. A grande maioria dos assentados não adere ao projeto de produção coletiva defendida pelo MST e, por conseguinte, o processo de organização do trabalho agrícola transforma o espaço social dos assentamentos em uma realidade muito dinâmica e conflitiva, cujos resultados vão desde importantes experiências de cooperação agrícola até o rompimento com o MST por parte de uma parcela expressiva. Há uma pluralidade de valores, princípios, projetos, perspectivas políticas que se cruzam e se chocam nos assentamentos, mas que não se limitam neste espaço, pois perpassam toda a organização do MST.

Quanto ao perfil político-ideológico, com base no seu comportamento eleitoral e na preferência partidária, há uma grande heterogeneidade entre os assentados. Os dados da pesquisa permitem traçar no espectro ideológico as principais tendências entre esses trabalhadores, e apontam para a defasagem entre a base assentada e as lideranças do MST. Ainda assim, um grupo expressivo, aos poucos, alterou sua postura ideológica no decorrer de sua luta no Movimento.

Através das informações obtidas com a pesquisa, também é possível determinar alguns aspectos relacionados ao aprendizado político adquirido pelos assentados em sua luta no Movimento, principalmente em relação à importância atribuída ao MST e aos movimentos sociais em geral, à visão e ao valor atribuídos à política, à democracia política direta e ao sistema representativo, à cidadania, à luta pelos direitos. Esses cidadãos organizados apresentam traços de uma nova visão sobre a relação política entre sociedade e Estado, desencadeiam um processo de ruptura com a relação individualista e clientelista predominante na sociedade.

As lutas desenvolvidas pelo MST, além de geradoras de conflitos com a elite conservadora e com o governo do Estado, também criam conflitos e divergências no interior da organização, principalmente entre a base e as lideranças, que se mostram distanciadas nos níveis

cultural, político e ideológico. O MST está em constante movimento, com múltiplas e renovadas tensões e ações internas e externas. Neste processo de luta organizada dos trabalhadores sem-terra, de forma lenta e heterogênea, vão emergindo novos sujeitos sociais e políticos no meio rural brasileiro.

I. A ESTRUTURA AGRÁRIA, O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E A EXCLUSÃO SOCIAL EM MATO GROSSO

O surgimento e a expansão dos movimentos sociais no campo estão, em grande parte, relacionados aos problemas sociais gerados pela secular estrutura fundiária concentradora e pelo processo de modernização capitalista da agricultura brasileira, fatores nos quais o Estado também exerceu um papel fundamental.

No caso específico de Mato Grosso, a expansão da fronteira agrícola e o desenvolvimento econômico e social deram-se fundamentalmente sobre estes dois pilares macroestruturais, também com a participação decisiva do Estado. No período de expansão da fronteira agrícola, as atividades agropecuárias eram dominadas pelo capital mercantil; posteriormente, com a entrada do capitalismo na agropecuária, o predomínio passa a ser exercido pelo capital industrial e financeiro. Os problemas sociais no campo são gerados pelo processo contraditório e excludente de ocupação e de desenvolvimento da agropecuária na região.

O primeiro tópico deste capítulo aborda o processo de apropriação capitalista das terras no período de expansão da fronteira agrícola para o Mato Grosso. Um outro aspecto a ser tratado é o processo de desenvolvimento capitalista da agricultura no Estado, conduzido pela lógica dos interesses do capital industrial e financeiro monopolista. Enfatizam-se, ainda, as conseqüências sociais no campo, o processo de expropriação, de expulsão do campo e a exclusão social, impostos aos trabalhadores rurais.

O segundo tópico deste capítulo trata do desenvolvimento econômico e dos problemas sociais da microrregião de Rondonópolis, localizada na região sudeste de Mato Grosso. O desenvolvimento sócioeconômico desta região ocorreu de uma forma rápida, sendo por isso chamado de “aceleração temporal na fronteira” (Nascimento, 1997), e tem como fator principal a modernização agropecuária. Esse processo, porém, ocorreu de forma contraditória, com altíssima concentração das terras e do capital, o que gerou profundas desigualdades no interior da região e a crescente exclusão social. Os assentamentos rurais do MST, que são o objeto da pesquisa, situam-se nesta região.

1.1. A reprodução da estrutura fundiária e a modernização agrícola

Esse tópico não será exaustivamente explorado, pois há uma vasta literatura sobre a temática da estrutura fundiária concentradora e sobre o processo de modernização capitalista da agricultura brasileira, assim como sobre o processo de expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste e o Norte do país.¹ Apenas serão levantados alguns aspectos desses estudos já realizados, com o fim de traçar o processo de apropriação privada concentradora das terras e a modernização capitalista conservadora da agropecuária no Estado de Mato Grosso, bem como as implicações sociais decorrentes dessas questões macroestruturais para os trabalhadores rurais.

¹ Dentre os estudos sobre a estrutura agrária e sua relação com o desenvolvimento sócioeconômico brasileiro, na década de 60, destacam-se Caio Prado Júnior (1942 e 1966), Alberto Passos Guimarães (1964) e Maurício Vinhas de Queirós (1966), entre outros. Em relação à modernização capitalista da agricultura, principalmente a partir da década de 80, ganham relevo as obras de José Graziano da Silva (1982), Bernardo Sorj (1980), Moacir Palmeira (1985), Ricardo Abramovay (1992), Geraldo Müller (1989), etc. A cerca da questão da expansão da fronteira agrícola para as regiões Centro-Oeste e Norte do país, desenvolveram importantes pesquisas José de Souza Martins (1980), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1987), Octávio Ianni (1979), entre outros.

1.1.1. A estrutura agrária concentrada

Na sociedade brasileira, pelo menos até o início do século XX, as relações econômicas e sociais predominantes e o poder político dominante estavam essencialmente atrelados à grande propriedade rural, à estrutura fundiária altamente concentrada. O longo período de dependência colonial, os quatro séculos de predomínio da mão-de-obra escrava e da monocultura agroexportadora, a criação da Lei de Terras (1850) para o fortalecimento do latifúndio, a implantação da República pelas oligarquias agrárias, o pacto do Estado populista com setores latifundiários decadentes e setores industriais emergentes a partir da década de 30, a repressão política sobre a classe trabalhadora rural, o golpe militar de 1964, entre muitos outros fatos e fatores decisivos de nossa história, foram determinantes para a conservação e expansão da estrutura agrária concentradora nas regiões tradicionais do país. Os grandes proprietários de terras sempre dominaram o poder do Estado ou tiveram uma grande influência sobre ele, no decorrer da história brasileira.

O processo de ocupação do atual Estado de Mato Grosso começou no início do século XVIII, na sua região oeste, área de fronteira,² com a descoberta de ouro pelos bandeirantes paulistas, o que significou a expansão do território da colônia luso-brasileira. No século XIX foram desenvolvidas, também, outras atividades econômicas em outras regiões do Estado, tais como a extração de diamante, da poaia, do látex, da erva-mate, o cultivo da cana-de-açúcar e a expansão da pecuária. Isso possibilitou que se intensificasse a ocupação, numa área que foi tomada dos povos indígenas.

² A ocupação começou na região de Cuiabá, em 1719, e, posteriormente, na região do rio Guaporé – região de fronteira –, onde surgiu o povoado de Vila Bela da Santíssima Trindade, sede do governo da capitania até 1820. O objetivo principal da Metrópole era expandir o território através da ocupação da região, o que foi facilitado com a descoberta de ouro. O reconhecimento da conquista desta região só ocorreu em 1750, com o Tratado de Madrid. Ver SIQUEIRA, Elizabeth Madureira *et alii*. O Processo Histórico de Mato Grosso. 2ª., Cuiabá: Ed. UFMT, 1990.

O desenvolvimento econômico da fronteira teve uma maior expansão apenas no início do século XX, seguindo, nesse momento, o percurso da interiorização paulista e, por esta via, chegou com maior intensidade ao sul da região Centro-Oeste, como afirma Nascimento:

“A industrialização brasileira contava com a integração promovida pela ‘Marcha para Oeste Paulista’ e por seus desdobramentos paranaenses, sul-goianos e sul-matogrossenses (sic)”.³

Também no início do século XX, houve um maior fluxo migratório diretamente para o atual Mato Grosso, que seguiu uma outra rota e foi protagonizado principalmente por garimpeiros, trabalhadores rurais e pecuaristas. A classe trabalhadora migrante era constituída pelos indivíduos descapitalizados do Nordeste, de Goiás e do interior do Sudeste. Um contingente desses trabalhadores buscou as atividades de extração de diamantes, porém a maioria tinha como sonho o acesso à terra para desenvolver a agricultura familiar. Esta é a chamada fase pioneira de ocupação da região.

Somente em 1937 o governo federal manifestou um interesse maior pela expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste e sua integração ao restante do país, quando Getúlio Vargas defendeu a “Marcha para o Oeste”.

A partir da década de 40, houve uma intensa política de colonização e de venda de terras públicas e devolutas, principalmente por iniciativa do governo estadual. O poder público facilitou a venda de grandes extensões de terra a preços irrisórios e, inclusive, inúmeras áreas de grande extensão foram doadas pelas oligarquias agrárias no poder. Foram cometidas pelos órgãos públicos estaduais muitas irregularidades, como fraudes no processo de venda de terras

³ NASCIMENTO, Flávio Antônio da Silva. Aceleração temporal na fronteira: estudo do caso de Rondonópolis-MT. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 1997, mimeo., p. 46. A título de reforço desta idéia, Tereza Coni Aguiar afirma que o “*processo de ocupação do Estado teve início a partir da década de 30, nas áreas mais próximas e limítrofes ao Sudeste, o Sul de Mato Grosso, mais especificamente a região de Dourados*”. AGUIAR, Tereza Coni. Urbanização em Mato Grosso. Um exemplo: Rondonópolis. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências/UFRJ, Rio de Janeiro, 1980, mimeo., p. 60.

devolutas.⁴ É nesse período, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, que se consolidou a estrutura fundiária concentradora na região sul de Mato Grosso.⁵ Com a política de terras visava-se, fundamentalmente, a ocupação de Mato Grosso e o aumento da produção agropecuária para o desenvolvimento econômico e social da região, dentro da lógica da apropriação capitalista das terras e da expansão do capital mercantil, a qual desejava fazer com a região fornecesse matérias-primas e alimentos para o mercado nacional e consumisse os produtos industrializados.

Concomitante à venda e doação de terras públicas e devolutas para a apropriação capitalista, também foram criados projetos públicos de colonização para atrair trabalhadores rurais de outras regiões que sonhavam possuir um pedaço de terra para desenvolver a agricultura familiar. Mesmo considerando-se a importância econômica e social desse fenômeno, vê-se que a quantidade de terra destinada para essas colônias era insignificante e em lotes extremamente exíguos.⁶ Por meio do assentamento em colônias agrícolas, bem como pela compra de lotes ou pela posse e posterior legitimação surgiram os pequenos proprietários rurais em diversas regiões de Mato Grosso.

Também é importante lembrar que a grande maioria dos trabalhadores rurais que migraram para a região não teve acesso à propriedade da terra, pois não foram contemplados pela colonização pública e não tiveram condições financeiras para comprar um lote. A estes restou o acesso através da posse ou o trabalho nas grandes propriedades, principalmente através dos

⁴ “As denúncias de corrupção e irregularidades fêz (sic) com que o departamento de terras fosse fechado em diversas administrações, numa tentativa de ‘solucionar’ os problemas criados (...). (E)m 1966, as transações fraudulentas de terras escapavam a qualquer tipo de controle. O volume de irregularidades e de corrupção atingiram níveis extraordinários, tornando a situação insustentável”. MORENO, Gislaene. Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso. Tese de Doutorado. GEO/FFLCH/USP, São Paulo, 1993, mimeo., p. 244-245.

⁵ “É nesse período que se consolida a estrutura fundiária concentrada do estado (Mato Grosso), que vinha sendo gestada desde a vigência da primeira lei de terras, em 1892 (de MT)”. Gislaene Moreno, *op. cit.*, p. 250.

⁶ Segundo Eudson de Castro Ferreira, “No decurso das décadas de cinquenta e sessenta foram parcialmente implantadas vinte e nove colônias que passaram a ocupar 400.668 hectares, área esta equivalente a 0,32% da superfície do antigo Estado e 0,45% de Mato Grosso, após a divisão (...). Cada lote varia entre 10 e 15 hectares”. Posse e propriedade: A luta pela terra em Mato Grosso. Dissertação de Mestrado. IFCH/UNICAMP, Campinas-SP, 1984, mimeo., p. 51-52.

sistemas de pequeno arrendamento, parceria, meação, assalariamento rural e inclusive a “escravidão por dívidas”. Muitos também buscaram a sorte em cidades nascentes.

O papel do Estado foi determinante para o processo de expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste em geral e para Mato Grosso em especial. Isso se deu tanto através da política de terras como da criação da infra-estrutura mínima, que visavam possibilitar a ocupação e viabilizar a produção agropecuária, criando, assim, condições para a implantação do espaço agrário, primeiro para o capital mercantil e depois para o capital agroindustrial.

Este período, que vai de 1940 até meados da década de 60, representou a primeira fase de intensa expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste. A apropriação capitalista das terras transformou Mato Grosso – principalmente na sua região centro-sul, onde predomina a vegetação de cerrado – em área de grandes latifúndios, sendo que uma parte significativa destas terras, ainda hoje, permanece improdutiva ou subaproveitada. Também, em meio a este universo do latifundiário, surgiram muitos posseiros e pequenos proprietários rurais que se fixaram em “terras de cultura” para desenvolver a agricultura familiar. A microrregião de Rondonópolis, como ainda veremos, surgiu neste contexto social.

1.1.2. A modernização agrícola conservadora

Além da estrutura fundiária concentradora, outra questão fundamental a ser considerada ao analisar os problemas sociais no campo é o processo de modernização capitalista da agricultura. Com a entrada e expansão do capital industrial e financeiro nas atividades agropecuárias da região, ocorreu a segunda e última fase da expansão da fronteira agrícola e sua posterior integração econômica com as regiões tradicionais do país.

No decorrer das décadas de 1950 e 1960, ocorreu uma significativa discussão teórica e política quanto às possibilidades da industrialização brasileira sob uma estrutura agrária extremamente concentrada. Para superar o problema agrário, setores políticos e intelectuais de esquerda defendiam a reforma agrária como algo imprescindível.⁷ No entanto o golpe militar de 1964 rompeu com esta perspectiva política de transformação da estrutura agrária; porém, mesmo assim, foi impulsionada a modernização da agricultura pelos governos militares. O Estatuto da Terra (1964), promulgado no início do governo ditatorial com o objetivo de implantar a reforma agrária e a modernização agrícola, na verdade, só contemplou, em parte, este segundo projeto.

O processo de modernização da agricultura brasileira foi concebido e implementado dentro da lógica dos interesses do grande capital industrial e financeiro e com a participação decisiva do Estado; consistiu em uma “modernização conservadora”.⁸ A agropecuária aliou-se ao novo capital, mesmo de forma subordinada, e dispensou as chamadas “reformas de base”.

O capitalismo imprimiu um processo que está revolucionando o modo e as relações de produção na agricultura. O capital comercial, que predominava amplamente no setor agrícola, foi perdendo espaço à medida que a agricultura foi sendo integrada aos novos capitais. Neste processo, a agricultura

“... iria constituir-se cada vez mais num mercado não de bens de consumo, mas de meios industriais de produção, quer como compradora de certos insumos, quer como vendedora de outros. É a isso que chamamos o processo de industrialização da agricultura brasileira (...)”. (Graziano da Silva, 1981: 46, grifo do autor).

⁷ Entre os principais intelectuais envolvidos nestas discussões e estudos, podemos lembrar: Caio Prado Júnior, Maurício Vinhas de Queirós, Alberto Passos Guimarães...

⁸ *Modernização conservadora* foi uma denominação usada por vários cientistas por causa dos efeitos sociais perversos desse processo, tais como: “*a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão ‘modernização conservadora’.* (PALMEIRA, Moacir. “Modernização, Estado e questão agrária”. Revista Estudos Avançados, USP, v. 1.3, n. 7, São Paulo, 1989, setembro/dezembro, p. 87).

Hoje, além dos grandes avanços tecnológicos na produção e na comercialização, há um avançado processo de industrialização dos produtos agrícolas em geral. Verifica-se uma expansão de complexos agroindustriais nas principais regiões agrícolas do país, onde vários setores da agricultura estão integrados ao conjunto da economia capitalista.

A intervenção do Estado foi um fator fundamental para o processo de “industrialização da agricultura”: ele implementou políticas de incentivo, destinando volumosos recursos financeiros ao crédito subsidiado, e também através de incentivos fiscais e à criação da infra-estrutura básica. Isso capacitou, principalmente, os grandes proprietários para incrementar os investimentos necessários à modernização da produção agrícola, visando aumentar a produção e as exportações. Neste processo de modernização, a terra se transformou em um meio altamente rentável para o capital, inclusive na forma especulativa, o que contribuiu para uma maior concentração.

A expansão da fronteira agrícola brasileira foi um fator importante para o desenvolvimento capitalista da agricultura, bem como para a garantia de seu caráter monopolista, conservador e excludente. Havia uma vasta área a ser explorada e integrada ao país em termos econômicos e geopolíticos; as regiões Centro-Oeste e Norte do território representavam uma possibilidade de investimento para grandes grupos econômicos e também uma alternativa migratória para os trabalhadores expropriados e excluídos do campo das regiões tradicionais do país.

Estes aspectos gerais da política de modernização agrícola introduzida no cenário nacional e das transformações profundas em curso no campo, desde então, são importantes para se contextualizar as transformações que tiveram seu início em Mato Grosso. O processo de ocupação desencadeado a partir da década de 1940 recebeu um novo impulso do final dos anos 60 em diante, com a intensificação do processo de modernização agrícola.

Com o intuito de impulsionar a modernização da agropecuária nas regiões Centro-Oeste e Norte, o Estado implementou políticas de desenvolvimento distintas para a região do cerrado e para a região amazônica (Amazônia Legal); Mato Grosso, devido a suas características naturais, foi contemplado pelos dois projetos governamentais.

Visando ao desenvolvimento da *região da Amazônia Legal*, os governos militares criaram políticas especiais para atrair capital nacional e estrangeiro a ser investido em projetos de agropecuária, de mineração e de extrativismo, bem como para atrair trabalhadores rurais. Entre os programas implementados pelo governo, o principal é a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), criada em 1966. Foram destinados abundantes recursos públicos para a região em forma de crédito subsidiado e de incentivos fiscais e para a infra-estrutura,⁹ sendo que uma parte significativa foi desviada.¹⁰ As terras passaram a ter um caráter fortemente especulativo, inclusive muitas delas serviram como meio para o acesso a recursos baratos. Os grandes beneficiados foram a elite agrária e grupos industriais e do setor financeiro.

Também houve uma política governamental para atrair pequenos e médios proprietários, principalmente dos estados do sul, a fim de transformá-los em modernos empresários rurais. Foi criada também uma intensa política de implementação de projetos públicos e privados de colonização, com o objetivo de incentivar a migração de trabalhadores expropriados ou expulsos de outras regiões. Dessa forma garantir-se-ia também a mão-de-obra necessária no processo de expansão do capital na Amazônia mato-grossense. Esses projetos de colonização no norte de Mato Grosso também tiveram o objetivo claro de amenizar as tensões sociais no campo, de

⁹ Segundo Octávio Ianni, "(...) o governo colocou à disposição de latifundiários e fazendeiros (através da SUDAM, BASA e SUDECO) estímulos e favores fiscais, creditícios, políticos e econômicos, para a formação e o crescimento de latifúndios, fazendeiros e empresas agropecuárias, de extrativismo e mineração". (Apud Eudson de Castro Ferreira, *op. cit.*, p. 43).

¹⁰ A SUDAM foi extinta pelo governo federal em 02/05/2001 por causa de fortes indícios de corrupção. "Dos 546 projetos ativos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que serão investigados, 107 estão localizados em Mato Grosso". (Jornal local de Rondonópolis "A Tribuna", 15/03/2001).

esvaziar as lutas políticas em torno da terra nas regiões tradicionais do país. Diante da insuficiência de créditos e de infra-estrutura, bem como diante da relação de subordinação ao capital, muitos desses trabalhadores rurais não lograram êxito.

Mesmo assim, é necessário destacar que na região norte de Mato Grosso houve um grande desenvolvimento social e econômico a partir da década de 70, proporcionado pelo grande fluxo migratório e pela implementação de projetos agropecuários, contudo um desenvolvimento capitalista profundamente contraditório e excludente, com as terras e o capital altamente concentrados e gerador, em curto prazo, de graves problemas sociais agrário, indígena e ecológico.

O processo de modernização da agropecuária na *região do cerrado* do Centro-Oeste deu um novo impulso econômico e social a esta região a partir do final da década de 1960. As regiões de cerrado de Mato Grosso, com solo apropriado para agricultura, como o município de Rondonópolis, conseguiram atrair um expressivo capital industrial e financeiro. Para tanto também foram fundamentais o desenvolvimento de novas tecnologias agrícolas, os créditos subsidiados e a ampliação da infra-estrutura proporcionada pelo Estado.

Entre os programas de incentivo por parte do governo federal em relação ao desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste destaca-se o programa chamado POLOCENTRO, segundo observa Moura:

*“Dentro do planejamento regional, destacou-se para o Centro-Oeste o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), implantado em 1975, ‘que previa a incorporação econômica de 600 mil hectares/ano em treze áreas prioritárias, compreendendo 202 municípios e 4,2 milhões de habitantes nos cerrados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, abrangendo 70% das áreas territoriais dos dois Mato Grosso e 30% das áreas de Goiás e Minas’”.*¹¹

¹¹ MOURA, Carmem Lúcia Senra Itaborahi de. “Homens sem terra para terras sem homens”: os posseiros da Gleba Cascata - Rondonópolis-MT, 1975-1985. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, São Paulo, 1992, mimeo., p. 65-66.

No decorrer dos anos 70, foram criados os primeiros complexos agroindustriais¹² em Mato Grosso, numa crescente integração entre setores da agropecuária, capitais de setores da indústria e o sistema financeiro. Todo esse processo de modernização capitalista da agricultura foi o principal fator que desencadeou o desenvolvimento do estado de Mato Grosso e sua integração econômica às regiões tradicionais do país e também ao cenário internacional. Porém esse modelo de desenvolvimento da agricultura e da pecuária caracteriza-se pela altíssima concentração do capital, geradora de profundas desigualdades sociais e, inclusive, grandes desigualdades regionais no interior do estado mato-grossense. As microrregiões dotadas de solos favoráveis à agropecuária e favorecidas com recursos financeiros estatais e infra-estrutura possuem um potencial de desenvolvimento muito maior do que aquelas desprovidas dessas condições, que tentam se manter, basicamente, da pecuária de pequeno porte, da agricultura familiar e do comércio local.

Nas décadas de 1960 a 1980, em decorrência do processo de modernização produtiva no campo, houve uma fantástica valorização das terras na fronteira agrícola. Também na região do cerrado ocorreram inúmeras irregularidades, como a corrupção nas formas de sua aquisição, inclusive através da “grilagem”, com a participação direta de órgãos públicos.¹³ A agricultura transformou-se em grande atrativo para a ampliação do capital. De acordo com Palmeira,

“Ao longo dos anos 70, a agricultura se tornou ‘um grande negócio’. Obter crédito subsidiado ou ter facilidade de aquisição de terras públicas era um ótimo investimento, e parcelas do capital financeiro-industrial para aí se dirigiram, aproveitando as benesses oferecidas aos que se lançassem nesse ramo”. (Palmeira, 1994: 50)

O próprio governo, através do recadastramento dos latifúndios feito pelo INCRA no ano de 2000, descobriu que 75% das áreas acima de 10 mil hectares no país possuem títulos

¹² “A alteração da base técnica da agricultura, associada à sua articulação ‘com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura e, por outro, com a indústria processadora de produtos naturais’ levou à formação do chamado ‘complexo agroindustrial’ (...)”. Moacir Palmeira, *op. cit.*, p. 87, grifo meu.

¹³ “(...) a prática de fraudes e corrupção, parece ter-se incorporado definitivamente na história do órgão de terras (de MT), que até hoje carrega o estigma de corrupto”. (Gislaene Moreno, *op. cit.*, p. 356).

irregulares.¹⁴ O estado de Mato Grosso possui o maior número de latifúndios acima de 10 mil hectares: são 1.185 propriedades, que totalizam 25 milhões de hectares, das quais 523 são suspeitas de ser irregulares.¹⁵ É um dos estados que lideram em relação ao índice de concentração de terras.¹⁶

A partir de 1987, principalmente na década de 1990, com o aprofundamento da crise econômica brasileira, houve um corte sistemático nos financiamentos públicos federais para a agricultura: a redução do crédito subsidiado. O comércio internacional também está dificultando o setor agropecuário brasileiro, isto por causa das medidas políticas protecionistas e de subsídios adotadas nos países industrializados. Os indicadores agrícolas brasileiros revelam a crescente crise do setor no decorrer dos anos 90, com a descapitalização da grande maioria dos produtores.¹⁷

A crise da agricultura e as mudanças na política agrícola também afetam a valorização da terra. Principalmente com o fim da inflação e do crédito rural abundante e subsidiado, a terra está perdendo sua função de reserva de valor. Um estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas mostra essa desvalorização:

¹⁴ Segundo Raul Jungmann, Ministro do Desenvolvimento Agrário: *“uma parcela ponderável das propriedades que estão no nosso cadastro é fruto de grilagem, é propriedade que só existe no papel ou é propriedade que não se sustenta se formos analisar a cadeia dominial”*. (Jornal Folha de São Paulo, 08/04/00).

¹⁵ *“O Estado de Mato Grosso tem 523 propriedades rurais com mais de 10 mil hectares sob risco de ações judiciais de desapropriação. O motivo é que os proprietários não apresentaram ao INCRA a documentação que comprova a propriedade”*. (Jornal “A Tribuna”, 06/01/2001).

¹⁶ *“O Censo Agropecuário de 1995 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que 10,2% dos estabelecimentos correspondem a 82,2% de toda a área. A maioria dos estabelecimentos (quase 60%) tem até 100 hectares e representa apenas 3,3% da área total. No meio, ficam as propriedades entre 100 ha e 1.000 ha, onde estão 3% dos imóveis e 12% da área”*. (Jornal “A Tribuna”, 15 e 16/04/2000).

¹⁷ *“Nos anos FHC (95 – 98), o valor da produção rural (produtos vegetais e animais) alcançou a média de R\$59,1 bilhões, contra R\$ 62,9 bilhões no período 1989 – 1994. Uma perda de R\$3,79 bilhões por ano ou R\$15,1 bilhões em quatro anos”*. (Jornal Folha de São Paulo, 10/10/1999). *Vê-se, ainda, que no período de 1988 a 1999, “em pouco mais de dez anos, agricultura brasileira reduziu em 13,5% a área plantada de grãos” e que a “indústria brasileira de máquinas agrícolas (tratores e colheitadeiras) registrou nos anos 90 o pior desempenho de vendas da história do país”*. (Jornal Folha de São Paulo, 06/03/2000).

*“Os preços das terras agrícolas no Brasil caíram pela metade na última década do século XX, segundo pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Agrícolas, da Fundação Getúlio Vargas (FGV)”.*¹⁸

A economia de Mato Grosso está estruturada, basicamente, no setor agropecuário, cujo modelo de modernização imprime um desenvolvimento extremamente contraditório e desigual. Enquanto há terras com alta produtividade em setores da pecuária e da agricultura desenvolvidas por empresas rurais, também há inúmeras grandes propriedades improdutivas ou com baixa produtividade; enquanto há empresários rurais que introduzem as mais modernas tecnologias na produção, inclusive criando agroindústrias para a industrialização e a comercialização de seus produtos no mercado nacional e internacional, também há pequenos proprietários rurais que trabalham de forma tradicional, visando à subsistência familiar.

Este modelo de desenvolvimento agrícola também gera profundas desigualdades sociais no campo. Com a atual crise econômica e da agricultura brasileira, verifica-se uma tendência ao aprofundamento das contradições geradas pelo capital, o aumento das desigualdades econômicas e sociais de toda ordem; essas são características de uma modernização agrícola conservadora e excludente.

1.1.3. Os problemas sociais no campo

Ao longo da história da agricultura brasileira surgiram muitas categorias sociais de trabalhadores rurais, que retratam a complexidade das relações sociais desenvolvidas no campo. Todavia, o modelo de desenvolvimento capitalista da agricultura sob uma estrutura fundiária secular extremamente concentrada, que se expandiu com a participação ativa do Estado, está criando enormes dificuldades para a reprodução social dessas várias categorias de trabalhadores

¹⁸ Idem, 02/05/2000, grifo meu.

rurais: as principais conseqüências sociais de tal modelo no campo são a expropriação, a expulsão, a migração, o êxodo rural, a proletarização, o desemprego e a exclusão social.

Mesmo que se considerem as peculiaridades de Mato Grosso no processo de desenvolvimento agrícola brasileiro, pode-se verificar que também neste estado os trabalhadores rurais são duramente afetados em seus interesses e direitos e passam a ter um destino social semelhante ao do restante do país. Também nesta área territorial brasileira as profundas contradições sócioeconômicas do campo têm gerado intensos conflitos sociais.

Os povos indígenas foram os principais prejudicados com a expansão da fronteira agrícola e a modernização capitalista da agricultura. A maior prova dos malefícios causados a eles é a redução drástica de seu contingente populacional e de seus territórios.¹⁹ Esses povos foram expulsos de suas terras ou confinados em áreas exíguas, o que lhes dificultou o acesso às condições mínimas de sobrevivência. Uma parte expressiva da pouca terra que lhes restou ainda não foi demarcada e, além disso, eles enfrentam o problema das constantes invasões de suas áreas.

No auge da invasão das terras dos povos indígenas e das freqüentes chacinas ocorridas no período da expansão da fronteira agrícola, realizadas por pistoleiros e jagunços a mando dos “proprietários” para “limpar” a área, em 1972, a Igreja Católica criou o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), uma pastoral social específica para a defesa desses povos. O Estado, através da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), exerce uma função social paliativa, de caráter essencialmente assistencialista e integracionista junto aos povos indígenas. Atualmente, contando com a ajuda de inúmeras entidades, como as ONGs e a Igreja, esses povos estão muito mais organizados, tendo mais força política para lutar pelos seus direitos socioculturais.

¹⁹ Em Mato Grosso existem 44 povos indígenas, de 35 etnias diferentes, vivendo em 58 áreas, cujas reservas abrangem 13% da área do Estado, totalizando 20 mil pessoas. Fonte: Jornal “A Tribuna”, 22 e 23/04/2000.

Os posseiros constituem uma categoria de trabalhadores rurais que protagonizou as principais lutas de resistência na região da fronteira agrícola, principalmente entre as décadas de 1960 a 1980. São trabalhadores rurais historicamente descapitalizados que migraram para a região em busca de um pedaço de terra e, diante das dificuldades de acesso pela via legal, apossaram-se de áreas devolutas, terras públicas ou de parcela das grandes propriedades improdutivas. Diante do processo de expulsão protagonizado pelos proprietários, cuja titulação da terra muitas vezes foi obtida de forma fraudulenta, muitos posseiros se organizaram espontaneamente ou com o apoio de entidades da sociedade civil, lutaram pela permanência na terra e resistiram às ações de expulsão. Os interesses do capital pisotearam, na maior parte dos casos, esse direito constitucional dos posseiros de garantir a posse definitiva de suas terras.²⁰

Essa resistência dos posseiros na “terra de trabalho” contra a expansão da “terra de negócio” (Martins, 1991) resultou em inúmeros conflitos sociais. A violência foi a tônica no processo de expulsão desses trabalhadores e era exercida por pistoleiros e jagunços contratados pelos fazendeiros, bem como, seguidamente, contava com a colaboração da própria polícia militar do governo do Estado, cujo poder era exercido pela oligarquia agrária e respaldado pelo regime militar. Os órgãos da justiça também contribuíram com a violência, pois agiram de forma tendenciosa em favor de tais proprietários, inclusive na não apuração das suas ações criminosas, o que disseminou a impunidade.²¹ Esses conflitos pela terra ocorreram em todas as regiões de Mato Grosso e envolveram milhares de famílias de posseiros, o que denuncia a violenta forma de

²⁰ Esse direito é garantido desde a primeira Constituição brasileira republicana, porém nunca respeitado. Segundo Moura, “Desde a Constituição de 1891, é possível ao posseiro obter registro de uma área de terra, como sua propriedade, desde que a posse seja manifestada pelo cultivo e pela moradia efetiva. Isto mostra que, teoricamente, o posseiro pode tornar-se dono da terra em que trabalha”. (Carmen Lúcia Senra Itaborahi de Moura, *op. cit.*, p. 23).

²¹ “De acordo com a Comissão Pastoral da Terra do Brasil, dos 1.730 assassinatos de camponeses, trabalhadores rurais, líderes de sindicatos, trabalhadores religiosos e advogados cometidos entre 1964 e 1992, somente 30 foram levados a julgamento até 1992. Apenas 18 dos 30 resultaram em condenações”. PINHEIRO, Paulo Sérgio. “O Estado de Direito e os Não-Privilegiados na América Latina”. In: MÉNDEZ, Juan E. *et alii.* (orgs.). *Democracia, violência e injustiça: o não-Estado de Direito na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2000, p. 19.

apropriação capitalista e de concentração das terras. A CPT (Comissão Pastoral da Terra) foi criada pela Igreja Católica em 1975 para defender as lutas dos posseiros, e posteriormente ajudaria a criar o MST. Dados de 1995 mostram a dimensão das lutas dos posseiros em Mato Grosso:

*“A luta pela posse da terra em Mato Grosso, segundo o INCRA, criou 35 focos de tensão, onde 1,1 milhão de hectares estão sendo disputados e parcialmente ocupados por 18 mil posseiros”.*²²

O segmento dos pequenos proprietários rurais de Mato Grosso, estruturado no sistema de trabalho familiar e na produção da economia do excedente, também foi afetado pela modernização capitalista da agricultura. Historicamente, estavam subordinados ao capital comercial, cuja exploração se dava através da subtração de parte da renda sob várias formas, o que os submetia a um sobretrabalho. Já no período da agricultura capitalista, grande parte desses pequenos proprietários não tem condições de modernizar a produção. Um contingente desse segmento consegue, apenas parcialmente, introduzir inovações produtivas e se integrar ao mercado. A maioria desenvolve o sistema de trabalho tradicional no qual a subsistência familiar é priorizada. Principalmente devido à inexistência de uma política agrícola para os pequenos e médios produtores, o conjunto desse segmento encontra enormes dificuldades para se manter no campo. O que ocorre é uma pauperização crescente dos pequenos proprietários rurais e, no limite, a proletarianização completa.

Um contingente expressivo de pequenos proprietários rurais já foi expropriado de suas terras. Muitos desses trabalhadores expulsos e expropriados se tornaram assalariados rurais na

²² Jornal Diário de Cuiabá, 1º/10/1995.

Eudson de Castro Ferreira, em suas pesquisas e levantamentos estatísticos sobre a luta pela terra em Mato Grosso nos anos 70, protagonizada por vários agentes sociais do campo, inclusive os grandes “grileiros”, chegou aos seguintes dados: “Na década de setenta, foram levantadas 183 áreas de tensão social localizadas em 43 dos 58 municípios mato-grossenses. O número de famílias envolvidas no litígio atingiu a cifra de 31.933, um equivalente que se aproxima de 200 mil pessoas, ou seja, mais de 40% da população rural do Estado. A área envolvida nas questões de conflito vai além de 6 milhões de hectares”. (Eudson de Castro Ferreira, *op. cit.*, p. 86).

região; outros se transformaram em arrendatários e parceiros; uma terceira parte migrou para outras localidades na microrregião e outras regiões da fronteira agrícola; e a maior parte, proletarizada, migrou para as cidades.

Com a crescente mecanização da agricultura, o sistema de trabalho por arrendamento e parceria, aos poucos, perdia espaço. Além da forma tradicional de arrendamento de terras, no Mato Grosso também foi bastante comum o sistema de trabalho através do contrato chamado “talhão”. Este sistema estabelecia uma relação de trabalho que consistia no seguinte:

“... a cessão temporária de parte da terra pelo proprietário a uma família camponesa, por período de 2 a 4 anos, para que plantasse gêneros de subsistência. Findo tal prazo, a família deveria deixar o capim plantado, para o proprietário soltar o gado”. (Nascimento, 1997: 76-77).

Outro sistema de trabalho bastante adotado era a “escravidão por dívidas”, usado principalmente no desmatamento para a implantação de fazendas de gado. Esse sistema funciona da seguinte maneira: os trabalhadores são contratados por intermediários e não podem deixar a fazenda enquanto tiverem dívidas para saldar. No entanto, estas são impagáveis com o seu trabalho, pois, além do salário baixíssimo, são cobradas as despesas com a viagem e a alimentação vendida a preços exorbitantes no barracão da fazenda. As revoltas são reprimidas muitas vezes com ameaças, perseguições, torturas, assassinatos. A única alternativa é a fuga, quando bem sucedida. Esse sistema de trabalho foi amplamente usado nas décadas de 1960 a 1980, e ainda não foi totalmente extinto, pois na atualidade ainda persistem práticas de trabalho escravo no campo:

*“Dados do Ministério do Trabalho e da CPT apontam que em 1999 foram localizadas 4.883 vítimas de trabalho forçado ou escravo. Do total, 821 foram encontradas no Pará; 86 no Maranhão e 90 no Mato Grosso”.*²³

²³ Jornal “A Tribuna”, 19/01/2000, grifo meu. Frei Beto, em artigo publicado recentemente, afirma que “o Ministério do Trabalho avalia que existem três trabalhadores em regime de escravidão para cada resgatado. Estatísticas da SIT (Secretaria de Inspeção do Trabalho) revelam que foram libertados da escravidão, em 1999, 639 trabalhadores; em 2000, 588; e 435 até maio deste ano”. (Jornal Folha de São Paulo, 18/07/2001).

Outra categoria de trabalhadores consiste nos assalariados rurais, contratados tanto nas fazendas de criação de gado como na produção agrícola. Nesta, predominam os assalariados temporários, contratados em épocas que demandam mais serviço. Nestas relações, tipicamente capitalistas, a necessidade de mão-de-obra também está em declínio, principalmente por causa da mecanização da agricultura.

As diversas categorias de trabalhadores rurais do campo, como se procurou mostrar acima, encontram, hoje, enormes dificuldades para se manter no meio rural. Este processo também contribuiu significativamente para o acelerado, desordenado e caótico crescimento populacional das cidades. Com o setor industrial pouco desenvolvido em Mato Grosso e diante de um baixíssimo crescimento econômico nacional nas últimas duas décadas, as ofertas de emprego nas cidades da região são muito limitadas, o que conduz os trabalhadores rurais não apenas à exclusão rural, mas à exclusão social completa.

Dentro deste cenário marcado pela questão agrária, houve um processo de intensificação das lutas pela terra a partir da segunda metade dos anos 80, inclusive com novas características. Além da luta pela posse da terra (luta dos posseiros pela permanência na posse), começaram a surgir inúmeros movimentos no campo para reivindicar a desapropriação de fazendas improdutivas, visando ao assentamento e à reforma agrária ampla. É o surgimento de um novo sujeito social no campo, os chamados trabalhadores sem-terra, cuja principal estratégia de luta é a criação de acampamentos e a ocupação de grandes propriedades privadas e devolutas. Os trabalhadores sem-terra que se organizam são constituídos por trabalhadores rurais expulsos, expropriados, desempregados e subempregados, sendo que, em sua grande maioria, nunca foram

posseiros.²⁴ A organização e a luta dos trabalhadores rurais sem-terra começou antes da entrada do MST em Mato Grosso, ocorrida em 1995. Os principais agentes sociais organizadores dessas lutas pela terra foram a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e alguns sindicatos de trabalhadores rurais vinculados à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O movimento sindical rural, coordenado em nível nacional pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), foi criado sob a tutela do Estado populista e mantido no período da ditadura militar. O Estado, portanto, constituiu-se em fator importante no processo de configuração do sindicalismo, que apresentava uma estrutura organizativa marcada pela centralização e verticalização e uma prática político-social burocrática que se limitava ao âmbito legal, com uma postura político-ideológica conciliadora, de não-confronto com o Estado autoritário e com o capital. Os governos militares atribuíram aos sindicatos funções assistencialistas, tendo como um dos objetivos descaracterizá-los politicamente. Estas características marcaram a história do sindicalismo rural. Durante a intensificação dos conflitos sociais no campo que se verificou nas décadas de 1970 e 1980, a ação política desses sindicatos ficou muito aquém da dura realidade vivida pelos trabalhadores rurais:

“... grande parte dos sindicatos não conseguia se constituir em porta-voz das lutas dos trabalhadores. Permanecendo presos ao assistencialismo, eram capazes, no máximo, de acompanhar as lutas através de expedientes administrativos (...)”. (Medeiros, 1989:116).

Em Mato Grosso, o movimento sindical rural seguiu a estrutura organizativa e a linha política e ideológica adotada em nível nacional. Diante do processo de exclusão social e dos conflitos pela terra dos anos 1970 até hoje, na grande maioria dos municípios os sindicatos têm

²⁴ Jair Mariano – presidente do INTERMAT (Instituto de Terras de Mato Grosso) –, destaca o alto índice de conflitos pela terra em geral, e não apenas pela posse: *“Atualmente, Mato Grosso possui 93 áreas de ‘tensão social’, conforme definição de Mariano (...). O número de áreas de tensão, que estariam envolvendo cerca de 30 mil famílias em todo o Estado, foi levantado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI)”.* Jornal Diário de Cuiabá, 15/08/1995.

adotado uma postura geral legalista, de omissão e até de oposição às lutas pela terra. Segundo José Carlos Leite,

“A atuação do movimento sindical diante dos conflitos de terra, de um modo geral por todo o Brasil, e em Mato Grosso em particular, se pautou pelo legalismo e pela dubiedade. A prática do acordo foi uma constante nas suas intermediações em conflitos pela terra”. (Leite, 1993: 107).

No período de 1986 a 1995, o INCRA assentou pouco mais de 12 mil famílias no estado de Mato Grosso. Na região sudeste do estado, Rondonópolis foi o único município contemplado, com o assentamento da Gleba Rio Vermelho.²⁵

É importante lembrar a contribuição política dada pelos movimentos sociais de luta pela terra dos posseiros na década de 1970, que enfrentaram a repressão da ditadura militar. No processo de transição para o regime democrático, na década de 1980, os diversos movimentos de trabalhadores sem-terra foram beneficiados e, ao mesmo tempo, contribuíram para a aceleração e o aprofundamento da democracia social e política. Dentro deste novo cenário político, aliado à luta organizada dos trabalhadores sem-terra, a reforma agrária foi reintroduzida na agenda social e política brasileira.

A estrutura fundiária concentradora e a modernização capitalista conservadora e excludente da agricultura, com a participação decisiva do Estado, predominam no cenário agrário e agrícola nacional e estadual e se constituem nos principais fatores estruturais da expropriação, expulsão, pauperização, proletarização e crescente exclusão social a que têm sido submetidos os diversos segmentos de trabalhadores rurais. Dentro deste contexto, surgem os conflitos sociais, os movimentos de luta dos trabalhadores pelo direito à terra e pela afirmação no campo, que visam desenvolver a agricultura familiar. Desta forma, esses sujeitos sociais do campo buscam a inclusão social, a dignidade e a construção de sua identidade sociocultural.

²⁵ No período de 1986 a 1995 o “INCRA assentou 12.172 famílias em 68 projetos que juntos têm uma área de 1.109.959 hectares, espalhados por vários municípios do Estado”. (Jornal Diário de Cuiabá, 1º/10/1995).

1.2. A microrregião de Rondonópolis: o processo de ocupação, o desenvolvimento agrícola e a exclusão social

No contexto histórico da formação da estrutura fundiária e da modernização agrícola mato-grossense – brevemente apresentado acima –, serão destacados alguns aspectos do processo histórico de desenvolvimento econômico e social da microrregião de Rondonópolis, localizada no sudeste de Mato Grosso. Essa abordagem, mesmo que também breve, é importante para se poder situar socialmente os trabalhadores rurais e urbanos oriundos do campo da região, de modo especial os que protagonizam lutas pelo direito de acesso à terra e pela afirmação no campo através dos movimentos sociais. Para tanto, este período histórico será dividido em quatro fases: a fase pioneira, a frente de expansão, a frente pioneira e a integração econômica.²⁶

1.2.1. A fase pioneira

A microrregião de Rondonópolis²⁷ está localizada na região sudeste do estado de Mato Grosso. Rondonópolis²⁸ é o município economicamente mais desenvolvido do interior do Estado e se firmou como o principal pólo geoeconômico da região.

²⁶ Flávio Antônio da Silva Nascimento, no estudo da história sócioeconômica de Rondonópolis, adota esta periodização. Ver Nascimento, *op. cit.*

²⁷ A microrregião de Rondonópolis, espaço geossocial que nos interessa, abrange uma parte da região sudeste de Mato Grosso e é composta pelos seguintes municípios: Pedra Preta, Itiquira, São José do Povo, Guiratinga, Poxoréo, Campo Verde, Dom Aquino, São Pedro da Cipa, Juscimeira, Jaciara e Rondonópolis.

²⁸ Rondonópolis recebeu este nome em 1919, em homenagem ao Marechal Cândido Mariano Rondon, que coordenou a instalação das linhas telegráficas na região. A mudança foi imposta pelo major e deputado estadual Otávio Pitaluga. O nome anterior era povoado Rio Vermelho, em referência ao rio que banha a cidade e que era chamado pelos índios Bororo de rio Poguba (vermelho). A população de Rondonópolis, em 1995, era de 145.620 habitantes. Ver: Flávio Antônio da Silva Nascimento, *op. cit.*, p. 32-36; 51.

Antes do processo de ocupação pelos brancos, a região era habitada pelo povo indígena Bororo. Seu extermínio pelos não-aborígenes começou com os bandeirantes, no século XVIII, e se intensificou, posteriormente, com a ocupação e fixação definitiva pelos brancos. Na microrregião de Rondonópolis restaram apenas pequenas reservas indígenas, depois de cem anos de expansão da sociedade nacional na região. Segundo os dados, essa “população atual é de 1.250 pessoas que vivem em nove aldeias: Tadarimana, Praião, Pobore, Córrego Grande, Piebaga, Meruri, Sangradouro, Garça e Perigara”.²⁹

A ocupação mais sistemática e duradoura da região de Rondonópolis pelos não-aborígenes começou lentamente no final do século XIX. Em 1875, os militares estabeleceram um destacamento no rio Ponte de Pedra, nas imediações da atual cidade de Rondonópolis e, em 1890, surgiram os primeiros garimpeiros.³⁰ A migração mais expressiva de trabalhadores para toda a região começou no início do século XX e se expandiu para várias áreas.

O processo de ocupação da microrregião foi protagonizado, inicialmente, por três categorias de trabalhadores: os garimpeiros, que desenvolveram as atividades de extração do diamante, principalmente nos municípios de Poxoréo, Guiratinga e Itiquira; os pecuaristas, que desbravaram principalmente os cerrados, para a criação de gado de corte; e os agricultores, que se fixaram em áreas de “terra de cultura” para desenvolverem a agricultura familiar.

Em 1902, chegaram as primeiras famílias de agricultores que se fixaram na atual cidade de Rondonópolis.³¹ Esta localidade era distrito do município diamantífero de Poxoréo, do qual se emancipou em 1953. Como praticamente não possuía diamante, Rondonópolis tornou-se um povoado expressivo somente com a chegada dos trabalhadores rurais na década de 40.

²⁹ Jornal “A Tribuna”, 31/03/2000.

³⁰ Carmen Lúcia Senra Itaborahi de Moura, *op. cit.*, p. 37.

³¹ *Idem, ibid.*

Nas regiões próximas ou em torno dos garimpos eram desenvolvidas a pecuária e a agricultura de subsistência, que atendiam parcialmente os pequenos núcleos e corrutelas. No decorrer da década de 1940, ocorre a decadência dos garimpos na região leste mato-grossense, que resulta em migrações internas, o que levou o governo a criar colônias agrícolas em Poxoréo, Guiratinga e Dom Aquino.

O fluxo migratório de trabalhadores agrícolas provenientes de outros Estados para a região, até a década de 1940, foi um processo lento e espontâneo. O sonho que os movia era “bamburrar”³² ou obter o acesso a um pedaço de terra para desenvolver a agricultura familiar, com o objetivo de melhorar a situação de vida. Os migrantes foram predominantemente trabalhadores pobres, desbravadores em busca das anunciadas terras férteis e baratas e que, praticamente, não contaram com o apoio do Estado. Nestas terras foi desenvolvida a agricultura para a subsistência e a produção de excedente para a zona mineradora, bem como a criação de gado. O desenvolvimento econômico e social da região foi muito modesto neste período. O aspecto relevante nesta fase é o processo de migração e de fixação dos não-aborígenes na região. Esta foi a chamada Fase Pioneira, que consolidou a presença dos não nativos, a pacificação e a submissão indígena, além de deixar a herança de um reduzido espaço agrário implantado.

1.2.2. A frente de expansão

A fase da Fronteira Agrícola começa na década de 1940 com a intensificação da migração, da apropriação privada das terras e do desenvolvimento econômico e social da região.³³

³² Bamburrar é um termo usado nas regiões garimpeiras, que expressa o sonho de encontrar ouro ou pedras preciosas em grande quantidade e, com isso, enriquecer.

³³ Flávio Antônio da Silva Nascimento, com base na teoria de José de Souza Martins, destaca duas fases da Fronteira Agrícola, que abrangem o período de 1940 a 1980: “*Frente de Expansão, de 1940 a 1960, e Frente Pioneira, de 1960 a 1980*”. (Nascimento, *op. cit.*, p. 59).

A ação do Estado foi fundamental para expandir a ocupação e intensificar o desenvolvimento sócioeconômico de Mato Grosso e, conseqüentemente, da microrregião em pauta. Para incrementar a “Marcha para o Oeste”, o governo do Estado desenvolveu uma ampla política de terras e de infra-estrutura. Concomitante à venda e distribuição de grandes áreas de terra para a iniciativa privada – apropriação capitalista da terra –, o Estado também implementou uma política de colonização agrícola pública e incentivou a privada, principalmente para atrair trabalhadores rurais das regiões tradicionais do país. A partir do final dos anos 1940 foram implantadas várias colônias agrícolas na microrregião.³⁴

No período de 1940 a 1960 – Frente de Expansão – houve um intenso e contínuo movimento migratório para a região. Além dos grandes proprietários, o maior contingente de migrantes foram, principalmente, trabalhadores rurais pobres do Nordeste, do interior do Sudeste, do norte do Paraná e de garimpeiros da própria região, quando já tinha ocorrido uma significativa migração interna.³⁵ São predominantemente trabalhadores do campo que não tiveram acesso à terra nas regiões tradicionais do país ou foram expulsos e expropriados e migraram para a região com o sonho de se tornarem pequenos proprietários rurais autônomos. A grande maioria não foi contemplada com os projetos públicos de colonização. A saída foi comprar um lote de terra de empresas colonizadoras privadas, endividando-se, ou ocupar terras devolutas e propriedades improdutivas, ou trabalhar no sistema de arrendamento, parceria.

³⁴ “Entre 1947 e 1950 foram implantadas as seguintes colônias agrícolas (que contemplam também a microrregião): Fátima de São Lourenço (Jaciará); Ribeirão da Ponte (Cuiabá); Alto Coité e Jarudore (Poxoréo) e Coronel Ponce (Cuiabá/D.Aquino/Campo Verde)”. (Gislaene Moreno, *op. cit.*, p. 186). Flávio Nascimento faz referência à colonização privada de Jaciara e de Juscimeira (Nascimento, *op. cit.*, p. 20). Em Rondonópolis foram implantadas as colônias agrícolas estaduais “Paulista (1948), Rondonópolis (1951), Naboreiro, Campo Limpo e Mata Grande (1952)”. (Carmen Lúcia Senra Itaborahi de Moura, *op. cit.*, p. 47).

³⁵ No caso da migração para Rondonópolis, “Os colonos que vieram para Rondonópolis eram nordestinos que já haviam trabalhado em São Paulo e no Paraná, capixabas e mineiros, mato-grossenses que vinham dos garimpos de Cuiabá, Alto Araguaia e Poxoréo”. (SILVA, Advair Mendes, *apud* Carmen Lúcia Senra Itaborahi de Moura, *op. cit.*, p. 47).

O sistema de trabalho/produção rural amplamente predominante foi a agricultura familiar, porém sempre com o objetivo de produzir excedente para a comercialização: a economia regional estava basicamente alicerçada na produção do excedente, sob a intermediação do capital mercantil. O surgimento dos povoados e das cidades, bem como do comércio está vinculado a esta produção agrícola, uma vez que os garimpos estavam se esgotando e a pecuária era um setor de menor impacto sobre a economia local. Foi a fase do predomínio do capital mercantil, que extraía parcela da renda dos trabalhadores rurais através das transações comerciais e que exigia deles, assim, um sobretrabalho para garantir sua sobrevivência. Esta era a principal forma de subordinação e de exploração imposta aos pequenos produtores rurais.

Nesta fase, já tinha havido significativas dificuldades por parte de um contingente de trabalhadores para se manter com o seu trabalho no campo, quer como proprietários, quer como posseiros ou arrendatários, devido à exploração do capital mercantil. Isso intensificou a migração interna, tanto para as cidades como para outras regiões agrícolas.³⁶

No final da década de 1950 já estava praticamente solidificada a apropriação capitalista das terras, doadas ou vendidas a preços baixíssimos pelo Estado. Em virtude disso, foi criada uma estrutura fundiária altamente concentradora.³⁷ Trata-se de uma política de terras claramente impeditiva da multiplicação das pequenas propriedades rurais, em que as terras ganharam um

³⁶ José Carlos Leite, em seu estudo sobre conflitos sociais no campo na região sudoeste de Mato Grosso, menciona a existência de migrantes originários da *região de Rondonópolis*, o que retrata a migração interna. “*Alguns destes migrantes já haviam tentado se reproduzir no campo, no próprio Estado de Mato Grosso, tanto no atual Mato Grosso do Sul quanto na região de Rondonópolis e Baixada Cuiabana, durante os anos 50 e 60*”. (Resistência e transformação do campesinato no sudoeste mato-grossense: Aspectos educativos da luta pela terra. O caso do assentamento Mirassolzinho – Jauru/MT. Dissertação de Mestrado. Instituto de Educação/UFMT, Cuiabá, 1993, mimeo., p. 69, grifo meu).

³⁷ No município de Rondonópolis, o IBGE “*aponta para um espaço latifundiário já em 1960, pois 79,16% dos estabelecimentos rurais, todos com menos de 100 hectares, possuíam 12,78% da área total dos estabelecimentos, enquanto os 20,84% dos estabelecimentos restantes possuíam 87,22% da área dos estabelecimentos (...)*”. (SUZUKI, Júlio César. De povoado a cidade: A transição do rural ao urbano em Rondonópolis. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, São Paulo, 1996, mimeo., p. 136).

valor essencialmente especulativo e onde o desenvolvimento da pecuária teve uma expansão lenta.

Além da política de terras, o Estado também exerceu um papel importante na criação da infra-estrutura mínima necessária para desencadear a ocupação e o desenvolvimento da microrregião. A construção de estradas, nesse contexto, foi a ação mais destacada, e Rondonópolis passa a se situar em uma posição geográfica privilegiada, local onde ocorre o entroncamento das duas estradas principais do sistema de transporte rodoviário, vias que ligam Mato Grosso à região Centro-Sul do país: são as atuais BR 163 (Cuiabá - Rondonópolis - Campo Grande) e BR 364 (Cuiabá - Rondonópolis - Goiânia).

Na fase da Frente de Expansão (1940 a 1960), portanto, houve uma intensa migração de trabalhadores rurais e de pecuaristas para a microrregião de Rondonópolis; neste período ocorreu a apropriação privada e concentradora das terras, com a participação decisiva do Estado; os trabalhadores rurais proprietários, os arrendatários e os posseiros desenvolveram a produção agrícola do excedente, constituindo-se nos principais protagonistas do desenvolvimento e da acumulação do capital mercantil; a dificuldade de acesso à terra e a exploração imposta aos trabalhadores rurais pelo capital mercantil já eram problemas sociais marcantes do período, paralelamente ao desenvolvimento sócioeconômico.

1.2.3. A frente pioneira

O período entre 1960 e 1980 – Frente Pioneira – se caracterizou pelo processo de expansão do capitalismo na agricultura. Nesta fase a expansão da fronteira agrícola se deu pela

“forma empresarial e capitalista de ocupação do território”.³⁸ Principalmente a partir da segunda metade da década de 60, iniciou-se um processo de modernização capitalista que revolucionou a agricultura e a pecuária. As profundas mudanças que ocorreram na produção agropecuária também implicaram em profundas transformações na sociedade em geral da microrregião, tanto no campo como na cidade.

A política de incentivos do governo federal através do crédito agrícola subsidiado e de incentivos fiscais atraía para a região o capital agroindustrial, com o intuito de desenvolver nas áreas de cerrado a agricultura moderna. Em 1972, Rondonópolis foi incluído no projeto da Amazônia Legal, e em 1975, principalmente com a criação do programa especial POLOCENTRO, além de outros programas como a SUDAM, o PRODOESTE, o PROTERRA, os governos militares intensificaram o desenvolvimento agrícola no cerrado. As terras atingiram uma grande valorização, sendo adquiridas principalmente por empresários rurais secundários das regiões Sudeste e Sul do país. O maior impacto para o desenvolvimento sócioeconômico da região foi o cultivo da soja, iniciado pelos sulistas no final da década de 70. Devido à inovação tecnológica na produção agropecuária e ao aumento da produtividade, a região desenvolveu relações comerciais crescentemente complexas deste setor com outros setores da economia, tanto no nível local como nacional.³⁹

Os pequenos proprietários rurais foram duramente atingidos neste período, e muitos não conseguiram se manter em seu pedaço de terra. Com a grande valorização das terras, os posseiros foram expulsos de seus lotes e cessaram as colonizações públicas. Restava aos trabalhadores aderir ao sistema de arrendamento de terras, ao sistema de “talhão”, ao assalariamento rural, à

³⁸ MARTINS, José de Souza, *apud* Flávio Antônio da Silva Nascimento, *op. cit.*, p. 85.

³⁹ Cabe não desconsiderar que o maior responsável pela modernização tecnológica conservadora da agropecuária, mormente no seu aspecto técnico, foi também o próprio Estado com suas políticas de assistência rural ao grande produtor e com a produção de cultivares selecionados nos seus institutos agrônômicos.

migração para as cidades ou para outras regiões menos ocupadas no próprio estado ou no Norte do país.⁴⁰

Neste período, tivemos um intenso processo de migração do campo para as cidades: houve um gradativo esvaziamento do campo, tanto através da expropriação como através da redução da necessidade de mão-de-obra. Nas palavras de Moura,

*“De acordo com dados do IBGE, no decênio 70-80, a microrregião de Rondonópolis teve um crescimento demográfico de 22,31%. O quadro urbano cresceu 165,29% e o quadro rural foi negativo -43,88%”.*⁴¹

Além do agravamento dos problemas sociais, neste período houve uma intensificação ainda maior do fluxo migratório para a microrregião por trabalhadores expulsos e expropriados ou sem perspectivas de vida nas regiões tradicionais do país, sendo que esses buscavam trabalho no campo ou nas cidades em grande crescimento.⁴² Como as terras já estavam apropriadas,⁴³ restaram as diferentes formas de trabalho agrícola em terras alheias, sob grande exploração, inclusive com práticas de “escravidão por dívidas”.⁴⁴

O processo de modernização capitalista na agricultura foi acentuando significativamente as contradições e as desigualdades entre as classes sociais na microrregião, tanto no campo como na cidade; o desenvolvimento agropecuário capitalista erigido pelo capital industrial e financeiro monopolista caracteriza-se por ser essencialmente acumulativo, contraditório e excludente; a economia agrícola do excedente e o capital mercantil, mesmo perdendo gradativamente o

⁴⁰ Os trabalhadores da microrregião sem trabalho no campo, “vão para as cidades ou partem em busca de terras no norte de Mato Grosso, Rondônia e Acre”. (Carmen Lúcia Senra Itaborahi de Moura, *op. cit.*, p. 69).

⁴¹ Carmem Lúcia Senra Itaborahi de Moura, *op. cit.*, p. 71.

⁴² No município de Rondonópolis, “o aumento populacional de 1960 a 1980 foi de 253%”. (Flávio Antônio da Silva Nascimento, *op. cit.*, p. 85).

⁴³ “A realização do sonho camponês, o de possuir terra, deixava de se concretizar, pois a concentração fundiária era expressiva”. (Flávio Antônio da Silva Nascimento, *op. cit.*, p. 53).

⁴⁴ Kênia de Lima Gomes Oliveira, em suas pesquisas sobre o tema, destaca esta prática amplamente adotada na região de Rondonópolis, principalmente no período 1960-1980, em pleno período de expansão das relações capitalistas. Ver: Introdução à questão da escravidão por dívidas em Rondonópolis - MT (1960-1980). Monografia de Especialização. História/ICHS/CUR/UFMT. Rondonópolis, 1999, mimeo.

predomínio, ainda representavam um peso econômico significativo neste período; o próprio capital agroindustrial não prescindia dessas atividades e relações econômicas, são incorporadas de forma subordinada. Um outro aspecto resultante deste processo de modernização capitalista são as profundas desigualdades que são geradas no próprio interior da microrregião: os municípios que dispõem de terras mais apropriadas para a agricultura moderna – solo argiloso – e de melhor infra-estrutura despontam no desenvolvimento econômico e social e acabam por determinar relações de dependência econômica intra-regional.

1.2.4. A integração econômica (a partir de 1980)

A partir dos anos 1980 o período de desenvolvimento sócioeconômico da região não se caracteriza mais pela expansão da fronteira agrícola, mas pela sua integração econômica. Segundo Nascimento, esta seria a terceira fase:

“A característica da terceira fase da história de Rondonópolis é o desenvolvimento capitalista de 1980 até os dias atuais, com a superação da fase da Fronteira Agrícola e da característica externa principal, a articulação comercial tradicional com outras regiões brasileiras mais desenvolvidas. A expansão capitalista levou à inserção do município na cadeia produtiva agroindustrial nacional e internacional, com a implantação de um setor capitalista na agricultura baseado na soja”. (Nascimento, 1997: 139).

No processo de Integração Econômica ocorre a integração produtiva e comercial da região com setores da economia nacional e internacional. Principalmente a partir dos anos 80, surgiram agroindústrias em setores agropecuários com maior demanda nacional ou internacional, tais como a soja, o arroz, o algodão, o leite e a carne bovina. Com isso, Rondonópolis passa a se consolidar como principal pólo geoeconômico da microrregião, pois atrairá as principais empresas e indústrias do setor agropecuário. De acordo com o autor em pauta,

“A cidade foi se convertendo em centro comercial e de prestação de serviços para o atendimento da demanda local e regional por insumos, implementos e utensílios agrícolas, assistência técnica etc.”. (Idem: 119).

Esta concentração do fluxo de capital industrial e financeiro em determinados municípios da microrregião, principalmente em Rondonópolis e secundariamente em Jaciara e Campo Verde, intensificou a migração interna, que já ocorria desde os anos 70.⁴⁵ Entre 1950 e 1991, enquanto na grande maioria dos municípios da região houve praticamente uma estagnação demográfica, a população de Rondonópolis cresceu mais de 44 vezes, passando de 2.888 para 130.426 habitantes.⁴⁶ Portanto, a modernização da agropecuária engendrou profundas desigualdades econômicas e sociais na microrregião.

Na década de 80 ainda houve um significativo processo de expropriação e de expulsão de trabalhadores rurais. Com a intensificação da mecanização agrícola e com o fim do trabalho de preparação das fazendas para a criação de gado, houve uma redução do sistema de arrendamento/parceria e do sistema de “talhão”, bem como do sistema de assalariamento rural e de diarista, a qual provocou a continuidade da expulsão do campo. Mesmo assim, ainda houve um significativo fluxo migratório de todo o país para a região.

Já nos anos 90, em um contexto econômico nacional de baixíssimo crescimento e com a crescente crise da agricultura brasileira, provocados pela radical e abrupta abertura comercial e a quase extinção do subsídio rural, ocorreu um agravamento dos problemas sociais na microrregião. Atualmente, os pequenos proprietários rurais que ainda resistem em seu lote enfrentam enormes dificuldades. O modelo de desenvolvimento agrícola em vigor, a inexistência de uma política agrícola para esse segmento social, a exigüidade dos lotes, o esgotamento dos

⁴⁵ *“Tanto a pecuária como a produção mecanizada do arroz e soja provocaram uma diminuição da mão-de-obra não especializada, propiciando a saída dos trabalhadores rurais para as cidades da região, principalmente Rondonópolis e Jaciara, buscando emprego ou terras em outros lugares”.* (Carmen Lúcia Senra Itaborahi de Moura, *op. cit.*, p. 69).

⁴⁶ Ver: Flávio Antônio da Silva Nascimento, *op. cit.*, p. 49.

solos, a continuidade da subtração da renda camponesa, entre outros fatores, conduzem a uma crescente pauperização da agricultura familiar.

A estrutura fundiária concentrada e a modernização agrícola conservadora tornaram-se alguns dos fatores determinantes do problema agrário e do fenômeno da urbanização. A impossibilidade de absorção da massa de trabalhadores no mercado de trabalho urbano, aos poucos, se constitui em um problema social crônico. A economia informal está amplamente disseminada em cidades como Rondonópolis, o que retrata a insuficiência de postos de trabalho no mercado formal. Em decorrência desta exclusão social crescem, vertiginosamente, a criminalidade e a violência nas cidades da região. Nascimento assinala que

“O cerne da questão urbana foi o afluxo para a cidade de camponeses expulsos e de novos migrantes que encontravam reduzida oferta de trabalho, surgindo o desemprego e subemprego, marcados por atividades pouco especializadas ou de baixa remuneração”.
(Nascimento, 1997: 128).

A questão agrária e a questão urbana são as duas questões sociais mais explosivas na microrregião de Rondonópolis. Neste contexto social surgem movimentos sociais de luta pela terra na região; é neste mesmo contexto que surgiu, em Mato Grosso, o MST, que escolheu a região de Rondonópolis como porta de entrada para se estruturar neste Estado.

Na expansão da fronteira agrícola para a região, caracterizada pela apropriação capitalista concentrada das terras e pela modernização agrícola sob a égide do capital industrial e financeiro monopolista e com a participação decisiva do Estado, imprimiu-se um acelerado processo de desenvolvimento econômico e social, uma “aceleração temporal na fronteira” (Nascimento, 1997). Porém, esse desenvolvimento está sendo altamente conservador, contraditório e excludente. Nas últimas décadas, houve um enorme esvaziamento populacional no mundo rural, provocado pela expropriação e expulsão desses trabalhadores. Nas cidades, eles vivem o drama do subemprego e do desemprego. Os milhares de migrantes que se deslocaram para a região com

o sonho de encontrar terras abundantes e férteis ou simplesmente trabalho permanente vivem, atualmente, um acelerado processo de exclusão social.

Recordemos, sucintamente, que neste capítulo foram abordadas a expansão da fronteira agrícola para Mato Grosso e para a microrregião de Rondonópolis em particular, a formação da estrutura fundiária concentrada e a modernização agropecuária conservadora, excludente, com a participação ativa do Estado; estas questões macroestruturais são os grandes fatores ou os condicionantes principais da situação social extremamente adversa imposta aos trabalhadores rurais, e implicam em sua expropriação, expulsão, pauperização, favelização urbana.

Dentro deste contexto social, como veremos no próximo capítulo, irrompem os movimentos sociais no campo, principalmente de posseiros pelo direito de permanência na terra e dos trabalhadores rurais sem-terra pelo acesso a ela, revigorando o sonho que os conduziu para a região; também dentro deste contexto social e nessa região surgiu, em meados da década de 1990, o MST.

II. OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA: CIDADANIA, NOVOS SUJEITOS POLÍTICOS E IDENTIDADE SOCIOCULTURAL

Neste segundo capítulo, serão tratadas duas grandes questões teóricas consideradas fundamentais para os propósitos deste trabalho. No primeiro momento, serão abordados os movimentos sociais em geral e os do campo e sua importância para o exercício da cidadania, a luta pelos direitos e a emergência de novos sujeitos, bem como sua contribuição para o fortalecimento político da sociedade civil e para a ampliação e o aprofundamento da democracia.

Na segunda parte, será abordada uma das motivações de fundo presente nas lutas dos trabalhadores sem-terra nos movimentos sociais: além da luta pelo acesso à terra, esses trabalhadores lutam visando seu enraizamento sociocultural, a construção de sua identidade, um modo de vida peculiar a ser resgatado e desenvolvido no lote de terra familiar e na comunidade do assentamento. Esse projeto de vida rural, mesmo suscetível a transformações, constitui-se em uma base cultural que interfere fortemente no sistema de trabalho/produção e em toda organização dos assentamentos. A organização e a luta dos trabalhadores rurais na região de Rondonópolis, de modo particular o surgimento e a expansão do MST na região, são a expressão concreta e histórica dessa luta pela inserção social no mundo rural. Por isso, nesta parte também será traçado um breve histórico da organização e da luta protagonizadas pelos trabalhadores do campo desta região.

2.1. Os movimentos sociais e os novos sujeitos políticos

Os movimentos sociais populares do campo e da cidade que surgiram no período que vai da década de 1970 até hoje apresentam objetivos sociais e políticos, formas de organização, estratégias de luta, formas de relacionamento com o Estado etc. muito diferentes entre si. Mesmo assim, e também por causa disso, esses movimentos são portadores de algumas características comuns e que são significativas sob o aspecto cultural, social e político. Eles se constituem em importantes espaços organizativos para o exercício da cidadania, a luta pelos direitos dos pobres e excluídos da sociedade e a possibilidade de sua emergência como novos sujeitos sociais e políticos.

2.1.1. Os Movimentos Sociais e a Cidadania

Para o propósito deste trabalho, qual seja, identificar a visão política e o perfil ideológico dos assentados do MST, é fundamental destacar a questão do exercício da cidadania proporcionado pelos movimentos sociais populares. Os referidos assentados já têm uma trajetória de organização e de luta no MST, inclusive já conquistaram a terra, e agora lutam pela sua fixação no campo enquanto pequenos produtores rurais. O exercício da cidadania através da luta organizada pelos direitos sociais interfere substancialmente no processo de reelaboração das idéias, valores e princípios dos indivíduos diretamente envolvidos na luta, bem como na recriação de suas representações simbólicas e sociais e na formação da consciência política; enfim, proporciona uma renovação cultural e política. Assim, neste tópico, destaca-se a influência do

exercício da cidadania na formação política e cultural dos sujeitos organizados nos movimentos sociais.

Abordar os movimentos sociais populares brasileiros é uma tarefa árdua, isto por causa das diferenças profundas quanto a sua natureza organizativa, estratégias de luta e objetivos sociais e políticos. Quanto à organização, os movimentos sociais criam uma estrutura mais ou menos orgânica, dependendo muito dos objetivos estabelecidos; a democracia interna também é muito variada. Os movimentos sociais se diferenciam tanto quanto às articulações internas como também quanto aos outros movimentos sociais, a sociedade organizada, os partidos políticos e o Estado. A organização dos movimentos também pode estar limitada ao nível local ou ter uma abrangência regional ou nacional. Quanto aos objetivos, os movimentos podem se limitar a lutas em torno de necessidades ou interesses específicos, com a desmobilização do grupo após a conquista das reivindicações; também podem ter objetivos prioritários de caráter mais político e ideológico, que visam a um projeto de sociedade alternativa a longo prazo, como ocorre, por exemplo, com o MST. A linha político-ideológica também diferencia os movimentos quanto a sua relação com o Estado, pois eles desenvolvem uma postura mais oposicionista ou mais situacionista, bem como mais autônoma ou mais atrelada aos órgãos públicos. Além disso, há diferenças profundas entre os movimentos sociais populares do campo e os urbanos. Enfim, há uma diversidade de movimentos sociais populares, com características muito diferentes, que retratam a sociedade em movimento, não institucionalizada.

O espaço deste trabalho não permite discutir as principais diferenças entre os movimentos sociais, isto nem é necessário para os objetivos em questão. O que se deseja enfatizar, fundamentalmente, é o significado social e político que pode ser atribuído a todos estes movimentos sociais, embora as suas particularidades devam ser respeitadas. Os chamados novos movimentos sociais apresentam alguns traços que são importantes para se pensar na cidadania, na

luta pelos direitos sociais, nos novos sujeitos, na democratização da sociedade e da política. Neste sentido, a idéia central consiste nos espaços públicos representados pelos movimentos sociais para a luta organizada pelos direitos, em que se privilegia a ação direta, como afirma Doimo: “a marca comum desses novos impulsos participativos encontra-se, na verdade, na ação-direta”. (Doimo, 1995: 50, grifo da autora).

A cidadania ganha um novo sentido teórico e prático com a discussão sobre a importância dos movimentos sociais para a democratização da sociedade e da política, para o fortalecimento da esfera da sociedade civil, para o revigoramento da ação direta na política, para a disseminação da cultura dos direitos, para o surgimento de novos sujeitos sociais e políticos etc. Pode-se, mesmo, falar de uma nova cidadania; Durham enfatiza este aspecto:

“... estamos vivendo um processo de construção coletiva de uma nova cidadania, definida por um conjunto de direitos, tomados como auto-evidentes, que é pressuposto da atuação política e fundamento de avaliação da legitimidade do poder”. (Durham, 1984: 29, grifo meu).

Dagnino aponta alguns importantes aspectos constitutivos desta nova cidadania desenvolvida pelos movimentos sociais; sua análise permite fazer uma distinção entre a teoria liberal formal de cidadania, esta centralizada na democracia representativa e institucional, e a chamada nova cidadania, que está alicerçada também na democracia direta e nas novidades que ela suscita. Além dessa distinção, também é importante atentar para as formas de interação que são tecidas entre os movimentos e as instituições políticas. Os principais aspectos para se focar o novo na cidadania seriam os seguintes:

1. Há uma redefinição da noção de direito, relacionado com o novo sentido dado às lutas pelos setores populares na sociedade civil, em que o “ponto de partida é a concepção de um direito a ter direitos (...) [que] inclui fortemente a invenção/criação de novos direitos (...)”. (Dagnino, 1994: 107-108, grifo da autora).

2. A nova cidadania, concebida dentro do princípio democrático da ampla liberdade de organização e de luta dos setores populares pelos seus direitos, proporciona o processo de “constituição de sujeitos sociais ativos”. (Idem: 108).

3. A cidadania, em suas novidades, abre espaços de participação política dos setores populares na construção do projeto de sociedade, pois ela “se constitui também enquanto

uma proposta de sociabilidade (...) e não apenas a incorporação ao sistema político no seu sentido estrito". (Idem: 108, grifo da autora).

4. A nova cidadania, os "múltiplos espaços públicos" são considerados fundamentais para a transformação das diferentes relações e práticas autoritárias na esfera da sociedade, ou seja, não apenas na esfera política. "O processo de construção da cidadania enquanto afirmação e reconhecimento de direitos é, especialmente na sociedade brasileira, um processo de transformação das práticas sociais enraizadas na sociedade como um todo". (Idem: 109).

5. Esta cidadania não é concebida sob a dimensão restrita de inclusão ao sistema político, mas "o direito de participar efetivamente da própria definição desse sistema, o direito de definir aquilo no qual queremos ser incluídos, a invenção de uma nova sociedade". (Idem: 109, grifo da autora).

6. Tal concepção de cidadania é essencialmente pluralista, aberta para a compreensão da diversidade que suscita: "pode constituir um quadro de referência complexo e aberto para dar conta da diversidade de questões emergentes nas sociedades latino-americanas". (Idem: 112).

Frente à visão exclusivamente institucional, esta noção de cidadania é eminentemente revolucionária, pois ela contempla a ampla liberdade de organização, a pluralidade, a criação de novos direitos, a radicalidade democrática (a sociedade e as instituições políticas), a ampliação da política para a esfera da sociedade civil, a transformação da sociedade, a utopia da justiça e da igualdade social etc. A compreensão da cidadania dentro dos limites da política institucional ou uma visão das organizações sociais restrita ao âmbito da sua subordinação ao poder institucional impediria uma visão mais ampla do poder sóciopolítico dos movimentos sociais e de sua constituição em espaços sociais formadores de novos sujeitos sociais, ou seja, ocultaria aspectos culturais, sociais e políticos significativos que são criados autonomamente na esfera da sociedade civil.

Scherer-Warren fala de uma cidadania "integral" que estaria sendo desenvolvida pelos movimentos sociais, sendo que a mesma se caracteriza como algo novo e que aponta na direção de um projeto de sociedade alternativa. Segundo ela,

"Quanto ao projeto, o que há de novo nos Movimentos Sociais no Campo é a centralidade da luta por cidadania 'integral'. Isto se expressa através da utopia de construção de uma nova sociedade: mais justa do ponto de vista social, na qual o direito à terra para quem nela trabalha e vive, entre outros (cidadania social), seja respeitado; mais participativa e democrática, na qual os trabalhadores tenham suas organizações e formas de

representação reconhecidas e consideradas (cidadania política); e na qual haja respeito à diversidade cultural (modo de vida camponês) ou de gênero (mulher camponesa)". (Scherer-Warren, 1993: 72, grifos meus).

A descoberta da sociedade civil como campo privilegiado para o exercício da cidadania, para a luta pelos direitos por parte dos setores populares é outro aspecto importante para se analisar os movimentos sociais sob o ângulo da sua contribuição política. De acordo com Paoli,

"Sua originalidade residia no fato de organizarem-se para expressar o desejo de integrar-se a uma outra esfera de poder, aquela que pertence à ordem da cidadania e dos direitos e que é regida, portanto, por aquilo que hoje, anos mais tarde, está sendo enunciado como própria da esfera de uma sociedade civil revitalizada". (Paoli, 1995: 27, grifos meus).

Os movimentos sociais contribuem para a expansão da política na esfera da sociedade civil. O predomínio quase absoluto do sistema político representativo na história brasileira foi possível, em grande parte, devido ao forte controle exercido pelo Estado sobre a sociedade, o qual dificultava ou impedia a livre organização dos trabalhadores. Sob uma sociedade civil desorganizada foram amplamente desenvolvidas as relações clientelistas, uma tradição política elitista, autoritária e conservadora. As diferentes formas de organização e de fortalecimento da sociedade civil criam novas perspectivas de participação qualificada dos setores populares e de democratização das instituições políticas. Através da ampliação dos espaços públicos no interior da sociedade civil e da emergência dos múltiplos atores sociais, há a perspectiva da recriação da sociedade, como pensa Telles:

"Não mais como uma sociedade que se estrutura nas regras que organizam interesses privados, mas uma sociedade na qual as relações sociais sejam mediadas pelo reconhecimento dos direitos e representação de interesses, tornando factível a construção de espaços públicos que configuram legitimidade aos conflitos e nos quais a medida da igualdade e da justiça venha a ser objeto de debate e de uma permanente e sempre reaberta negociação". (Telles, 1994: 47-48, grifo meu).⁴⁷

⁴⁷ Os movimentos sociais contribuem para o processo de distinção e de separação entre o setor público e o setor privado, que consistem "a um só tempo na busca da devolução do caráter privado às esferas privadas e da natureza pública às questões públicas". (COSTA, Sérgio. "Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: Uma abordagem tentativa (sic)". São Paulo, Novos Estudos CEBRAP, n. 38, 1994, p. 47).

Relacionada ao exposto até aqui, também é importante destacar a democracia direta desenvolvida pelos movimentos sociais através de suas ações sociais e políticas. Com a democracia liberal, que está essencialmente erigida sobre a democracia representativa, há o predomínio de uma visão e de uma prática política fundamentalmente restritas à esfera política institucional. O sistema representativo é insuficiente para o amplo exercício da cidadania, principalmente pelos trabalhadores, bem como para desencadear um processo de ampla democratização da sociedade e da política institucional.

Em uma sociedade marcada pelo autoritarismo e pela desigualdade e destituída de uma profunda tradição de organização autônoma e de participação efetiva na política por parte das camadas populares, os próprios conflitos sociais resultantes das lutas dos movimentos sociais se revestem de um novo sentido, um caráter positivo para os trabalhadores envolvidos e para a sociedade em geral. É da essência da democracia a liberdade de organização e o surgimento dos conflitos sociais, o embate entre os interesses divergentes e contraditórios, principalmente em sociedades onde imperam extremas desigualdades. O processo de democratização da sociedade deve conduzir à “institucionalização do conflito” (Weffort, 1992), tendo como critério a negociação política. O aspecto conflitivo presente no exercício da cidadania, na luta pelos direitos, e a necessidade do seu tratamento público, político, são destacados por Telles. Segundo ela, a afirmação de direitos depende

“... da constituição de espaços públicos nos quais as diferenças podem se expressar e se representar em uma negociação possível; espaços nos quais valores circulam, argumentos se articulam e opiniões se formam; e nos quais, sobretudo, a dimensão ética da vida social pode se constituir em uma moralidade pública através da convivência democrática com as diferenças e os conflitos que elas carregam (...)”. (Telles, 1994: 92).

O exercício da cidadania desenvolvido através dos movimentos sociais ajuda a ampliar a noção de política. Esta é trazida e expandida para o conjunto da sociedade e não se limita à política institucional. Através das múltiplas formas de organização e de luta, de ação direta,

mesmo que privilegiem objetivos sociais específicos, os diferentes segmentos e grupos sociais se integram na política e também se tornam sujeitos da política. O fortalecimento da democracia direta, a política exercida na e pela sociedade, não é incompatível com a democracia representativa. Dentro de um processo conflitivo e de interação, as organizações sociais contribuem para a valorização e ampliação da política, bem como para a democratização de suas instituições.

A revalorização da democracia como princípio fundamental para se pensar a organização social e política revolucionou a teoria sobre a política contemporânea. Setores significativos de intelectuais e militantes de esquerda latino-americanos promoveram uma revisão da teoria marxista no decorrer da década de 1970, introduzindo a democracia como um princípio essencial para se pensar a política e abandonando a revolução armada como caminho inevitável para a transformação socialista da sociedade. A visão instrumentalista da democracia foi sendo substituída pela concepção de democracia como um valor em si, um “valor universal”.⁴⁸ Para Weffort, entre uma parte expressiva da esquerda socialista

“... é inegável que algo mudou, tanto em suas concepções sobre o socialismo quanto em suas concepções sobre a revolução. E a diferença essencial passa, me parece, pela idéia de democracia”. (Weffort, 1984: 84, grifo meu).⁴⁹

Os movimentos sociais rurais e urbanos contribuíram de forma significativa para o processo de abertura política e para a transição e a instauração do regime democrático liberal (1985). Porém, enquanto estas se davam via “transição pelo alto”, de caráter liberal-conservador, os movimentos sociais apontaram para além desta visão liberal clássica da democracia: tinham como horizonte a invenção radical da democracia. Esta foi uma das principais novidades políticas

⁴⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal: Notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

⁴⁹ “*Se a revolução é o eixo articulador da discussão latino-americana na década de 60, nos [anos] 80 o tema central é a democracia*” (LECHNER, Norbert. *Los patios interiores de la democracia: Subjetividad y política*. Chile: Fondo de Cultura Económica, 1990, p.18, grifo do autor).

que os movimentos sociais em geral representaram neste período de transição, quando houve a irrupção dos mesmos.

Os próprios movimentos sociais que surgiram neste período foram organizados sob a luz dos princípios democráticos, pois introduziram uma significativa democracia interna, o que garantiu a descentralização do poder, o funcionamento através de comissões, a tomada de decisão de forma colegiada ou em assembleias gerais, a formação de núcleos, a divisão das principais tarefas em setores etc. A democracia interna, assim, é uma das características novas dos movimentos que surgiram neste período e continua sendo um dos princípios de organização perseguidos por muitos movimentos, apesar da presença constante das tentações centralizadoras e autoritárias.

Um outro aspecto é a nova relação que passa a ser estabelecida entre a cultura e a política: a cultura era concebida como algo subalterno à política, como objeto de politização e, na renovação teórica, principalmente com a estratégia democrática de construção da sociedade, elas passam a ser vistas como profundamente imbricadas, que permite pensar a formação cultural e política em novos termos; existe um

“... nexo constitutivo entre as dimensões da cultura e da política. Incorporando características da sociedade contemporânea, como o papel das subjetividades, a emergência de sujeitos sociais de novo tipo e de direitos de novo tipo, a ampliação do espaço da política, essa é uma estratégia que reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para a construção democrática”. (Dagnino, 1994: 104, grifo da autora).

Os movimentos sociais populares se constituem em espaços públicos por excelência para a luta dos pobres e excluídos em favor das suas necessidades básicas para a vida. Expropriados e expulsos do campo e excluídos do mercado de trabalho no meio urbano, inclusive abandonados pelo Estado, eles encontram nos movimentos um espaço para lutar pelos seus direitos. Por meio

dos movimentos sociais ocorreu a “‘descoberta’ dos trabalhadores” (Telles, 1987). Para Ruth Cardoso,

“...a contribuição mais importante dos movimentos populares foi ter dado demonstração da presença ativa das camadas excluídas. No Brasil, o povo sempre foi apresentado como passivo, desunido e incapaz de ação autônoma”. (Ruth Cardoso, 1983: 24).

No caso específico dos diversos segmentos de trabalhadores rurais que compõem os sem-terra, pensar na sua constituição como sujeitos sociais, cidadãos que lutam pelos seus direitos de acesso à terra e por uma vida digna no campo, reveste-se de um sentido sóciopolítico e cultural de grande relevância, principalmente quando consideramos que,

“... na tradição hierárquica e autoritária da sociedade brasileira, ser pobre significa não só a privação material, econômica, mas ser submetido a regras culturais que implicam no não-reconhecimento como sujeito portador de direitos (...)”. (Dagnino, 1998: 25, grifo meu).

As novidades⁵⁰ de que os movimentos sociais populares são portadores e que os constituem, mesmo apresentando também um caráter heterogêneo, multifacetado e fragmentado, permitem pensá-los como atores sociais capazes de forjar novos sujeitos políticos, como também contribuem para o processo de aprofundamento da democracia nas esferas da sociedade e da política.

Os movimentos sociais populares em geral passaram por significativas mudanças nas estratégias de luta, principalmente a partir de meados da década de 80. A instauração do regime democrático formal conduziu-os para a necessidade de se ajustarem à chamada “institucionalidade democrática”. Da oposição inicial ao Estado ditatorial (no período anterior a 1985), passaram a estabelecer uma crescente relação de interlocução, de interação com os órgãos

⁵⁰ Evelina Dagnino, na sua síntese, aponta as seguintes novidades: “a construção de identidades coletivas, o desejo de autonomia, a busca de novas práticas organizacionais que enfatizassem formatos mais democráticos e a constituição de sujeitos sociais, baseada no desenvolvimento de uma noção de direitos e, especialmente, da noção de uma nova cidadania” (DAGNINO, Evelina. “Cultura democrática e cidadania”. Revista Opinião Pública, Campinas, CESOP/UNICAMP, v. V, n. 1, novembro/98, p. 11).

do Estado e com os partidos políticos. Uma das mudanças, por exemplo, é a passagem de uma postura política eminentemente reivindicativa para uma postura mais propositiva.⁵¹ É claro que os movimentos sociais com uma linha político-ideológica socialista, como por exemplo o MST, como ainda veremos, continuam a fazer uma oposição sistemática ao governo do Estado, bem como alteraram menos sua estrutura organizativa e as estratégias de ação após a instauração do regime democrático formal.

A autonomia em relação ao Estado também foi uma das características dos movimentos sociais que surgiram no decorrer da década de 1970 e início da década seguinte e representou um rompimento com as relações clientelistas e de cooptação comuns entre os movimentos tradicionais e as instituições políticas. Muitos movimentos sociais, mesmo com o estabelecimento de vínculos de interação com os órgãos públicos no regime democrático atual, ainda preservam a autonomia organizativa.

Entre os muitos aprendizados sociais e políticos que são adquiridos por esses trabalhadores, os direitos alcançados com a luta organizada e coletiva passam a ser percebidos como conquistas e não como dádivas concedidas. As relações de mando e de subserviência historicamente desenvolvidas principalmente no meio rural, as práticas políticas coronelistas e clientelistas difundiram a noção de “cidadania concedida” e a “cultura da dádiva” (Sales, 1994). A concretização do sonho de acesso à terra, por exemplo, é uma experiência objetiva que cria nos trabalhadores sem-terra um auto-reconhecimento da sua condição de sujeitos capazes de conquistar direitos através da luta organizada. Esses sujeitos criam a consciência de que a conquista de direitos é resultado de sua luta e não de concessões de favor. Segundo Dagnino,

⁵¹ “A complexificação do tecido associativo e a nova conjuntura política dos anos 90 levaram à necessidade de os movimentos sociais terem um papel mais propositivo, instituinte”. (GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997, p. 324, grifo meu).

“O significado dessa luta se relaciona com a percepção de que os direitos não constituem mera dádiva, mas devem ser conquistados pelos cidadãos e pela sociedade como um todo”. (Dagnino, 1998: 25, grifos meus).

No processo de exercício da cidadania, da luta organizada, são propiciadas condições para o desenvolvimento da dimensão da formação política e cultural. Os trabalhadores encontram e constroem condições objetivas e subjetivas para ampliar e aprofundar a compreensão da realidade social e política, além de procederem à reelaboração de suas crenças, símbolos, valores, princípios, concepções, representações. Ou seja, o exercício da cidadania nos movimentos sociais se constitui em uma escola formativa importante para o aprendizado social e político. Quanto ao caráter político-formativo dos movimentos sociais, Grzybowski apresenta as seguintes dimensões desse aprendizado:

“Enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores: em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações, sociais e culturais”. (Grzybowski, 1987: 59-60, grifos meus).

É preciso lembrar, no entanto, que entre os movimentos sociais há os que proporcionam melhores condições para a formação política, o que depende muito da sua estrutura organizativa, dos seus objetivos sociais e políticos de curto e longo prazos, etc. A emergência de novos sujeitos sociais e políticos no interior dos movimentos sociais também precisa ser concebida como um processo lento, conflitivo e heterogêneo, dentro de uma perspectiva histórica de longo prazo. Inclusive, os trabalhadores apresentam diferenças significativas entre si quanto aos objetivos de suas lutas, isto tanto no interior da base dos movimentos como entre a base e as lideranças. Diante da “carência comum” (Durham, 1984) em relação às necessidades sociais básicas, tenho como hipótese que a maioria dos trabalhadores prioriza em suas lutas coletivas os interesses imediatos, específicos. Mesmo que se trate de um movimento como o MST, que tem objetivos

sociais e políticos amplos (a reforma agrária e a transformação da sociedade), isto não garante que sua base tenha como prioridade de luta os mesmos objetivos das lideranças. As principais motivações de luta dos trabalhadores sem-terra não têm necessariamente um caráter político-ideológico. Portanto, há uma diferença profunda entre as lutas em torno de objetivos imediatos, “lutas de curto prazo”, e as lutas que priorizam objetivos amplos, transformações estruturais da sociedade, “lutas de longo prazo”.⁵² A pesquisa de campo junto a assentados do MST revelará quais são os objetivos prioritários desses trabalhadores, inclusive qual é o seu perfil político-ideológico.

Dentro do conjunto das condições econômicas, sociais, políticas e culturais vividas no decorrer da história brasileira e na atualidade pelos trabalhadores do campo e da cidade na sociedade capitalista, em traços gerais, estes apresentam o “máximo de consciência possível”.⁵³ O aprendizado social e político que esses trabalhadores têm adquirido através dos movimentos sociais é fundamental para o aprofundamento da consciência de classe e da consciência crítica e também para a formação da consciência política. Ou seja, são as novas condições objetivas que possibilitam transformações na forma de conceber a sociedade e a política em geral e de se posicionar em relação a elas, assim como para a definição da ideologia política. O poder de influência da luta organizada e coletiva no processo de formação política, no entanto, não pode ser entendido como algo automático, mecanicista, nem linear ou homogêneo no interior do grupo. Mesmo assim, defendo a tese de que os movimentos sociais se constituem em espaços públicos em que podem emergir “públicos alternativos”,⁵⁴ novos sujeitos sociais e políticos. No caso específico dos trabalhadores assentados do MST, com sua participação ativa na organização e na

⁵² COHEN, Joshua & ROGERS, Joel, *apud* GUARESCHI, Pedrinho A. *Sociologia da Prática Social*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1992, p. 154.

⁵³ GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia: O que é a Sociologia?* 10ª. ed., São Paulo: DIFEL, 1986.

⁵⁴ ALVAREZ, Sonia E. & DAGNINO, Evelina. “Para além da ‘democracia realmente existente’: Movimentos sociais, a nova cidadania e a configuração de espaços públicos alternativos”. Campinas-SP, 1995, mimeo.

luta do Movimento, eles ampliam e aprofundam sua visão e valorização da política, redefinem sua postura ideológica, reelaboram seus valores, princípios, crenças, tradições, símbolos constitutivos da cultura.⁵⁵

Diante dos objetivos deste trabalho, que residem na discussão da relação entre a cidadania e a renovação da visão política e ideológica e do conjunto dos valores culturais por parte dos trabalhadores organizados em movimentos sociais, a possibilidade de sua emergência como novos sujeitos sociais e políticos reveste-se de um significado fundamental para pensar na democratização e transformação das relações e instituições sociais e políticas. Estas questões tornam-se particularmente relevantes quando relacionadas ao MST, uma vez que este tem, entre seus objetivos, transformar a sua base de trabalhadores rurais sem-terra acampados e assentados em cidadãos conscientes, em sujeitos políticos com uma ideologia de esquerda. No próximo capítulo será abordado especificamente o MST, principalmente sua linha político-ideológica, sua estrutura organizativa e o projeto formativo para sua base.

2.1.2. Os movimentos sociais do campo: contribuição social e política

Embora os trabalhadores brasileiros do campo tenham uma significativa trajetória de lutas imbricada com a história geral dos últimos 500 anos, a conquista dos primeiros direitos sociais é muito recente. Além de a estrutura fundiária concentrada e o modelo de modernização capitalista da agricultura terem dificultado, historicamente, a agricultura familiar, os trabalhadores do campo

⁵⁵ Para ilustrar o processo lento e heterogêneo da formação política, lembro a pesquisa desenvolvida por Marcia Regina de Oliveira Andrade sobre a formação da consciência política dos jovens de um assentamento do MST no município de Sumaré-SP. Ela destaca três modalidades de consciência política presentes nesse grupo: consciência fragmentada, consciência possível e consciência transformadora. (ANDRADE, Marcia Regina de Oliveira. A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Tese de Doutorado. FE/UNICAMP, Campinas-SP, 1998, mimeo).

foram submetidos a relações sociais e políticas particularmente autoritárias, de exploração e de não-cidadania. Priorizando a análise a partir da década de 1970, vê-se que os movimentos rurais se constituem em atores sociais e políticos importantes para a ampliação da democracia e para as transformações sociais no campo, emergindo como novos sujeitos.

Para se abordar os movimentos sociais do campo, principalmente sob o aspecto da cidadania, da democracia e das transformações sociais, é preciso ter como uma das bases o autoritarismo social e político historicamente desenvolvido no meio rural e que se constitui em um dos fatores fundamentais para a conservação e o aprofundamento das desigualdades sociais e a condição de praticamente não-cidadania imposta aos trabalhadores rurais. Os primeiros direitos sociais, tais como direitos trabalhistas e o direito de sindicalização, foram conquistados pelos trabalhadores rurais apenas em 1962 e, mesmo assim, não estendidos a todas as categorias e sob a tutela do Estado.

Não há espaço aqui para uma ampla retomada histórica da situação de não-cidadania no campo, principalmente até meados do século XX; contudo, uma breve referência é necessária, visando a uma maior compreensão dos movimentos sociais que surgiram a partir da década de 1970, com suas principais novidades e sua contribuição para o processo de aprofundamento da democracia e das transformações sociais.

A estrutura fundiária e a economia agroexportadora são bases sociais que, historicamente, possibilitaram às oligarquias agrárias deter a hegemonia do poder político e social, principalmente até a década de 1930 e sob princípios extremamente autoritários. O modelo de liberalismo desenvolvido na sociedade brasileira traz esta marca profunda, como afirma Martins:

“... é um liberalismo de fundamento agrário e oligárquico, muito diverso do liberalismo europeu. É um liberalismo que alicerça o mando e não o mandato”. (Martins, 1986: 73-74, grifos do autor).

Intimamente relacionadas à estrutura agrária e aos interesses das oligarquias rurais, e também fundamentais para o desenvolvimento do liberalismo autoritário brasileiro, foram as relações escravistas e sua influência posterior. Estes são fatores sociais essenciais que geraram as relações e a cultura do favor, da dependência, do mando, da subserviência no campo. Com base no pensamento de Roberto Schwarz (1977), Caldeira afirma que

“... na sociedade brasileira os princípios do Liberalismo se fixaram embricados (sic) com a prática do favor. O pano de fundo era a escravidão, e esta combinação foi decisiva para nossa vida cultural e social”. (Caldeira, 1984: 238).

Neste contexto social os trabalhadores rurais eram submetidos a relações de extrema exploração e dominação. A participação política se limitava às eleições, e ainda assim sob a prática do “voto de cabresto”, quando os coronéis transformaram a população rural em “rebanho eleitoral”.⁵⁶ Em grande parte houve uma ausência do Estado no meio rural, ou possuía um caráter essencialmente privado. Estas relações sociais e políticas de exploração e de dominação no campo transformaram o trabalhador em “criatura domesticada”, conforme as palavras de Carvalho Franco:

“Plenamente desenvolvida, a dominação pessoal transforma aquele que a sofre numa criatura domesticada: proteção e benevolência lhe são concedidas em troca de fidelidade e serviços reflexos”. (Carvalho Franco, apud Faoro, 1975: 634, grifo do autor).

Não dispondo os trabalhadores de direitos sociais, nem do direito de organização autônoma, seus movimentos sociais tinham um caráter predominantemente messiânico e cangaceiro, pelo menos até a década de 1940.⁵⁷ Somente no período da democracia liberal de 1945-1964 surgiram movimentos sociais rurais de natureza mais política. Aqui é importante lembrar as Ligas Camponesas, a atuação do PCB no campo, o sindicalismo rural e a atuação da

⁵⁶ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. 6ª. ed., São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

⁵⁷ “... até 1940, o messianismo e o cangaço foram as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa (...)”. (MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981, p. 67).

Igreja Católica. As transformações sócioeconômicas em curso no campo e na sociedade em geral e o regime democrático formal foram importantes para o processo de organização e de luta dos trabalhadores neste período.

O golpe militar de 64 atingiu de forma duríssima os movimentos sociais, inclusive as organizações populares do campo. O golpe, em parte, ocorreu para interromper a luta pela reforma agrária. A manutenção do sindicalismo rural durante o regime militar teve enormes conseqüências sociais e políticas para esses trabalhadores. Além de sofrerem um forte controle, os sindicatos foram usados pelos militares como um instrumento para penetrar nas regiões rurais, “domesticar” os trabalhadores, transformando-os em aliados político-ideológicos do autoritarismo. A interferência dos governos militares no movimento sindical é um aspecto relevante para a compreensão da sua atual estrutura organizativa ainda centralizada e hierarquizada, bem como da sua dificuldade para se tornar uma organização mais autônoma. Na sua atuação social predominou a linha política que se limitava aos parâmetros legais e o não-confronto com o Estado autoritário, o que o tornava um movimento distante das reais necessidades sociais de sua base, como conclui Medeiros:

“Promovendo o encaminhamento dos conflitos nos marcos institucionais, o sindicalismo, só secundariamente, se agregou a ações que ultrapassavam esses limites (legais) – como foi o caso das ocupações de terra e dos acampamentos. Quando as apoiava, era num momento especial, em que já haviam se tornado fato político irreversível (...)”.
(Medeiros, 1989: 152).

No decorrer da década de 70, os posseiros desenvolveram intensas lutas pela permanência na terra, principalmente nas regiões da fronteira agrícola, resistindo contra a expulsão. O mesmo aconteceu com os povos indígenas, que passaram a resistir às ameaças de invasão e de expulsão de suas terras, contando com o apoio do CIMI. No final dos anos 70, surgiram o movimento dos seringueiros na região Norte, greves de assalariados rurais na região Nordeste, movimento dos atingidos por barragens, movimento dos pequenos agricultores, o III Congresso Nacional dos

Trabalhadores Rurais (1979), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Todos esses movimentos sociais do campo se fortaleceram nos anos 80, principalmente até meados da década, e nesta, ainda, surgiu o movimento das mulheres trabalhadoras rurais.

Esses movimentos foram importantes para o processo de derrubada do regime militar e para a implantação do regime democrático e introduziram novidades na forma de organização e de luta, tais como a democracia interna, a autonomia em relação ao Estado, a articulação com a sociedade civil organizada etc. Também é importante lembrar a importância da Igreja Católica, através da CPT junto aos movimentos do campo, a qual também contribuiu com as inovações.⁵⁸

O processo de organização autônoma de várias categorias de trabalhadores rurais através dos movimentos sociais, a prática da cidadania, a luta pelos direitos, interrompida com o golpe militar, ressurgiu no decorrer dos anos 70, inclusive com novas características, e se fortaleceu na década seguinte; este período apresenta grande expansão dos movimentos sociais. Aliadas ao processo de mudanças políticas, estão as questões sócioeconômicas, as transformações capitalistas na agricultura e os problemas sociais decorrentes. O desejo de permanecer ou retornar ao campo, bem como o anseio por uma vida digna, resultou nas lutas organizadas pelo acesso à terra, por uma política agrícola e o revigoramento da luta pela reforma agrária. Através dos movimentos sociais, os trabalhadores do campo rompem com a “cultura do silêncio”,⁵⁹ mesmo sob muita repressão e mortes, e emergem como cidadãos.

A história da quase não-cidadania dos trabalhadores rurais até meados do século XX é uma referência importante para se atribuir o devido significado social e político a essas lutas dos movimentos sociais, rompidas em 1964 e retomadas no decorrer dos anos 70, aos espaços

⁵⁸ “No trabalho da Igreja e dos movimentos de trabalhadores rurais que nela se apóiam, há uma espécie de democracia de base, um igualitarismo comunitário, onde o ‘povo’ é chamado a participar, a decidir, a acreditar no seu saber e na sua capacidade de resolver os problemas que enfrenta”. (Grzybowski, *op. cit.*, p. 67).

⁵⁹ FREIRE, Paulo, *apud* Ilse Scherer-Warren. “O caráter dos novos movimentos sociais”. In: SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 49.

públicos que são forjados para o exercício da cidadania, à luta pelos direitos e a sua emergência como novos sujeitos. Paoli destaca o espaço conquistado através dos movimentos sociais como

“... a conquista de um lugar para o cidadão comum poder exercer seus direitos e a conquista de uma figuração simbólica positiva e ativa dos atores populares como interlocutores e participantes de um espaço público”. (Paoli, 1995: 50).

A abordagem dos movimentos sociais populares em geral e sua relação com questões como democracia, cidadania, direitos, emergência de novos sujeitos, já vimos no tópico anterior. É importante acrescentar alguns aspectos que são específicos dos movimentos sociais de luta pela terra e a relação destes com essas questões.

Um dos aspectos significativos para o processo de democratização e de transformação social, principalmente do mundo rural, é a introdução da reforma agrária na agenda política nacional. A estrutura fundiária concentrada está sendo posta em xeque; através da luta organizada e coletiva, os trabalhadores sem-terra, com o apoio de partidos políticos e amplos setores da sociedade civil, estão colocando em questão a legitimidade da grande propriedade privada da terra, bem como a legalidade das propriedades irregulares e improdutivas, não cumpridoras da função social prevista em lei. A reforma agrária vai-se afirmando como uma necessidade social, que poderá revolucionar a estrutura fundiária e as relações sociais e políticas no campo e na sociedade em geral. Abramovay destaca o significado político da reforma agrária:

“Primeiramente, a reforma agrária é um caminho para que se abale no Brasil o poder da oligarquia rural (...)

Em segundo lugar, do ponto de vista político, a reforma agrária é o principal caminho para que a maior aspiração do homem do campo seja atendida: a conquista da cidadania, ou seja, o direito não só de um voto independente, mas um local de moradia e trabalho independente do patrão, possibilidade de conquista de melhores condições de vida”. (Abramovay, 1986: 17-18, grifos do autor).

A luta dos movimentos sociais pelo acesso à terra e pela reforma agrária – democratização da terra – se constitui em uma luta pela democratização da sociedade, pois ela atinge a base social originária do poder político dos latifundiários e dos empresários rurais. A democratização da terra

provocará um impacto profundo sobre o autoritarismo social e político desenvolvido e arraigado no meio rural, que afetará as relações da sociedade em geral. Para Grzybowski:

“A luta pela Reforma Agrária é uma das frentes de luta por uma sociedade democrática no Brasil. Sem Reforma Agrária não haverá processo substantivo de democratização no campo, pois dela depende a ampliação da participação econômico-social dos trabalhadores rurais e a sua incorporação à cidadania plena”. (Grzybowski, 1987: 75-76).

A luta dos trabalhadores pelo acesso à terra e pela reforma agrária tem como alvo uma das estruturas econômicas do campo: a propriedade privada da terra. Fábio Konder Comparato afirma que a novidade principal do MST em relação ao sindicalismo em geral é a reivindicação do direito à propriedade. Isto explica, em grande parte, o alto grau de violência, as centenas de trabalhadores assassinados em lutas pela terra, pois está sendo violado um “direito sagrado”, e isto em pleno regime democrático.⁶⁰ O autor afirma:

“O que distingue esse movimento (MST) das associações sindicais em geral é que ele reúne e organiza trabalhadores não-assalariados, que não podem trabalhar sem terem a propriedade ou algum direito real de fruição sobre a terra.

*É justamente essa diferença específica do MST, no gênero comum das organizações de trabalhadores, que o torna incompatível com o sistema capitalista de produção”.*⁶¹

Além da luta pelo acesso à terra, os movimentos sociais do campo também se caracterizam pela luta em favor das condições econômicas para o desenvolvimento da produção agrícola, por condições dignas de vida no meio rural. Conquistada a terra, a luta se desenvolve pela implantação de uma política agrícola que viabilize a produção nos assentamentos, e por extensão a agricultura familiar em geral. Os movimentos sociais dos trabalhadores assentados, na

⁶⁰ “Desde a restauração do regime democrático, em 85, houve 4.866 conflitos de terra e 976 assassinatos de trabalhadores rurais, advogados, religiosos e profissionais ligados à luta pela terra”. (Jornal Folha de São Paulo, 13/04/1998). “Pelo menos 27 trabalhadores rurais foram assassinados, 62 torturados e 52 vítimas de tentativa de homicídios no ano passado (1999) em 832 conflitos pela posse da terra ocorridos em todo o país. Os confrontos envolveram mais de 600 mil pessoas. Os números foram apresentados ontem pela CPT”. (Jornal Folha de São Paulo, 13/12/2000).

⁶¹ Jornal Folha de São Paulo, 19/11/2000, grifo meu. Os movimentos sociais de luta pela terra “atingem a questão da propriedade – tanto atingem a base da dominação pessoal quanto a base oligárquica do liberalismo. É nesse sentido que tais lutas são democratizadoras e são peças fundamentais no processo de construção de uma alternativa democrática no Brasil”. (Martins, 1986: 84-85, grifo meu).

luta pela política agrícola para os pequenos produtores, aos poucos, estão se apossando da bandeira de luta que, historicamente, pertencia ao movimento sindical. Através destas lutas em favor de uma política agrícola para os pequenos produtores, estes novos sujeitos sociais reivindicam um novo modelo de desenvolvimento da agricultura rompe com o modelo que beneficia amplamente o capital industrial e financeiro.

Um outro aspecto importante presente nas lutas dos movimentos sociais rurais é o seu caráter sociocultural, a perspectiva de construção de uma identidade própria por parte desses trabalhadores, de um modo de vida rural no lote de terra familiar; este aspecto será abordado no tópico seguinte.

Através das lutas dos movimentos sociais pela terra, pela reforma agrária, pela política agrícola para a agricultura familiar, pelos direitos das mulheres trabalhadoras rurais e por melhores condições de vida em geral no campo, os trabalhadores estão construindo novos espaços públicos de luta pelos direitos, exercendo a cidadania. Neste processo emergem novos sujeitos, como afirma Gaiger:

“Para além dos resultados políticos imediatos, processa-se nos últimos anos uma transformação da consciência coletiva dos camponeses que, no desdobramento das práticas quotidianas, redefine-os como novos sujeitos sociais (...).

No bojo destas práticas, deste novo ‘fazer social’ forma-se uma nova cultura política, substrato de uma contra-hegemonia alternativa à dominação secular sobre o campesinato”. (Gaiger, 1987: 76-77).

Scherer-Warren também destaca esta idéia da emergência de novos sujeitos sociais no interior dos movimentos sociais do campo que estariam contribuindo na criação das bases sociais para uma nova cultura política. A autora se pergunta e em seguida responde:

“Estará este novo sujeito social formando, ou não, a base de uma nova cultura política e qual papel desempenharia na democratização da sociedade?”

Creio que sim, e que esta nova forma de fazer política se constitui em um desafio importante para a eliminação dos escombros autoritários tradicionais da sociedade brasileira, fortalecidos durante o último período ditatorial. Estas lutas sociais no campo estão contribuindo para a definição mais precisa dos espaços políticos e de direito que correspondem à sociedade civil e ao Estado, condições fundamentais para a democracia”. (Scherer-Warren, 1988: 256, grifos meus).

Os movimentos sociais de luta pela terra estão transformando o acesso à terra em um direito. A luta pelas condições sócioeconômicas para desenvolver a produção agrícola, para a fixação no campo com vida digna, também está se constituindo em direito social. Dentro de um contexto social brasileiro extremamente desigual e com a presença marcante do autoritarismo social e político, principalmente no mundo rural, esses novos atores sociais e políticos contribuem com suas lutas para o aprofundamento da democracia nas esferas da sociedade e da política e para a transformação da sociedade e se constituem em espaços sociais significativos para a emergência de novos sujeitos.

Para encerrar este tópico, gostaria de endossar as palavras de Martins:

“Está terminando o tempo da inocência e começando o tempo da política. Os pobres da terra, durante séculos excluídos, marginalizados e dominados, têm caminhado em silêncio e depressa no chão dessa longa noite de humilhação e proclamam, no gesto da luta, da resistência, da ruptura, da desobediência, sua nova condição, seu caminho sem volta, sua presença maltrapilha, mas digna, na cena da História”. (Martins, 1989: 12-13, grifos do autor).

2.2. O sonho do acesso à terra e da construção da identidade rural

Nesta parte será destacado um conjunto de aspectos constituintes da identidade peculiar vivida pelos trabalhadores nas unidades agrícolas familiares, a chamada agricultura familiar. Nos diversos segmentos sociais do campo que compõem os trabalhadores sem-terra, na sua luta em movimentos sociais, estão presentes motivações profundas que transcendem o simples interesse de acesso à terra. Conforme uma vasta literatura sobre a identidade dos agricultores familiares, corroborada pela pesquisa de campo que integra esse trabalho, no imaginário sociocultural desses

trabalhadores está arraigado o anseio de construir uma identidade própria, de constituir unidades rurais familiares e autônomas e, desta forma, inserir-se na sociedade. A posse/propriedade da terra é um meio, uma condição, um espaço fundamental para isso. Na luta pela terra, portanto, a conquista do lote está intimamente vinculada ao desenvolvimento de um projeto de vida rural, que contém um conjunto de valores, princípios, simbologia inerentes a este modo de vida.

A dimensão da identidade sociocultural ajuda a melhor compreender as intenções e motivações dos trabalhadores sem-terra em suas lutas organizadas e coletivas no MST. Portanto, além das causas macroestruturais que historicamente dificultam o acesso à terra, que expulsam os trabalhadores do campo, como vimos, e contra as quais os trabalhadores se insurgem ao lutar contra a exclusão social – que podem ter uma determinada motivação política e ideológica –, a luta dos trabalhadores sem-terra também é motivada pelo desejo de construção do seu projeto de vida como pequenos produtores rurais familiares.

2.2.1. Características da identidade agrícola familiar

A abordagem do “modo de vida e trabalho”⁶² constitutivo da identidade dos trabalhadores rurais é importante porque se trata de uma questão motivadora presente nas lutas dos sem-terra. Esse anseio da reconstrução da identidade singular presente entre os trabalhadores da base do MST, no caso, terá suas implicações no interior da organização do Movimento, principalmente em relação aos objetivos político-ideológicos das lideranças, inclusive nos projetos de organização geral e da produção agrícola nos assentamentos. Primeiramente serão apresentadas várias idéias de autores que tratam desta questão da identidade rural e, no momento seguinte, essa

⁶² IANNI, Octavio. “A utopia camponesa”. Ciências Sociais Hoje – ANPOCS, São Paulo: Cortez, 1986, p. 182.

temática será relacionada às lutas dos movimentos sociais de luta pela terra e de fixação no campo.

a) Literatura sobre a agricultura familiar

A análise do conjunto de elementos que configura uma determinada identidade sociocultural entre os trabalhadores rurais representa um olhar que extrapola os aspectos econômicos e políticos. Destacar esta dimensão é atentar para questões subjetivas também presentes nas lutas, próprias da cultura desse segmento social. Esta análise vai em direção à crítica de Ianni, quando afirma que sobre os trabalhadores rurais “*predomina uma visão externa, na qual sobressaem aspectos econômicos e políticos*”. (Ianni, 1986: 176, grifo meu).

Essa abordagem também procura contemplar a crítica de Martins, que se refere ao problema da interpretação, quando afirma que o conhecimento teórico sobre os trabalhadores rurais “*apresenta-se, basicamente, como conhecimento sobre essas classes e não conhecimento das classes subalternas*”. (Martins, 1989: 111, grifos do autor).

Gaiger alerta que, quando se desconsideram os aspectos culturais nas análises dos diferentes grupos sociais organizados, a tendência é cair na visão reducionista que enfoca exclusivamente os interesses de classe como motivadores das lutas sociais. Segundo ele,

“... sem o exame dos modelos culturais, sem a consideração dos parâmetros que estão à base da identidade de cada grupo social, não é possível compreender como se dá a emergência de uma nova vontade política e será difícil resistir à tentação de ver nesse processo apenas a esperada, embora ainda inexplicada, descoberta dos interesses de classe”. (Gaiger, 1987: 15, grifos meus).

Para reforçar esta idéia, Bourdieu desenvolve uma teoria com a preocupação de apreender a pluralidade da formação social e fugir do reducionismo economicista e classista, distinguindo

diferentes grupos e espaços sociais no interior da mesma sociedade, chamados de campos. A análise das características constituintes de um grupo social, a sua identidade, é definida pelo autor através do conceito de *habitus*. Podemos afirmar que a identidade sociocultural dos trabalhadores rurais se constitui em um *habitus*, que é assim definido pelo autor:

“O habitus é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas”. (Bourdieu, 1996: 21-22).

A identidade dos agricultores familiares, como veremos, embora tenha raízes culturais profundas criadas no decorrer de sua história, também é suscetível de grandes transformações. O desenvolvimento capitalista da agricultura altera substancialmente as condições de vida e de trabalho desses segmentos sociais, já que os elimina através da expropriação e expulsão do campo ou exige a sua adaptação/inserção, pelo menos parcial, às relações capitalistas, ao capital agroindustrial.

Dentro dessa idéia, a identidade sociocultural desenvolvida na agricultura familiar deve ser concebida dentro de sua historicidade, sua conservação/recriação em interação com o processo geral das transformações sociais capitalistas. Neste sentido, é perfeitamente aplicável à “cultura camponesa” a noção geral sobre cultura, definida como sendo:

“... um conjunto de símbolos e valores, por meio dos quais os seres humanos orientam e dão significado às suas ações no curso de processos sócio-econômicos e políticos historicamente determinados. Neste sentido, a cultura é um universo dinâmico de símbolos, signos e significados, sujeitos a reelaborações e recriações face a novas condições (materiais ou não) de existência”. (Doimo et alii, 1986;13, grifos meus).

Um aspecto importante para se abordar a identidade das unidades rurais familiares em geral é a compreensão do que é constitutivo e específico da chamada “cultura camponesa”

tradicional, bem como as transformações que ela sofre com a expansão do capitalismo na agricultura.⁶³

Historicamente, sempre houve grande discussão entre os estudiosos com relação ao destino da agricultura camponesa no sistema capitalista de produção. No século XIX, entre os teóricos marxistas, a economia camponesa não foi objeto de estudos aprofundados.⁶⁴ Isto porque, com suas características essencialmente não-capitalistas, sob o aspecto econômico, previa-se que esse segmento social seria extinto com o desenvolvimento capitalista da agricultura. Aliás, a sua extinção era vista como uma condição necessária para acelerar a expansão capitalista, suas contradições e, conseqüentemente, o processo de construção do socialismo. Sob o aspecto político, os camponeses eram vistos como retrógrados, reacionários, pois retardavam o processo de desenvolvimento capitalista industrial e o crescimento da classe operária revolucionária. Os camponeses não eram vistos como segmento com potencial revolucionário, a não ser depois de proletarizados. Lênin e Kautsky desenvolveram a teoria da crescente polarização classista entre a burguesia e o proletariado também no campo, que se transformou no principal paradigma marxista em relação à questão agrária. Esses pensadores clássicos

“... insistem na tendência da agricultura a incorporar os padrões dominantes de diferenciação social, o que resulta, em Lênin, na idéia de que o proletariado rural carrega o futuro da organização agrícola e, em Kautsky, na convicção do irreversível declínio da produção familiar”. (Abramovay, 1992: 250).

No início do século XX, Chayanov fez um estudo aprofundado sobre a lógica da produção camponesa. O autor visava a buscar alternativas produtivas para evitar a extinção do campesinato

⁶³ Estabeleço uma distinção entre agricultura camponesa e agricultura familiar moderna. Aquela se caracteriza pela produção tradicional voltada basicamente para a subsistência, pela não utilização de tecnologia no trabalho/produção, pela baixa integração no mercado. Na agricultura familiar moderna, por sua vez, predomina a produção para o mercado, há utilização de equipamentos e insumos modernos para o aumento da produção, há uma integração parcial ou total na economia de mercado.

⁶⁴ Segundo Ricardo Abramovay, “*não existe, rigorosamente falando, uma teoria marxista da questão agrária, além das anotações de Marx sobre o problema da renda fundiária (...) não existe uma definição de camponês no interior do marxismo*”. (*Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Estudos Rurais. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992, p. 250).

com a expansão capitalista. O pensador centraliza suas investigações nas forças econômicas internas da família, forças endógenas, no cálculo que existiria entre o trabalho/produção necessário e o consumo, determinantes de todo o comportamento dos camponeses. Ou seja, “*as diferentes condutas individuais possuem todas uma determinação comum que é o quadro familiar em que se inserem e que as explica*”. (Abramovay, 1992: 65, grifo meu).

Contudo, esta centralização da análise nos fatores econômicos internos às famílias camponesas é uma visão incompleta, pois não contempla suficientemente o contexto social que elas ajudam a formar e no qual estão inseridas. É fundamental também considerar a formação social em que as unidades camponesas inserem-se de forma subordinada.

Segundo Abramovay, as famílias camponesas estão inseridas em sociedades locais, em que são criadas relações que extrapolam os fatores econômicos. A socialização camponesa, que basicamente ocorre nas comunidades, constitui-se em um modo de vida. Neste espaço comunitário da vida social, as relações ganham um caráter personalizado, com vínculos de ajuda mútua.

No interior dessas comunidades ou sociedades locais tradicionais, as famílias camponesas também desenvolvem as relações econômicas. Porém a integração ao mercado não é total, o que é possível por causa do predomínio da produção para a subsistência. O mercado local, por sua vez, possui um caráter incompleto, devido à monopolização do comércio na figura do comerciante. Nesse cenário local são criados vínculos de dependência, de patronagem entre o comerciante e as famílias camponesas, um sistema de exploração em que o capital mercantil extrai parte da renda dos trabalhadores rurais. Sintetizando, Abramovay afirma que

“Além de seu caráter familiar, do ponto de vista econômico, o campesinato se define por dois outros traços básicos:

- 1. a integração parcial aos mercados e*
- 2. o caráter incompleto destes mercados”.* (Idem: 103, grifos do autor).

As características fundamentais peculiares ao campesinato tradicional, apontadas pelo autor, estão centralizadas nas relações típicas estabelecidas na sociedade local, constituídas e que constituem o modo de vida desses trabalhadores rurais tradicionais. Nas comunidades tipicamente camponesas a integração aos mercados é parcial, e o caráter destes mercados é incompleto, monopolizado pelo comerciante, pelo capital mercantil. A questão central não estaria em fatores endógenos da produção familiar, já que *“São sobretudo os laços comunitários locais, os vínculos de natureza personalizada e o caráter extra-econômico das próprias relações de dependência social que explicam as particularidades do campesinato”*. (Abramovay, 1992: 130).

Shanin, em seus importantes estudos sobre a questão agrária, também procura destacar as características que constituem a especificidade dos trabalhadores camponeses. Centraliza a definição deste segmento social em torno das características desenvolvidas nos estabelecimentos rurais familiares e a sua forma de inserção na estrutura social:

“... o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social”. (Shanin, 1980: 51).

É importante destacar que os estabelecimentos rurais familiares não se limitam ao acesso à terra pelo sistema de propriedade. Há segmentos sociais do campo não-proprietários que constituem unidades rurais familiares, como afirma Graziano:

“... não é fundamental a propriedade, mas sim a posse da terra, que mediatiza a produção, como mercadoria. Sendo assim, não só o proprietário, como também o parceiro, o arrendatário, o posseiro, podem se configurar como formas de produção camponesa”. (Graziano, apud Ferreira, 1984: 92).

Dentro de uma visão social que contempla a compatibilidade relativa e subordinada de formas produtivas não-capitalistas com o modo de produção capitalista dominante, há espaço nas formações sociais para a conservação das unidades rurais familiares, mesmo que apenas sob a forma moderna, ou seja, eliminando o sistema tipicamente camponês. O processo de acumulação

do grande capital também ocorre, mesmo que de forma contraditória e subordinada, através de setores da economia em que predominam características não-capitalistas. Shanin, dentro desta idéia, defende que há uma certa autonomia na relação das unidades camponesas com a sociedade estruturada no modo de produção capitalista, mesmo que subordinada:

“... os camponeses representam uma especificidade de características sociais e econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem. Quer dizer também que a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia”. (Shanin: 1980: 69, grifo meu).

As unidades tipicamente camponesas estão condenadas à extinção com o avanço do capitalismo na agricultura. Para garantir a sua sobrevivência e a viabilidade socioeconômica, é necessário um ajustamento mínimo às exigências da lógica capitalista. Estas mudanças, porém, conservam certos traços peculiares, característicos da agricultura familiar. Nas regiões Sudeste e Sul do país, onde a entrada do capital no campo foi mais intensa, também foram mais profundas as transformações nas pequenas propriedades rurais, que praticamente extinguíram com o campesinato tradicional e impuseram aos pequenos produtores a integração subordinada parcial ou total ao grande capital. No Nordeste e Norte do país, com a modernização agrícola menos generalizada, ainda há significativas regiões com camponeses tradicionais. No Centro-Oeste há regiões ou localidades onde predomina o sistema de produção camponesa, e outras estão parcialmente integradas ao grande capital. As mudanças na agricultura familiar estão em grande parte vinculadas ao processo de modernização capitalista da agricultura, como afirma Abramovay:

“... onde o capitalismo se implanta, onde o mercado começa a dominar a vida social, onde a racionalidade econômica toma conta dos comportamentos dos indivíduos, os laços comunitários acabam por perder seu poder agregador e os camponeses vêem esvanecerem-se as bases objetivas de sua própria reprodução social”. (Abramovay, 1992: 251, o primeiro grifo é do autor, o segundo é meu).

Graziano chama esse processo de “descampesinização”. A expansão do capitalismo na agricultura elimina os camponeses tradicionais, podendo levar

“... tanto a uma expropriação de fato do camponês, transformando-o num ‘assalariado puro’, como a uma ‘tecnificação’ de sua unidade produtiva, na qual ele permanece apenas formalmente proprietário dos meios de produção”. (Graziano da Silva, 1981: 135).

Qual a alternativa para as unidades camponesas não serem “engolidas” pelo capital industrial e financeiro? Para Abramovay a única saída é a integração total ao capital, o que implica em alterar profundamente o sistema de produção em suas unidades. Essas unidades rurais se transformariam em produtores familiares modernos, em profissionais da agricultura, seriam introduzidas novas técnicas de trabalho e de produção, tendo como objetivo o aumento da produtividade e o mercado. Com a expansão do capitalismo no campo, as unidades agrícolas familiares

“... integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses, tornam-se agricultores profissionais”. (Abramovay, 1992: 127, grifo do autor).

Abramovay⁶⁵ fez um amplo estudo sobre o desenvolvimento da agricultura nos países capitalistas avançados, destacando o paradoxo do amplo predomínio da agricultura familiar, bem como a sua importância histórica para o desenvolvimento sócioeconômico dessas nações. Porém, o autor alerta que a vigência deste modelo agrícola só foi e está sendo possível, principalmente a partir do período keynesiano, por causa da presença ativa do Estado na agricultura: o Estado cria uma política para o desenvolvimento da agricultura familiar, inclusive com subsídios, que está

⁶⁵ Ricardo Abramovay, *op. cit.*

exigindo dos governos desses países, em pleno período de globalização, medidas protecionistas para o setor, limitando a abertura comercial.⁶⁶ Vejamos:

“... o que mudou na agricultura dos países capitalistas centrais não foi apenas sua base técnica, ou sua integração a conjuntos econômicos que extrapolam o setor: a característica central da agricultura moderna está exatamente na capacidade que ela oferece ao Estado de exercer um controle rigoroso sobre seu próprio processo de desenvolvimento”. (Abramovay, 1992: 253, grifos meus).

Entre os argumentos para as políticas protecionistas, principalmente na Europa, estão as funções também extra-econômicas atribuídas à agricultura familiar, no bojo da chamada multifuncionalidade. Entre essas funções, inclusive é destacada a questão da preservação da cultura rural:

*“A propriedade rural multifuncional presta, segundo a UE (União Européia), vários serviços à sociedade, além de garantir o fornecimento de alimentos. Não deixando o campo e gerando empregos, os agricultores impedem o êxodo rural e a degradação da qualidade de vida nos centros urbanos. Além disso, asseguram a preservação de tradições, cultura, ambiente, biodiversidade e paisagens rurais”.*⁶⁷

A viabilidade econômica da agricultura familiar moderna no Brasil depende da intervenção do Estado com uma política agrícola ampla em favor desses segmentos do campo, que inclusive transforme a agricultura em um dos setores estratégicos para o desenvolvimento do país. Isto implica também em transformações estruturais imprescindíveis, como a reforma agrária e um novo modelo de desenvolvimento da agricultura em geral, que se contraponha àquele atualmente centralizado nos grandes complexos agroindustriais monopolizados, ou seja, no grande capital industrial e financeiro.

Na agricultura brasileira existem profundas desigualdades regionais no que se refere ao seu desenvolvimento capitalista, que tem grandes implicações sobre as diferentes formas da

⁶⁶ “A Política Agrícola Comum (PAC) consome cerca de 50% do orçamento da União Européia (UE), representando mais de US\$40 bilhões por ano em subsídios diretos aos agricultores e por volta de US\$70 bilhões em subsídios indiretos. Além disso, muitos países europeus fornecem subsídios adicionais a seus agricultores”. (Jornal Folha de São Paulo, 1/07/2000).

⁶⁷ *Idem.*

produção agrícola familiar. A realidade das pequenas unidades agrícolas brasileiras apresenta uma diversidade de situações: as tipicamente camponesas ainda existem em certas regiões, principalmente onde a agricultura capitalista está pouco desenvolvida; as unidades familiares modernas estão amplamente disseminadas apenas nas regiões onde a agricultura é capitalista e, entre esses dois pólos da agricultura familiar, há as unidades rurais familiares que não estão totalmente integradas ao capital agroindustrial e tampouco se encontram na situação camponesa tradicional. Existe, nesse ponto entre as unidades camponesas e as unidades rurais modernas, uma série de possibilidades intermediárias, um certo *continuum*; existem diferentes níveis de inserção das unidades agrícolas familiares no mercado, de sua integração subordinada ao capital mercantil ou ao capital industrial e financeiro e também existem os vários graus de inovação tecnológica no processo produtivo. Portanto, há uma diversidade de realidades sociais no campo brasileiro no que se refere a essas unidades agrícolas. Dentro dessa diversidade, porém, permanecem características que são comuns, ou seja, traços constitutivos pertencentes tanto às unidades camponesas quanto às unidades familiares modernas. São traços que constituem uma identidade sociocultural própria.

b) Traços da identidade

A partir da exposição acima, podemos especificar as principais características desse “modo de vida e trabalho” que os trabalhadores procuram construir em suas unidades rurais familiares.

Um aspecto sociocultural dessas unidades rurais é a utilização quase exclusiva do trabalho familiar na produção agrícola. Esta é uma característica central e geral, que abrange desde o

sistema camponês até as pequenas e médias unidades modernas. Trata-se de uma organização do trabalho e da produção no âmbito familiar, na qual não há utilização permanente do trabalho assalariado e a prática da ajuda mútua, que se constitui em um grande valor, nada tem a ver com produção coletiva. Mesmo assim, a idéia do trabalho familiar não pode ser absolutizada, pois em muitos casos há filhos que trabalham na cidade, em outros casos indivíduos da família se submetem à semiproletarização como forma de complementação de renda etc.

Dentro desta organização familiar predomina a divisão sexual do trabalho e, através dessa divisão, em grande parte legitima-se a hierarquia de gênero no interior das unidades familiares. Quem domina o saber na produção agrícola e governa o processo de trabalho, no caso o homem, também governa a família. Essa estrutura hierárquica familiar também pode favorecer uma concepção social legitimadora das classes sociais, das desigualdades, inclusive das relações autoritárias: o *“processo de trabalho pode ser visto, então, como uma construção simbólica relativa à hierarquia familiar”*. (Woortmann & Woortmann, 1997: 46).

Outra característica importante para quem vive no campo é o significado atribuído à terra. O acesso a um pedaço de terra é imprescindível para os trabalhadores que desejam constituir-se em produtores rurais autônomos. O acesso pode se dar através da apropriação privada, da posse e do arrendamento. É importante destacar essas distinções, porque essas diferentes formas de acesso à terra para a constituição das unidades familiares marcaram a história dos trabalhadores rurais. Nas regiões onde houve significativo acesso à terra através da posse, do arrendamento ou ela foi obtida pela legitimação, a tendência geral é de trabalhadores pobres e do predomínio da agricultura camponesa tradicional, de subsistência. A terra basicamente significa “terra de trabalho”, contrapondo-se à “terra de negócio” de exploração capitalista.⁶⁸ Nas regiões onde a agricultura é

⁶⁸ MARTINS, José de Souza. *Expropriação & Violência: A questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 58.

capitalista a terra se constitui em capital eminentemente privado. Mesmo assim, para os pequenos produtores modernos trata-se de “propriedades familiares”, e não de “propriedades capitalistas”.⁶⁹

Vieira, estudando uma comunidade de posseiros tipicamente camponesa do interior do Pará, afirma:

“Essa concepção que valoriza a terra, não como propriedade mas como condição de trabalho, aparece com mais ênfase entre aqueles que viveram sempre como posseiros e que tiveram pequena convivência direta com a propriedade privada. Não aparece enfatizada, por exemplo, entre aqueles lavradores que foram pequenos proprietários no Sul e têm como valor incorporado a idéia de que o acesso à terra passa necessariamente pela propriedade privada da terra”. (Vieira, 1984: 154-155, grifos meus).

A título de comparação, Santos estudou uma comunidade de pequenos produtores rurais de descendência italiana no Rio Grande do Sul. Trata-se de um grupo social que tem uma experiência histórica de apropriação privada da terra, e cujo trabalho é mais direcionado para a produção de excedente, que visa ao mercado. A colonização italiana

“... deu-se sob o signo da propriedade da terra, imergindo desde o início o imigrante italiano camponês no mundo da mercadoria, para depois vinculá-lo ao mercado interno da sociedade brasileira, abastecendo os núcleos urbanos”. (Tavares dos Santos, 1984: 20, grifos meus).

A condição de posseiro ou proprietário da terra e dos instrumentos de trabalho transforma os trabalhadores rurais em donos do trabalho e do produto. Por isso, a relação com o capital é diferente entre os trabalhadores das unidades agrícolas e os trabalhadores assalariados em geral.

Eles vivem

“... em face do capital, processos sociais diferentes, porque se defrontam com o capital de modos diferentes (...)

[Pois], enquanto a mercadoria do operário é a força de trabalho, a mercadoria do lavrador é o produto do trabalho”. (Martins, 1980: 13-14, grifos do autor).

Outro aspecto sociocultural intimamente relacionado ao trabalho familiar possibilitado pela terra é o valor atribuído à autonomia no processo produtivo. O trabalho familiar autônomo é

⁶⁹ *Idem, ibidem.*

um valor fundamental enraizado na cultura dos trabalhadores rurais. A organização do trabalho e a posse do produto nas unidades rurais possibilitam um sentimento de autonomia, de liberdade, de independência. “*As lutas dos lavradores do campo repõem continuamente como projeto e tarefa política a restauração da autonomia do camponês, a sua independência*”. (Martins, 1980: 19).

A autonomia na organização do trabalho nas unidades rurais é um traço muito destacado pelos trabalhadores, principalmente para apontar as diferenças em relação ao trabalho do operário assalariado. Henrique de Barros cita algumas dessas diferenças:

“... no trabalho agrícola não concorrem aquelas regras de uniformidade, especialização, sistematização, associação, continuidade, monotonia, estrita dependência, rigorosa limitação do poder de decidir e severa disciplina, que são típicas do trabalho fabril e em especial daquele que está ao serviço da grande indústria contemporânea”. (Barros, *apud* Pinto, 1985: 76, grifos meus).

Para reforçar a idéia do anseio de autonomia e de liberdade, em contraposição ao assalariamento urbano, à submissão ao patrão, à companhia de pessoas extrafamiliares no trabalho, à necessidade de comprar a alimentação etc., uma liderança do MST, referindo-se aos trabalhadores rurais assentados, afirma:

“na terra, hoje, significa o cara ser dono do seu próprio destino (...) Apesar do tempo que alguns viviam na cidade, não consegue se adaptar facilmente, e ele ser um objeto a ser mandado, ser empregado... Isso é uma dificuldade muito grande que o trabalhador tem. Ele sempre quer ser dono do próprio destino. E o assentamento, ele proporciona isso... ali é dele, o que ele faz é dele”.⁷⁰

Porém, é importante frisar a contradição vivida pelos pequenos produtores rurais no sistema capitalista: por um lado, uma certa autonomia e liberdade, pois são donos dos meios de produção e controlam o processo de trabalho; por outro lado, fornecem sobretrabalho e

⁷⁰ Manoel Messias da Silva – Membro da Direção Estadual do MST e assentado no Assentamento 14 de Agosto. Entrevista concedida no dia 19/12/1999.

encontram-se subordinados sob muita exploração ao capital mercantil e agroindustrial. Segundo Soares,

“A sensação de liberdade deriva de uma situação objetiva, de real autonomia do camponês frente ao processo imediato da produção, que ele efetivamente comanda, segundo seus próprios projetos (...).

Como a produção imediata não escapa ao movimento global da produção social, articulando-se à reprodução ampliada do capitalismo, a independência que permite é estreita”. (Soares, 1981: 37).

Além da autonomia, também é muito valorizada a produção para a auto-suficiência alimentar, a produção própria, conforme vemos em Zimmermann: o *“ideal de autonomia e auto-suficiência que define a prática econômica individual camponesa’ (...)* é elemento central nos depoimentos das famílias assentadas”. (Zimmermann, 1994: 208).

Um último aspecto dentro das características que constituem a identidade agrícola familiar é a forma de inserção social e de interação com o mercado. Os laços comunitários locais têm uma intensidade e significação maior ou menor para os trabalhadores rurais, o que depende do grau de desenvolvimento das relações capitalistas na região. Mesmo assim, em qualquer situação social, principalmente para os camponeses tradicionais, as relações comunitárias no meio rural revestem-se de um valor simbólico e de uma solidariedade altamente significativos para a sua preservação e de sua cultura.

“A comunidade camponesa é o universo social, econômico, político e cultural que expressa e funda o modo de ser do camponês, a singularidade do seu movimento social”. (Ianni, 1986: 182, grifo meu).

A integração ao mercado também está muito relacionada ao grau de desenvolvimento das relações capitalistas na região. Pode haver uma “integração parcial a mercados incompletos”,⁷¹ ou seja, a produção de um excedente para o capital mercantil local, bem como pode haver uma

⁷¹ Ricardo Abramovay, *op. cit.*, p. 115.

integração substantiva aos mercados modernos, uma produção integrada ao capital agroindustrial. Porém, trata-se de uma integração subordinada, com profundas relações de exploração.

Retomando, as principais características da identidade constitutiva dos produtores rurais familiares são: a condição de posseiro, arrendatário ou proprietário da terra e dos instrumentos de trabalho e dos produtos, que constitui uma diferença fundamental em relação aos assalariados em geral; a organização do trabalho centralizada na família, sob o comando do homem; certa autonomia, liberdade, independência no trabalho, que busca garantir a auto-suficiência alimentar; inserção social na comunidade rural; integração ao mercado em graus variados, porém subordinada e extremamente explorada pelo capital mercantil ou industrial e financeiro.

O lote de terra, juntamente com seu caráter de meio de produção familiar, suscita um conjunto de valores criados e recriados pelos trabalhadores, constituindo-se em espaço essencial para o desenvolvimento do modo de vida rural. O trabalho interage também com fatores naturais, com a natureza e seus ciclos, “na pulsação da vida ritmada pelo ciclo da natureza” (Martins, 1980: 101). Ianni sintetiza muito bem essa idéia da complexidade que constitui a identidade dos trabalhadores rurais, quando afirma:

“A relação do camponês com ela (terra) compreende um intercâmbio social complexo, que implica a cultura. Jamais se limita à produção (...) Muito mais que isso, a relação do camponês com a terra põe em causa também a sua vida espiritual. A noite e o dia, a chuva e o sol, a estação de plantio e a da colheita, o trabalho de alguns e o mutirão, a festa e o canto, a estória e a lenda, a fazanha e a inventiva, são muitas as dimensões sociais e culturais que se criam e recriam na relação do camponês com a sua terra, lugar”. (Ianni, 1986: 182, grifos meus).

O projeto de produção agrícola dos trabalhadores sem-terra, possivelmente, situa-se no *continuum* entre o sistema de produção camponesa tradicional e o sistema familiar moderno, o que precisa ser confirmado pela pesquisa de campo. A partir da diversidade de experiências, sonhos e projetos dos quais esses trabalhadores são portadores, procuram construir seu modo de vida nos assentamentos, construir sua identidade sociocultural nas unidades rurais.

2.2.2. Movimentos sociais do campo: luta pela terra e pela identidade

Nas suas lutas em movimentos sociais, além do acesso à terra e a oposição à exclusão social, os trabalhadores sem-terra também têm como motivação e interesse a construção de uma identidade, de um estilo de vida próprio a ser desenvolvido no lote de terra, característico das unidades rurais familiares. Os movimentos sociais do campo em geral têm como questão de fundo demandas que visam a melhorar as condições de vida, fortalecer sua identidade enquanto pequenos produtores rurais.

Os segmentos sociais que compõem os chamados sem-terra são socialmente heterogêneos, originários de vários segmentos sociais, como já vimos. No processo de luta pela terra através dos movimentos sociais, esses trabalhadores renovam e fortalecem o anseio de construção de sua identidade, à qual nunca tiveram acesso ou da qual foram arrancados com a expropriação e a expulsão do campo. Inclusive, há um amplo contingente de trabalhadores urbanos que se incorporam nas lutas pela terra, constituindo-se também em trabalhadores Sem-Terra. Esses são oriundos do campo e, na cidade, enfrentam o problema do desemprego, a falta de perspectivas de vida; seu objetivo é o retorno ao campo, onde criaram raízes culturais específicas. Esses grupos sociais têm em comum o vínculo com o mundo rural e o processo de exclusão social que os aflige. As condições socioeconômicas que impedem o acesso à terra ou que geraram a expropriação e a expulsão do campo se constituem, por isso, nos grandes fatores que dificultam ou impedem a construção da identidade rural familiar ou já romperam com ela.

“A expulsão da terra pode ter como significado o trauma da expropriação da terra como meio de vida, como moradia, além da expropriação da sua própria identidade de trabalhador/morador da terra”. (Bergamasco et alii, 1990: 272, grifos meus).

Para reforçar esta idéia, Scherer-Warren destaca a importância dos movimentos sociais para evitar a perda desta identidade; referindo-se aos movimentos sociais contra a construção de

barragens na bacia do rio Uruguai, na região Sul, onde resistem à expulsão ou transferência de suas terras, exemplo que pode ser estendido para todos os trabalhadores expropriados, a autora afirma que

“... a perda da terra traz em seu horizonte a possibilidade de desintegração de sua vida comunitária, das relações de vizinhança e de parentesco, da destruição de seus bens culturais e no limite até a ameaça da perda de seu modo de vida e de sua identidade de camponês”. (Scherer-Warren, 1993: 103, grifo meu).

Mato Grosso faz parte de uma região de desenvolvimento sócioeconômico recente, iniciado com a expansão da fronteira agrícola. Os trabalhadores que migraram para a região Centro-Oeste em busca de terra e não tiveram êxito ainda mantêm muito vivo o sonho não realizado. É fundamental atentar para este aspecto da migração, um fenômeno recente, na análise dos movimentos sociais de luta pela terra. Como veremos na pesquisa de campo, os trabalhadores sem-terra organizados no MST fazem parte da população que migrou para a região em busca de terra, acrescida da geração posterior. Há uma relação muito próxima entre a migração e a atual luta pela terra. Mato Grosso do Sul e Mato Grosso estão entre os Estados onde o MST teve o maior crescimento na década de 90.

Os movimentos sociais de luta pela terra se constituem em espaço social fundamental para renovar o sonho não realizado de acesso à terra e de desenvolver o modo de vida peculiar proporcionado pelas unidades rurais. Segundo Corrêa, nas reuniões de preparação para a ocupação realizadas pelo MST junto aos trabalhadores rurais e urbanos na região de Rondonópolis

*“a gente percebia no povo que renovava aquela experiência, aquela vontade, aquele sonho. Renovava novamente aí, deixava o pessoal muito aceso no sentido de que pudesse estar indo pro campo, cumprindo aquele sonho, tendo aquele objetivo de adquirir aquele pedaço de terra”.*⁷²

⁷² Valdir Corrêa, *op. cit.*

Dessa forma, o MST se constitui em espaço público que possibilita aos trabalhadores rurais e urbanos reconhecer, tomar consciência e assumir a situação social comum, a “carência comum”: a extrema dificuldade de sobreviver na condição de não-proprietários rurais e de subempregados ou desempregados urbanos, o processo de crescente exclusão social. No espaço social e político de organização e de luta proporcionado pelos movimentos sociais, esses trabalhadores ratificam a sua identidade coletiva de sem-terra e buscam construir a identidade de produtores rurais no lote de terra a ser conquistado, a realização do sonho. Segundo Caldart, que se refere ao MST,

“A base social do MST é formada em sua maioria por pessoas ou famílias que foram sendo progressivamente desenraizadas, principalmente por terem sido expulsas da terra, mas também por um conjunto todo de processos de exclusão social a que isto acabou levando. Voltar a ter raiz é certamente uma das grandes e primeiras conquistas dos sem-terra que entram no MST (...)”. (Caldart, 2000: 216, grifos da autora).

Essa identidade comum de sem-terra adquire um grande significado político e cultural no meio rural, pois, através da luta organizada, esses trabalhadores renovam o sonho e o direito de acesso à terra e à construção da identidade de produtores rurais familiares, que consiste em uma luta pelas raízes socioculturais, pela concretização desse projeto de vida. Os trabalhadores do campo, na luta pela terra e pela identidade, estão sujeitos a imprimir uma ação radical e violenta contra a expansão do capitalismo na agricultura, mesmo que geralmente não tenham um projeto alternativo de sociedade. Segundo Ianni,

“Em essência, o seu caráter radical está no obstáculo que representa à expansão do capitalismo no campo (...) na resistência à transformação da terra em monopólio do capital; na afirmação de um modo de vida e trabalho de cunho comunitário”. (Ianni, 1986: 177, grifos meus).

No próprio MST há uma crescente sensibilidade para os valores vinculados à cultura rural, que precisam ser cultivados. Há uma frase muito usada no Movimento que expressa esta preocupação: “terra é mais do que terra”. Scherer-Warren enfoca muito a questão cultural ao

abordar os movimentos sociais populares do campo. Ela também destaca que a terra tem um significado que transcende o aspecto econômico. Segundo a autora,

“... além do significado econômico da terra e dos outros meios de produção enquanto condição material de sobrevivência, há um conjunto de significados simbólicos, atribuídos aos seus modos de vida (...)”. (Scherer-Warren, 1993: 102, grifo meu).

Para endossar essa idéia, destaca-se uma pesquisa de campo realizada por Bergamasco e outras pesquisadoras junto aos trabalhadores rurais assentados. Elas enfatizam que, mesmo havendo concepções distintas em relação à terra, uma vez que se trata de categorias sociais com experiências diferentes no campo, há uma identidade rural com traços que são comuns e que estão presentes em suas lutas sociais. Nas lutas pela terra esses trabalhadores mantêm muito vivo o significado de que

“... a terra ainda é a expressão de um projeto de vida (...). A terra não é só o lugar de negócio, é, também, a moradia, a família, a memória, o lugar de lazer e cultura. (...) O mito da terra, esse conjunto de recordações que reúne terra, negócio, liberdade e cultura num modo de vida comunitário, move os trabalhadores em luta”. (Bergamasco et alii, 1990: 272, grifo meu).

O interesse dos trabalhadores sem-terra na luta em movimentos sociais sempre tem também alguma motivação política, mesmo que eles não tenham muita consciência disso e mesmo que não tenham ou não visem explicitamente a um projeto alternativo de sociedade. Os trabalhadores têm uma certa consciência da opressão social que os aflige, consciência essa que interfere favoravelmente na decisão de ingressar na luta; ela brota principalmente da experiência sociocultural rural que foi rompida com a entrada do grande capital no campo, ou à qual nunca tiveram acesso e que desejam realizar. Gaiger, referindo-se aos trabalhadores rurais expropriados ou expulsos do campo no Sul do país, afirma que

“... a consciência da opressão não é uma emanção direta das relações sociais assimétricas, mas advém de um exame da experiência quotidiana segundo os critérios de julgamento do grupo. O surgimento de uma ‘vontade política’ que supere a passividade se faz por mediações sócio-culturais, o que coloca a cultura do campesinato, e o ‘ethos’ camponês nela inscrito, como a base da resistência e do avanço dos sem-terra (...)”. (Gaiger, 1987: 72-73, grifo meu).

O que também influi positiva ou negativamente na decisão dos trabalhadores sem-terra em participar de movimentos sociais de luta pela terra e pela fixação no campo são as condições concretas possibilitadas pelo contexto social e político. Neste sentido, embora a exclusão social contribua para a participação, por outro lado o modelo de desenvolvimento agrícola vigente também é um fator que inibe uma maior adesão dos trabalhadores nas lutas pela terra e para desenvolver a agricultura familiar. A não implantação da reforma agrária e a ausência de uma política agrícola para os pequenos produtores são fatores que desencorajam uma parte significativa da população de desejar retornar ao campo, mesmo tendo raízes rurais e não tendo perspectivas para melhorar a situação de vida no meio urbano.

As condições políticas em geral, como por exemplo a democracia, a vontade política do governo do Estado, a liberdade de organização etc. também influenciam na decisão para participar ou não de um movimento social. E, dentro disso, também é fundamental a força, o poder político dos movimentos sociais para abrir espaços de negociação junto aos órgãos públicos, conquistando direitos e avançando em seus objetivos. Neste sentido, por causa do seu poder político, como ainda veremos, o MST se constitui no movimento social com maior adesão de trabalhadores sem-terra. Além das questões culturais e da situação social de exclusão, um conjunto complexo de fatores influencia os trabalhadores a se colocarem em movimento de forma organizada, lutando pelos direitos, ou os mantém na passividade.

Querer retornar ao campo e querer se afirmar no meio rural através da conquista de um lote de terra não é necessariamente uma visão idílica, idealizada, romântica, uma visão que ignora as enormes dificuldades existentes no meio rural para produzir e viver de forma digna. Bem como também não é uma visão pretérita, a volta necessária a um passado em que predominava amplamente o sistema de organização camponesa tradicional. A luta e a conquista da terra pode significar a implantação de novos projetos para o desenvolvimento da produção e da

comercialização por parte dos trabalhadores rurais, além de imprimir um processo de transformação da estrutura agrária e do modelo de desenvolvimento agrícola. Neste sentido, Ferrante defende que

“Querer a terra não implica idealizar a volta ao passado, mas pode ser um olhar para o futuro, a interiorização de uma vivência a enunciar o projeto de agir visando ao futuro”. (Ferrante, 1994: 143).

Nas lutas camponesas geralmente não está em questão um projeto alternativo ou revolucionário de sociedade. Mesmo assim, nas revoluções liberais (burguesas) e nas socialistas, como nos mostra fartamente a História, o campesinato se constituiu em uma força social e política importante, às vezes decisiva. Para Ianni, essa participação política aconteceu porque a aristocracia nas sociedades agrárias tradicionais e a burguesia capitalista não resolveram a questão agrária em favor dos trabalhadores rurais. Quanto aos assentados do MST, a nossa pesquisa irá revelar quais são os seus objetivos políticos e ideológicos de luta. Na luta pela terra, como tendência geral, a classe trabalhadora do campo

“Não se coloca a conquista do poder, do Estado. Não formula um projeto alternativo para a organização da sociedade nacional. Luta desesperado para defender o seu modo de vida, um modo de vida diferente, dissonante daquele que se instala e expande com a revolução burguesa”. (Ianni, 1986: 175).

Na luta pela terra está em questão um determinado modo de organização do trabalho/produção nas unidades rurais familiares, um modo de vida social e cultural próprio. Os movimentos sociais do campo se constituem e são construídos como espaços públicos em que o anseio pela terra e pela identidade sociocultural rural pode ser revigorado e conquistado e, dessa forma, esses novos sujeitos sociais exercem a cidadania e lutam pela integração social. Esse projeto de vida é um fator associado à definição do modelo de organização do trabalho/produção a ser adotado nos assentamentos rurais do MST.

2.2.3. A organização no campo na região de Rondonópolis

Dentro do contexto econômico e social apresentado no primeiro capítulo, emergiram inúmeros movimentos sociais no campo nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 70, protagonizados por diversos segmentos da classe trabalhadora. Na microrregião de Rondonópolis, milhares de trabalhadores rurais irrompem social e politicamente através da organização coletiva em movimentos sociais e exercem a cidadania ao lutar pelos seus direitos, principalmente pelo acesso à terra e pela afirmação no campo. Para tratar este tópico, algumas das informações foram obtidas através das entrevistas junto a lideranças do MST.

a) A organização dos trabalhadores entre os anos 60 e 80

Como se trata de uma região com várias comunidades de povos indígenas, há a organização e a luta de movimentos sociais de caráter étnico. Mesmo tendo esses povos as terras demarcadas, elas são extremamente exíguas, o que impossibilita sua auto-sustentação e a preservação de sua cultura; eles vivem, assim, em situação social de miserabilidade. O Estado, através da FUNAI, não prioriza com suas políticas sociais a busca de soluções mais duradouras. Nas últimas décadas, houve inúmeras manifestações e protestos desses povos, sob a intermediação de outras organizações, os quais visavam a conquistar seus direitos sociais e a preservação da identidade étnico-cultural.

Nas imediações da cidade de Rondonópolis, em uma área particular alugada provisoriamente pela FUNAI, está acampado um grupo do povo indígena Terena. É uma comunidade formada por indígenas Sem-Terra, que foram expulsos de suas terras no Mato

Grosso do Sul, e que reivindicam uma área para sua fixação definitiva. Em seus protestos já trancaram, em várias oportunidades, a BR-364 (Rondonópolis-Cuiabá) e, inclusive, cobraram pedágio para terem com que se alimentar. Segundo Paulo Mário A. Isaac,

*“Em 18 anos nesta cidade, o grupo Terena desenvolveu a agricultura em terras Bororo, de onde foi expulso de forma humilhante, trabalhou como arrendatário em terras de fazendeiros da região, viveu marginalizado na periferia da cidade até tomar a decisão política de ter uma área para desenvolver a agricultura e a sua cultura”.*⁷³

Um outro movimento social peculiar do campo é o dos trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar da região do município de Jaciara. Nessa região há uma significativa produção de cana e está instalada uma usina de açúcar. A partir da década de 1980, esses trabalhadores já realizaram vários protestos e greves contra a exploração, reivindicando melhores salários e melhores condições de trabalho.

Os principais movimentos sociais ocorridos nas últimas décadas giraram em torno da luta pela terra. Entre as décadas de 1960 a 1980, predominaram as lutas pela posse da terra, tendo como sujeito social os posseiros. Já no decorrer dos anos 80, e principalmente nos anos 90, as lutas pela terra são protagonizadas por vários segmentos de trabalhadores rurais ou trabalhadores urbanos originários do campo, que adotam como estratégia de luta a ocupação de fazendas e/ou acampamento, exigindo o assentamento. Esses sujeitos sociais são os chamados trabalhadores Sem-Terra.

Já no início dos anos 60, houve conflitos sociais de luta pela terra na região, após o amplo processo de apropriação capitalista das terras. Ferreira, sem especificar, apresenta vários conflitos pela terra na região, envolvendo grileiros e posseiros, baseando-se nos dados da FETAGRI-MT (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso), mesmo sabendo que são incompletos. Há o registro de que em 1960 houve 500 famílias de trabalhadores envolvidas em

⁷³ Jornal “A Tribuna”, 09/2/2000. Paulo Mário Augusto Isaac é professor do Departamento de História da UFMT/Campus de Rondonópolis e um estudioso dos povos indígenas da região.

conflitos de terra no município de Poxoréo, e 300 famílias em Rondonópolis. Em 1962 um total de 450 famílias no município de Dom Aquino, e em 1971 um número de 50 famílias do município de Jaciara estavam envolvidas em conflitos de terra.⁷⁴ Em anexo, Ferreira apresenta uma relação das áreas de conflito na década de 70 nos municípios da microrregião, com os dados obtidos junto ao governo do Estado, à FETAGRI e à CPT. Nesta relação constam: Rondonópolis com duas áreas de conflito; Dom Aquino com duas áreas de conflito; Itiquira com seis áreas; Jaciara com uma área; Pedra Preta com uma área; Guiratinga com quatro áreas; e Poxoréo com sete áreas de conflito entre grileiros e posseiros.⁷⁵ Esses dados apontam para o problema agrário e a luta pela terra na região nos anos de 1960 e 1970; observe-se que esses conflitos aconteceram na vigência da ditadura militar.

Um movimento de luta pela terra de grande repercussão social, protagonizado pelos posseiros, aconteceu na Gleba Cascata, no município de Rondonópolis. Essa era uma área devoluta de 8.200 hectares⁷⁶ que, no início dos anos 70, foi ocupada por trabalhadores rurais da redondeza, ao saberem estes que se tratava de terra em litígio, pois havia sobreposição de títulos.

Os pretensos “proprietários” que já tinham anexado a área às suas fazendas entraram na justiça em 1975, exigindo a expulsão dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, os fazendeiros ofereceram uma indenização aos trabalhadores que deixassem a área, o que foi endossado pela FETAGRI, o INCRA e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O Estado, por sua vez, propôs a transferência dos posseiros e o seu assentamento no projeto de colonização em Juína, no norte do

⁷⁴ Eudson de Castro Ferreira, *op. cit.*, p. 89.

⁷⁵ Municípios e as respectivas áreas de conflito na década de 1970: Dom Aquino (Coronel Ponce e BR-070 – km 160); Itiquira (Fazenda Paulista, Fazenda Descoberta, Fazenda Boa Esperança, Fazenda Iguassu e outros, Fazenda São João e Fazenda Reunidas); Jaciara (Pulador); Pedra Preta (Fazenda Paulista); Rondonópolis (Floresta ou Cascata e Água Limpa); Guiratinga (Estrela do Leste, Buriti, Paulinópolis); Poxoréo (Jarudore, Aparecida do Leste, Gleba São Francisco, Alto Coité, Aparecidinha, Paraíso, Poxoreuzinho). Ver: Eudson de Castro Ferreira, *op. cit.*, p. 197-200.

⁷⁶ As informações são extraídas das pesquisas realizadas por Carmen Lúcia Senra Itaborahi de Moura, *op. cit.*

Estado. Os posseiros não aceitaram a indenização nem a transferência, exigindo o assentamento na área ocupada.

Em 1979 saiu a sentença da justiça, de reintegração da área em favor dos “proprietários”. Diante desse fato, os posseiros, que na época já totalizavam 350 famílias, fizeram uma passeata histórica no centro da cidade de Rondonópolis, que teve repercussão nacional. Para tanto, contaram com o apoio de alguns políticos do MDB de então e da CPT. Esta entidade foi fundamental para a organização, a resistência e a luta coletiva. Foram criadas várias estratégias de luta, sob uma estrutura organizativa descentralizada; a forma de organização e o apoio de setores da sociedade foram de suma importância na luta, inclusive para enfrentar a violência, até mesmo ameaças de morte.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, inicialmente, era contrário à resistência dos posseiros, pois defendia a desocupação da área. Posteriormente, mudou de lado, em virtude da repercussão política do fato. Conforme relata Moura,

*“Só depois das mobilizações, passeatas em Rondonópolis e da repercussão a nível nacional, o Sindicato sentiu-se obrigado a entrar na luta, ao lado dos posseiros. Em novembro de 1979, posiciona-se contra a execução da sentença do mandado de reintegração de posse”.*⁷⁷

Diante da resistência dos posseiros, do apoio da CPT, dos políticos de oposição e da sociedade organizada em geral, foram os pretensos “proprietários” que acabaram aceitando a indenização do Estado e a troca da área por terras do Projeto Juína. Em 1985 os posseiros receberam o título de proprietários do seu lote de terra.

Outro fato relevante na luta pela terra desenvolvido pelos trabalhadores rurais foi a conquista da Gleba Rio Vermelho, nas imediações da cidade de Rondonópolis.⁷⁸ Diante do

⁷⁷ Carmem Lúcia Senra Itaborahi de Moura, *op. cit.*, p. 117.

⁷⁸ As informações são extraídas da pesquisa realizada por Cleidaizy Maria Abreu Monteiro. (Reforma Agrária em Região de Latifúndio, Sucesso ou Fracasso: Estudo do caso do assentamento da Gleba Rio Vermelho - Rondonópolis-MT. Monografia de Especialização. Geografia/ICHS/UFMT/Campus de Rondonópolis, 1995, mimeo.).

grande contingente de trabalhadores rurais sem-terra com dificuldades de encontrar trabalho no campo e na cidade, várias entidades da sociedade despertaram para a necessidade da criação de assentamentos rurais. O trabalho de conscientização política e de organização desses trabalhadores por parte da CPT, do Movimento de Defesa dos Direitos Humanos e de partidos políticos criou uma situação de pressão social sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais para que liderasse a luta em favor do assentamento desses trabalhadores excluídos da sociedade.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais conseguiu em junho de 1987, junto ao MIRAD (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário) da época, a desapropriação de uma grande propriedade improdutiva e em situação irregular. No decorrer do processo de desapropriação, o proprietário conseguiu vender parte da área, restando 8.000 ha para o assentamento.⁷⁹ Foram cadastradas 1.500 famílias de trabalhadores rurais para o assentamento, porém na Gleba Rio Vermelho caberiam apenas 300. Estava prevista a seleção das famílias através de sorteio. Contudo, antes da demarcação dos lotes e da seleção, entrou na área um grupo de trabalhadores rurais dissidente do sindicato, liderado por Jerônimo Gomes de Souza, conhecido como “Jerônimo Sem-Terra”. Esse fato criou uma tensão no local, cujo impasse foi resolvido no ano seguinte (1988), com a destinação de 10% da área para os arrendatários e moradores antigos da fazenda, 20% da área para o grupo liderado por “Jerônimo Sem-Terra” e 70% para os trabalhadores cadastrados pelo Sindicato. Finalmente em 1989 ocorreu o assentamento de 298 famílias de trabalhadores rurais.

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da microrregião, com sua postura política conciliadora e legalista, ficaram muito distantes da dura realidade social dos trabalhadores, como já dissemos, e não constituem até hoje uma organização social com força política capaz de mobilizar suas bases, de lutar pelos direitos sociais.

⁷⁹ Flávio Antônio da Silva Nascimento, *op. cit.*, p. 240.

b) Os movimentos sociais na década de 90

A partir dos anos 90 foram surgindo inúmeros movimentos sociais de luta pela terra em toda a microrregião. Sem perspectivas de trabalho e em processo de exclusão social, os trabalhadores rurais do campo e da cidade, estes de origem rural, reivindicam o acesso à terra para desenvolver a agricultura familiar, construir sua identidade sociocultural específica.

A natureza organizativa desses movimentos sociais caracteriza-se por uma forte centralização em torno de um líder, que exerce grande poder na definição das estratégias de luta. Esses movimentos também têm um caráter de organização restrito ao nível local e são bastante isolados na sociedade. O seu poder de articulação com outras entidades civis e o poder político de negociação são muito limitados. Muitas vezes contam com o apoio de políticos locais, porém estes visam à instrumentalização do movimento. Não raramente os líderes são cooptados ou estão comprometidos com algum político, ou também têm projetos políticos pessoais. A estratégia de luta básica é o acampamento ao lado da estrada, em frente à fazenda pleiteada.

Esses líderes encontram relativa facilidade para reunir um grupo de famílias, principalmente moradores da periferia das cidades, e organizar um acampamento de trabalhadores sem-terra. Esses movimentos de luta pela terra sinalizam para algo essencial: a grande demanda social por terra na região.

“Jerônimo Sem-Terra” foi a principal liderança e referência da luta dos trabalhadores rurais sem-terra da região na primeira metade da década de 90. Quando da ocupação da Gleba Rio Vermelho, ele não permaneceu por muito tempo no lote, assim como muitas outras famílias, principalmente por causa da baixa fertilidade do solo e da falta de recursos financeiros. Em junho de 1991 esse líder organizou um novo grupo de trabalhadores sem-terra, principalmente moradores da periferia das cidades, que ocuparam a fazenda São Domingos, no município de

Pedra Preta. Em maio de 1994 ocuparam a fazenda Itiratupã, no município de Santo Antônio do Leverger, distante 65 Km de Rondonópolis. O mesmo grupo ocupou esta fazenda em mais duas oportunidades. Em 1996, após uma trajetória de cinco anos de luta, essa liderança, cujo movimento era formado por centenas de famílias, já tinha realizado 12 ocupações e/ou acampamentos, porém sem conseguir o assentamento de nenhuma família.⁸⁰ Muitos desses trabalhadores entraram posteriormente no MST, quando esse realizou a primeira ocupação no Estado, em 1995. Atualmente o grupo de Jerônimo está assentado em Rosário do Oeste-MT, com 18 famílias.

“Jerônimo Sem-Terra” é um líder carismático, personalista, muito centralizador; na organização do movimento não priorizava a democracia interna e era facilmente cooptado pelos políticos e pelos fazendeiros,⁸¹ além de ter feito oposição sistemática ao MST. As lideranças do MST criticam a prática populista, personalista e centralizadora desse líder, e apontam essa como sendo uma das diferenças básicas entre os dois movimentos:

*“Eles [movimento do Jerônimo] tinham muito a prática do líder que fazia pelo povo; tu paga uma mensalidade e eu corro atrás, vou em Brasília e negocio e tu vai ser assentado! O Movimento [MST] trouxe a diferença: que as pessoas deviam ir, elas fazer a luta. Tinha quem orientava, quem ajudava, quem liderava, mas não ia fazer para os trabalhadores. Eles que iam fazer, né”.*⁸²

No movimento liderado por Jerônimo ocorreram duas dissidências. Uma delas é o movimento liderado por Wilson Martins Oliveira. Os membros deste movimento foram

⁸⁰ “Na trajetória de cinco anos do MST/SMT (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Região Sul de Mato Grosso), esta é a 12ª invasão de terra no Sul do Estado liderada por Jerônimo Gomes de Souza, o ‘Jerônimo Sem-Terra’ (...). Em toda a sua trajetória, o MST/SMT ainda não conseguiu assentamento de nenhum de seus filiados e já provocou a criação de dois movimentos dissidentes”. (Jornal “A Gazeta”, 25/6/2000).

⁸¹ Também houve a tentativa de cooptar as principais lideranças do MST. Segundo a Sr^a. Cida, assentada no Assentamento Zumbi dos Palmares e membro da Coordenação Estadual do MST, “Eles [sindicato patronal] chegaram até a oferecer propina, dinheiro naquela época pra os menino pegar as bandeira e ir embora daqui de Mato Grosso”. Entrevista concedida em 18/12/1999. José de Oliveira, assentado e líder do Assentamento 28 de Outubro, afirma que “teve político que ofereceu até propina para as lideranças mais ampliadas [liberadas pelo MST para a coordenação] que veio de outras regiões. Teve oferta de propina de político de Rondonópolis”. Entrevista concedida em 26/12/1999.

⁸² Manoel Messias da Silva, assentado no Assentamento 14 de Agosto, membro da Direção Estadual do MST. Entrevista concedida em 19/12/1999.

assentados na fazenda Carimã, no município de Rondonópolis, em janeiro de 1997, com 194 famílias. Martins, em uma entrevista, mostrou claramente suas divergências político-ideológicas com o MST; ele teria dito que seu grupo seria priorizado pelos órgãos públicos “porque fazem um movimento *pacífico e aguardam pacientemente* a tomada de providências por parte do governo”.⁸³

O segundo movimento dissidente é liderado por Jessé Andrade dos Santos e foi criado em abril de 1995; tem por princípio a não ocupação de latifúndios e sim a negociação da desapropriação com o INCRA e o pagamento do lote no prazo de 10 anos.⁸⁴

Além dos citados, existem inúmeros movimentos de trabalhadores rurais sem-terra organizados em todos os municípios da região, mesmo que de caráter local, isolados, centralizados no líder e com pouco poder de pressão política. Corrêa, referindo-se ao município de Rondonópolis, afirmou que,

*“se a gente levantar aqui, tem em torno de oito movimentos com o Movimento Sem Terra (...). São conhecido como movimento localizado ou personalizado: movimento do Jerônimo, movimento do Wilson, movimento do Jessé, movimento do ‘seu’ João, movimento do ‘seu’ Joaquim, tem movimento do Wellington Fagundes [Deputado Federal]...”*⁸⁵

A título de ilustração, José Carlos Junqueira de Araújo, mais conhecido como “Zé Carlos do Pátio” (Deputado Estadual), que apóia de forma populista muitos movimentos sociais do campo na região, afirmou que *“só no município de Poxoréo existem nove acampamentos”*.⁸⁶

⁸³ Jornal “A Tribuna”, 21-22/09/1996, grifo meu.

⁸⁴ Flávio Antônio da Silva Nascimento, *op. cit.*, p. 280.

⁸⁵ Valdir Corrêa, *op. cit.*

⁸⁶ Jornal “A Tribuna”, 24/02/1999.

A grande maioria dessa população demandatária de terra reside na periferia das cidades da região, para onde migraram após a expropriação e a expulsão do campo, e onde hoje não encontram perspectivas de trabalho e de vida digna. A relativa facilidade com que são organizados esses movimentos de luta pela terra parece estar relacionada a dois fatores básicos: a crescente exclusão social (no campo e na cidade) e o anseio de acesso ao lote de terra para desenvolver a agricultura familiar, como ainda veremos. Os movimentos sociais do campo renovam o sonho não realizado de acesso à terra e ao modo de vida camponês, sonho que os conduziu no passado para esta região mas foi negado pelos interesses do capital.

2.2.4. O surgimento e a expansão do MST na região

O MST introduziu através de sua organização um novo sentido social e político na luta da região. Com uma estrutura organizativa ampla e de caráter nacional, com estratégias de luta e uma linha político-ideológica definidas, com objetivos políticos amplos de implantação da reforma agrária e de transformação da estrutura social, lideranças bem preparadas, projetos alternativos para os assentamentos, articulações com outros setores da sociedade organizada etc., o MST vai se constituindo em um “espaço público”⁸⁷ fundamental para a luta coletiva dos trabalhadores rurais sem-terra, bem como em ator político e social extremamente relevante para intervir na sociedade regional.

⁸⁷ DAGNINO, Evelina: “Culture, Citizenship, and Democracy: Changing Discourses and Practices of the Latin American Left”. In: ALVAREZ, Sonia E. *et alii*. *Cultures of Politics / Politics of Cultures: Revisioning Latin American Social Movements*. Abril de 1997, mimeo.

a) Origem: a primeira ocupação e assentamento

A história do MST no Mato Grosso começou com a organização da ocupação da Fazenda Aliança, no município de Pedra Preta, ocorrida em 14 de agosto de 1995.⁸⁸ A CPT e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) já manifestaram o interesse pela organização do MST na região em meados da década de 80, porém apenas em junho de 1994 ocorreu o primeiro contato entre lideranças do MST e entidades da sociedade civil de Rondonópolis. A primeira reunião entre setores da sociedade organizada e lideranças do Movimento, articulada pelo CDDH, aconteceu em 26/11/94. No início de abril de 1995 várias lideranças do MST se deslocaram para a região e organizaram a primeira ocupação. No mesmo período o MST foi fazendo contatos com a região de Cuiabá, porém, optou por começar na microrregião de Rondonópolis, principalmente por causa da demanda social por terra e da presença pouco atuante do movimento sindical.⁸⁹ Em contrapartida, era a região onde o setor latifundiário e o empresariado rural estavam melhor organizados em Mato Grosso.⁹⁰

⁸⁸ A Fazenda Aliança foi escolhida estrategicamente, pois trata-se de uma propriedade onde houve muita violência, onde foi praticado o sistema de trabalho chamado escravidão por dívidas etc. As lideranças do MST confirmam isso. Segundo Valdir Corrêa, “era uma área que demonstrou que teve muito conflito ali na região com pistolagem e tal (...). Ai decidimos em ocupar essa fazenda Aliança, até pela mágoa que tinha várias pessoas da região ali, que já morou na Aliança ou que morou vizinho ou que ouviu falar dos fatos de barbaridade que o fazendeiro impôs e humilhou os trabalhadores que desmatou aquela área, que trabalhou um tempo ali”. (Valdir Corrêa, *op. cit.*). Segundo outra liderança do MST, “lá, aquela fazenda, dizem que eles matavam muita gente. Nós tiramos um dia lá prá roçar, nós rocemo muito alqueire, muita gente lá viu cabeça de gente, osso dentro das grotas... E era muito, não era muito pouco não! O pessoal ficou tudo assombrado!”. (Antônio “Casca” – assentado no Assentamento Rose Beltram e presidente da Associação do grupo vinculado ao MST. Entrevista concedida no dia 04 de dezembro de 1999).

⁸⁹ Informações obtidas na entrevista com Valdir Corrêa – principal liderança do MST na região, *op. cit.*

⁹⁰ “Eu fiquei sabendo depois que o Gilney Viana [presidente estadual do PT na época] desencorajou o Movimento, né, em sabendo que eles viriam aqui para a região sul, onde iriam começar, dizendo que aqui era um dos berços da UDR, que aqui os latifundiários eram muito unidos, que dificilmente conseguiriam [organizar os trabalhadores sem-terra]”. (Antônio Gonçalves Vicente – “Tati” –, Professor do Departamento de Matemática da UFMT/Campus de Rondonópolis. Entrevista concedida em 22/09/1999).

Na madrugada do dia 14 de agosto de 1995 a sociedade foi surpreendida com a ocupação da Fazenda Aliança, uma propriedade particular situada no município de Pedra Preta, vizinho de Rondonópolis, às margens da BR-364.

*“Cerca de 20 delegados do MST, liderados por José Valdir Misnirovicz, 25, iniciaram uma silenciosa, porém eficiente política de arregimentação de interessados em parcelas de terra na região sul. Quatro meses depois de deflagrada a campanha, a fazenda Aliança, de 6.684 ha, no Vale do Rio Jurigue, em Pedra Preta (com sede a 250 quilômetros ao sul de Cuiabá) foi invadida por cerca de 850 famílias de Rondonópolis, Jaciara, Dom Aquino, Juscimeira, Itiquira, São José do Povo, São Pedro da Cipa, Poxoréo, Guiratinga e daquele município”.*⁹¹

Há divergências quanto ao número de famílias que participaram da ocupação. As lideranças do MST falam em 1.100 famílias. Segundo a matéria jornalística acima, trata-se de 850. Flávio Antônio da Silva Nascimento, em sua tese de doutorado, fala em 814 famílias.⁹² Segundo as lideranças, o massacre de trabalhadores rurais sem-terra ocorrido na semana anterior em Corumbiara-RO⁹³ teria provocado a desistência de muitas famílias, pois a previsão era de 2.000 famílias.

O proprietário da fazenda conseguiu junto à justiça uma liminar de reintegração de posse (27/08). Este fato aumentou o clima de tensão entre os trabalhadores rurais sem-terra acampados na propriedade, bem como nas negociações entre o Movimento e o governador do Estado, Dante de Oliveira.⁹⁴ Após intensas negociações, fechou-se um acordo entre o governo e o Movimento (06/09), que aceitou o acampamento provisório numa área de 68 ha cedida pelo governo, pertencente à EMPAER (Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão

⁹¹ Jornal “Diário de Cuiabá”, 15/02/1996.

⁹² Flávio Antônio da Silva Nascimento, *op. cit.*, p. 181. Segundo Sr^a. Cida, foram 1.100 famílias que participaram da ocupação da fazenda Aliança, sendo que 820 famílias foram posteriormente para o acampamento provisório. (Sr^a. Cida, *op. cit.*).

⁹³ Massacre ocorrido na ocupação da fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara, Estado de Rondônia, em 09 de agosto de 1995, quando morreram 10 trabalhadores rurais sem-terra e 2 policiais militares.

⁹⁴ Dante de Oliveira – governador do Estado de Mato Grosso, eleito em 1994 e reeleito em 1998 – é ligado a uma tradição política democrática e autor da Emenda Constitucional das Diretas-Já em 1984. A sua postura política de negociação, reforçada pelo massacre de Corumbiara-RO, foi fundamental para buscar uma solução pacífica diante do conflito social criado. Aliás, a ação não violenta da polícia militar em relação ao MST em toda sua trajetória de luta até o momento é muito realçada pela base e as lideranças do Movimento.

Rural),⁹⁵ com a promessa de que todos seriam assentados definitivamente na microrregião no prazo de seis meses.

No período de acampamento, portanto, houve duas fases distintas: a ocupação da fazenda e o acampamento provisório, chamado de Zumbi dos Palmares.⁹⁶ Neste tempo de acampamento houve inúmeras e variadas formas de mobilização, de luta organizada e coletiva dos trabalhadores, principalmente para acelerar o processo de desapropriação e de assentamento. As ações mais radicais adotadas na luta foram: ocupações da sede do Incra, o trancamento da BR-163 em duas oportunidades e uma caminhada até a cidade de Rondonópolis (20 km) e outra até a cidade de Cuiabá (210 km):⁹⁷

*“Entre outras manifestações radicais, bloquearam a rodovia BR-163 por duas vezes, acamparam em frente ao Palácio Paiaguás (governo), invadiram a sede do Incra também por duas vezes, participaram de passeata em Rondonópolis e Cuiabá e de uma caminhada ‘Rumo à Terra Prometida’, num percurso de 210 quilômetros (Rondonópolis a Cuiabá)”.*⁹⁸

Quando ocorreu a caminhada para Cuiabá, os trabalhadores ficaram mais de três meses acampados em frente ao INCRA e à sede do governo estadual, pressionando os órgãos públicos, até que conquistaram o assentamento definitivo de todas as famílias acampadas; este ocorreu no dia 28 de outubro de 1996.

Neste período de pouco mais de um ano e dois meses de acampamento, de luta pela conquista do lote de terra, os trabalhadores passaram por enormes dificuldades, tais como

⁹⁵ EMPAER-MT: Instituto de agronomia do Estado de Mato Grosso.

⁹⁶ “No acampamento nós tivemos duas fases: nós tivemos a fase da ocupação da fazenda Aliança, que durou 27 dias. Depois dessa ocupação da fazenda Aliança, num acordo que nós fizemos com o governo do Estado, daí nós fomos transferidos para uma área experimental da EMPAER, que ficava 20 km de Rondonópolis, em direção a Campo Grande”. (José de Oliveira, liderança do MST no Assentamento 28 de Outubro. Entrevista concedida em 26/12/1999).

⁹⁷ Na caminhada para Cuiabá o trabalhador Geraldo Pereira de Andrade foi atropelado e teve morte instantânea (26 de julho de 1996). Para homenageá-lo e preservá-lo na memória histórica do MST, um assentamento recebeu o nome desse trabalhador.

⁹⁸ Jornal “A Tribuna”, 25/10/1996.

ameaças de morte, doenças e fome.⁹⁹ Do total de 1.100 famílias que participaram da ocupação da Fazenda Aliança, 443 delas foram assentadas. A desistência de 59,7% das famílias retrata as dificuldades encontradas.

As famílias desta primeira ocupação organizada pelo MST em Mato Grosso foram assentadas em 8 assentamentos na microrregião de Rondonópolis. No decorrer da definição das áreas para o assentamento, um grupo de 27 famílias rompeu com o MST, porém elas conseguiram junto ao INCRA, mesmo contra a vontade do MST, uma área própria chamada Assentamento Santa Luzia (Fazenda Pioneira), situada em Pedra Preta. Os outros 7 assentamentos são do MST, especificados no Quadro abaixo.

Quadro 1: Assentamentos do MST da Ocupação da Fazenda Aliança

Nome do Assentamento	Ex-Fazenda	Município	Nº. de Famílias Assentadas
Chico Mendes	Bacuri	Rondonópolis	30
Rose Beltram	São Francisco	Rondonópolis	50
Osiel Pereira	Primavera	Rondonópolis	45
Zumbi dos Palmares	Paraíso	Dom Aquino	47
Geraldo Pereira de Andrade	Maria Izabel	Juscimeira	136
14 de Agosto	Terra Forte	Campo Verde	70
28 de Outubro	Perdigão	Campo Verde	38

Fonte: Pesquisa de campo nos assentamentos

No Assentamento 28 de Outubro foram assentadas, na verdade, 70 famílias da Fazenda Aliança; as vagas foram completadas por dois outros acampamentos que já estavam organizados pelo MST: 15 famílias do acampamento do município de Nova Olímpia e 17 famílias do acampamento do município de Cáceres.

⁹⁹ De acordo com José de Oliveira, “*pistoleiro vivia rondando o acampamento pra pegar aquelas lideranças que tinha maior suporte (sic), no caso, Valdir Corrêa, Valdir ‘Gaúcho’, o Vilmar de Mello*”. (José de Oliveira, *op. cit.*).

Atualmente os assentamentos estão em fase de organização interna. As dificuldades são muitas, principalmente em relação à infra-estrutura e recursos financeiros para desenvolver a produção e a comercialização dos produtos, bem como às divergências quanto às propostas de organização geral e da produção defendidas pelas lideranças. Isto será abordado em outra parte deste trabalho.

Com essa breve retomada histórica ilustramos a primeira ocupação organizada pelo MST no Mato Grosso, bem como a luta desses trabalhadores rurais sem-terra para conquistar um pedaço de terra, hoje assentados. Os trabalhadores rurais assentados oriundos desta primeira ocupação, e que continuam vinculados ao MST, serão o objeto da pesquisa de campo.

b) A expansão do MST

O MST está se fortalecendo na microrregião e se expandindo pelo Mato Grosso. Para alargar seu raio de ação no estado, no dia 8 abril de 1996 o MST realizou a segunda ocupação e acampamento, desta vez com 1.500 famílias, quando ocuparam a Fazenda Santa Amélia, no município de Cáceres-MT, localizado na região sudoeste. Após muita negociação com o governo estadual e o INCRA, o MST obteve a concessão de 10 hectares dessa área junto ao proprietário para o acampamento provisório por seis meses, período em que seriam assentados definitivamente. Os trabalhadores dos dois acampamentos (Rondonópolis e Cáceres) fizeram muitas mobilizações conjuntas, inclusive conquistaram a terra para o assentamento no mesmo dia.

No dia 9 de outubro de 1996 já estava organizado um novo acampamento, desta vez no município de Nova Olímpia (região Sudoeste mato-grossense), com 1.300 famílias. A estratégia

de luta usada não foi a ocupação de uma propriedade, e sim o acampamento nas margens da rodovia, em frente à fazenda reivindicada para desapropriação. Nesse acampamento morreram 5 pessoas em um acidente, causado por um caminhão desgovernado que invadiu o acampamento, em 16/10/96. Após essa fatalidade, as famílias conseguiram provisoriamente uma área de 20 hectares da Fazenda Itamarati. Essas famílias (975 no total) foram assentadas em uma área de 37.000 hectares, no município de Tangará da Serra-MT, sendo que 12.000 dessa área foi destinada para reserva florestal.

A segunda ocupação na microrregião de Rondonópolis ocorreu em 17 de março de 1997, na Fazenda Jupia, no município de São José do Povo, com 700 famílias. No mesmo dia foi organizada outra ocupação na região de Cáceres, por isso essa ação é chamada no MST de “dose dupla”. Todas as famílias que participaram dessas ocupações já estão assentadas.

No dia 14 de setembro de 1998 foi ocupada a Fazenda Santo Antônio do Jurigue, no município de Pedra Preta, por cerca de 700 famílias. Após a firmação de um acordo com o INCRA, a área foi desocupada para vistoria. No dia 24 de outubro de 1999 a propriedade foi novamente ocupada, agora por 400 famílias, que exigiam o resultado da vistoria. Diante da pressão, o INCRA divulgou o laudo, tornando público que a área é improdutiva. O proprietário está contestando este parecer na justiça e, enquanto isso, os trabalhadores rurais sem-terra aguardam acampados em assentamento do MST que fica próximo. No dia 16 de novembro de 1999 foi realizada a ocupação da Fazenda Fortaleza, no município de Jaciara, tratando-se da quarta ocupação organizada pelo MST na microrregião. Diante da liminar de reintegração de posse concedida pela justiça, as 450 famílias estão acampadas provisoriamente em uma fazenda no município de Dom Aquino. No dia 09 de outubro de 2000 aconteceu a última ocupação do MST na região. Trata-se da Fazenda Paulicéia, no município de Rondonópolis, ocupada por aproximadamente 300 famílias. Diante da reintegração de posse concedida pela justiça ao

proprietário, o MST conseguiu junto ao INCRA e ao governo estadual a concessão da Fazenda Santo Expedito para o acampamento provisório por 90 dias, prazo dado pelos órgãos públicos para providenciar terra para o assentamento definitivo. Portanto, o MST está atualmente com três acampamentos na microrregião, com um total em torno de 1.150 famílias.

O MST está organizado no Mato Grosso em cinco regionais: sul, leste, baixada cuiabana, sudoeste e médio norte. A microrregião de Rondonópolis é composta, basicamente, pelas regionais sul e leste, onde o MST tem atualmente 17 assentamentos e três acampamentos organizados. No que tange ao nível de Mato Grosso, o MST tem organizados “26 assentamentos e 5 acampamentos. Nós temos 4.200 famílias assentadas. Esse número está aumentando dia por dia. E nós temos em torno de 2.200 famílias acampadas”.¹⁰⁰

Este breve histórico do MST na microrregião mostra a acelerada expansão de sua organização no seio da sociedade regional e das conquistas já obtidas. Revela também a existência de grande demanda por terra, o anseio dos trabalhadores sem-terra do campo e da cidade pela inclusão social através do desenvolvimento da agricultura familiar.

O MST se constitui em uma organização social e política fundamental para os trabalhadores sem-terra da região, um espaço social onde esses trabalhadores do campo e da cidade em processo de exclusão social podem exercer a cidadania através da luta organizada e coletiva pelo direito de acesso à terra e à vida digna no meio rural. O MST está se constituindo em um dos principais atores da microrregião, isto tanto no sentido social como político, pois está contribuindo com o processo de conscientização da sociedade para valores como a cidadania, a luta organizada pelos direitos, a democracia direta. No sentido mais específico e imediato, o MST

¹⁰⁰ Valdir Corrêa, *op. cit.* No decorrer do processo de luta, esses números aumentam. Em novembro de 2000 uma outra liderança informou que o número de famílias assentadas em Mato Grosso já passava de 5.300 famílias, sendo que na regional sul do MST seriam 978 famílias assentadas.

renova o sonho não realizado dos trabalhadores migrantes que se deslocaram para a região em busca de terra e de vida digna no campo. Corrêa afirma que

*“é fácil da gente encontrar na cidade as pessoas que migraram para cá com esse objetivo de adquirir um pedaço de terra para trabalhar. Eles carregam ainda consigo o sonho de ter um pedaço de terra para trabalhar”.*¹⁰¹

Diante do exposto neste capítulo, é possível afirmar que os trabalhadores rurais sem-terra lutam pelo acesso à terra para construir sua identidade rural própria, viver dignamente, contrapondo-se à exclusão social. Os movimentos sociais do campo se constituem em espaços públicos significativos para o exercício da cidadania, a luta por direitos, assim contribuindo com o processo de democratização das relações sociais e políticas no mundo rural, bem como para sua transformação, principalmente considerando o autoritarismo social e político e a desigualdade que se constituem em marcas profundas deste meio social. No exercício da cidadania, os trabalhadores rurais encontram e constroem as condições objetivas e subjetivas para o processo de reelaboração, de recriação de sua cultura em geral e da cultura política em particular. O MST atribui um valor especial a estas questões, pois visa a transformar a cultura, a concepção política e a postura ideológica de sua base, fazendo com que essa adira aos objetivos sociais e políticos do MST.

¹⁰¹ Valdir Corrêa, *op. cit.* Para o Sr. Miguel, “*depois que o Movimento chegou, ai parece que clareou, abriu o espaço, abriu e a turma, todo mundo, despertou para o seu pedacinho de terra*”. (Sr. Miguel – assentado no Assentamento Geraldo Pereira de Andrade, presidente de Associação de Agricultores e Membro da Coordenação Estadual do MST. Entrevistado em 11/12/99).

III. O PROJETO POLÍTICO DO MST

Tendo em vista a ênfase dada neste trabalho à organização e à prática social e política dos trabalhadores sem-terra acampados e assentados do MST, ao exercício da cidadania de forma organizada e coletiva como aspecto essencial para o processo de sua constituição em novos sujeitos, parece tornar-se fundamental a abordagem dos principais aspectos constitutivos deste Movimento. É no espaço público criado pelo MST, de interação muitas vezes conflitiva com setores da sociedade e com o Estado, que estes cidadãos lutam pelos seus interesses e direitos sociais, buscando firmar-se no campo, através da conquista de um pedaço de terra e o acesso às condições materiais básicas necessárias para desenvolver a produção agrícola.

Considerando o propósito deste trabalho, analisa-se, neste capítulo, o perfil político-ideológico, a estrutura organizativa e os objetivos formativos do Movimento. No primeiro tópico, apresentam-se alguns elementos que apontam para o projeto de sociedade alternativa, para a utopia socialista que norteia a luta do MST. É importante começar por esse aspecto, pois esta perspectiva político-ideológica está bastante associada à forma de organização interna e às formas de luta do MST. A própria luta pela reforma agrária deve ser concebida dentro deste projeto alternativo de sociedade.

No segundo tópico, analisa-se a estrutura organizativa do MST, suas peculiaridades, sua natureza combinada de traços descentralizados e centralizados. Também se contempla na análise, dentro da estrutura organizativa, os espaços existentes para a efetiva participação dos trabalhadores da base nas discussões e nas decisões, além do envolvimento nas lutas sociais e políticas.

No último tópico, faz-se uma abordagem do projeto formativo proposto pelo MST, observando o tipo de cidadão que esse Movimento pretende formar. O projeto citado é uma prioridade para o Movimento, pressupondo a formação de cidadãos com novos valores – “humanistas e socialistas” –, com uma consciência política “crítica e organizativa”. Pensa-se que esta pesquisa empírica a ser desenvolvida junto a assentados que já têm uma trajetória de luta no Movimento poderá contribuir para uma avaliação da formação política atual desses novos sujeitos sociais do campo.

3.1. O projeto de sociedade alternativa

No decorrer da sua história de organização e de luta, o MST foi ampliando a sua inserção no conjunto da sociedade e construindo o seu projeto de sociedade, um projeto alternativo, de caráter socialista. Essa perspectiva político-ideológica perpassa o MST, fornece os princípios gerais para a sua constituição. A organização e os projetos para os assentamentos, por exemplo, estão vinculados a esse processo de construção de uma nova sociedade, alicerçada na justiça e na igualdade. Quanto à base dos assentados, um dos objetivos fundamentais é a sua transformação em sujeitos sociais com novos valores, em sujeitos políticos militantes com uma ideologia transformadora.

Não é objetivo deste trabalho priorizar a análise profunda e crítica das perspectivas político-ideológicas que norteiam o seu projeto de sociedade. O MST nem possui um projeto de sociedade definido e claro, com propostas concretas para o conjunto da sociedade, o que, aliás, só

seria possível dentro de uma visão extremamente determinista. Dentro da sua utopia revolucionária, o MST possui alguns princípios gerais que dão a direção política em suas lutas pela terra, pela reforma agrária e pela transformação geral da sociedade. Assim, a pretensão, neste trabalho, é de apenas mostrar que o MST apresenta essa característica essencial – a utopia revolucionária –, e que se constitui no principal fator de determinação da sua organização e das estratégias de luta, gerando uma relação conflitiva com o Estado. É dentro desta perspectiva política e social que o MST vai se construindo e reconstruindo enquanto movimento, e os trabalhadores sem-terra acampados e assentados vão encontrando e criando condições objetivas e subjetivas para a sua emergência como novos sujeitos políticos.

3.1.1. As origens do MST: breve histórico da sua formação e o projeto socialista

A origem do MST está nas lutas sociais de trabalhadores do campo nas regiões de minifúndios no Sul do país. Com grande influência da CPT, os trabalhadores rurais se organizaram, fizeram ocupações e criaram acampamentos, lutando contra o processo de expropriação e expulsão do campo, intensificado com a modernização capitalista da agricultura. Em 1979, aconteceu a ocupação das fazendas Macali e Brilhante (Ronda Alta - RS). Em 1980, aconteceu a ocupação da fazenda Burro Branco (Campo Erê - SC). No mesmo ano, aconteceu a organização e a luta das famílias rurais do oeste do Paraná, atingidas pela construção da Barragem de Itaipu. Também foi criada a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens no rio Uruguai, na região Sul, que enfrentou o projeto do Estado de construção de 22 represas hidrelétricas. Em 1981, surgiu o acampamento da Encruzilhada Natalino (Ronda Alta - RS), que representou um marco para a origem do MST e a principal referência organizativa e de luta. Nos

encontros de Medianeira - PR e Goiânia - GO – o primeiro, em nível Centro-Sul, e o segundo, em nível nacional (este organizado pela CPT), ambos em 1982 –, foram traçadas as principais diretrizes organizativas e políticas para a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra autônomo no campo, principalmente em relação à CPT e ao sindicalismo rural, e assumiram a Reforma Agrária como principal bandeira de luta.

A partir da fundação do MST (1984) e da realização do I Congresso Nacional (1985), com a crescente autonomia em relação aos agentes mediadores, este Movimento começa a criar uma dinâmica organizativa e uma política própria. Em decorrência disso, o Movimento é desafiado a fortalecer a sua organização e a definir melhor o seu perfil político-ideológico, articulado com os objetivos sociais e com o projeto de reforma agrária e de sociedade pela qual deseja lutar.

A conjuntura política brasileira no decorrer da década de 80 foi extremamente dinâmica, com grandes mudanças na esfera da política institucional e na crescente organização e participação ativa da sociedade civil, embora tenha prevalecido o conservadorismo na transição para o regime democrático. Esta conjuntura política e social exigiu do MST uma definição política e ideológica, como, por exemplo, em relação ao Estado, o que influenciou na sua estruturação e na construção do seu perfil sóciopolítico. As próprias dificuldades e derrotas políticas em relação à reforma agrária contribuíram para a condução do MST a uma progressiva radicalização político-ideológica. Entre as dificuldades e derrotas podemos destacar: a reorganização dos latifundiários através da UDR (União Democrática Ruralista) (1985); o recuo do governo em relação ao projeto de reforma agrária – PNRA – (Plano Nacional de Reforma Agrária) (1985); a exclusão da reforma agrária na nova Constituição (1988); a retração das

entidades sociais mediadoras e de apoio;¹⁰² a adesão da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) à Nova República; a derrota do Luis Inácio Lula da Silva na eleição para presidente da República (1989); o aumento da violência e impunidade no campo, etc. Segundo Stédile, o maior marco político no I Congresso Nacional do MST (1985) foi a continuidade da estratégia de luta e de oposição ao governo civil:

“... a marca mais forte foi a decisão política de não nos iludirmos com a Nova República (...). E crescia em nós a convicção de que a reforma agrária somente iria avançar se houvesse ocupação, luta de massas (...). Daí surgiu a bandeira de luta ‘ocupação é a única solução’”. (Stédile & Fernandes, 1999: 51-52).

No decorrer da segunda metade dos anos 80, a luta pela desapropriação de fazendas para o assentamento dos trabalhadores rurais sem-terra e a luta pela reforma agrária ampla e profunda começaram a ser condicionadas a uma postura política de oposição ao sistema capitalista. A luta pela reforma agrária foi sendo vinculada à transformação da sociedade, a um projeto alternativo de caráter socialista. Segundo Torrens, no V Encontro Nacional do MST (1989),

“... se define que a luta pela terra se constitui num passo decisivo para a ‘tomada do poder’ e a ‘implantação de um novo sistema econômico: o socialismo!’”. (Torrens, 1994: 152, grifo meu).

Para reforçar esta idéia da relação inevitável da reforma agrária com o projeto socialista, concebida dessa forma pelas lideranças do MST, em 1991, Stédile afirmou em uma palestra que:

“... vai ser impossível implantar o socialismo no Brasil se não se fizer a reforma agrária, ao mesmo tempo que não se consegue a reforma agrária sem implantar o socialismo”. (Stédile, 1994: 321).¹⁰³

¹⁰² Ademar Bogo, liderança nacional do MST: “já em 1986 começa a se esvaziar um ‘fórum da reforma agrária’ que era o ajuntamento de entidades de assessoria e ONGs que apoiavam a reforma agrária. Os fazendeiros se organizaram em 1985 e ameaçaram eliminar todos os que tentassem liderar qualquer iniciativa em direção à reforma agrária. Muitos recuaram”. (Bogo, 1995: 5).

¹⁰³ No programa de reforma agrária do MST, aprovado no Congresso Nacional de 1995, afirma-se que “essa proposta de reforma agrária se insere como parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária e socialista”. (Caderno de Formação Nº. 5 – Programa de Reforma Agrária, MST, 1995: 20).

Diante das limitações legais para a reforma agrária e do poder hegemônico das forças políticas conservadoras contrárias à transformação da estrutura fundiária, o Movimento consolidou um caráter político-ideológico com características revolucionárias, de cunho socialista. Ao mesmo tempo, uma grande maioria dos movimentos sociais populares eram profundamente influenciados pela nova conjuntura por que passava o país e que preconizava um processo de democratização da sociedade e uma maior abertura política do Estado para a negociação com esses movimentos, fazendo com que estes se ajustassem à chamada “institucionalidade democrática”. O MST é um dos movimentos sociais que permaneceu mais irredutível à mudança neste contexto de democratização, mantendo uma posição autônoma e de oposição sistemática ao Estado.

No II Congresso Nacional do MST (1990), foi aprovado o lema “ocupar, resistir e produzir”. As estratégias de luta que são a marca do Movimento desde sua origem, foram mantidas: ocupação de grandes propriedades privadas improdutivas ou devolutas e a criação dos acampamentos e as formas de resistência coletiva. A novidade está no verbo “produzir”. Com as conquistas de terras, via desapropriação, foram sendo multiplicados os assentamentos rurais, que passaram a ser um elemento novo e que, inclusive, interferiram no perfil do MST no decorrer dos anos 90, como ainda se verá. Assim, além da continuidade da luta pela terra através da ocupação de latifúndios, exigindo a sua desapropriação pelo governo, os assentamentos rurais e suas demandas vão ocupando um espaço crescente no interior do MST.

A autonomia e a não abertura à intervenção de outras entidades na sua organização e na sua linha política-ideológica resultou em crescente isolamento do MST perante a sociedade. Como sua proposta de transformação social está ancorada na organização e na mobilização dos

setores populares, e como procura se transformar em um movimento de “massas”,¹⁰⁴ o MST sentiu a necessidade de alterar a sua estratégia política em relação à sociedade. Para a construção da nova hegemonia, a partir de meados dos anos 90, o MST começa a contribuir mais para a organização e a articulação dos diferentes setores populares. Em relação à reforma agrária, além de procurar aumentar a legitimidade da luta junto à sociedade em geral, conclama a mesma para também lutar pela sua concretização, que passa a ser vista como de interesse de toda a sociedade. Sob essa estratégia política, foi aprovado no III Congresso Nacional do MST (1995) o lema “Reforma Agrária, uma luta de todos”.

Neste III Congresso Nacional, foram aprovados os seguintes objetivos gerais:

- “1- Construir uma sociedade sem explorados e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital;
- 2- A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade;
- 3- Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;
- 4- Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
- 5- Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais;
- 6- Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher”. (Fernandes, 1996: 81).

Na verdade, são mais princípios sociais e políticos do que objetivos. Como é possível perceber, os princípios da igualdade e da justiça aparecem como idéias norteadoras, ou seja, são concebidas dentro de uma perspectiva socialista de sociedade. Esses princípios se enquadram

¹⁰⁴ O conceito “massas” é usado constantemente no discurso das lideranças do MST. Os líderes consideram o MST um movimento social de massas. Eu questiono o uso deste termo, mesmo que se trata de setores populares totalmente marginalizados, excluídos da sociedade. Historicamente, este termo estava muito relacionado a um sentido instrumental, de manipulação por parte dos agentes sociais que se dirigiam a essa população. Para Bernardo Mançano Fernandes, além deste caráter manipulatório, este conceito tem diferentes sentidos, dependendo de quem a emprega, quando afirma que, “na política, tanto a esquerda quanto a direita vê a massa como objeto de manipulação (...); na visão liberal, massa é vista como ‘incapaz’ e a manipulação das mesmas ocorre via políticas assistencialistas, populistas; na visão revolucionária, massa é compreendida como potencialidade para a transformação da realidade (...) mas como a massa não sabe utilizar sua própria força, é preciso orientá-la, organizá-la e explicar qual o caminho que ela deve seguir para mudar a sua situação de alienada e explorada ...”. (Fernandes, *apud* Maria Antônia de Souza, 1996: 11-12, grifo meu).

dentro dos três grandes eixos da luta do Movimento: a luta pela terra, pela reforma agrária e pela sociedade socialista. Em documento do MST, afirma-se que:

“... o objetivo é inserir nossa luta específica contra o latifúndio num projeto alternativo para o Brasil, como estabelecem nossos três objetivos maiores: lutar pela terra, pela reforma agrária e por uma sociedade socialista”. (Direção Nacional - MST, 1997: 6, grifos meus).

Na segunda metade dos anos 90, o MST escolheu como alvo em suas lutas sociais e políticas derrubar o projeto econômico e político neoliberal que está sendo implantado no país. O Movimento procura liderar a discussão junto aos setores populares organizados, partidos políticos e intelectuais de esquerda para a criação de um projeto de desenvolvimento social alternativo, o que seria feito através de amplas mobilizações da sociedade. A histórica marcha para Brasília, realizada pelo MST em abril de 1997,¹⁰⁵ que teve uma grande repercussão social e política, influenciou decisivamente as lideranças do Movimento para essa decisão política, inclusive para liderar esta discussão. Stédile sistematiza bem essa estratégia de mobilização proposta pelo MST:

*“... temos de nos juntar com todas as forças populares, sindicais, partidárias, e estimular um debate sério na sociedade para discutir um projeto nacional alternativo para o Brasil (...). É necessário mudar esse modelo de desenvolvimento. E o esforço do MST, além da sua luta específica, é fazer essa conclamação permanente”.*¹⁰⁶

Em dezembro de 1997, na cidade de Itaiaci-SP, aconteceu um encontro chamado “Consulta Popular”, realizado pelo MST com diversas lideranças dos principais segmentos populares organizados e intelectuais para discutir o projeto alternativo para o país. As três grandes teses aprovadas foram as seguintes: a necessidade da ruptura dos laços de dependência do país; a necessidade da intransigência popular diante da intolerância dos setores dominantes; e a

¹⁰⁵ Esta marcha foi organizada pelo MST. Os trabalhadores sem-terra saíram de três regiões diferentes do país, e caminharam em direção à Brasília, onde chegaram no dia 17 de abril de 1997, quando completou um ano a chacina de 19 trabalhadores sem-terra no município de Eldorado do Carajás - Pará, cometida por policiais militares. Com a participação de inúmeros movimentos sociais, entidades, organizações da sociedade civil, partidos políticos, foi realizado um dia de protestos gigantescos, com a presença de milhares de manifestantes, tendo uma grande repercussão social e política, nacional e internacionalmente.

¹⁰⁶ João Pedro Stédile: entrevistado pela Revista Caros Amigos, Ano 1, Nº. 5, São Paulo, 1997, p. 30, grifo meu.

necessidade de eliminar certos mitos criados sobre o socialismo, devendo esse ser concebido como um sistema capaz de garantir uma vida digna para todos, porém não dentro dos padrões consumistas capitalistas.¹⁰⁷

No 9º Encontro Nacional do MST (1998), um dos temas discutidos foi o projeto nacional alternativo. Plínio de Arruda Sampaio elaborou um texto-base sob o título “Diretrizes para o Projeto Nacional”, que serviu de referência para a preparação do Encontro. Foi a primeira vez em que foi discutida de forma ampla e objetiva essa questão no interior do MST, bem como a tentativa de traçar algumas linhas gerais dessa utopia socialista, que antes só aparecia vagamente nos discursos. As diretrizes básicas apontadas são as seguintes:

- “- substituir o poder das classes dominantes pelo poder do povo na direção do processo de construção da nação;
- eliminar qualquer traço de subordinação nas relações do Brasil com os países desenvolvidos;
- ordenar as políticas econômicas aos objetivos da integração social e da unidade nacional, a fim de eliminar as disparidades econômicas, sociais, culturais e políticas entre as classes sociais e as regiões do país;
- defender intransigentemente a cultura brasileira”.¹⁰⁸

A implantação desse projeto, segundo o texto de Sampaio, só será possível através da conquista do poder do Estado. Para tanto, seria necessária uma ampla mobilização dos setores populares e segmentos da classe média, construindo um “bloco popular”. É preciso

“... amalgamar esses imensos contingentes sociais em um bloco político capaz de travar em conjunto uma luta decisiva contra as classes dominantes. Esse conjunto de forças sociais e políticas poderia chamar-se ‘bloco popular’”. (Idem: 24).

¹⁰⁷ Revista Sem Terra - MST, Ano I, Nº. 3, janeiro/março de 1998, p. 50-52.

¹⁰⁸ Documento: Diretrizes para o Projeto Nacional – MST, 1997: 20.

Para o processo de formação dessa nova hegemonia, segundo o documento, muitas organizações sindicais precisariam repensar a sua perspectiva político-ideológica e as lutas concretas. O MST critica a postura política defensiva de muitos sindicatos, que teriam perdido a dimensão transformadora ou revolucionária. Para “amalgamar um bloco popular aguerrido”, muitos sindicatos necessitariam passar por uma “revisão profunda”, porque *“Trocar conquistas obtidas em épocas passadas pela não exclusão, como vêm fazendo muitos sindicatos, constitui uma estratégia mesquinha e suicida”*. (Idem: 25).¹⁰⁹

A organização e a mobilização da sociedade em torno das necessidades, interesses e direitos dos setores populares, através da ação política direta, forjando uma nova hegemonia ou “bloco popular”, na perspectiva da conquista do poder do Estado para construir uma sociedade alternativa, de caráter socialista, parecem ser a estratégia político-ideológica norteadora das lutas desenvolvidas pelo MST. A necessidade da construção de um projeto nacional alternativo ao modelo neoliberal é o discurso que predomina atualmente no MST, ao qual o projeto de reforma agrária está vinculado.

A fundamentação teórica e político-ideológica das principais lideranças do MST¹¹⁰ não está centrada em alguma tendência marxista específica. Embora predomine a tendência marxista-leninista, ela é recheada de outras vertentes, principalmente inspiradas em movimentos socialistas

¹⁰⁹ Segundo João Pedro Stédile: *“os sindicatos hoje não representam mais a massa (...). Perderam o objetivo estratégico de mudar a sociedade (...). Perderam a perspectiva de transformação”*. (Revista Atenção, n.1, São Paulo, 1997, p. 8).

¹¹⁰ As principais lideranças do MST atuam na Direção Nacional. Algumas das principais lideranças são as seguintes: a) **João Pedro Stédile**: natural de Lagoa Vermelha (RS), 47 anos, ex-seminarista, economista, casado e pai de quatro filhos, reside na cidade de São Paulo; é um dos fundadores do MST e o principal articulador político do Movimento; b) **Gilmar Mauro**: natural de Capanema (PR), 33 anos, ex-seminarista, 1º grau completo, casado, reside em São Paulo, liberado pelo MST para coordenar o Setor de Massas; c) **José Rainha Júnior**: natural de Pedro Canário (ES), 51 anos, ex-sindicalista, e ex-CEBs, 1ª série do 1º grau, casado com Diolinda (liderança do MST), ex-membro da direção nacional, atualmente é apenas líder na região do Pontal do Paranapanema-SP (onde está assentado); d) **Jaime Amorim**: natural de Guarimirim (SC), 31 anos, ex-seminarista, casado, pedagogo, reside em Caruaru (PE), é a principal liderança na região Nordeste, onde atua desde 1987; e) **Roberto Baggio**: natural de São Lourenço d’Oeste (SC), 36 anos, ex-seminarista, filósofo, casado, reside em Curitiba, é a principal liderança no Estado do Paraná; f) **Edgar Kolling**: natural de Guaraciaba (SC), 40 anos, ex-seminarista, pedagogo, casado, reside em Porto Alegre, é o principal coordenador nacional do Setor de Educação do Movimento.

que conquistaram o poder do Estado em vários países. A idéia defendida por Navarro de que o MST, a partir do IV Encontro Nacional (1987), “passa a assumir o ideário marxista ortodoxo”,¹¹¹ precisa ser entendida como referência teórica predominante, para não ignorar idéias e experiências mais recentes que também influenciaram essas lideranças. Stédile destaca que a grande maioria das lideranças do MST é originária da Igreja Católica,¹¹² sob a influência da Teologia da Libertação, onde teriam aprendido a valorizar as mudanças e as especificidades dos contextos sociais de cada país, bem como a valorizar diferentes teorias e concepções políticas e ideológicas.¹¹³ Segundo ele,

“A partir dessa concepção, fomos buscar nos pensadores clássicos de várias matrizes algo que pudesse contribuir com nossa luta. Lemos Lênin, Marx, Engels, Mao Tsé-Tung, Rosa Luxemburgo. De uma forma ou de outra captamos alguma coisa de todos eles (...). O próprio Evangelho, não como uma religião, mas como uma doutrina, também tem uma influência sobre nossos valores, nossa cultura, na forma de ver a mística, na forma de ver diferente”. (Stédile & Fernandes, 1999: 59-60).

Jaime Amorim, principal liderança do MST no Estado de Pernambuco, também destaca essa diversidade de tendências marxistas que os inspiram: *“Zapatistas, Che Guevara, maoístas, marxistas, leninistas, gostamos um pouco de todos, mas não seguimos nenhum. Temos influência até de Jesus Cristo”.*¹¹⁴

¹¹¹ Zander Navarro, em seminário na Reunião da SBPC, realizada em 1996 na cidade de São Paulo. (Jornal Folha de São Paulo, 11/07/96).

¹¹² *“Em seu passado católico, quatro dos seis principais dirigentes do MST têm a influência de uma mesma pessoa. Trata-se de um certo (sic) dom José Gomes, bispo da diocese de Chapecó, a 630 quilômetros de Florianópolis (...). Os dirigentes saíram do seminário de dom José”.* (Revista Veja, 28/08/96, p. 74).

¹¹³ *“A contribuição que a Teologia da Libertação trouxe foi a de ter abertura para várias idéias. Se tu fizeres uma análise crítica da Teologia da Libertação, ela é uma espécie de simbiose de várias correntes doutrinárias. Ela mistura o cristianismo com o marxismo e com o latino-americanismo”.* (STÉDILE, João Pedro & FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999, p. 59, grifo meu).

¹¹⁴ Jaime Amorim: Revista Veja, 03/06/98, p. 44.

Na mesma matéria, afirma-se na revista: *“No campo ideológico, o MST é um liquidificador. Ali existem os que se inspiram em Ernesto Che Guevara, simpatizantes do sandinismo nicaraguense, adeptos das táticas maoístas de começar a revolução pelo campo em direção às cidades, defensores de uma ‘pátria operária e socialista’, tudo misturado com princípios da Teologia da Libertação, bênção das Comunidades Eclesiais de Base, onde saiu boa parte de seus dirigentes, inclusive Stédile”.* (Revista Veja, 03/06/98, p. 46).

Mesmo sendo influenciados por várias tendências ideológicas revolucionárias, é importante ressaltar que as principais lideranças são marxistas, tendo como utopia a construção de uma sociedade socialista.¹¹⁵ As suas ações estão fortemente alicerçadas nessa ideologia, mesmo sendo uma “ideologia bastante simplificada”.¹¹⁶ Essa ideologia marxista é influenciada pela Teologia da Libertação, como alguns líderes do MST afirmam acima, resultando disso uma visão eclética. A título de ilustração, para reforçar essa idéia, Stédile define desta forma sua ideologia:

*“... minhas motivações ideológicas são de resgatar o que significa o socialismo. Pessoalmente, em termos de valores, sou um socialista cristão. Foi na Igreja que aprendi os valores humanitários da fraternidade, igualdade, e uno a isso o socialismo, que é o resgate da igualdade e da justiça social”.*¹¹⁷

Existem divergências políticas e ideológicas entre as principais lideranças do MST, como, por exemplo, quanto ao caráter político a ser dado aos assentamentos. Na década de 1990, houve um aumento significativo de assentamentos do MST em todo o país. Atualmente, a população majoritária do MST está nos assentamentos e pressiona o Estado em favor do atendimento de suas necessidades específicas, centradas na produção e na infra-estrutura. A viabilização econômica dos assentamentos é uma das prioridades do Movimento, pois além de atender uma demanda fundamental dos assentados, é uma importante estratégia política para conquistar legitimidade junto à sociedade. O grau dessa priorização e o peso político a ser dado a essas crescentes demandas, dentro da perspectiva da transformação social, está gerando divergências internas. Uma liderança, como José Rainha, querem priorizar a organização econômica dos

¹¹⁵ “Queremos uma sociedade socialista e igualitária. Este é um conceito doutrinário, não uma reivindicação. Junta duas utopias realizáveis”. (João Pedro Stédile, Revista Veja, 03/06/98, p. 42).

¹¹⁶ Bernardo Sorj. “Reforma Agrária em tempos de democracia e globalização”. Revista Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, n.50, março de 1998, p. 31.

¹¹⁷ João Pedro Stédile: entrevistado pela Revista Estudos Avançados, USP, São Paulo, v. 11, n. 31, setembro/dezembro de 1997, p. 75, grifo meu.

assentamentos, enquanto outras, como Stédile, querem continuar priorizando a luta política mais ampla. Segundo Sorj,

*“Possivelmente existem dentro do MST divergências relevantes – embora não sejam explicitadas – entre uma liderança mais pragmática, centrada na obtenção de concessões do governo, e outra mais ideológica e rígida, cujo objetivo central é enfraquecer e denunciar o governo”.*¹¹⁸

Em termos gerais, pode-se afirmar que a ideologia socialista das lideranças está fortemente fundamentada em princípios do marxismo tradicional, predominante até a década de 70. Prevalece uma concepção sóciopolítica de polarização em torno das duas classes sociais fundamentais da sociedade capitalista. O alvo principal das lutas é a conquista do poder do Estado, adotando como caminho político a organização e a mobilização das “massas”, privilegiando a ação direta. Conquistado o poder, só então seriam implementadas as grandes transformações, a mudança do sistema econômico e social. Esses princípios políticos e ideológicos são questionados na atualidade pela grande maioria da esquerda, para quem a democracia ampla se constitui em um valor fundamental para pensar a política e a sociedade dentro da perspectiva transformadora, inclusive a socialista. Mesmo diante das experiências socialistas e comunistas historicamente mal sucedidas, e mesmo diante das possibilidades reduzidas da esquerda brasileira chegar ao poder pelo caminho não-institucional, o MST se organiza e luta dentro da perspectiva que privilegia a via insurrecional.

O MST, portanto, é um movimento social e político que tem como objetivo amplo e a longo prazo a transformação revolucionária da sociedade, a implantação do socialismo.

¹¹⁸ Bernardo Sorj, *op. cit.*, p. 31.

Segundo a Revista Veja, “existem as divergências. Uma delas: há os que estão preocupados mais com a produção agrícola dos assentamentos, como José Rainha (...). E há os que se inclinam mais para a política, como Stédile”. (Revista Veja, 03/06/1998, p. 47).

Atualmente, procura mobilizar a sociedade contra o modelo econômico neoliberal, visando construir um projeto alternativo de desenvolvimento. A abordagem dessa questão é importante, uma vez que será realizada uma pesquisa junto a assentados que atuam no MST, para analisar a visão política e o perfil ideológico dessa base, o que permite observar como se posicionam em relação aos objetivos utópicos das lideranças.

3.1.2. A sobreposição da visão revolucionária à visão democrática

O MST se encontra em um dilema em relação à democracia, com claras contradições. A sua origem organizativa remonta às CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), organizadas sob princípios democráticos: estrutura organizativa descentralizada, poder colegiado, instâncias de poder, setores etc. Caracteriza-se como um movimento popular do campo, um movimento de “massas”. Para tanto, precisa integrar em suas lutas sociais os interesses, as necessidades, os objetivos imediatos e específicos dos trabalhadores sem-terra. Ao mesmo tempo, as lideranças do MST têm um projeto revolucionário de sociedade, como se viu. Por um lado, os objetivos dos trabalhadores da base precisam ser atendidos “aqui e agora”, adotando estratégias de luta que se enquadram na democracia liberal. Por outro lado, o objetivo utópico de longo prazo é a conquista do poder do Estado e a implantação de um novo sistema de sociedade para a solução definitiva dos problemas sociais, e isso dentro de uma estratégia de luta que tem como possibilidade a ruptura violenta com a ordem estabelecida, adotando princípios não-democráticos. Essa lógica revolucionária determina, em grande parte, a forma de conceber a política e a sociedade, bem como o processo de luta social e política do Movimento, sobrepondo-se aos princípios democráticos. Esses não são concebidos como um valor fundamental em si, um valor universal. O dilema básico é como conduzir a democracia interna, constituir um movimento de “massas” e

garantir a unidade, quando há interesses muito divergentes entre a base e as lideranças, e também como submeter as estratégias de luta aos princípios democráticos em uma sociedade capitalista, quando o objetivo é a sociedade socialista.

Em uma estrutura fundiária concentradora como a brasileira, a luta pela reforma agrária já é, em si, uma luta relevante para aprofundar e alargar a democracia política e social no campo, como já foi enfatizado. O processo de democratização da propriedade da terra enfraquece o poder político dos latifundiários, ameniza os problemas sociais e aumenta a possibilidade e a capacidade de organização dos diversos segmentos de trabalhadores rurais. Nesse sentido, o MST está contribuindo significativamente para a democratização das terras e das relações sociais no campo.

A democracia, no entanto, não se constitui em princípio político fundamental para o MST. Os valores democráticos são incorporados às estratégias políticas de luta dentro de uma visão instrumentalista, concebendo-os, basicamente, como meios para se chegar à conquista do poder do Estado. Grosso modo, o fundamental é a eficácia política dos meios para se atingir o fim estabelecido. É possível afirmar que a visão iluminista, teleológica, pela qual se justifica o sacrifício do presente em função da possibilidade de libertação/transformação radical da sociedade no futuro, a concretização da utopia, ainda é predominante na forma de conceber a política em geral e o processo histórico e determina o discurso e a prática política do MST. A democratização radical das esferas da sociedade e da política institucional não constitui valor essencial para o processo de construção de um projeto alternativo de sociedade. A própria política em si é excessivamente instrumentalizada. Lechner destaca que, para romper com a visão instrumentalista da política, é preciso rever a visão de utopia, o que requer uma concepção democrática da política. Segundo o autor, tanto a tradição liberal como a marxista têm um esquema interpretativo que vê

“... o presente como uma ‘transição’ para a realização de uma utopia. Que o futuro seja imaginado como mercado ou como sociedade sem classes, se trata de uma ordem pós-política. E ao conceber a ‘abolição da política’ como uma meta factível, a ação política presente tem um caráter exclusivamente instrumental”. (Lechner, 1990: 28-29, grifos meus).

O autor defende a necessidade de uma visão política mais secularizada, “renunciar à pretensão de querer salvar a alma mediante a política”, o que requer também uma nova concepção de utopia: não como algo a ser alcançado, mas servindo de referência para estabelecer o possível. Para ele,

“O que parece exigir uma concepção secularizada é renunciar à utopia como objetivo factível, sem por ela abandonar a utopia como o referente por meio da qual concebemos o real e determinamos o possível”. (Lechner, 1990: 35, grifo meu).

Como as principais lideranças do MST possuem uma grande influência da Teologia da Libertação, provavelmente seja marcante em seu imaginário sociocultural e em seus princípios políticos uma visão teleológica com traços que se aproximam do messianismo. Ao mesmo tempo em que essas lideranças negam e “condenam” a realidade social concreta extremamente desigual, também sentem a missão de “salvá-la”, contrapondo de forma polarizada a utopia de uma sociedade totalmente transformada, igualitária. A apropriação da teoria marxista dentro dessa visão utópica, tipo “missão salvadora”, pode estar alimentando a ideologia política das lideranças do MST.¹¹⁹ Para reforçar essa idéia, Chauí também levanta a questão da necessidade de uma visão mais secularizada da política, de uma revisão da perspectiva utópica. Ela questiona aspectos da linha político-ideológica em certos movimentos sociais:

¹¹⁹ Michael Löwy publicou recentemente um artigo no qual destaca os traços milenaristas presentes nos movimentos camponeses contemporâneos, tais como o MST, tendo como base teórica os estudos do historiador Eric Hobsbawm nas suas três obras clássicas sobre a temática, ou seja, “Rebeldes Primitivos” (1959), “Bandidos” (1969) e “Capitão Swing” (1969). Segundo Löwy, o MST “se caracteriza por um misto espantoso de religiosidade popular, revolta camponesa ‘arcaica’ e organização moderna (...). Esse movimento, de forte componente emocional, ‘místico’ – é o termo que utilizam os próprios militantes para designar o estado de espírito dos participantes – ou ‘milenarista’ (no sentido mais amplo do termo), reúne centenas de milhares de camponeses, meeiros e trabalhadores agrícolas (...)”.

(Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 1º/04/2001).

*“... a perspectiva popular de rebelião e luta por utopias e justiça e felicidade através de movimentos políticos populares de caráter messiânico e salvífico, cuja expressão mais recente é a teologia da libertação”.*¹²⁰

Essa perspectiva utópica, que concebe a transformação social radical como irrupção em um futuro determinado, no caso, quando da conquista do Estado, minimiza a importância da luta organizada enquanto processo histórico, bem como a renovação democrática e transformadora possível das instituições e relações políticas e sociais no interior das estruturas sócioeconômicas, políticas e culturais desiguais, autoritárias, conservadoras vigentes. Em outras palavras, essa perspectiva reduz o significado das micro-transformações, o significado transformador do processo de desenvolvimento de uma nova hegemonia, de uma nova cultura política, mesmo que lenta e conflitiva, e, inclusive, não descartando possíveis rupturas ou macro-transformações. A ideologia revolucionária das lideranças conduz o MST muito mais a se servir da democracia liberal formal existente, da relativa liberdade de organização, do que a se propor efetivamente a aprofundá-la e a alargá-la, tanto em relação às instituições políticas, como em relação às instituições sociais em geral, concebendo isso como essencial para a construção da utopia socialista. Navarro critica a instrumentalização da democracia, dizendo que

“... em várias situações, repetindo a tradição política brasileira, os movimentos sociais têm reconhecido na democracia e sua ‘operacionalização’ um mero instrumento para alcançar certos objetivos, e não um fim em si mesmo, o MST sendo talvez o melhor exemplo desta postura”. (Navarro, 1996: 104, grifo meu).

O maior desafio do MST, segundo Navarro, seria direcionar sua organização e suas estratégias de luta sócio-políticas para a democratização radical da sociedade, incorporando-a à sua utopia transformadora, revolucionária. Navarro enfatiza este aspecto sobre os movimentos

¹²⁰ Jornal Folha de São Paulo, Caderno “Mais”, 11/10/1992. Ver também: CHAUI, Marilena. “Raízes teológicas do populismo no Brasil: Teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados”. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 19-30.

sociais: *“Construir uma ordem democrática real, portanto, parece ser o maior desafio dos movimentos de extração popular, como o MST – e nos limites da institucionalidade atual”*.¹²¹

As instituições políticas existentes são vistas pelas lideranças do MST como instrumentos a serviço da classe burguesa, e, portanto, não há preocupação em defendê-las, nem em democratizá-las. O Estado brasileiro atual estaria a serviço dos interesses dos grandes grupos capitalistas nacionais e internacionais, principalmente o setor financeiro. A política econômica neoliberal do governo estaria subordinada a esses interesses, o que faz do MST um opositor sistemático a esse modelo. A relação com o governo do Estado, porém, não é de completa oposição. Há uma relação de confronto/negociação. O Movimento desenvolve diferentes formas de luta coletivas e organizadas, constituindo-se em estratégias de pressão para abrir espaços de negociação junto ao governo. Segundo Stédile,

“... é da natureza de um movimento popular impulsionar lutas, pressionar, mobilizar como medida de pressão para então negociar com o Estado numa posição de maior poder político e conquistar, com maior rapidez, suas reivindicações. E é isso que nós temos feito durante os quinze anos de MST”.¹²²

É importante atentar para as diferentes formas de ação do Estado, através do governo, para esvaziar politicamente a luta pela reforma agrária, bem como para enfraquecer os movimentos sociais do campo, em especial o MST. Esse, por sua vez, cria novas formas planejadas de luta, contrapondo-se às ações do Estado. Portanto, além dessa relação conflitiva, tensa, de oposição, de confronto entre o MST e o Estado, há também relações de interação e de dependência mútuas. Sorj afirma que

¹²¹ NAVARRO, Zander. “Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária”. Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, v. 11, n. 2, São Paulo, abr-jun/1997, p. 92, grifo do autor.

¹²² João Pedro Stédile: entrevista concedida a Luiz Antônio Cabello Norder. Revista Crítica Marxista, v. 1, n. 5, São Paulo: xamã, 1997, p. 85.

*“... a relação entre o governo e os sem-terra não é de oposição e confronto total (...). Se por um lado o MST se apresenta como um crítico radical do governo, por outro mantém com este relações de dependência, nas quais ambos estão interessados: por meio delas o governo limita a radicalização e assegura um mecanismo potencial de controle e o MST retira parte dos seus recursos e controla os assentamentos, apresentando-se como o mediador mais efetivo nas relações com o Estado”.*¹²³

O sistema partidário é visto pelas lideranças do MST também de forma instrumentalista, como meio que pode auxiliar no processo revolucionário. O MST sempre participou do sistema eleitoral, apoiando e, inclusive, lançando candidatos em partidos de esquerda, principalmente no Partido dos Trabalhadores (PT). Ao mesmo tempo, porém, mantém uma certa distância do sistema partidário, envolvendo-se mais na política eleitoral do que na política partidária. Aproveita a situação eleitoral para fazer política, para despertar a sociedade para a participação política e para politizá-la, bem como para envolver politicamente a sua base. O sistema eleitoral possui um caráter limitado para desencadear o processo revolucionário. Segundo Valdir Corrêa,

*“... através da política, nem de esquerda e nem de direita, através de eleições, como é dito por aí, nós nunca vamos conseguir fazer transformação social. Pode entrar quem for lá no poder (...). Tanto faz o PT como tanto faz o PFL, a nossa luta ela continua. Esse é o entendimento. Agora, o menos pior seria melhor, isso a gente temos claro. E por isso que nós apoiamos hoje o PT claramente e abertamente a toda a sociedade”.*¹²⁴

Stédile, comentando sobre o caminho político para conquistar o Estado socialista no Brasil, afirma:

“E para chegar a esse ponto, eu, pessoalmente, não acredito que vamos conseguir com eleição. Vai depender da classe trabalhadora se organizar e ir para a luta enfrentar essa burguesia (...). Então eu acho que nós devemos ter a consciência de preparar a classe trabalhadora sabendo que essas mudanças, que são necessárias, não serão dadas de mão beijada, nem na base do voto, nem de uma maneira simplista e fácil, devagarinho (...). Eu duvido que desse jeito cheguemos ao poder”. (Stédile, 1994: 321-322).

Os partidos políticos são vistos, em essência, como fazendo parte do jogo da democracia burguesa, incapazes de conduzir os setores populares para a organização e a mobilização, para a participação política direta e efetiva, enfim, para o pleno exercício da cidadania. Objetivando a

¹²³ Bernardo Sorj, *op. cit.*, p. 32, grifo meu.

¹²⁴ Valdir Corrêa, *op. cit.*

formação do “bloco popular”, a construção de um projeto alternativo de sociedade, nos últimos anos as lideranças do MST estão percebendo a importância do sistema partidário para ampliar e fortalecer as articulações sociais e políticas da sociedade civil. Por isso, estão criando vínculos mais fortes com o PT, porém com reservas, com críticas. Em documento do MST se afirma:

“... em discussão na coordenação nacional, avançou-se no esclarecimento sobre a importância do partido político para a articulação das lutas políticas e da luta de classes em geral. Embora o PT não tenha tido a capacidade de preencher todas as necessidades políticas e orgânicas, é sem dúvida nenhuma o maior patrimônio político da classe trabalhadora construído nos últimos anos”. (MST, 1997: 39).¹²⁵

Não conceber os sistemas político-partidário e eleitoral como instituições de um valor fundamental para o processo de transformação social, embora sejam insuficientes e predominem em sua organização e ação práticas autoritárias, assim como não representem politicamente os verdadeiros anseios populares, revela uma visão pouco democrática por parte das lideranças do MST. Precisa-se, isto sim, conceber essas instituições sob uma ótica política e cultural que as conduza para um processo de democratização em sua estrutura e prática. A sociedade civil, além de significar uma esfera importante para a transformação social, também pode contribuir para a transformação das instituições políticas, bem como para a valorização das instituições dentro de uma perspectiva democrática.

A perspectiva revolucionária assumida pelo Movimento – que tem uma concepção de utopia que irromperá no futuro pré-determinado, quando alcançadas as condições sociais objetivas e subjetivas necessárias, onde o presente é sacrificado em função da salvação da sociedade e da história no futuro – é uma postura que impede o desenvolvimento pleno dos princípios democráticos pelo MST, tanto em sua concepção da política e da cultura em geral, quanto em sua prática política e organização interna, como se verá. Há, entre as organizações

¹²⁵ Há divergências internas quanto à participação em eleições ou à vinculação direta a certos candidatos, mesmo de esquerda, como aconteceu em relação ao candidato Lula na eleição presidencial de 1998. “*Em fevereiro passado (9º Encontro Nacional, 02/1998), o MST aprovou, publicamente, seu apoio à candidatura de Lula e, outra vez, houve divergências internas. Rainha é um dos que não gostam da vinculação direta com o candidato do PT. Roberto Baggio, líder do movimento no Paraná, é outro. Mas Stédile e Jaime Amorin, de Pernambuco, defendem o apoio ao petista*”. (Revista Veja, 03/06/1998, p. 47).

revolucionárias dessa natureza e entre os princípios da democracia plena, traços que são incompatíveis. No caso, a ideologia revolucionária exerce um poder de determinação muito grande na constituição da natureza política e social do MST. Duverger destaca o poder de determinação da ideologia de esquerda na constituição dos partidos políticos de “massa”, tendo como eixo central do seu modelo teórico a “ênfase na influência central da ideologia partidária como determinante de outras características organizacionais”. (Meneguello, 1989: 32, grifo da autora).

As características organizacionais apontadas por Duverger em relação aos partidos de esquerda, sob a influência decisiva da ideologia, também podem ser aplicadas, em grande medida, ao MST.¹²⁶ Ampliando, pode-se afirmar que a ideologia exerce um significativo papel na determinação não só na organização, como na forma de fazer política e de conceber a política e a cultura.

Calderón e Jelin (1987) também sinalizam para essa questão quando relacionam o grau da democracia interna ao conteúdo das lutas (objetivos) defendido pelos movimentos sociais, e pensa-se que isso pode ser ampliado para a questão do valor atribuído à própria democracia. A luta pela reforma agrária já é em si uma bandeira revolucionária, e, aliada aos objetivos políticos de transformação socialista da sociedade, constituem-se em conteúdos que têm um considerável poder de determinação sobre a formação da natureza do MST, sendo fatores fundamentais que caracterizam e diferenciam esse Movimento de muitos outros movimentos sociais do campo. Segundo esses autores,

¹²⁶ As características apontadas por Maurice Duverger em relação aos partidos de “massa”: ver em MENEGUELLO, Rachel. *PT: A Formação de um Partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 31-36.

*“um aspecto central é que o caráter piramidal ou restrito da participação ou, alternativamente, suas formas democráticas e abertas, não são independentes do próprio conteúdo das lutas do movimento”.*¹²⁷

Mesmo com essa postura em relação às instituições políticas – Estado e sistema partidário e eleitoral –, em relação à democracia e à concepção de utopia revolucionária, o MST se constitui em novo espaço político no mundo rural para os trabalhadores excluídos da sociedade, bem como em importante ator político-social para toda a sociedade, e, inclusive, com características novas. Na luta pela reforma agrária e por uma política agrícola para os pequenos produtores tradicionais e assentados rurais, o MST está se opondo à estrutura agrária e à política agrícola em vigor, bem como contribuindo para o rompimento de relações conservadoras, autoritárias e clientelistas no campo.

Neste primeiro tópico, procurou-se abordar o MST como um movimento social e político de caráter socialista, utópico, tendo como objetivo fundamental a construção de um projeto alternativo de sociedade. A reforma agrária está inserida nesse projeto mais amplo. Percebe-se que a postura político-ideológica tem um significativo poder de influência sobre a organização, as estratégias de luta, a relação com o Estado e a sociedade, a concepção de política e de cultura, de democracia etc. A visão utópica das lideranças centralizada na conquista do poder do Estado para implantar o socialismo, a relativização do presente e da luta como processo, limitam a valorização da democracia para a transformação da sociedade.

¹²⁷ CALDERÓN, Fernando & JELIN, Elizabeth. “Classes sociais e movimentos sociais na América Latina – Perspectivas e realidades”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, São Paulo, v. 2, n. 5, outubro de 1987, p. 76, grifo meu.

3.2. A estrutura organizativa do MST

Para abordar a visão política e a postura ideológica de trabalhadores assentados, um dos aspectos fundamentais a ser analisado sobre o MST é a sua estrutura organizativa. Essa análise permite descobrir características constitutivas do Movimento, bem como descobrir os espaços que são abertos para a participação na organização, nas decisões e na luta por parte da base dos acampados e dos assentados.

3.2.1. A organização descentralizada e as lideranças

A estrutura organizativa está imbricada na própria história do MST. Ela é criada e recriada no processo de luta, se expandindo e se complexificando diante das novas situações sócio-políticas e das questões que surgem no interior do próprio Movimento. Inicialmente, tendo como maior entidade mediadora a Igreja, através da CPT, a organização descentralizada do MST foi inspirada fundamentalmente nas CEBs. Segundo Fernandes,

“... esse modelo parlamentar flexível, que era a base da organização das CEBs, serviu como referência para as novas formas de organização social que emergiam, como foi o caso do MST”. (Fernandes, 1996: 74, grifo do autor).¹²⁸

A experiência organizativa nas comunidades, que tiveram como base uma estrutura igualitária, coletiva, descentralizada, colegiada, visando à participação e ao envolvimento de todos os membros nas decisões e em todas as atividades, inspirou a forma de organização dos

¹²⁸ “O trabalho organizativo dos sem-terra foi fortemente baseado em determinados espaços de discussão previamente existentes nas comunidades de camponeses, particularmente os grupos de reflexão ligados à Igreja”. (TORRENS, João Carlos Sampaio, 1994: 148).

acampamentos, dos assentamentos e da estrutura organizativa geral do MST. Esse modelo de organização adotado pela grande maioria dos movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980, inclusive pelo MST, neste período, foi concebido em novas bases teóricas e políticas, visando à construção e ao fortalecimento da sociedade civil, à expansão da democracia política e social, ao desenvolvimento de uma nova cultura política etc. Nesse sentido, o MST surge no meio rural como uma organização com características novas, distintas dos movimentos sociais tradicionais existentes até então, como, por exemplo, o movimento sindical rural.

Principalmente com a sua fundação (1984) e o I Congresso Nacional (1985), o MST se afirmou como movimento autônomo, isto em relação à CPT e ao sindicalismo rural, bem como reafirmou a sua autonomia em relação ao Estado. O MST se constituiu no Movimento da reforma agrária e se expandiu para todo o país, transformando-se em Movimento nacional. Na conjuntura social e política de meados dos anos 80, quando houve a reorganização dos setores latifundiários e empresariais rurais, o aumento da violência no campo, o recuo do Estado democrático em relação à implantação da reforma agrária, etc., o MST foi consolidando a sua estrutura organizativa, fundamental para se fortalecer internamente e criar as estratégias de luta adequadas para avançar com a bandeira da reforma agrária e enfrentar os conflitos sociais. Nesse processo de consolidação da estrutura organizativa do MST, ocorreu a centralização do poder de decisão.

O MST tem estabelecido uma série de princípios organizativos que configuram o Movimento em sua estrutura e funcionamento. Embora sejam extensos, considera-se importante reproduzir esses princípios, que são os seguintes:

- *“Vinculação permanente com as massas. Não é possível organizar um movimento social sem um trabalho permanente de base e de enraizamento nas massas, na nossa base social;*
- *Lutas de massa. Nunca nos iludimos com as boas vontades do governo ou autoridades de plantão. A Reforma Agrária somente avançaria com luta, e sobretudo com lutas de massa, em que o povo se envolvesse no maior número possível. Não há outro caminho de mudança social, sem que o povo esteja organizado e mobilizado (...);*

- *Divisão de tarefas.* Todas as atividades dentro do movimento sempre foram realizadas pelo maior número possível de pessoas, e na forma de comissões;
- *Direção coletiva.* Todas as instâncias do movimento, desde as comissões de base dentro de um acampamento, até as instâncias nacionais são exercidas coletivamente, na forma de colegiado, sem distinção de poder. E onde haja divisão de responsabilidades;
- *A disciplina.* Nenhuma organização social, por menor que seja, nem mesmo um time de futebol, funciona se não houver um grau de disciplina, que é na essência a existência de regras coletivamente discutidas e respeitadas pelos indivíduos que quiserem fazer parte delas (...);
- *Formação de quadros.* Nenhuma organização poderá ter sucesso se não preparar seus próprios quadros. Ou seja, se não preparar com estudo e capacitação seus membros, para lutarem para alcançar os objetivos sociais da organização;
- *Por último, sempre procuramos desenvolver a mística.* Não como uma forma alienada, mas como liturgia que ajudasse a motivar nossa base, animá-la e conscientizá-la através de símbolos de nossa cultura, de nossos valores, de que é necessário lutar. E de que é possível haver uma sociedade diferente, uma sociedade mais justa e fraterna.”. (A Necessidade da Reforma Agrária – MST, 1997: 33, grifos no original).

Nesse conjunto de princípios organizativos, segundo Stédile, estaria o “segredo da organização e da sua perenidade”.¹²⁹ A descentralização do poder de decisão e de execução das atividades – a democracia interna –, com a ampla participação de todos os integrantes, constituiu-se em um princípio e uma novidade que caracterizam a maioria dos movimentos populares que surgiram a partir da década de 1970. No MST, a descentralização é buscada através da criação de núcleos de base nos acampamentos e nos assentamentos, das diferentes instâncias de decisão e de coordenação colegiadas, dos vários setores e através dos Encontros e dos Congressos nos vários níveis da organização. A direção, a coordenação e os setores nas diferentes instâncias são exercidos de forma colegiada – a “direção coletiva” –, cujos representantes são eleitos para um determinado período, podendo ser reeleitos.

Também é importante frisar, entre os princípios organizativos, a formação de quadros, a disciplina e a mística. O Movimento possui uma política para a formação dos seus líderes e para a formação de novas lideranças. A formação de quadros é vital para manter a organização e criar e implementar as estratégias de luta e a linha político-ideológica. As lideranças devem garantir a

¹²⁹ STÉDILE, João Pedro & FERNANDES, Bernardo Mançano, *op. cit.*, p. 40.



“sustentação das identidades coletivas aos níveis interno e externo”.¹³⁰ Souza (1996) reproduziu as linhas políticas básicas do setor de formação do MST, destacando a dedicação total e irrestrita que é exigida das lideranças, que devem ser “moldadas à imagem e semelhança da organização”.¹³¹ É notória a sua dedicação e abnegação, vivendo em função do MST. As principais lideranças recebem entre três e quatro salários mínimos.

A disciplina é um princípio do MST fundamental para manter a coesão interna e para sustentar as estratégias de luta e a linha político-ideológica. Porém, essa disciplina adotada no interior do Movimento tem um caráter muito rígido, bastante autoritário, exigindo um comportamento padronizado, um enquadramento às normas estabelecidas, afetando a individualidade, a liberdade, a subjetividade e a criatividade dos trabalhadores. Para garantir a coesão coletiva, a individualidade e a liberdade estão sendo reprimidas.

Um outro aspecto importante para ser lembrado é a mística. O MST também é muito movido pela dimensão sentimental, afetiva, emocional, ou seja, por dimensões não-rationais. Nos encontros, sempre há momentos para a celebração, onde a simbologia ganha destaque para fortalecer essa mística. Nesses atos, procura-se despertar e fortalecer certos valores, princípios e crenças, tais como: a fé, a esperança, a utopia, a solidariedade, a resistência, a indignação social, o sentimento de justiça, a certeza da vitória, a coragem, consciência de classe. Inclusive, são lembrados líderes revolucionários do passado, conquistas ou fatos marcantes do próprio Movimento, trabalhadores sem-terra assassinados na luta etc. O cultivo da mística visa fortalecer o espírito de luta, a coragem de lutar e a unidade interna, tendo como horizonte maior a utopia da nova sociedade. Esse princípio organizativo, como se percebe, possui estreitos vínculos com a espiritualidade religiosa cristã.

Atualmente, a estrutura organizativa do MST é constituída da seguinte forma, partindo do nível nacional para o local: Congresso Nacional, Encontro Nacional, Coordenação Nacional,

¹³⁰ BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: Política de base e democracia no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/Instituto Universitário de Pesquisas, 1987, p. 77.

¹³¹ Maria Antônia de Souza, *op. cit.*, p. 59.

Direção Nacional, Coordenação Estadual, Direção Estadual, Coordenação Regional, Acampamentos e Assentamentos, e os setores. A função das diferentes instâncias de poder é a seguinte:

“Congresso Nacional: formado por mais de 500 delegados eleitos na base, reúne-se a cada 5 anos e estabelece políticas gerais;

Encontro Nacional: formado por cerca de 200 delegados eleitos na base, reúne-se a cada 2 anos, corrige os rumos das políticas gerais e elege a Direção Nacional;

Direção Nacional: é o principal órgão executivo do MST. Tem 21 membros, dos quais apenas 7 são ‘públicos’, por questões de segurança. Reúne-se a cada 40 dias. É a instância que se confunde com a ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola –, a figura jurídica do MST que recebe doações do exterior e paga despesas, como o jornal;

*Direção Estadual: o número de integrantes também varia entre mínimo de 7 e um máximo de 13. É o órgão executivo mais próximo das bases”.*¹³²

A função das coordenações que compõem a estrutura organizativa do Movimento, segundo Fernandes, é a seguinte:

“A Coordenação Nacional é formada por aproximadamente noventa pessoas. São dois membros por estado, eleitos nos encontros estaduais; um representante eleito de cada Central das Cooperativas Estaduais; dois membros eleitos por setores nacionais e vinte e um membros da Direção Nacional, que são eleitos no Encontro Nacional.

A Coordenação Estadual é representada por um coletivo eleito no Encontro Estadual e formada por sete ou até quinze membros, de acordo com a realidade da forma de organização em cada estado. Este coletivo é composto pelos membros da Direção Estadual, da Central de Cooperativas e dos setores estaduais.

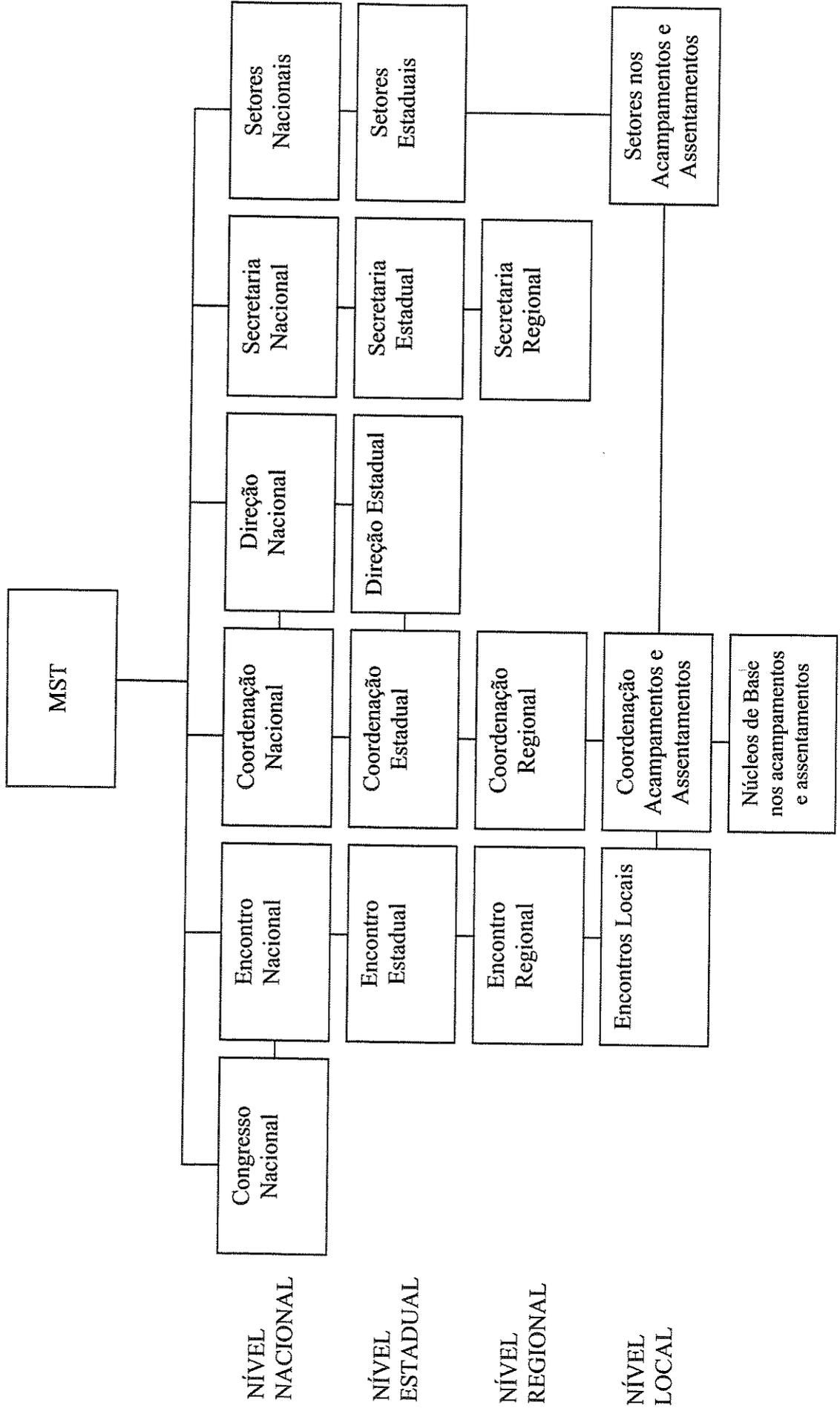
A Coordenação Regional é formada por membros eleitos ou indicados nos Encontros Regionais. Estes também são membros das coordenações dos assentamentos ou dos acampamentos e são eleitos em assembleias.

As Coordenações de Assentamentos e Acampamentos são formadas por membros de vários setores, como por exemplo: produção, educação, saúde, comunicação, frente de massa, finanças, etc.”. (Fernandes, 1996: 82-83, grifos meus).

A estrutura organizativa básica do MST pode ser representada em forma de organograma, como consta na página seguinte.

¹³² Jornal Folha de São Paulo, 09/03/1997, grifos meus.

ORGANOGRAMA



Também é importante observar que, além dessas instâncias e coordenações acima, existem vários setores de atividades organizados em diferentes níveis, criados para tratar das principais necessidades ou questões que se apresentam ao Movimento. Entre os setores nacionais organizados, podem ser destacados os seguintes: frente de massas, educação, formação, comunicação, finanças, projetos, sistema cooperativista dos assentados, relações internacionais, secretaria nacional, gênero.¹³³

Mesmo com uma estrutura organizativa constituída por diferentes instâncias, coordenações e direções colegiadas, encontros e congressos periódicos, setores específicos, etc., *as principais decisões estão bastante centralizadas*. A definição das estratégias de luta e a direção político-ideológica do Movimento estão centralizadas nas lideranças das instâncias nacionais. Os 21 membros da Direção Nacional constituem um colegiado que centraliza o poder de decisão do MST. Eleita nos Encontros Nacionais, onde os representantes são basicamente os quadros do Movimento, a Direção Nacional também faz parte da Coordenação Nacional (formada, em média, por 90 membros), o que possibilita à Direção um grande poder de influência nas tomadas de decisão. Nas instâncias estaduais, basicamente ocorre o acatamento das decisões nacionais. As coordenações estaduais, regionais e locais são constituídas pelos quadros do Movimento, e, por isso, são as pessoas mais fiéis e mais preparadas, o que permite o cumprimento das decisões tomadas nas instâncias nacionais, determinando as ações dos trabalhadores da base nos acampamentos e nos assentamentos. O próprio Stédile admite parte dessa centralização, quando afirma que “*a única coisa centralizada é a linha política*”.¹³⁴

¹³³ Ver descrição das funções dos diferentes setores: SOUZA, Maria Antônia de., *op. cit.*, p. 8-10.

¹³⁴ João Pedro Stédile: Revista Atenção, Ano 2, n. 6, São Paulo, 1996, p. 12, grifo meu.

Torrens (1994) destaca que o MST, na medida em que foi se tornando autônomo, expandindo a sua organização para as várias regiões do país, convivendo com a intensificação dos conflitos sociais, a necessidade de garantir os princípios organizativos básicos, etc., foi centralizando as decisões. Segundo ele,

“... no plano organizativo, passam a valorizar a centralização das decisões, a especialização do trabalho político e a aplicação de novos métodos de direção e de organização, visando construir um movimento de massas que canalizasse os anseios por transformações radicais no campo”. (Torrens, 1994: 152, grifo meu).

O sociólogo Zander Navarro, como já se viu, critica a falta da perspectiva democrática no MST na questão teórica, no que se refere à concepção da política, da cultura, das instituições sociais, do processo histórico de transformação. Ele também destaca as mudanças que aconteceram na organização do MST, o processo de centralização das decisões. Para ele,

“Com o tempo, empolgado, talvez, com o rápido crescimento do movimento e a necessidade de processos de tomada de decisões mais rápidos, aos poucos o MST centralizou suas decisões – em especial, depois de 1987/88 – tornando-se menos democrático e aberto à participação de seus aderentes”. (Navarro, 1996: 91, grifo meu).

Em uma reunião da SBPC (1996), Navarro foi enfático ao realçar a estrutura centralizadora e as práticas autoritárias do MST, chegando a aproximar o MST da natureza das organizações políticas de esquerda tradicionais em geral. Ele teria afirmado que o MST

*“... está deixando de ser um movimento social para se transformar numa organização burocrática, com todos os vícios dos grupos fortemente ideologizados de esquerda. Entre as características hoje predominantes no MST estariam a ausência de preocupação com a democracia interna e externa (...) e uma crescente dissociação entre o pensamento da cúpula e as bases do movimento (...). O MST tem exercido formas de controle social nos acampamentos muito autoritárias, extremamente antidemocráticas”.*¹³⁵

A organização do MST possui uma estrutura significativamente descentralizada, portanto, não sofreu grandes alterações em sua trajetória histórica, que podiam estar negando as suas origens. As mudanças aconteceram no funcionamento, na forma de condução do Movimento, no

¹³⁵ Jornal Folha de São Paulo, 11/07/1996, grifos meus.

comportamento das principais lideranças no interior dessa estrutura, que passaram a centralizar o poder das decisões nas instâncias nacionais, com destaque à Direção Nacional. Essas decisões e orientações praticamente são acatadas na integridade e implantadas nos níveis estaduais. A base dos trabalhadores acampados e assentados encontra pouquíssimas possibilidades para interferir substancialmente nos rumos do Movimento. As lideranças, através dessa forma de condução do MST, conseguem manter a coesão interna, planejar e controlar as estratégias de luta coletivas, garantir a linha político-ideológica.

Acredita-se que entre os fatores de determinação dos princípios do MST e a centralização do poder de decisão está o caráter de “massa” do Movimento e a perspectiva político-ideológica, a utopia revolucionária das lideranças. Aqui é importante destacar a figura de Lênin, que defendia para o movimento revolucionário de massas a necessidade da centralização das decisões nos “revolucionários profissionais” (quadros). Ele destacou, entre outros, os seguintes princípios organizativos:

“1º) que não seria possível haver movimento revolucionário sólido sem uma organização estável de dirigentes, que assegure a continuidade do trabalho; 2º) que quanto maior a massa espontaneamente integrada à luta, formando a base do movimento e dele participando, mais imperiosa é a necessidade de se ter tal organização, e mais sólida deve ser essa organização (senão será mais fácil para os demagogos arrastar as camadas incultas da massa); 3º) que tal organização deve ser composta principalmente de homens tendo por profissão a atividade revolucionária (...)”. (Lênin, 1979: 96).

Novamente é importante lembrar Duverger, que destaca o papel determinante da ideologia na configuração da organização dos partidos de massa, e que pode ser estendido aos movimentos sociais como o MST, como já vimos. Um outro teórico clássico, a título de ilustração e de alerta, é Robert Michels. Mesmo não concordando com grande parte de suas teses, corroboradoras do autoritarismo, essas podem servir para manter a vigilância sobre as

organizações populares. Michels defende a idéia de que é impossível a soberania popular, pois seria inviável em instituições complexas; a “massa” seria incapaz de exercê-la, e, por isso, aponta para o caráter inevitável da centralização do poder, para as tendências oligárquicas das organizações políticas, para a “lei de ferro da oligarquia”. Segundo ele,

“A constituição de oligarquias no seio das múltiplas formas de democracia é um fenômeno orgânico e por conseqüência uma tendência à qual sucumbe fatalmente toda organização, seja socialista ou mesmo anarquista”. (Michels, 1982: 238).

Diante do quadro organizativo apresentado até aqui, é possível afirmar que a estrutura e os princípios organizativos do MST se aproximam dos partidos políticos de esquerda ou de “massas”. Esses partidos políticos tradicionais também primam pela organização, mística, disciplina, coesão interna, radicalização, ideologia, utopia, massificação, formação de quadros, a formação política, ação direta, etc. É o formato institucional do MST que possibilita a sua organização em nível nacional, a ação social e política conjunta e coletiva, a estabilidade, a fidelidade às decisões, o forte vínculo com as “massas”, a coesão interna, a disciplina, a mística, a formação de quadros, a oposição ao Estado, as experiências alternativas de produção e de educação, etc. O formato organizacional do MST, muito próximo de um partido político, diferencia-se substancialmente dos movimentos sociais em geral, tornando-o um movimento social atípico. O próprio Stédile reconhece essa diferença organizativa:

“Internamente, o movimento (MST) criou uma prática política diferenciada dos outros movimentos. Nós a chamamos de princípios organizativos”. (Stédile & Fernandes, 1999:40, grifo meu).

O MST é muito mais uma organização social e política do que um movimento social. Esse, inclusive, é um objetivo claramente manifestado pelas suas principais lideranças. Falando sobre os princípios organizativos do MST, Stédile afirma:

“Na minha opinião, esses princípios não têm natureza partidária. Têm natureza de organização social. Talvez aí sim coubesse uma polêmica: até que ponto o MST deixou de ser apenas um movimento social de massas para ser também uma organização social e

política. No fundo, queremos ser mais do que um movimento de massas. Queremos ser uma organização social que dê sustentação e que alcance o nosso objetivo futuro". (Stédile & Fernandes, 1999: 44, grifo meu).¹³⁶

Silvia Rivera Cusicanqui (1987) apresentou um estudo sobre a ascensão e a queda de um movimento camponês da Colômbia, privilegiando na análise o aspecto político e ideológico. Foi um movimento criado pelo Estado liberal populista, com o qual rompeu posteriormente, chegando a mobilizar milhares de camponeses no início dos anos 70, realizando ocupações de grandes propriedades, visando à reforma agrária. A maioria das principais lideranças viram nessa organização e em suas lutas um "germe revolucionário". Com a adesão de vários grupos organizados de esquerda ao movimento, a ANUC (*Asociación Nacional de Usuarios Campesinos*) foi tomando uma postura política de crescente radicalização e se transformando de movimento social em movimento predominantemente político revolucionário. Porém, segundo a autora, essa linha política teria sido introduzida de forma alheia à base ou em detrimento à ela, quando os seus interesses sociais mais imediatos ligados ao acesso à terra e às condições de produção teriam ficado em segundo plano. Ao mesmo tempo teriam acontecido disputas e divergências políticas e ideológicas entre as lideranças, transformando a ANUC em um movimento burocrático, hierárquico, sempre mais autoritário, desmobilizador e manipulador dos trabalhadores rurais da base. Segundo a autora,

"... em um intento de subordinar as reivindicações corporativas imediatas do movimento camponês a uma estratégia política global e a longo prazo, a ANUC se verá conduzida a uma atitude manipuladora frente ao campesinato da base, provocando a ruptura de lealdades, o debilitamento dos laços de solidariedade horizontal e a desmobilização de seus filiados. A ênfase na formação política doutrinária do campesinato aprofundará este processo de hierarquização da liderança e da separação entre líderes e bases". (Cusicanqui, 1987: 178, grifos meus).

¹³⁶ A transformação do MST de movimento em organização social e política também aparece explicitamente em um documento: "O MST se constitui como um movimento de massas, que luta pela reforma agrária e por mudanças sociais. No entanto, isso não é mais suficiente. É necessário dar um salto de qualidade e conseguir construir uma organização de massas". ("Um Passo a Frente", MST, 1997: 37, grifo no original).

Diante dessa situação, os camponeses da base foram abandonando o movimento. Em parte, também, por causa da repressão do Estado e da sua recusa em destinar recursos financeiros aos camponeses desse movimento. A ANUC entrou em uma crise tão profunda que, em 1981, se reintegrou à facção da organização camponesa que não havia rompido com o Estado. O movimento tornou-se, a partir de então, um aliado crítico do Estado, ocupando um espaço político subordinado e abrindo mão de princípios da ideologia revolucionária e socialista que havia adotado no decorrer da luta.

A história desse movimento camponês serve para ilustrar a dificuldade de construção de um movimento popular de “massas”, que tem como objetivo a transformação radical da sociedade. A questão é como articular demandas sociais da base, vitais para os setores populares excluídos da sociedade, com o projeto político e ideológico revolucionário das lideranças, tendo como principal referência teórica o marxismo clássico. Como coadunar esses dois projetos, dentro de uma concepção democrática da política e da sociedade, bem como de organização interna do movimento e das estratégias de luta, são os grandes desafios dos movimentos sociais desta natureza, como o MST.

No interior do próprio Movimento está sendo feita uma autocrítica em relação à participação das bases nas discussões e nas decisões. Em um dos textos do MST de preparação para o 9º. Encontro Nacional (1998), reafirma-se a necessidade da “tomada de decisão a partir da base”, uma vez que

“... difícilmente consulta-se a base para questões mais amplas, salvo nos Estados que já adquiriram uma organicidade maior. É preciso buscar formas de fazer com que os grupos de famílias, os setores e as instâncias discutam as questões antecipadamente e enviem para as direções suas opiniões e, por outro lado, recebam o retorno das decisões tomadas”.
(Um Passo a Frente – MST, 1997: 44, grifo meu).

No mesmo texto, são apontadas propostas para melhorar a participação da base. Quanto à organização regional, por exemplo, defende-se a criação e o fortalecimento de sub-regiões:

“... é importante organizar por pequenas regiões e construir ali coordenações e setores que estejam amplamente vinculados com a base. Os encontros regionais massificados possibilitam a participação de mais pessoas, e isto eleva a qualidade do Movimento a partir da participação”. (Idem: 43-44).

Uma outra proposta defendida é a ampliação do número de participantes nos encontros realizados nos diferentes níveis. Afirmam que,

“... pelo caráter de nosso Movimento ser de massa, nossos encontros também devem adquirir um caráter massivo. Muitos problemas se resolvem quando a própria massa participa das discussões. É a forma também mais prática de fazer com que as discussões cheguem até a base”. (Idem: 44).

O MST, mesmo com uma estrutura organizativa significativamente descentralizada, ainda assim centraliza o poder de decisão nas principais lideranças nacionais, cuja aplicação ou implementação nas diferentes instâncias de coordenação se dá de forma bastante autoritária, ou seja, não há uma consulta suficiente às bases, tampouco a criação de mecanismos para a intervenção direta. Mesmo assim, a estrutura organizativa no nível local dos acampamentos e dos assentamentos propicia uma intensa participação da base dos trabalhadores sem-terra, tanto na organização como nas lutas sociais concretas. Claro, essa participação se dá sob a coordenação de lideranças preparadas e dentro do planejamento definido em outras instâncias. No MST, e, parece que, mesmo que as decisões não partam “de baixo para cima” e, mesmo que as lideranças coordenadoras do MST praticamente imponham os princípios organizativos e a linha política de ação, a forma como a base dos trabalhadores sem-terra participa é muito significativa para resgatar a cidadania e a identidade.

3.2.2. A cidadania exercida pela base acampada e assentada

Os dois grandes espaços coletivos na estrutura organizativa do MST, dos quais os trabalhadores assentados participam efetivamente, exercem a cidadania, lutam por direitos, fazem

política, reelaboram seus valores culturais, criam novas relações e perspectivas sociais são os acampamentos e os assentamentos. Nesses espaços sociais, essa base se organiza e luta para conquistar a terra e se afirmar no campo. A organização nas instâncias locais/regionais do MST e algumas formas de luta são importantes destacar, pois possuem um caráter formativo significativo.

Inicialmente é necessário fazer referência à estrutura organizativa nos diferentes níveis da esfera estadual, tendo em vista a análise dos espaços existentes para a participação da base dos trabalhadores do Movimento. A organização do MST em Mato Grosso abrange a sua região centro-sul, que é dividida pelo Movimento em cinco regiões: regional sul (Rondonópolis), regional baixada cuiabana (Cuiabá), regional sudoeste (Cáceres), regional médio-norte (Tangará da Serra) e regional leste (Campo Verde). Quanto à composição da Direção e da Coordenação Estadual, Valdir Corrêa afirma:

*“da Direção Estadual nós somos em torno de 16 membros, que está em diferentes regionais. Nós temos 5 regional no Estado. Cada regional dessa tem membro na Direção Estadual. Da Coordenação nós somos em torno de 34 pessoas. Então, juntando a Coordenação e a Direção, dá em torno de 50 pessoas”.*¹³⁷

No nível da organização estadual, a Direção Estadual é o órgão executivo mais próximo das bases. Suas funções, entre outras, são garantir a vinculação da organização estadual ao Movimento Nacional, manter as estratégias de luta e a linha política e ideológica, expandir o Movimento para novas regiões, fortalecer a organização e ampliar as lutas. A Coordenação Estadual, por sua vez, procura coordenar os diferentes setores e regionais no Estado. Anualmente são realizados os encontros estaduais, com a participação de representantes da base, para discutir questões de interesse do MST estadual e nacional. Antes da realização desses encontros, nos núcleos ocorre a preparação dos temas e as avaliações. Também existem vários setores

¹³⁷ Valdir Corrêa, *op. cit.*

organizados na esfera estadual: secretaria estadual, produção, educação, saúde, juventude, gênero, frente de massa, finança, comunicação e formação.

Em nível regional, existe a Coordenação Regional, formada por membros assentados e acampados. Cada regional tem a sua secretaria no município sede, constituindo-se em importante espaço de referência para estabelecer vínculos entre os acampados e os assentados e, com as instâncias estaduais, manter contatos, obter informações, repassar material formativo. Também são realizados anualmente encontros regionais.

No nível dos acampamentos e dos assentamentos, a estrutura organizativa básica são os núcleos de base, a coordenação do acampamento e do assentamento e a criação dos setores. O MST defende que os núcleos de base devem se transformar na célula principal de sua organização, com intensa participação dos seus integrantes em todos os setores e atividades. Para Silva,

*“O núcleo é a base da discussão do Movimento, onde se vai discutir tudo do Movimento, desde da discussão política do porquê fazer a mobilização... (...). O grande desafio nosso é de implementar ela (essa organização) nos assentamentos, do núcleo de base ser a célula fundamental da organização de base do Movimento”*¹³⁸

Diante do exposto até aqui, deve-se realçar que a estrutura organizativa no nível regional e nos acampamentos e assentamentos se constitui em canal de comunicação das instâncias superiores com a base do MST e esta entre si, que nessa estrutura há espaço para a participação desses trabalhadores. Porém, esta participação se limita, basicamente, nesse nível, em funções ou atividades no interior da organização local e no envolvimento ativo nas diferentes lutas sociais. A participação não chega ao patamar das discussões e tomadas de decisão, uma vez que elas são tomadas em outras instâncias. As coordenações regionais e as coordenações dos acampamentos e dos assentamentos estão centralizadas nas lideranças formadas pelo MST ou de sua confiança,

¹³⁸ Manoel Messias da Silva, *op. cit.*

que têm a incumbência de aplicar os princípios organizativos, as estratégias de luta, os projetos, o planejamento, a linha política e ideológica do Movimento.

a) Participação nos acampamentos

Os acampamentos geralmente são criados a partir da ocupação de uma grande propriedade, estrategicamente escolhida na região. O trabalho de organização das famílias de trabalhadores sem-terra para a ocupação e o acampamento é realizado pelo setor do MST chamado *frente de massa*. As lideranças, com formação específica, coordenam esse processo de luta até a materialização da conquista da terra e o conseqüente assentamento. Com o apoio e a ajuda de pessoas, entidades e organizações da sociedade local, são organizados grupos de trabalhadores do campo e da cidade que desejam lutar pelo acesso à terra. As lideranças do MST realizam várias reuniões com esses grupos, fazendo a preparação para a futura ocupação e acampamento. Stédile, em entrevista, afirma:

*“... nós levamos cinco a seis meses para organizar uma ocupação. Porque tem de ir de casa em casa; é obrigatório cada companheiro, antes de ir para a ocupação, participar de no mínimo três reuniões, e nessas reuniões vem toda a família, e discutimos qual é a lei, o que diz a Constituição sobre a terra, explicamos os direitos que ele tem, explicamos quais são os perigos de fazer uma ocupação. Aí ele se conscientiza.”*¹³⁹

A organização nos acampamentos é estruturada de forma a incentivar a participação, porém dentro dos princípios organizativos e sob o controle das lideranças. A estrutura organizativa é constituída, basicamente, pelos núcleos de base, setores, coordenação e

¹³⁹ João Pedro Stédile: Revista Caros Amigos, *op. cit.*, p. 28.

assembléias gerais.¹⁴⁰ Os núcleos são formados por grupos de famílias, geralmente originários da mesma localidade. É um espaço para discussão, consulta, deliberação e estudo, a partir da pauta definida pela coordenação do acampamento. Os setores são criados a partir das diferentes necessidades e atividades que precisam ser executadas, tais como: alimentação, saúde, educação, comunicação, formação, segurança. Os setores são formados por famílias indicadas pelos núcleos. A Coordenação do Acampamento é formada por membros de cada setor para contemplar as questões relacionadas às diferentes necessidades e atividades. É nessa Coordenação, principalmente, que as lideranças ou quadros do Movimento conseguem influenciar ou direcionar as discussões e as decisões. Nas assembléias gerais, ratificam-se decisões ou se delibera sobre propostas ou questões em aberto encaminhadas pela Coordenação, geralmente após à consulta, discussão ou decisão nos núcleos de base do acampamento. As assembléias gerais também têm um caráter de fomentar o espírito coletivo e de luta, visando aumentar a motivação, a coragem, a união, a solidariedade, a resistência e a esperança dos trabalhadores acampados.

Em geral, há duas etapas distintas na fase do acampamento. A primeira é a ocupação de uma fazenda improdutiva privada, pública ou devoluta. Essa ação radical de cortar a cerca e ocupar uma propriedade de terra é uma experiência corajosa e altamente conflitiva, é quando os interesses antagônicos se manifestam com grande visibilidade. O MST exige a desapropriação da área, considerando-a improdutiva ou adquirida de forma fraudulenta, não cumprindo com sua função social; o proprietário, por sua vez, geralmente aciona a justiça requerendo a reintegração

¹⁴⁰ “A organização interna de um acampamento começa com a formação dos chamados núcleos de base (...). Através dos núcleos é organizada a divisão das tarefas necessárias para garantir a vida diária do acampamento: alimentação, higiene, saúde, religião, educação, animação, finanças... (...). Também através dos núcleos acontecem as discussões e os estudos necessários para tomar as decisões sobre os próximos passos da luta. Os responsáveis pelas diversas tarefas compõem as equipes de trabalho (...). Há uma coordenação geral do acampamento, cuja responsabilidade principal é dar unidade à atuação de todas as equipes, bem como encaminhar o processo de negociação e de relacionamento com o conjunto da sociedade local ou mais ampla. O fórum máximo de tomada das decisões sobre os rumos do acampamento é a assembléia geral das famílias acampadas, geralmente reunida após uma discussão preliminar das questões nos núcleos de base (...)”. (Roseli Salette Caldart, *op. cit.*, p. 115, grifos da autora).

de posse. O Estado entra no conflito para conciliar ou reprimir. Essa experiência radicalizada de luta, de tensão é muito significativa para os trabalhadores, principalmente porque eles participam ativamente do processo e da organização.

A segunda etapa é a organização do acampamento propriamente dito, constituindo um coletivo em espaço socializado e reconhecido publicamente, desenvolvendo a luta pelo assentamento definitivo. É a fase onde os trabalhadores sem-terra formam uma autêntica “comunidade de iguais” (Durham, 1984), pois há uma identidade e um objetivo comuns: são trabalhadores sem-terra e desejam a conquista da terra para se afirmar no campo e construir a sua identidade sociocultural. Nessa fase, a organização é ampliada e são desenvolvidas intensas e variadas formas de luta, com amplo envolvimento dos trabalhadores. No período do acampamento a organização adquire um caráter significativamente político, diferente dos assentamentos, quando a organização e a mobilização se enfraquecem. As lutas coletivas são, basicamente, em torno de reivindicações por demandas sociais básicas para a sobrevivência no acampamento e principalmente pela desapropriação de propriedades para o assentamento. As ações diretas, as estratégias adotadas pelo Movimento são as mais diversas, tais como: audiência com órgãos públicos, ocupação de prédios públicos, ocupação de bancos, seqüestro de funcionários públicos, caminhadas para as cidades, bloqueio de rodovias, saques de armazéns ou caminhões com alimentos, acampamento em praças públicas, greve de fome, atos públicos, participação em debates, participação de manifestações populares em geral, contatos com os meios de comunicação etc. A marca principal da luta do MST, porém, são as ocupações, pois se constituem no melhor instrumento de pressão junto aos órgãos do Estado. Segundo Stédile,

*“... o MST usa as mais diferentes formas de luta (...). Não temos uma única forma de luta, pois desde que sejam massivas podem ter eficácia. O que temos notado é que as formas mais eficazes têm sido as ocupações de latifúndios e dos prédios do INCRA”.*¹⁴¹

¹⁴¹ João Pedro Stédile. Revista Estudos Avançados – USP, *op. cit.*, p. 88.

Na fase do acampamento, também já acontece a discussão sobre a organização e a forma de produção agrícola no futuro assentamento. O MST apresenta e discute com os sem-terra a sua proposta de cooperação agrícola para os assentamentos. A meta do MST é chegar às cooperativas coletivas, vistas como uma alternativa para o pequeno produtor rural dentro do sistema capitalista. A partir das discussões, dos projetos, muitas famílias se organizam em grupos com a perspectiva de desenvolver alguma forma de cooperação agrícola. Praticamente todas as famílias se organizam em grupos, o que é necessário para que sejam assentados na mesma área.

O acampamento, portanto, é um espaço social onde são desenvolvidas novas relações sociais entre os trabalhadores sem-terra, e também é um espaço de intensa participação na organização e na luta social e política pelo acesso à terra. Nesse processo de exercício da cidadania, nessas práticas de luta por interesses e direitos surgem conflitos sociais, enfrentamentos, busca-se a negociação com o Estado, criam-se novos espaços sociais, pratica-se a política, estabelecem-se vínculos com os setores organizados e contatos com a sociedade em geral, etc. Através dessa prática de luta organizada e coletiva, os trabalhadores sem-terra rompem com a situação de não-cidadãos, com a passividade, com o conformismo, com a silenciosa subordinação e dominação, e conquistam espaços sociais e políticos para a manifestação pública do seu interesse pelo acesso à terra e o seu direito a esse acesso e para a integração social na condição de produtores rurais familiares autônomos. Não se desconsidere que essa prática ocorre sob a coordenação e o controle rígido das lideranças do MST.

b) Participação nos assentamentos

A proposta do MST de organização dos assentamentos também se dá através da formação de núcleos de base, setores e coordenação. Como se verá no próximo capítulo, a fase do assentamento é muito distinta da fase do acampamento. Conquistada a terra, a razão de ser da

identidade igualitária anterior em grande parte é rompida, e surgem as diferenças e as divergências. Garantido o acesso ao lote de terra, muitos trabalhadores tomam uma postura de maior independência em relação ao MST, inclusive uma parte chegando a romper com o Movimento. O próprio MST perde muito do poder de controle sobre sua base. Essas questões, entre outras, transformam os assentamentos rurais em espaços sociais extremamente complexos, dinâmicos, conflitivos e heterogêneos, o que dificulta a proposta de organização em núcleos de base e em setores.

A proposta da criação dos núcleos de base nos assentamentos visa manter as famílias organizadas e integradas ao Movimento, constituindo-se em espaço para discutir os problemas do assentamento, procurar soluções, bem como envolver os assentados em todas as atividades e lutas do MST. Com isso, os assentados seriam sujeitos ativos, fundamental para o processo de formação política. Os setores são criados em nível de assentamento, formados por membros de cada núcleo. Nos setores, são discutidos em profundidade os problemas específicos, e onde são definidas as ações coletivas. Em um documento do MST se afirma:

“... todos os assentamentos, independentemente da forma de cooperação, devem ir se organizando em núcleos de base. Eles são um espaço para discutir os problemas do assentamento, a organização da produção, a luta dos trabalhadores e o avanço da cooperação”.¹⁴²

Uma outra proposta do MST é a criação de agrovilas ou núcleos de moradia. Além de facilitar o acesso das famílias à infra-estrutura, à proximidade entre as moradias, também facilita a organização. Essa proposta encontra resistência entre uma parte dos assentados, ocasionando conflitos internos. Mesmo assim, em praticamente todos os assentamentos há grupos que aderiram a ela.

¹⁴² Caderno de Cooperação Agrícola No. 5 – MST, 1997, p. 51, grifo meu.

A questão central na organização dos assentamentos gira em torno da produção agrícola, mesmo contra a vontade das lideranças, que querem que os objetivos políticos tenham a mesma prioridade. A priorização da produção é chamada pelas lideranças de “desvio economicista”. O caráter político-ideológico e cultural presente na proposta cooperativa do MST e sua dimensão formativa serão abordados no próximo item. Aqui, destacam-se as formas de produção como uma proposta para viabilizar economicamente a agricultura familiar dentro do atual modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista.

No final da década de 1980, o MST começou a discutir, em profundidade, a produção agrícola nos assentamentos. A saída encontrada foi a adesão à modernização produtiva e a inserção no mercado, isto via cooperativas coletivas. No V Encontro Nacional (1989), foi aprovado o lema “Ocupar, Resistir e *Produzir*”, ou seja, passa-se a priorizar também a produção. Os assentamentos passam a ter também um caráter mais econômico. Em 1990, foi criado um setor específico para auxiliar na cooperação agrícola, o chamado Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).

Diante do modelo capitalista de desenvolvimento da agricultura em vigor, a introdução de tecnologias modernas para aumentar a produtividade e a formação dos grandes complexos agroindustriais inseridos no mercado internacional, inviabilizando a agricultura familiar tradicional, a alternativa foi a cooperação

agrícola.¹⁴³ Em documento do MST se afirma: “*estamos convencidos de que só é possível resistir na terra através da cooperação. O ‘jeca tatu’ isolado em seu lote individual dificilmente conseguirá sobreviver*”.¹⁴⁴

A grande maioria dos assentados, no entanto, resiste às formas coletivas de produção, preferindo adotar o sistema tradicional, baseado no trabalho familiar e visando produzir fundamentalmente para a subsistência. A proposta do Movimento se choca com a cultura camponesa, sua tradição, princípios, valores, enfim, com a sua identidade sociocultural. A grande maioria dos assentados desenvolvem o trabalho/produção de forma individual/familiar. Dentro da perspectiva coletivista, o que existe em praticamente todos os assentamentos é uma área de terra coletiva reservada para desenvolver projetos de irrigação. Uma experiência de cooperação muito praticada nos assentamentos é a aquisição de máquinas e implementos agrícolas, via Associação dos Agricultores. Apenas em alguns assentamentos um pequeno grupo de famílias optaram pela produção agrícola totalmente coletiva. Há uma polarização entre produção coletiva e produção individual nos assentamentos, o que gera conflitos, divisões, inclusive dissidências.

Diante da dificuldade de implementar a produção coletiva, a proposta defendida pelo Movimento é a de que todos os assentados desenvolvam algum tipo de cooperação agrícola.¹⁴⁵ A expectativa, pelo menos até recentemente, é na progressiva ampliação da cooperação, até

¹⁴³ Leonilde Servola de Medeiros lembra que esta proposta representa uma ruptura em relação à produção familiar tradicional. “*É desse movimento também que surgem propostas organizativas para as áreas desapropriadas, que valorizam a cooperação, a associação, o coletivo, em detrimento do modelo da unidade familiar de produção*”. (Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação SEADE, v. 11, n.2, abr-jun/1997, p. 71).

¹⁴⁴ Caderno de Cooperação Agrícola No. 5 – MST, 1997, p. 50.

¹⁴⁵ A cooperação agrícola é definida como sendo: “*o jeito de juntar ou somar os esforços de cada assentado (agricultor individual ou familiar), para fazer coisas em conjunto: comprar ferramentas, comprar e utilizar máquinas, comprar matrizes animais, produzir uma lavoura em conjunto. E, até chegar ao ponto de ter a terra, capital, trabalho em conjunto. Surge assim o agricultor familiar cooperado*”. (Caderno de Cooperação Agrícola No.5 – MST, 1997:21). No mesmo texto, são apontadas as diversas formas de cooperação, desde as mais simples até a mais complexa, detalhando a forma de organização e de funcionamento de cada uma. (pp. 61-71).

chegarem à organização das cooperativas, das agroindústrias coletivas. Em documento afirma-se que

“... a cooperação pode começar com as formas mais simples (mutirão, troca de serviços, de insumos etc.) e ir se complexificando aos poucos, sem pressa, até chegar à forma mais desenvolvida de cooperação, que para nós é a Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) totalmente coletiva”. (Idem: 50).

No final de 1998, começou, no interior do Movimento, uma profunda e ampla avaliação da organização dos assentamentos rurais, principalmente em relação às dificuldades da formação política e cultural dos trabalhadores assentados e de sua adesão ao projeto político do MST, bem como em relação às dificuldades para a implantação da cooperação agrícola, inclusive os problemas enfrentados para manter as cooperativas coletivas existentes. Ademar Bogo, um dos principais líderes do MST, analisa criticamente as experiências cooperativas coletivas do Movimento. Ele defende a extinção das cooperativas do MST, pois possuiriam uma natureza empresarial, hierárquica, alheio e distante da realidade dos trabalhadores rurais e que seriam inadequadas para a pequena produção no atual modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira. Segundo ele,

“Para alcançarmos os objetivos políticos que temos como organização social e política, precisamos encontrar outra forma de organização social [nos assentamentos] (...). Vemos então que o que está sendo questionado não é o sistema de cooperação e nem tampouco a necessidade do trabalho socializado como forma de se produzir com maior facilidade e de se desenvolver a consciência social e política, mas sim o sistema empresarial que se estabelece e que passa a se alimentar da própria força de trabalho dos cooperados para se manter, pelos vícios que cria e pela estrutura de poder que estabelece”. (Bogo, 1999: 13, grifos meus).

As cooperativas em geral do MST teriam uma estrutura de organização necessariamente rígida, burocrática, hierárquica, voltada para acumulação de capital, e não para gerar renda às famílias associadas. Diante disso, seria necessário “voltar um passo atrás” e incentivar as diferentes formas de cooperação, inclusive respeitando mais as experiências de produção dos trabalhadores, as iniciativas individuais, a cultura. Bogo afirma que é preciso

“... modificar na essência nosso sistema organizativo, de Empresa Cooperativa para Comunidade de Produção, onde as atividades possam ser flexibilizadas com uma filosofia de participação massiva desde a origem, onde o princípio não é apenas a voluntariedade, mas o incentivo, a motivação, a mística e a consciência em torno do trabalho que deve ser visto como um dever social, programado e dirigido pela comunidade”. (Bogo, 1999: 18, grifos do autor).

A renovação na organização dos assentamentos está sendo atualmente uma das grandes prioridades do MST. A grande maioria da população do Movimento é composta por assentados. As demandas sociais desses trabalhadores, bem como os objetivos políticos do Movimento em relação aos assentamentos, estão transformando o perfil do MST. A necessidade de créditos subsidiados, de financiamentos para desenvolver a produção agrícola está se tornando uma bandeira fundamental de luta, ao lado das ocupações de terras para desapropriação. É uma postura social e política com um caráter mais propositivo, e não apenas reivindicativo. O MST, além da luta pela terra e pela reforma agrária, empenha-se, cada vez mais, na luta por uma política agrícola para os assentamentos e a agricultura familiar em geral.

Os assentamentos rurais se constituem em espaços altamente significativos de ressocialização dos trabalhadores. Com o lote conquistado, em meio a enormes dificuldades lutam pela afirmação no campo, construindo sua identidade sociocultural. Nesse processo, as formas de organização, as discussões, as resistências e tentativas de cooperação ou experiências coletivas, as novas relações sociais etc. imprimem nos assentamentos um grande dinamismo, o que torna conflitiva essa nova fase. Os assentamentos constituem-se em importantes espaços sociais para a participação na organização, bem como para a luta política e social. As principais lutas sociais se concentram em torno do acesso aos recursos financeiros necessários para desenvolver a produção e para criar a infra-estrutura nos assentamentos. Nesse processo, os trabalhadores assentados encontram e criam condições objetivas e subjetivas para reelaborar sua cultura, ampliar sua formação política e redefinir sua postura ideológica.

Nesse tópicos foi abordada a estrutura organizativa do MST, destacando a centralização do poder nas lideranças nacionais, e que são acatadas e implementadas pelas lideranças das instâncias estaduais. Também foi destacado que, mesmo sob a coordenação de lideranças “guardiães” dos princípios organizativos, das estratégias de luta e da linha político-ideológica do MST, os trabalhadores rurais encontram nos acampamentos e nos assentamentos um amplo espaço para exercer a cidadania, lutar pelos interesses e direitos. Essa prática participativa é incentivada pelas lideranças, tem um caráter pedagógico, visando à formação de novos sujeitos políticos.

3.3. Projeto formativo e educativo do MST

Nesta parte, são abordadas algumas idéias em relação ao projeto formativo/educativo do MST para os trabalhadores rurais assentados. Esse projeto está nitidamente vinculado à perspectiva político-ideológica do Movimento, à utopia da transformação socialista da sociedade. Inicialmente, destacam-se a presença do projeto formativo nas diferentes formas de luta dos assentados, de modo especial na proposta de organização cooperativa da produção. Em um segundo momento, apontam-se alguns princípios gerais da educação escolar e da formação específica que o Movimento procura desenvolver, visando à criação de novos valores, a transformação dos assentados em cidadãos, em sujeitos sociais e políticos.

3.3.1. Assentamentos: espaço social para forjar sujeitos políticos

A estrutura organizativa nos assentamentos – núcleos de base, coordenação e setores – é uma forma importante para se tentar transformar os assentamentos em comunidades locais integradas ao MST. Além disso, com essa estrutura organizativa, o Movimento procura criar as condições objetivas para que os assentados assumam a totalidade dos seus objetivos sociais e políticos. Para as lideranças, um bom funcionamento dessa organicidade é fundamental para o processo de transformação dos assentamentos em espaços sociais formadores de novos sujeitos sociais e políticos no campo.

O MST estabeleceu os objetivos sócio-políticos e culturais em relação aos assentamentos. Mesmo extenso, pensa-se que seja importante reproduzi-los, principalmente para destacar a grande preocupação das lideranças na transformação dos assentamentos em espaços sociais que possibilitam a emergência de novos sujeitos políticos. Os principais objetivos sócio-políticos são os seguintes:

- “a) Ser uma forma de resistência ao capitalismo: não ter a ilusão que organizando economicamente os assentamentos conseguiremos nos libertar da exploração capitalista, por isto devemos continuar lutando;*
- b) Vincular-se a um projeto estratégico de mudança da sociedade, e, portanto, de luta;*
- c) Transformar a luta econômica em luta política e ideológica;*
- d) Provar que a reforma agrária é viável, não só do ponto de vista da justiça social, mas também do ponto de vista do desenvolvimento econômico;*
- e) Servir de exemplo, de propaganda e de alianças na sociedade para que se unam na luta pela reforma agrária;*
- f) Aumentar o poder de barganha e pressão dos assentados diante do Governo;*
- g) Acumular forças para a transformação da sociedade;*
- h) Criar melhores condições de vida para as famílias assentadas: habitação, luz elétrica, saúde, educação, cultura, e sempre ir melhorando;*
- i) Formar e capacitar quadros políticos e técnicos para o MST e para o conjunto da luta dos trabalhadores;*
- j) Contribuir para a construção do Homem Novo e da Mulher Nova: pessoas responsáveis, politizadas, culturalmente desenvolvidas, solidárias e fraternas uns com os outros”.*¹⁴⁶

¹⁴⁶ Caderno de Cooperação Agrícola No. 5 – MST, 1997, p. 13, grifos meus.

Como é possível perceber, a dimensão política no assentamento recebe uma ênfase maior do que a melhoria das condições sociais, o sucesso econômico. Fica claro, portanto, que se pretende integrar os assentamentos na estratégia política e ideológica geral do Movimento e propiciar a formação política dos assentados.

A cooperação agrícola, além dos objetivos econômicos, também tem um forte caráter político e cultural. Deseja-se que, pela cooperação, os trabalhadores desenvolvam a consciência crítica e política e tenham uma atuação política sempre mais engajada no MST e na sociedade. Como afirmam as lideranças, não desejam reproduzir nos assentamentos a figura do “Jeca Tatu”. A própria prática da cooperação em si já proporcionaria condições para a formação e o desenvolvimento de novos valores.

A partir dos objetivos orgânicos traçados pelo MST, é possível ter uma noção do universo econômico e político amplo a que se propõe o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Os objetivos desse setor do MST são:

- “a) Garantir a organização do povo assentado: massificando e politizando;*
- b) Consolidar a organização de base do MST;*
- c) Conseguir liberar pessoas (militantes) para participar dos Movimentos e Organizações Populares;*
- d) Cultivar a política e implementar a estratégia do MST;*
- e) Ser a retaguarda econômica do MST;*
- f) Desenvolver a consciência social e política da nossa base social, estabelecendo uma nova visão de sociedade e engajar-se nela;*
- g) Transformar a ideologia do camponês: substituir o ‘meu’ pelo ‘nosso’ e mudar o jeito artesão de trabalhar e enxergar o mundo;*
- h) Criar condições materiais para a luta social e política, dispondo de infra-estrutura e recursos econômicos”. (Idem, 1997: 12, grifos meus).*

Para reforçar o caráter político-formativo contido na prática da cooperação agrícola, destaca-se mais uma parte do documento, onde se afirma:

“... os assentados devem buscar uma cooperação que traga desenvolvimento econômico e social, desenvolvendo valores humanistas e socialistas. A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise a mudança da sociedade (...). Ela é, para nós, uma ferramenta de luta”. (Idem: 22, grifos meus).

Além do objetivo de transformar os assentamentos em espaços sociais no campo com uma organização associativista/coletivista, e os assentados em sujeitos militantes, em agentes transformadores, também há a preocupação pela expansão do próprio MST. A produção agrícola coletiva facilita a liberação de pessoas para a militância. No período em que o militante estiver afastado de suas atividades produtivas para atuar diretamente no Movimento, ele não será prejudicado financeiramente, pois o trabalho agrícola no assentamento será realizado pelos demais membros do seu grupo coletivo, sem ônus para o militante. Strapazzon, em sua dissertação, lembra essa relação entre produção coletiva e liberação de militantes para o MST, afirmando:

“... no sentido mais de auto-preservação do movimento, a estrutura coletiva libera lideranças para continuar seu trabalho na luta pela terra e na assessoria a outros assentamentos que passam por dificuldades”. (Strapazzon, 1996: 71).

A realidade concreta vivida nos assentamentos, porém, fica muito distante dos objetivos propostos pelo Movimento. Muitos assentados, de posse do lote de terra, começam a criar uma certa independência em relação ao MST. Nessa fase, são revelados os autênticos interesses, objetivos dos trabalhadores em suas lutas. Muitos passam a priorizar o trabalho/produção na sua terra, colocando em segundo plano o MST e seus objetivos em geral, ou participam apenas de lutas sociais diretamente relacionadas à produção. A maioria, além de priorizar a produção, trabalha de forma individual. Há grupos de assentados que rompem com o MST. No processo de ressocialização nos assentamentos ocorrem divergências e conflitos entre os assentados, bem como entre estes e as lideranças. A própria capacidade de organização e de mobilização se torna mais difícil, comparando com a fase do acampamento. As propostas inovadoras na produção, bem como em relação aos objetivos político-ideológicos encontram resistências nos assentamentos rurais, como ainda se verá, tendo como base a pesquisa de campo.

A não adesão de grupos de assentados às propostas, aos objetivos e aos princípios gerais do Movimento são chamados de “desvios”. Os três principais desvios apontados são: a priorização quase exclusiva do trabalho/produção; a insistência no sistema de trabalho tradicional; e o não envolvimento nas lutas político-sociais organizadas pelo MST. Esses desvios são concebidos dentro de uma visão racionalista, apontando a falta de consciência política como o principal fator pelo não comprometimento de assentados com os princípios e as estratégias de luta do MST. É da incumbência das lideranças o combate aos desvios, ou seja, deve haver um “acompanhamento sistemático, em vista do combate aos desvios ideológicos”.¹⁴⁷

A formação político-ideológica dos trabalhadores assentados é um grande desafio para o Movimento, principalmente por causa das dificuldades que são encontradas. A formação política é necessária para transformar os assentamentos em base sólida do MST, para sua integração nas lutas políticas do Movimento. A organização dos assentamentos e do MST em geral (princípios organizativas) e as diversas formas de luta também são concebidas dentro dessa lógica da formação político-ideológica dos trabalhadores da base. Esse processo, porém, é lento e conflitivo. Diante disso, como reforço e para acelerar o processo, o MST aponta sugestões para a formação política:

*“... se não conseguirmos manter um trabalho político-ideológico permanente nos assentamentos, eles não serão a base do MST. Este trabalho exige que: os assentamentos tenham acesso a informações do que está acontecendo no MST e na sociedade e do desenvolvimento da luta de classes; periodicamente aconteça análise de conjuntura nos assentamentos; o MST promova ‘roteiros’ de conscientização; nas cooperativas exista um responsável por este trabalho; se desenvolva a mística nas atividades dos assentamentos e das cooperativas; se desenvolva a emulação”.*¹⁴⁸

Um outro ponto importante, principalmente sob o aspecto cultural, é a proposta da criação de agrovilas ou núcleos de moradia nos assentamentos. Para tanto, os assentados não precisam

¹⁴⁷ Caderno de Cooperação Agrícola No.5 – MST, São Paulo, 1997, p. 41.

¹⁴⁸ Caderno de Cooperação Agrícola Nº. 5 – MST, São Paulo, 1997, p. 41, grifo meu.

necessariamente trabalhar de forma cooperada. Esse sistema de moradia em si já possui um significado cultural muito relevante, como afirma Stédile:

*“... nós conscientizamos os companheiros para que não morem isolados nos lotes, mas procurem se aglutinar, porque somente em agrovilas é que poderá haver um desenvolvimento social, um desenvolvimento espiritual, um desenvolvimento cultural. Nós não queremos uma reforma agrária para reproduzir Jeca Tatu, queremos uma reforma agrária para reproduzir um homem novo, um homem desenvolvido cultural e espiritualmente”.*¹⁴⁹

O MST, portanto, através dessa organização dos assentamentos, visa transformá-los em espaços sociais onde, além do desenvolvimento do trabalho agrícola, haja formação e prática política, para que possam emergir sujeitos sociais rurais com uma nova cultura e com uma postura política comprometida com a reforma agrária e com a transformação da sociedade.

3.3.2. Princípios gerais da educação no MST

Um outro setor importante para o desenvolvimento da dimensão cultural e política é a educação formal (escolar) das crianças e adultos e a formação específica. A educação constitui-se em uma grande prioridade,¹⁵⁰ é muito bem organizada nos assentamentos, e tem um forte caráter político e ideológico. Através dos princípios educacionais do MST, é possível observar o perfil de cidadão que procura formar.

A educação escolar entre os trabalhadores sem-terra é baixíssima. Todas as pesquisas sobre o nível de escolaridade apontam que em torno de 80% desses trabalhadores são analfabetos

¹⁴⁹ Revista Caros Amigos, *op. cit.*, p. 33.

¹⁵⁰ “Quem não sabe, é como quem não vê”. (Normas Gerais do MST, *apud* Roseli Salette Caldart, *op. cit.*, p. 138).

ou não concluíram o primeiro grau.¹⁵¹ Além disso, a grande maioria tem pouca qualificação técnica, exigindo um grande esforço do Movimento para enfrentar essa problemática social.

Para tratar da formação em geral, existe no MST o setor de formação. Para tratar da educação escolar, existe o setor de educação. Nas escolas do Movimento está depositada uma grande esperança quanto à formação de novos sujeitos sociais para atuar na sociedade, bem como para multiplicar as lideranças do próprio MST. Em 1998, em termos numéricos, a educação escolar do MST nos acampamentos e nos assentamentos no país apresentava o seguinte quadro: 950 escolas públicas de 1ª. a 4ª. séries; 50 escolas públicas de 5ª. a 8ª. séries; 40 mil estudantes; 1.800 professores; 600 monitores de alfabetização; 8 mil jovens e adultos sendo alfabetizados.¹⁵² Em Mato Grosso, foi feito um convênio entre o MST e o governo estadual para a formação específica de professores para as escolas dos assentamentos: foi criado um curso especial de Licenciatura Plena em Pedagogia, na Universidade Estadual (cidade de Cáceres-MT), contemplando 60 vagas, preenchidas por militantes do MST de nove Estados do país. Quanto à educação em Mato Grosso, o MST apresenta os seguintes dados:

*“Conquistamos mais de 15 escolas de ensino fundamental, e duas de 5ª. a 8ª. e duas de 2º. grau. Alfabetizamos mais de mil jovens e adultos com a dedicação de 120 educadores e educadoras, e estão sendo alfabetizados mais 600. Estudam em escolas públicas nos assentamentos e acampamentos 1.850 alunos de 1 a 4 e 1.100 de 5 a 8”.*¹⁵³

O caráter geral da educação no MST se enquadra de forma muito clara nos seus objetivos macroestruturais, estabelecendo-se um vínculo profundo entre educação e utopia socialista. O

¹⁵¹ “Mais de 30% são analfabetos. Dos que começaram o 1º. grau, 49% não o completaram. Apenas 3% têm o 2º. grau completo”. (Revista Veja, Ano 30, No. 15, 16/04/97, p. 39). Os dados da pesquisa de campo, como se verá, comprovam esses números.

¹⁵² Revista Isto É, Nº. 167. 1498, 17 de junho de 1998, p. 62.

“Hoje, 1999, o MST estima que sua base social que estuda, ou seja, os sem-terra que estão inseridos em alguma forma de escola, desde a educação infantil até a universidade, passando também pelos cursos ou escolas não formais de formação continuada, esteja em torno de 120 mil estudantes”. (Roseli Salette Caldart, *op. cit.*, p. 196, grifo da autora).

¹⁵³ Fonte: prospecto do MST estadual “Movimento Sem Terra: 15 anos de lutas e conquistas”.

caráter básico da educação é definido como sendo:

*“... um processo pedagógico que se assume como político, ou seja, que se vincula organicamente com os processos sociais que visam a transformação da sociedade atual, e a construção, desde já, de uma nova ordem social, cujos pilares principais sejam, a justiça social, a radicalidade democrática e os valores humanistas e socialistas”.*¹⁵⁴

O projeto de educação e de formação do MST é desenvolvido a partir da realidade social dos trabalhadores, e tendo em vista a transformação dessa realidade adversa. Na pedagogia adotada, os conteúdos são escolhidos para iluminar esse contexto social e apresentar propostas transformadoras, são produzidas cartilhas específicas e são criados métodos apropriados para contemplar essa perspectiva. O projeto educativo do MST, nesse sentido, é inovador, pois procura desenvolver uma educação voltada para o mundo rural e para os seus objetivos políticos.

Isso fica claro quando afirmam:

“... uma educação que se organiza, que seleciona conteúdos, que cria métodos na perspectiva de construir a hegemonia do projeto político das classes trabalhadoras, visando através de cada prática, em última instância, o fortalecimento do poder popular e a formação de militantes para as organizações de trabalhadores, a começar pelo próprio MST. Trata-se de uma educação que não esconde o seu compromisso em desenvolver a consciência de classe e a consciência revolucionária, tanto nos educandos como nos educadores”. (Idem: 6, grifos meus).

É uma educação desenvolvida a partir da prática organizativa e de luta e para o fortalecimento dessa mesma prática. É uma educação concebida para conduzir o cidadão a valorizar a organização, a prática política, o exercício da cidadania, para desenvolver uma consciência organizativa, que seria mais do que a consciência crítica.

“Não podemos nos contentar com o desenvolvimento apenas da chamada ‘consciência crítica’ (...). Nossa educação deve alimentar o desenvolvimento da chamada ‘consciência organizativa’, que é aquela onde as pessoas conseguem passar da crítica à ação organizada de intervenção concreta na realidade”. (Idem: 7, grifo meu).

¹⁵⁴ Caderno do MST: Princípios da Educação no MST, 1996, p. 6, grifos meus.

O Movimento também destaca o papel da educação para o desenvolvimento do valor da cooperação, a intenção de criar uma cultura da cooperação. Isso implica em uma transformação da cultura tradicional enraizada no modo de vida dos camponeses, alicerçada no trabalho familiar e autônomo e de subsistência. No documento se afirma:

“... destacamos a formação para a cooperação, como elemento estratégico para esta educação que visa a construção de novas relações sociais. O aprendizado de organização e de luta pela terra precisa se transformar numa nova mentalidade em relação às possibilidades de organizar a vida no meio rural(...) a necessidade de uma formação intencionalmente voltada para a cultura da cooperação”. (Idem: 8, grifos meus).

Para reforçar essa idéia dos objetivos educacionais e formativos em relação à criação de uma nova identidade cultural, novos valores entre os assentados, uma “cultura da mudança”, no mesmo documento é afirmado que

“... o destaque aqui é para enfatizar especificamente o papel que cabe à educação no processo de construção/reconstrução da identidade cultural dos trabalhadores (...). O que não podemos perder de vista é o objetivo maior de tudo isso, e que diz respeito não a um simples resgatar da chamada cultura popular, mas principalmente ao produzir uma nova cultura; uma cultura da mudança”. (Idem: 19 - 20, grifos meus).

Os professores que trabalham na educação escolar em acampamentos e assentamentos recebem formação específica e precisam aderir plenamente aos objetivos do MST. Os princípios educacionais devem ser assumidos pelos professores como verdadeiros dogmas, onde

*“... só será professor de verdade quando assumir de corpo, mente e coração estes princípios pedagógicos e os princípios do MST. Quando fizer sua a luta pela terra, pela produção, como a luta pela educação”.*¹⁵⁵

O que se quer mostrar com essa apresentação de alguns princípios educacionais do MST é a idéia da existência de um vínculo muito forte entre processos educativos e processos políticos. A educação e a formação em geral estão direcionadas para a educação política, para a cidadania e para a formação de militantes. A educação é concebida de forma marcante como um instrumento fundamental para o fortalecimento do Movimento e para avançar em direção à concretização dos

¹⁵⁵ O Que Queremos com as Escolas dos Assentamentos – MST, 1993, p. 19, grifo meu.

objetivos políticos de transformação da sociedade, da utopia revolucionária. Portanto, a educação é fortemente instrumentalizada para o campo político-ideológico, principalmente para a formação de militantes. Isso também se percebe em outra passagem, em que se observa que o

*“... vínculo orgânico entre educação e política significa fazer a política entrar/atravessar os processos pedagógicos que acontecem nas escolas, nos cursos de formação (...). Chegar a ser militante! Essa é a meta”.*¹⁵⁶

Souza (1996) questiona a linha política e ideológica do projeto de educação escolar do MST, a instrumentalização política da educação em favor do próprio MST. Ela enfatiza a idéia de que a educação deve estar direcionada para a formação de cidadãos para a sociedade:

*“... será que não está havendo uma distorção na função da Educação formal? Entendemos que a Educação deve garantir ao menos a formação do cidadão, que de certa forma está implícita nas propostas educacionais do Setor de Educação do MST. Nossa preocupação é quanto à formação de militantes do MST, acreditamos que a escola não tem essa função, mesmo em assentamentos rurais. Sua função é sim, trabalhar a partir da realidade de seus alunos assentados, no sentido de construção de um conhecimento elaborado e contextualizado historicamente. Nesta linha, a escola estaria formando sujeitos pensantes e ativos, que poderiam se tornar militantes do Movimento”.*¹⁵⁷

Atualmente, está havendo uma revisão pedagógica no interior do MST quanto à instrumentalização político-ideológica da formação e da educação, o seu caráter predominantemente doutrinário para a formação de militantes. Caldart, estudiosa sobre a pedagogia do MST, afirma que

“Há, pois, uma tendência de ajuste nas concepções: formação no MST não é mais apenas formação política e ideológica de militantes sem-terra jovens e adultos; educação não é mais apenas escolarização das crianças acampadas e assentadas (...)”. (Caldart, 2000: 179, grifos da autora).

Não faz parte do objetivo desse trabalho aprofundar essa questão. Apenas se quer apontar que a educação escolar e a formação em geral no interior do MST têm um caráter fortemente

¹⁵⁶ Caderno do MST: Princípios da Educação no MST, 1996, p. 17-18, grifos meus.

¹⁵⁷ Maria Antônia de Souza, *op. cit.*, p. 12, grifos meus.

Raul Jungmann, ministro do Desenvolvimento Agrário, também critica a instrumentalização da educação em favor do MST: “a fixação de modelos como estes (formação de militantes), no fundo, está voltada para a formação de quadros para um projeto político, para a continuidade do movimento, e não para a formação de cidadãos”. (Revista Isto É, 17/06/98, p. 66, grifos meus).

político-ideológico. O objetivo maior é desenvolver a formação política em geral, visando formar cidadãos politizados e líderes para o Movimento e para a sociedade. Quando à educação escolar, essa é canalizada para a formação de quadros para a militância no MST, adquirindo um caráter instrumental, perdendo sua dimensão universal.

O MST está se constituindo em um “sujeito pedagógico”, em espaço público onde os trabalhadores sem-terra acampados e assentados encontram e criam condições objetivas e subjetivas para a reelaboração da sua cultura e da visão política, principalmente através da sua participação da organização, das lutas pelas suas necessidades e direitos, da formação e da educação intencionalmente desenvolvidas pelo Movimento para esse fim, mesmo não ignorando que se trata de um processo lento, conflitivo, heterogêneo. Segundo Caldart:

“... olhar para a formação dos sem-terra é enxergar o MST também como um sujeito pedagógico, ou seja, como uma coletividade em movimento que é educativa, e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem”. (Caldart, 2000: 199, grifo da autora).

Neste terceiro capítulo, procurou-se apresentar alguns aspectos da linha político-ideológica, da estrutura organizativa e dos princípios formativos e educativos constitutivos do MST. Tendo como base a luta organizada e coletiva dos trabalhadores rurais no espaço construído e proporcionado pelo MST, pretende-se desenvolver a pesquisa de campo para observar e analisar os objetivos de luta, a visão política e a postura ideológica apresentados por assentados rurais que já possuem uma trajetória de luta no Movimento.

IV. O PROCESSO DE EMERGÊNCIA DOS ASSENTADOS DO MST COMO SUJEITOS SOCIAIS E POLÍTICOS

Neste capítulo, analisam-se e analiso os dados obtidos através de pesquisa de campo junto a assentados do MST. Em sua trajetória de luta, esses trabalhadores apresentam alguns aspectos relevantes que permitem tratar da interação entre a organização e a prática da cidadania com o processo de reelaboração dos seus valores culturais e da visão política e ideológica. Dentro de um processo lento, conflitivo e heterogêneo, os trabalhadores assentados emergem como cidadãos, como sujeitos que forjam uma nova cultura política no mundo rural.

Na abordagem, estão contempladas duas grandes questões, sempre com base na pesquisa. A primeira trata da busca de construção da identidade sociocultural, do modo de vida camponês a ser desenvolvido no lote de terra e no espaço social do assentamento, e, dessa forma, inserir-se na sociedade. A segunda questão trata da dimensão social e política dada à luta pelo acesso à terra, observada através das expectativas dos assentados em relação ao MST, do valor que atribuem à democracia; da compreensão e do interesse que manifestam pela política e da caracterização de seu perfil político-ideológico. Primeiramente, de forma breve, apresenta-se a metodologia utilizada na pesquisa de campo.

4.1. Metodologia da pesquisa de campo

É muito importante esclarecer como foi a criação, o desenvolvimento e a aplicação da metodologia que norteou a pesquisa de campo junto aos assentados, pois ela não só traça o caminho a ser percorrido pelo pesquisador em seu trabalho, mas também interfere no próprio processo de recorte, de problematização e de iluminação de aspectos da realidade que compõem o objeto de estudo e nas novas descobertas que são feitas para a ampliação do conhecimento. Enfim, por ser inerente ao processo de produção do conhecimento, é importante deixar claros os procedimentos que foram usados no desenvolvimento da pesquisa.

Esse desenvolvimento se deu junto a 215 famílias assentadas vinculadas ao MST, que resultaram da primeira ocupação realizada pelo Movimento em Mato Grosso. Segundo os dados recolhidos, foram assentados um total de 443 famílias, sendo que 228 dessas estavam rompidas com o MST na época da pesquisa (dezembro/1999), e portanto, não são objeto deste estudo. Trata-se, portanto, de um estudo de caso.

A ocupação da fazenda Aliança aconteceu no dia 14 de agosto de 1995, e o assentamento definitivo das famílias foi no dia 28 de outubro de 1996. Esses trabalhadores foram assentados em 8 assentamentos na região sudeste do Estado de Mato Grosso, abrangendo Rondonópolis e os municípios vizinhos, região que foi o palco da luta pela desapropriação. Um grupo de trabalhadores rompeu com o MST na fase final do acampamento, sendo assentado em uma área específica, constituindo o assentamento Santa Luzia, antiga fazenda Pioneira. Portanto, dos oito assentamentos, sete continuam vinculados ao MST.

Em janeiro de 1998, foi feita a primeira visita a todos esses assentamentos, tendo como objetivo principal a localização dos mesmos e o conhecimento de algumas lideranças, no sentido de estabelecer uma aproximação para esclarecer o interesse em desenvolver esta pesquisa. Na oportunidade, uma liderança do MST acompanhou as visitas. Antes disso, houve vários contatos na secretaria do Movimento da regional sul, bem como com as principais lideranças. Até o desenvolvimento da pesquisa propriamente dita junto aos assentados, foram mantidos contatos freqüentes na secretaria e junto a lideranças, visando a uma maior aproximação e à busca de informações, documentos, dados, estudos etc.

A pesquisa se concentrou em duas partes distintas. A primeira constitui-se de entrevistas realizadas junto a dois conjuntos de lideranças nos assentamentos. O primeiro conjunto é composto de lideranças vinculadas ao Movimento. Em cada assentamento, entrevistou-se uma liderança do MST, que na sua grande maioria é formada por membros da Coordenação ou da Direção Estadual. Através dessas entrevistas, procurou-se coletar uma série de informações e opiniões sobre diversos temas de interesse para a pesquisa. Para a realização das entrevistas, serviu como referência um roteiro de questões previamente elaboradas.

O segundo conjunto é composto de lideranças dissidentes nos assentamentos. Essas famílias rompidas com o MST estão organizadas em grupos, principalmente através de Associações de Agricultores, imprescindíveis para que possam lutar por financiamentos e créditos especiais, necessários para viabilizar o trabalho na terra. Esses grupos têm os seus líderes. Nas entrevistas, procurou-se priorizar principalmente as causas que levaram essas famílias a romperem com o MST.

Também foi entrevistado Valdir Corrêa, a principal liderança que participou do processo de organização do MST em Mato Grosso, desde o início. Os primeiros contatos e articulações do MST com entidades da sociedade civil para organizar o Movimento na região, via organização da primeira ocupação e acampamento, aconteceram em junho de 1994. Antes da vinda para a região de Rondonópolis, Corrêa militava no MST em Mato Grosso do Sul. A sua experiência organizativa e política e os seus conhecimentos são importantes para a compreensão do Movimento na região e no Estado de Mato Grosso.

A segunda parte da pesquisa, e que é a referência básica para as posteriores análises e interpretações, foi realizada junto aos trabalhadores assentados vinculados ao MST. Foi aplicado um questionário com 35 questões abertas, contemplando uma série de aspectos relacionados ao perfil social, à identidade cultural, aos objetivos no assentamento, aos objetivos do MST, à postura político-ideológica, às expectativas dos assentados e suas opiniões em relação ao Movimento etc. Com o objetivo inicial de abranger 10% do total das 215 famílias, 24 trabalhadores de famílias diferentes responderam o questionário, constituindo um universo de 11,2% das famílias.

A definição do universo de famílias da pesquisa foi realizada através de visitas aos assentamentos.¹⁵⁸ Para a seleção dos entrevistados foram observados critérios de cotas por idade, gênero, grau de escolaridade e sistema de produção individual ou coletivo das famílias vinculadas ao MST. O Quadro 2 abaixo apresenta a composição dos entrevistados dentro dos critérios de seleção.

¹⁵⁸ Na secretaria da Regional Sul do MST (Rondonópolis), foi possível o acesso a várias informações sobre o perfil social dos trabalhadores rurais assentados. Porém, neste cadastro estavam incluídas as famílias dissidentes do Movimento, que não são objeto do estudo. Para a seleção das famílias/pessoas não foi possível, portanto, usar o cadastro existente como critério.

Quadro 2: Composição dos entrevistados, segundo os critérios de seleção (%)

Idade	16 – 30 anos	29,2%
	Acima de 30 anos	70,8%
Gênero	Homens	62,5%
	Mulheres	37,5%
Escolaridade	Nenhuma à 5ª série	79,2%
	6ª série à 2º. Grau	20,8%
Sistema de Produção	Individual/Associação	87,5%
	Coletivo	12,5%

O procedimento de seleção adotado garante uma boa representatividade do conjunto dos trabalhadores rurais que vivem no espaço social constituído pelos assentamentos, abrangendo a sua pluralidade e diversidade.

Na aplicação do questionário, destacam-se três procedimentos da entrevista: 1) antes de aplicar as questões, sempre foi deixado explícito aos entrevistados que não precisariam se identificar, pois a pesquisa tinha por objetivo abarcar as tendências sobre o pensamento social e político do conjunto das famílias vinculadas ao MST; b) as questões foram lidas o número de vezes necessário para serem totalmente compreendidas; 3) as respostas não foram gravadas, e, sim, anotadas no espaço próprio do questionário. Pensa-se que esse procedimento adotado como o melhor, pois inibe menos o entrevistado e adquire um caráter de diálogo, de conversa mais informal. A grande maioria dos assentados respondeu às questões com muita seriedade e interesse.

Acredita-se que os dados obtidos com a aplicação do questionário se aproximam da complexa realidade vivida, pensada, almejada pela população desses assentamentos. A segurança na objetividade dos dados aumenta na medida em que as análises revelam uma significativa

coerência nas posturas desses sujeitos sociais em relação às principais questões que o questionário levanta. As análises e interpretações tinham como base fundamental os dados obtidos através dessa pesquisa. As entrevistas junto às lideranças serviram mais como suporte.

Com essa pesquisa, procurou-se identificar como um grupo de trabalhadores rurais hoje assentados se posiciona em relação às propostas de inovação produtiva nos assentamentos, a reforma agrária e a transformação social pelas quais luta o MST. A questão básica que orientou a investigação foi qual a importância e a influência da luta organizada e da prática política em movimentos sociais para o processo de formação política e de renovação cultural entre os trabalhadores, principalmente tratando-se de um Movimento fortemente doutrinário e ideológico, como o caso do MST. A questão é estabelecida sobre as possibilidades dos movimentos sociais se constituírem em “princípio educativo e sujeito pedagógico” (Caldart, 2000), onde possam emergir lentamente novos sujeitos sociais e políticos, comprometidos com a democracia e a transformação da sociedade.

4.2. Assentamentos do MST: espaço social de construção da identidade rural

Em meio às imensas propriedades de terra protegidas pelas cercas, pertencentes aos latifundiários e aos grandes empresários rurais, surgem novas comunidades rurais e com características novas no Estado de Mato Grosso. Embora em quantidade ainda reduzida, esses assentamentos rurais vão se constituindo em espaços sociais e políticos altamente significativos no campo. Com a posse de um lote de terra, os trabalhadores desses assentamentos procuram

realizar seu sonho e construir a sua identidade enquanto produtores agrícolas familiares nesse espaço social.

Com base nos dados da pesquisa, inicialmente aborda-se o perfil social dos assentados, destacando as suas raízes culturais fincadas na terra, e que remontam à migração para a região. No segundo momento, apresentam-se alguns aspectos que apontam para o modo de vida que esses trabalhadores pretendem construir com o lote de terra, nesse novo espaço social. No último tópico, destacam-se os sistemas de produção em discussão e em implementação nos assentamentos.

4.2.1. Perfil social dos assentados

A apresentação do perfil social dos trabalhadores dos 7 assentamentos estudados é importante principalmente para se resgatar a sua trajetória social, a origem, a tradição e as raízes rurais das famílias e que ingressaram no MST, conquistaram o seu lote de terra e continuam organizados e trabalhando nos assentamentos.

Os trabalhadores rurais assentados apresentam uma trajetória social marcada pela migração. Diante da impossibilidade de acesso à terra e a crescente dificuldade de acesso ao trabalho nas regiões rurais tradicionais do país (décadas de 1950 e 1960) e que se intensificou com a expulsão do campo pelo processo de modernização capitalista da agricultura (décadas de 1970 e 1980), uma das saídas encontradas pelos trabalhadores rurais foi a migração para a região da fronteira agrícola. O fluxo maior de migração para a região de Rondonópolis, no caso, foi motivado pela busca de terra e de trabalho, novas perspectivas de vida, principalmente entre as décadas de 1960 a 1980, como já se viu. Os assentados foram para essa região sonhando com um

lote de terra para desenvolver a agricultura familiar, sonho que foi passado para a geração seguinte.

Entre os assentados entrevistados, 50% nasceu em outros Estados, principalmente em São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Paraná. Os outros 50% nasceram em Mato Grosso, inclusive todos na região sudeste do Estado. Os nascidos em outros Estados têm uma idade média de 47,4 anos, sendo que os nascidos em Mato Grosso têm uma média de 29,6 anos. Isso revela que muitos trabalhadores que migraram para Mato Grosso nos anos 50 e 60 estão com idade maior, e ainda são portadores do sonho do acesso a um lote de terra. Os assentados nascidos no Mato Grosso são filhos desses migrantes rurais, compõem a nova geração, e também sonham com um modo de vida enquanto produtores rurais familiares.

A migração interna (interior de Mato Grosso) é outro aspecto importante a ser considerado, constituindo um movimento comum por parte dos trabalhadores rurais na luta pelo trabalho, pela sobrevivência. Entre os entrevistados, 70,8% já morou em pelo menos três municípios diferentes no período que antecede o ingresso no MST, em 1995.

É importante destacar o aspecto da intensa migração para a região da fronteira agrícola, e que teve a ampla predominância de trabalhadores do segmento social dos agricultores familiares, principalmente no período até meados da década de 60. Ou seja, os migrantes do passado que hoje integram os movimentos sociais de luta pela terra ainda estão perseguindo o sonho de obter seu pedaço de terra para desenvolver a agricultura familiar, e, dessa forma, se integrar na sociedade. Esse sonho ainda permanece vivo, mantém raízes, inclusive entre os trabalhadores de origem rural residentes nas cidades, como afirma Valdir Corrêa:

“é fácil da gente encontrar na cidade as pessoas que migraram para cá com esse objetivo de adquirir um pedaço de terra para trabalhar. Eles carregam ainda consigo o sonho de ter um pedaço de terra para trabalhar. Eles vieram muito naquele sentido, naquela propaganda: ‘Mato Grosso se encontra terra fácil, lá tem espaço para a gente trabalhar na lavoura’.”¹⁵⁹

¹⁵⁹ Valdir Corrêa, *op. cit.*.

A intensificação da migração campo-cidade foi mais recente, quando foram se exaurindo as chances de trabalho na agricultura. O êxodo rural não representou uma opção, uma livre escolha, mas foi basicamente determinado pelas aceleradas e profundas transformações sócioeconômicas no campo. Por isso uma grande parte da população urbana na região de Rondonópolis é originária do campo, é portadora da “vocação agrícola”, e se constitui em fator importante na manifestação do interesse de retornar ao meio rural.

Os trabalhadores assentados pesquisados possuem um grande vínculo com o mundo rural. Desenvolveram raízes profundas sob essa forma de trabalho e de vida. Todos os entrevistados são de famílias de origem rural, bem como todos têm experiência no campo.¹⁶⁰ Do total dos assentados, apenas 4,2% nunca morou no campo, porém também têm experiência rural. O quadro abaixo apresenta o tempo que os assentados moraram no campo e na cidade no período anterior ao ingresso no MST.

Quadro 3: Tempo predominante de residência: campo e cidade

Campo ou cidade: período de residência	%
Moraram somente no campo	20,8%
Mais tempo no campo	50%
Mais tempo na cidade	16,7%
Tempo igual	8,3%
Moraram somente na cidade	4,2%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

Um outro dado revelador é o grande contingente de assentados que trabalharam no campo, mas residiam nas cidades, principalmente na periferia, no período em que ingressaram no MST. É possível observar essa “vida dupla” no Quadro abaixo:

¹⁶⁰ “Dado fundamental: mais de 90% têm tradição na agricultura, são filhos de lavradores e nunca foram donos de terra”. (Revista Veja, Ano 30, No. 15, 16/04/1997, p. 39).

Quadro 4: Residência e trabalho dos assentados antes do ingresso no MST

	Residência	Trabalho
Campo	29,2%	54,2%
Cidade/Povoado	70,8%	45,8%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

Segundo os dados do Quadro 4, na época anterior ao ingresso no MST, 29,2% dos assentados residia no campo, e 70,8% residia na cidade ou povoados urbanos. Porém, 54,2% desse contingente trabalhou, na época, no campo, e 45,8%, na cidade. Essa desproporção entre local de residência e local de trabalho é um indicador da instabilidade na oferta e da precariedade das condições de trabalho no meio rural. Entre as explicações dessa realidade, uma é o freqüente deslocamento dos trabalhadores de uma fazenda para outra, a alta rotatividade, sempre em busca de novas ou melhores ofertas de trabalho. Para evitar os transtornos que essas mudanças freqüentes implicam para a família, fixam residência no meio urbano. Um outro fator é o caráter temporário do trabalho no campo, tendo oferta maior em certos períodos do ano. Os agricultores que trabalham em terras arrendadas enfrentam períodos de pouco trabalho, proporcionados pela seca anual. Na falta de trabalho no campo, a cidade transforma-se em possibilidade de encontrar serviço, principalmente no setor informal. Outro fator, entre outros, é a falta de infra-estrutura social básica em muitas regiões onde estão localizadas as grandes propriedades: escola, atendimento médico, energia elétrica, transporte, lazer etc. Esse cenário retrata a extrema dificuldade encontrada pelos trabalhadores rurais não-proprietários para sobreviver.

A quase totalidade dos assentados que já moraram na cidade, estava ali exatamente na época em que participaram da ocupação e ingressaram no MST. Esse dado está vinculado ao

fenômeno do êxodo rural, principalmente nos anos 70. A maioria deixou de morar no campo a partir desse período.

A atividade agrícola desenvolvida pelos assentados era o trabalho em terras alugadas. As mulheres que não tinham uma profissão formal, tanto as do campo como as da cidade, classificaram seu trabalho pelo termo “do lar”. Abaixo, apresenta-se o quadro completo das atividades desenvolvidas no campo:

Quadro 5: Trabalho desenvolvido no campo antes do ingresso no MST (%)

Arrendatário/parceria	61,5%
Assalariado rural	15,4%
Atividades “do lar”	15,4%
Estudante	7,7%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

As atividades predominantes entre os que trabalharam nessa época na cidade eram de natureza informal, e um contingente minoritário de trabalhadores tinha um emprego formal. É o que mostra o quadro que segue:

Quadro 6: Profissões exercidas na cidade antes do ingresso no MST (%)

Pedreiro/servente de pedreiro	36,4%
Atividades “do lar”	36,4%
Assalariado urbano	27,2%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

Na região de Rondonópolis, existe uma grande população nas periferias urbanas de trabalhadores *rurais* sem-terra, no rigor do termo. São trabalhadores que não têm acesso à propriedade da terra, residem na cidade, mas trabalham no campo, onde nasceram e onde criaram

raízes culturais.¹⁶¹ Essa situação ajuda a compreender e a explicar a facilidade com que foram surgindo no meio social da periferia urbana, no decorrer dos anos 90, inúmeros grupos ou movimentos sociais de luta pela terra. Segundo Corrêa, “a gente sempre encontra Associações e Associações [de Moradores] na cidade aí, das pessoas que estão se organizando aí em busca de um pedaço de terra”.¹⁶²

Os trabalhadores atualmente assentados no seu lote de terra, na sua trajetória de luta pela sobrevivência no campo, foram trabalhadores não-proprietários. Através de diferentes modalidades trabalharam diretamente para os grandes proprietários, para a expansão da pecuária e da agricultura. A negação do acesso à posse ou à propriedade da terra impossibilitou a perspectiva da construção de sua identidade sociocultural, o projeto de vida enquanto produtores rurais familiares e autônomos. Assim, apenas 16,6% dos assentados já foi pequeno proprietário.¹⁶³ Para a grande maioria, estar assentado em um lote de terra particular/familiar, mesmo exíguo, é uma grande novidade.

Dentro da dimensão do perfil social dos assentados, é importante também destacar o seu grau de escolaridade. Entre os entrevistados, 79,2% se situa na faixa entre nenhuma escolaridade e conclusão da 5ª série.¹⁶⁴ No atual mercado de trabalho limitado e competitivo, os trabalhadores urbanos com baixa escolaridade e com certa idade têm como destino a exclusão social. A baixa escolaridade está vinculada, em grande parte, à própria situação social no campo, onde, historicamente, os trabalhadores tiveram grandes dificuldades de acesso à educação escolar.

¹⁶¹ Segundo os dados da pesquisa, 95,8% dos assentados tiveram a infância no campo, 83,3% dos seus pais são de tradição exclusivamente rural, e os outros 16,7% possuem tradição rural e urbana.

¹⁶² Valdir Corrêa, *op. cit.*

¹⁶³ Segundo o Instituto Datafolha, que realizou uma ampla pesquisa junto aos trabalhadores sem-terra acampados, que resultou em Caderno Especial do Jornal Folha de São Paulo, 17% já foram proprietários e 3% posseiros. (Jornal Folha de São Paulo, Caderno Especial “Sem-Terra”, 30/06/1996).

¹⁶⁴ Conforme a pesquisa mencionada na nota anterior, 90% não concluíram o 1º. grau. (Jornal Folha de São Paulo, Caderno Especial “Sem-Terra”, 30/06/1996).

A baixíssima escolaridade de muitos trabalhadores urbanos oriundos do campo, o que dificulta o acesso ao emprego, é um fator que influencia na decisão de ingressar em movimentos sociais de luta pela terra. Esse problema social também dificulta a organização desses movimentos, tanto na luta pela terra como na organização dos assentamentos, pois o domínio das letras é um recurso fundamental, principalmente quando há o objetivo da formação técnica e política desses trabalhadores. O MST lida com uma base social extremamente pauperizada, totalmente desprovida dos recursos materiais e financeiros mínimos, bem como do recurso cultural da alfabetização.¹⁶⁵

Nos assentamentos, existem poucos jovens, pois esses encontram emprego na cidade com mais facilidade, têm maior escolaridade e continuam estudando. Com isso, criam uma certa perspectiva de futuro no mundo urbano, ou alimentam essa idéia, dado que foram criados praticamente nesse meio social, tendo pouca ou nenhuma experiência com o modo de vida rural. Esses são fatores essenciais que explicam a pouca presença de jovens nos assentamentos.¹⁶⁶ O que se percebe nos assentamentos é o predomínio de casais adultos e os seus filhos menores, inclusive há um expressivo contingente com idade já avançada. A média de idade dos entrevistados é de 38,5 anos. A média de filhos dos casados entrevistados é de 4 por família.¹⁶⁷ Nos assentamentos há um expressivo predomínio numérico dos homens: entre os entrevistados, 62,5% são homens e 37,5%, mulheres, o que se aproxima da média nacional entre os trabalhadores rurais sem-terra acampados do MST.¹⁶⁸

¹⁶⁵ Segundo Revista Veja, no contexto socioeconômico de 1997, a renda mensal dos trabalhadores sem-terra era: de 0 a 50 reais (38%); de 51 a 100 reais (20%); mais de 100 reais (11%); não responderam (31%). (Revista Veja, 16/04/97, p. 57). Em torno de 60% dos sem-terra ganham menos de um salário mínimo mensal.

¹⁶⁶ Segundo dados do cadastro do MST referente aos assentamentos em questão, a faixa etária de 0 a 18 anos compreende 46,8% da população, porém com o amplo predomínio das crianças.

¹⁶⁷ “Quase 80% são casados ou amigados, e desses núcleos resultam proles numerosas, de quatro a cinco filhos”. (Revista Veja, Ano 30, No. 15, 16/04/1997, p. 39).

¹⁶⁸ Entre os acampados, 62% são homens e 38% são mulheres. (Jornal Folha de São Paulo, 30/06/1996). “Há mais homens (65%) que mulheres, e a maioria está na faixa dos 20 aos 40 anos”. (Revista Veja, 16/4/1997, p. 39).

Quanto à questão racial, os assentados entrevistados apresentam uma significativa diversidade. Devido à grande miscigenação racial, é difícil a adoção de critérios para uma classificação precisa. Desse modo, adotou-se o sistema constante no Quadro abaixo:¹⁶⁹

Quadro 7: Classificação dos assentados segundo a raça

Classificação Racial dos Assentados	%
Branco	45,8%
Traços negros e/ou indígenas	37,5%
Negros ou predomínio de seus traços	16,7%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

De acordo com essa classificação, 45,8% dos assentados entrevistados são brancos, 37,5% apresenta traços negros e/ou indígenas e 16,7% são negros ou com o predomínio de traços negros. As opções e as práticas religiosas desses trabalhadores não foram contempladas pela pesquisa.¹⁷⁰

Esses dados, obtidos com a pesquisa de campo, e a sua apresentação, revelam alguns aspectos relevantes do perfil social dos trabalhadores assentados do MST na região sudeste de Mato Grosso. A idéia central foi mostrar as raízes rurais desses trabalhadores que ingressaram no MST, bem como retratar seu passado social de trabalhadores sem-terra no campo e sem perspectivas de inserção social no mercado de trabalho urbano. Esses são fatores cruciais que influenciam no desejo de retornar e se afirmar no campo e construir a sua identidade sociocultural através da agricultura familiar.

¹⁶⁹ A classificação racial adotada segue critérios criados por este autor.

¹⁷⁰ Segundo dados da pesquisa do Instituto Datafolha, 82% dos acampados brasileiros são católicos e 11% evangélicos pentecostais. Quanto às raças, 52% são brancos, 34% pardos, 11% negros, 2% indígenas e 1% amarelos. (Jornal Folha de São Paulo, 30/06/1996).

4.2.2. Identidade sociocultural: trabalhadores rurais familiares

Neste tópico, são levantados alguns elementos obtidos com a pesquisa, os quais apontam para o projeto de vida dos assentados, para a identidade sociocultural que é explicitada e que pretendem construir. Para tanto, sempre é bom frisar que esses trabalhadores assentados têm uma trajetória de organização e de luta no MST, e esse Movimento possui um projeto de organização social e produtiva para os assentamentos, que, inclusive, provoca rupturas com a organização tradicional do trabalho agrícola dos trabalhadores rurais. O referido projeto vem sendo discutido entre os integrantes do MST desde o período do acampamento. A pesquisa foi realizada dentro desse cenário de ressocialização dos trabalhadores no campo, na relação conflitiva proporcionada pela resistência às inovações e na busca de novas alternativas de organização geral e de produção.

Um outro dado preliminar a considerar é que esses trabalhadores assentados já conquistaram um sonho fundamental, o pedaço de terra, o que faz com que as lutas ganhem agora uma outra dimensão, girem em torno das condições materiais de trabalho/produção, na luta pela afirmação no campo. Ou seja, os trabalhadores se encontram em uma realidade social de efetiva construção de sua identidade de produtores rurais familiares e autônomos dentro de um espaço social novo: os assentamentos rurais.

A agricultura desenvolvida pelos pequenos produtores em geral está sendo profundamente alterada com o processo de modernização da agricultura, ditado pela lógica do capital monopolista. A agricultura camponesa tradicional, alicerçada na economia mercantil simples (economia de excedentes), ditada pela lógica da produção para a auto-subsistência, é a mais afetada com a expansão do capitalismo no campo. Para os pequenos produtores rurais que lutam pela sua preservação, a tendência é buscar alguma forma de inserção no mercado, na economia capitalista, o que exige grandes mudanças na forma de produção em direção à chamada

modernização da agricultura familiar. No mundo rural brasileiro existem desde trabalhadores e regiões que persistem nas formas agrícolas tradicionais visando à subsistência, até as formas modernas de produção familiar, através da inovação tecnológica para o aumento da produtividade e a destinação de parte significativa da produção para o mercado.

Os assentados entrevistados têm opiniões divergentes em relação à introdução de recursos tecnológicos modernos ou não na produção em seu lote, ou seja, quanto à preferência pelo modelo mais tradicional ou mais moderno. São 54,2% os que preferem desenvolver o sistema de produção tradicional. Em sua explicação, predomina amplamente a visão da subsistência familiar, o desenvolvimento da policultura para o auto-sustento. Esses indivíduos lembram, no entanto, da necessidade de destinar uma parte da produção para o mercado. Os outros 45,8% preferem o sistema mais moderno de produção, cuja explicação básica é a de que no sistema tradicional não se sobrevive, que o sistema moderno possibilita aumentar a produção e a renda, obter lucro através da comercialização dos produtos. A maioria desse grupo lembra, no entanto, que é necessário preservar a produção básica para o consumo familiar.

Segundo os dados da pesquisa, o grau de escolaridade é um aspecto fortemente associado à opção pelos sistemas de produção nos assentamentos, como mostra o Quadro que segue:

Quadro 8: A relação entre o nível de escolaridade e a produção tradicional ou moderna preferida pelos assentados (%)

Nível de Escolaridade	Sistema de Produção	
	Tradicional	Moderno
Até a 1ª. Série	66,6%	33,4%
Até a 5ª. Série	63,2%	36,8%
6ª. Série ou mais	20%	80%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

De acordo com os dados acima, entre a parcela que abrange os assentados sem escolaridade até a 5ª. série, 63,2% prefere o sistema tradicional. Restringindo-se esse grupo para o contingente que cursou apenas até a 1ª. série, ou seja, o contingente menos escolarizado, essa preferência chega a 66,6%. Por outro lado, para a parcela com escolaridade da 6ª. série ou mais, apenas 20% prefere o tradicional, sendo que 80% é favorável ao sistema de produção moderno.

Uma outra questão importante para abordar as raízes culturais é quanto à preferência entre morar e trabalhar no campo ou na cidade, uma vez que a maioria dos assentados residia no meio urbano, embora fossem originários do meio rural. Com essa questão procurou-se considerar tanto os problemas enfrentados pelos indivíduos na cidade, quanto a sua experiência rural, no sentido de descobrir a influência dessas questões na decisão de ingressar no MST.¹⁷¹ As respostas foram as seguintes: 58,3% afirmou que foi o desejo de se estabelecerem no campo; 37,5% afirmou que foram as dificuldades encontradas na cidade; e 4,2% defendeu que as duas tiveram peso igual.

Embora essa questão seja complexa e envolva uma série de fatores, pelo menos ela sinaliza para a tendência que pesou mais entre esses trabalhadores. Assim, diante das respostas dadas, uma parte significativa colocou como motivo principal o desejo de se estabelecer no campo; porém, como aponta a outra parte, as dificuldades no meio urbano também contribuíram significativamente para a busca da alternativa de retorno ao campo.

A totalidade dos assentados entrevistados afirmou que é melhor viver no campo do que na cidade, apesar das enormes dificuldades que encontram para prover os assentamentos da infraestrutura básica, bem como para garantir o acesso aos recursos financeiros necessários para desenvolver a produção. No Quadro abaixo, constam os principais motivos favoráveis à vida no

¹⁷¹ A questão aplicada é a seguinte: “O que pesou mais na decisão de participar da ocupação: a) o desejo de morar e trabalhar no campo, ou b) as dificuldades encontradas na cidade?”

meio rural que foram apresentados, dentro do sistema de respostas múltiplas e com a porcentagem de assentados que citaram o mesmo motivo.

Quadro 9: Principais motivos apontados para viver no campo

Motivos	Citações(%)
Alimentação, auto-sustentação	70,8%
Acostumado no campo, experiência rural	29,2%
Liberdade, autonomia	25%
Contato com a natureza	25%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

Como é possível observar nesse Quadro, o acesso à alimentação, obtida pela produção própria, é o grande motivo apontado pelos trabalhadores que preferem viver no campo, destacado por 70,8% dos assentados, o que revela a centralidade que a luta pela sobrevivência adquire entre esses trabalhadores. Essa revelação indica as dificuldades que foram enfrentadas na cidade para satisfazer as necessidades básicas, a começar pelo acesso à alimentação, e que esperam reverter no campo.

O problema da sobrevivência apareceu claramente em outra questão, que trata das principais causas do interesse em abandonar a cidade e retornar ao campo. Entre os assentados, 83,3% aponta como causa principal o desemprego e a dificuldade de sustentar a família. A relevância dada a esses aspectos reflete, em parte, as enormes dificuldades encontradas na cidade, a situação de miséria vivida por muitos trabalhadores hoje assentados. Quando são levados a comparar a vida do campo com a que tiveram na cidade, manifestam um grande otimismo em relação à vida rural, vislumbram novas perspectivas. O lote de terra conquistado é visto como o grande meio de produção para obter a auto-subsistência. Essa esperança, pelo menos em parte e

momentaneamente, parece influenciar sua visão pouco realista dos problemas que estão enfrentando para desenvolver a produção nos assentamentos e, em termos mais gerais, a inviabilidade da agricultura familiar no modelo econômico neoliberal. Vicente (Tati), professor da UFMT e militante do MST, destaca esta esperança que reina entre os assentados:

“... o principal [avanço] que eu vejo dentro desses assentamentos, que eles passaram a ter, eu não diria só na questão da produção, [mas] em todos os setores... despertou aquela questão de uma esperança por dias melhores. As pessoas começaram a sonhar”. (Vicente (Tati)).¹⁷²

E, no processo de provimento da auto-subsistência no lote de terra, a liberdade e a autonomia no trabalho/produção se constituem em valores essenciais.¹⁷³ Pelo menos existe essa sensação, e, nesse caso, em oposição aos trabalhadores assalariados, que vendem diretamente sua força de trabalho. Uma liderança do MST reforça essa idéia, referindo-se aos assentados:

*“ele aprendeu a ser livre. Eu acho o seguinte: teve muita pessoa que aprendeu, por exemplo, a não ser administrado por outra pessoa (...) E com essa liberdade, a pessoa vai aprendendo a administrar aquilo que é dele (...) Porque lá [cidade] o serviço dele não aparecia (...) Então ele tem amor naquilo que ele faz com clareza [iniciativa própria]. Isso daí fez com que a pessoa sentisse prazer, aquele prazer que a gente sente, vê na pessoa”.*¹⁷⁴

Um outro dado revelador é o valor atribuído às atividades relacionadas à plantação e à criação, e não tanto à terra conquistada. A pergunta aplicada foi a seguinte: “o que você mais valoriza no campo, como trabalhador(a) rural em sua terra?” Entre as muitas respostas múltiplas, 50% dos entrevistados respondeu que era o prazer de plantar e de criar animais; 25% respondeu que o maior valor era a terra; e 20,8% destacou a liberdade e a autonomia no trabalho.¹⁷⁵ A questão tinha como objetivo observar o quanto valorizam o lote de terra conquistado, e o maior

¹⁷² Antônio Gonçalves Vicente (Tati), *op. cit.*

¹⁷³ Na pesquisa do Instituto Datafolha junto aos acampamentos do MST, quanto às principais vantagens do assentamento, no sistema de respostas múltiplas, 62% dos acampados destacaram a *independência financeira*, e 37%, a melhoria da condição de vida. (Jornal Folha de São Paulo, 30/06/1996, grifo meu).

¹⁷⁴ José de Oliveira, *op. cit.*

¹⁷⁵ Na mesma pesquisa do Instituto Datafolha, quanto aos planos em relação ao lote de terra, no sistema de respostas múltiplas, 92% dos acampados do MST destacou a plantação e 50%, a criação. (Jornal Folha de São Paulo, 30/06/1996).

valor foi atribuído ao trabalho, às atividades que são desenvolvidas nessa terra, dentro da lógica da auto-subsistência, indicando que o maior valor não é atribuído à terra em si (propriedade/posse). Conquistada a terra, os esforços e as expectativas se voltam para a organização do trabalho e da vida familiar, na esperança de criar as condições objetivas para obter uma vida melhor, mais digna.

Um último aspecto a ser apresentado com base na pesquisa, e que ajuda a compreender a identidade sociocultural, o modo de vida que esses trabalhadores desejam construir nos assentamentos, é sobre o sistema de produção individual/familiar. Esse ponto será retomado mais adiante, quando será abordada a resistência existente diante da proposta coletiva do MST. Aqui, apenas será apresentada a preferência que os assentados manifestam em favor da produção individual.

Entre as famílias assentadas vinculadas ao MST, atualmente 87,5% está adotando o sistema de produção individual/associação. Nos 7 assentamentos pesquisados existem 12 Associações de Agricultores, incluindo as organizadas pelos grupos dissidentes, e a grande maioria das famílias (79,2%) estão integradas em alguma Associação. Porém, em relação ao sistema de produção que desejam adotar no futuro, a preferência pelo individual/associação cai um pouco (70,9%), mesmo assim representa a maioria dos trabalhadores. O Quadro a seguir mostra as preferências manifestadas em relação aos sistemas de produção:

Quadro 10: Sistema de produção que os assentados desejam adotar

Sistema de Produção	%
Individual	37,5%
Associação	33,4%
Coletivo	20,8%
Semicoletivo	8,3%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

Na questão acima, não consta uma alternativa combinada de respostas entre os sistemas individual e associação, uma realidade predominante nos assentamentos. Na prática, esses dois sistemas são complementares. A grande maioria desenvolve o trabalho individualmente e, ao mesmo tempo, estão associados para adquirir bens em conjunto, tais como tratores e implementos agrícolas. Assim, apenas 20,8% das famílias não participa de Associação, e 37,5% prefere adotar no futuro o sistema de produção totalmente individual, sem associação. Os 29,2% de indivíduos que preferem adotar o sistema coletivo ou semicoletivo¹⁷⁶ também é um contingente considerável, apontando para a diversidade de iniciativas na produção agrícola.¹⁷⁷

Através das Associações, os trabalhadores pleiteiam o acesso a créditos subsidiados, a financiamentos especiais para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas em conjunto. Esses instrumentos de trabalho são coletivos, porém usados no trabalho e nas terras individuais, viabilizando e fortalecendo esse sistema de produção.¹⁷⁸ A criação dessas Associações reveste-se de um grande significado social e político, constituindo-se em um espaço social que mantém os trabalhadores organizados e aumentam as condições para a sua reprodução social no meio rural.

Os argumentos centrais dos assentados na defesa do sistema individual, além de enfatizar o interesse em continuar associado, são as críticas em relação ao sistema coletivo. As duas principais críticas dirigidas a esse sistema são: os trabalhadores não se dedicam da mesma forma ao trabalho (uns trabalham mais do que outros), criando situações de conflito e esse sistema afeta

¹⁷⁶ O sistema semicoletivo, como é entendido pelas próprias lideranças do MST, é o sistema onde parte da terra do lote ou e/ou algum ramo produtivo é desenvolvido de forma coletiva, e a outra parte de forma individual/familiar.

¹⁷⁷ “(...) o sistema de posse da terra que acham melhor, 75% dos sem-terra afirma ser o ‘particular’. Outros 19% dizem preferir a propriedade ‘coletiva’ e 6% respondeu que não sabe”. (Instituto Datafolha – Jornal Folha de São Paulo, 30/06/1996).

¹⁷⁸ Manoel Messias da Silva: “a gente nota que as pessoas se juntam naquilo que ele não poderia ter sozinho. O grande desejo era que pudesse ter individualmente”. (Membro da Direção Estadual do MST e assentado no assentamento 14 de Agosto. Entrevista concedida em 19/12/99).

a liberdade e a autonomia no trabalho. A questão de fundo que está em jogo na defesa do sistema individual é a preservação da liberdade e da autonomia proporcionados pelo lote de terra particular. Dentro disso, a organização familiar do trabalho reveste-se de um grande significado, e que se choca com a organização coletiva do trabalho e da produção, como ainda veremos.

Neste tópico, foi abordado, com base nos dados da pesquisa, alguns aspectos que apontam para a identidade sociocultural que os assentados desejam construir na terra conquistada. Os assentamentos rurais constituem-se em espaços sociais onde esses trabalhadores procuram se afirmar no campo, viver dignamente, construir um modo de vida peculiar, ou seja, recriar a identidade de pequenos produtores rurais, alicerçada na agricultura familiar.

4.2.3. Sistemas de produção nos assentamentos

Os assentamentos rurais se constituem em espaços sociais dinâmicos, complexos, conflitivos, onde são criadas alternativas de organização e de produção. A produção agrícola – as dificuldades e as alternativas discutidas e experimentadas – é o principal eixo mobilizador dos assentados, tanto em suas relações internas quanto na luta política. Os sistemas de produção são um dos fatores que mais tensionam o ambiente social interno dos assentamentos.

Desde 1998, o MST está avaliando o projeto de produção coletiva, principalmente visando superar dificuldades e introduzir mudanças para atingir os seus objetivos. Através da produção coletiva, o Movimento procura criar alternativas para viabilizar economicamente a pequena produção dentro do modelo agrícola em vigor. Um outro objetivo essencial com o

sistema coletivo é sua função político-pedagógica, a transformação dos assentamentos em espaços sociais geradores de uma nova cultura política entre os assentados. Essa proposta coletiva de produção, no entanto, choca-se com o projeto de produção individual defendido pela maioria dos trabalhadores assentados.

Como se viu anteriormente, 87,5% das famílias assentadas vinculadas ao MST está adotando atualmente o sistema de produção individual, porém organizadas em associações. Para o futuro, 70,8% dos entrevistados tem perspectivas de desenvolver a sua produção agrícola através do sistema individual/associativo, e as associações estão sendo criadas fundamentalmente para viabilizar esse sistema.

A organização em associações de produção aponta para um aspecto relevante: desde que não desestruture a organização do trabalho alicerçado na família e na autonomia, a grande maioria dos trabalhadores rurais estão abertos a sistemas associativos e coletivos. Há muitas formas de cooperação possíveis, e em graus diferentes, que se situam entre o sistema individual e o coletivo. A prática e os anseios dos trabalhadores rompem com a visão polarizada que predomina no MST. Jorge Osvaldo Romano critica a polarização que muitas vezes domina certas análises:

“As categorias ‘individual’ e ‘coletivo’ têm-se constituído como se formassem parte de uma oposição fundante e necessária da forma de pensar os assentamentos, do debate sobre os assentamentos”. (Romano, 1994: 255).

Os dados da pesquisa mostram que há aspectos sociais associados, em parte, à definição das tendências de produção individual, associação, cooperação ou coletivas, entre as quais destacam-se a idade e a escolaridade, como consta no Quadro que segue:

Quadro 11: A relação entre a idade e o grau de escolaridade com o sistema de produção preferido pelos assentados (%)

Sistema de Produção	Faixa Etária		Grau de Escolaridade		
	Até 30 anos	Acima 45 anos	Até 1ª. Série	Até 5ª. Série	6ª. Série ou +
Individual	14,4%	44,4%	33,4%	42,1%	20%
Associação	42,8%	44,4%	50%	36,8%	20%
Semi/Coletivo	42,8%	11,2%	16,6%	21,1%	60%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

Os assentados com até 30 anos de idade têm uma tendência maior para as formas de cooperação, diferente dos trabalhadores acima de 45 anos, que tendem mais para o sistema individual/familiar. Entre os mais jovens, 42,8% está adotando ou prefere adotar o sistema coletivo ou semicoletivo, enquanto essa é a preferência de apenas 11,2% dos mais velhos, sendo que para a média dos assentados esse percentual é de 29,1% (Quadro 10). O sistema individual é apontado por apenas 14,4% dos mais novos, enquanto é mencionado por 44,4% dos assentados com idade acima de 45 anos. Os mais idosos, portanto, se destacam na preferência pela produção individual/familiar, ao sistema enraizado na tradição sociocultural dos camponeses, enquanto os jovens estão mais abertos à inovação, a formas coletivas de trabalho e de produção nos assentamentos.

Na análise dessas tendências sob o prisma do nível de escolaridade, ainda conforme o Quadro 11, também há diferenças significativas. Entre o contingente que abrange a faixa que vai dos indivíduos sem escolaridade até os que cursaram a 5ª. série, 21,1% prefere o sistema coletivo e semicoletivo. Essa preferência cai ainda mais quando se considera o grupo sem escolaridade ou que completou apenas a 1ª. série, chegando a apenas 16,6%. Por outro lado, para o grupo que cursou a 6ª. série ou mais, 60% prefere o coletivo e semicoletivo. Assim, quanto mais baixa a

escolaridade, maior é a preferência pelo sistema de trabalho ou produção individual e associação. Um conhecimento social maior, principalmente da realidade agrícola, interfere no rompimento de certas tradições camponesas e na busca de novas formas de organização produtiva por parte dos pequenos produtores rurais.

Na discussão e definição dos sistemas de produção, além das questões sócioeconômicas e políticas, é preciso levar em consideração a questão cultural e seu modo de vida, um conjunto de questões subjetivas. Entre as diferentes formas de organização do trabalho agrícola, não se trata de uma pura e simples escolha para os trabalhadores rurais. Segundo Romano,

“... não é um problema de livre escolha para os atores. Não há ‘livre escolha’ para os camponeses. Escolha para as classes subalternas é uma questão marcada pela perda da dominação, pelo peso da tradição, pela religião, pelas lealdades primordiais, pelo habitus, como também pela coação da conjuntura ou do entusiasmo dos momentos extraordinários”. (Romano, 1994: 255).

O assentamento Chico Mendes e o assentamento 14 de Agosto têm grupos organizados que desenvolvem a produção coletiva, constituídos por poucas famílias.¹⁷⁹ O principal critério que predominou para a formação desses grupos foi a afinidade por parentesco.

Além desses dois grupos, em todos os assentamentos estão sendo implantados projetos de irrigação coletivos. As áreas para irrigação são terras comuns reservadas para esse fim, e também há terras particulares cedidas por assentados envolvidos no projeto. Essas experiências inovadoras estão em fase bastante inicial. Entre as dificuldades para acelerar o processo de implantação desses projetos existe o problema da liberação de recursos financeiros pelos órgãos governamentais, além de certas resistências de assentados.

¹⁷⁹ No assentamento Chico Mendes são 9 famílias, e no assentamento 14 de Agosto são 11 famílias que adotaram o sistema coletivo de produção. Esses grupos têm como projeto a criação da cooperativa e pequenas agroindústrias. As terras são comuns, residem em agrovilas, o trabalho é exercido de forma coletiva, e a renda é repartida de acordo com as horas trabalhadas por cada indivíduo da família formalmente associada. A produção é destinada, basicamente, para o mercado.

Existem também outras experiências de cooperação produtivas sendo desenvolvidas nos assentamentos. Para ilustrar, uma é o planejamento da produção entre várias famílias, que consiste na produção dos mesmos produtos, o que facilita a comercialização, e que é chamado no MST de “linhas de produção”. Também há muitas formas de ajuda entre vizinhos, parentes e amigos, ou seja, entre as famílias com relações mais profundas no interior dos assentamentos.

O problema central nos assentamentos, porém, é a resistência da maioria dos assentados ao projeto de produção coletiva, inclusive gerando conflitos e dissidências. As diversas experiências de cooperação acima referidas não são suficientemente valorizadas e incentivadas. Por mais que o MST defenda as diversas formas de cooperação, nos assentamentos, predomina uma visão polarizada, onde a proposta coletivista se impõe e se contrapõe à forma individual. Para Horácio Martins de Carvalho, a opção político-ideológica das lideranças faz com que as diversas formas de cooperação sejam subestimadas na prática. Nos anos 90, “*da pluralidade de formas de cooperação caminhou-se para a singularidade da forma cooperativa*”. (Carvalho, 1999: 30, grifo do autor).

Na fase do acampamento, enquanto lutam pelo acesso à terra, os trabalhadores discutem as diferentes possibilidades de cooperação produtiva no futuro assentamento. Nessa fase, surgem muitas perspectivas de cooperação, quando, inclusive, são criados grupos que pretendem desenvolver algum trabalho de forma conjunta. Essa articulação, mesmo que inicial, é necessária para garantir que esses grupos sejam assentados na mesma área.

Após a conquista da terra e a posse do lote, muitas das expectativas de cooperação não se concretizam. As lideranças do MST enfatizam essa mudança, tais como Manoel Messias da Silva:

*“na época do acampamento, quando se discutia uma proposta, como deveria ser, discutia isso nos grupos, surgia bastante expectativa, de grupos de interesse de trabalho, certas formas de organização... Que depois, quando vem para o assentamento... é aquela coisa, começa o interesse individual, que fala mais alto do que o coletivo”.*¹⁸⁰

Há lideranças que sinalizam para a existência de um comportamento ambíguo de trabalhadores sem-terra, que teriam ocultado na fase do acampamento o seu real desejo de adotar o sistema individual/associação de produção. Demonstraram uma postura favorável às formas coletivas de produção e aos objetivos políticos do MST por causa do receio da repreensão, perseguição, expulsão do acampamento. Segundo José de Oliveira:

*“muitas das vezes a pessoa se sentiu obrigada a dizer que era coletivo lá dentro [acampamento], e quando chegou aqui [assentamento] perdeu aquela ligação e pegou como exemplo as outras propriedades, as pequenas propriedades agrícolas que tem aí, que é totalmente individual”.*¹⁸¹

Nesse sentido, é muito significativa a fala de uma liderança de um grupo de assentados dissidentes, que enfatiza as divergências de trabalhadores com as lideranças do MST desde o período do acampamento. No assentamento, elas vêm à tona com certa naturalidade, quando os assentados procuram resgatar sua tradição e valores camponeses e sua independência, inclusive em relação às propostas do MST. Quanto às divergências, segundo Luís Mello,

*“eles quer forçar muito o povo, fazer as coisas que não quer. Eles quer forçar e quando força muito, o povo... O povo, esse povo aqui, que tão aqui, já tá vindo forçado desde a Aliança. As vez o cara não quer fazer alguma coisa, eles quer forçar, fala que vai dar pena, que vai expulsar do acampamento. Então o povo entrou naquela mágoa de longe”.*¹⁸²

¹⁸⁰ Manoel Messias da Silva, *op. cit.*.

Sr^a. Cida afirma: “Depois, quando as pessoas pegaram um lote, cada pessoa já pensa diferente. Que esse é o problema! Quando as pessoas estão tudo junto, tudo bem. Mas quando um pega no seu lote, cada qual quer fazer o que ele quer (...) Começa o individualismo”. (Sr^a. Cida: liderança do MST, *op. cit.*). Segundo José de Oliveira: “dentro do acampamento é um grupo de barracos e que não tem divisas, e daí a pessoa sente muitas das vezes a obrigatoriedade de se comprometer, a se organizar pra conseguir alguma coisa. Visto que quando a pessoa vêm pra terra, é um *processo diferente*. Aqui cada um tem seu lote, cada um tem o seu direito de administrar, e daí a pessoa *perde* aquela consciência de que é na questão coletiva que se consegue alguma coisa, e parte mais pra questão individual”. (José de Oliveira, *op. cit.*).

¹⁸¹ José de Oliveira, *op. cit.*

¹⁸² Luís Gomes Mello, *op. cit.*

Essa idéia de as lideranças quererem “forçar muito o povo” se aplica à proposta da produção coletiva nos assentamentos. Além de se chocar com uma série de valores inerentes à organização familiar da produção, há o aspecto da forma abrupta, “de cima para baixo”, com que se procura implantar essa proposta. Carvalho, em documento do MST, enfatiza o caráter impositivo que esse projeto assume nos assentamentos. Os projetos de coletivização

“... não foram desenvolvidos e consolidados a partir das vivências anteriores das pessoas, das suas histórias de vida e de trabalho, das suas formas anteriores de organização e de cooperação, de suas identidades sociais. Houve uma ruptura política, a partir de fatores ideológicos externos, que determinou de fora para dentro (a idéia de alguns para a realidade de muitos) o ensaio das novas relações sociais e a tentativa de identidade e coesão sociais”. (Carvalho, 1999: 29, grifos meus).

Uma outra proposta das lideranças do MST que gera muita discussão e conflitos nos assentamentos é a criação de agrovilas ou núcleos de moradia. Dos sete assentamentos, em quatro existem grupos que moram no sistema de agrovilas ou núcleos de moradia, organizados de diversas formas. Esse sistema de moradia é algo inovador, favorece o aprofundamento das relações sociais entre os assentados, bem como sua organização em geral.

A proposta de moradia do MST também já foi discutida na fase do acampamento. A decisão tinha que estar tomada até às vésperas do assentamento, pois a divisão dos lotes dependia do sistema de moradia a ser adotado.¹⁸³ Além dos procedimentos de convencimento, houve tentativas impositivas para implantar o modelo de moradia do Movimento, proporcionando a reação dos trabalhadores contrários ao projeto, criando situações de tensão, inclusive de rompimento com o MST.

¹⁸³ Para os grupos que optam pelo sistema de agrovilas ou núcleos de moradia, é necessário definir uma área no assentamento, onde possam construir as casas próximas umas das outras, e, portanto, fora do lote de terra particular ou coletivo destinado para a lavoura; ou, então, dividir os lotes de uma forma tal que haja uma convergência dos mesmos para o centro da área e onde as casas possam ser construídas na ponta do lote particular, ficando também próximas umas das outras. Por causa do seu formato, esse sistema é chamado no MST de Projeto Sol.

As agrovilas são um sistema de moradia que se choca com a tradição dos trabalhadores rurais. Para os trabalhadores resistentes, além de ser visto como adequado apenas para o meio urbano, esse sistema interfere na liberdade e na autonomia no campo, cujas relações estão centralizadas na família, e não na vizinhança ou na comunidade. Muitos alegam que morar próximos impede a criação de pequenos animais, pois não poderão ficar soltos no pátio. Uma liderança de um grupo dissidente reproduz uma discussão entre lideranças e trabalhadores contrários ao projeto de moradia do MST, oportunidade em que um trabalhador teria levantado a seguinte objeção, e que pode ser considerada como um argumento central:

“Mas aí, como que fica minha liberdade? Eu vou morar 150 m ou 100 m ou 50 m de uma pessoa, como que fica a minha liberdade? Eu saí da cidade porque eu quero viver diferente aqui no campo! (...) Mas o que nós não queremos é ficar, assim, todo mundo junto, não. Nós queremos viver livre! Vocês não têm outro projeto de liberdade aí pro povo não?”¹⁸⁴

Conforme os dados apresentados até aqui, pode-se afirmar que a liberdade, a autonomia e a auto-suficiência no trabalho, as relações centralizadas na família são valores fundamentais que caracterizam as unidades produtivas do campo. A autonomia produtiva é exercida no âmbito familiar. Essa organização familiar do trabalho/produção está alicerçada, inclusive, em uma rígida divisão sexual e por faixa etária, em que cada membro tem sua função definida. O comando do trabalho está centralizado no pai, constituindo-se no responsável pelo provimento da reprodução do grupo, transformando-o em “chefe de família”, em autoridade máxima. Essa organização hierárquica do trabalho no grupo familiar se choca com a estrutura organizativa do trabalho comunitário ou coletivo. No trabalho coletivo, “a quem o ‘chefe de família’ transfere sua autoridade e seu poder de decisão?”. (Esterci, 1984: 38).

¹⁸⁴ Liderança dissidente que não quer se identificar. Entrevista concedida em 28/08/1999.

Romano defende a existência de duas concepções no interior do MST, no caso, e que estariam em conflito: a concepção hierárquica e a concepção igualitária. Além da organização do trabalho, as mais diversas práticas e relações sociais, a visão de sociedade e de mundo para a maioria dos trabalhadores do campo estariam fundamentados em princípios hierárquicos. O projeto de produção coletivo do MST, por sua vez, estaria alicerçado em uma concepção igualitária. Portanto, valores, concepções e relações igualitárias, incorporadas na proposta coletiva ou cooperativa de produção, também se chocam com a tradição, valores, princípios e a concepção social camponesa. Segundo o autor,

“A organização através de formas associativas, e muito mais de formas coletivizadoras, proposta por mediadores como o Movimento Sem-Terra, fundamenta-se numa concepção de igualitarismo, estranha às populações camponesas dos assentamentos. A organização social, o mundo, a cosmovisão da maioria dos grupos camponeses estão baseados na hierarquia, no reconhecimento de papéis diversos dos atores e na sua valorização diferencial, com deveres, direitos e retribuições diferentes estabelecidos a partir de princípios não necessariamente econômicos”. (Romano, 1994: 257, grifos do autor).

A proposta de produção coletiva do MST para os assentamentos, portanto, se choca com a organização familiar do trabalho e da produção agrícola enraizada na experiência e na cultura dos trabalhadores rurais.¹⁸⁵ Há um “choque de valores, expectativas e projetos” (Romano, 1994). Dentro da cultura e da lógica sob as quais são concebidas e desenvolvidas as relações sociais no interior das unidades rurais, é fundamental valorizar e partir das diversas formas de cooperação apoiadas pelos assentados. Zimmermann chama atenção para a necessidade do respeito à cultura dos trabalhadores rurais no processo de inovação na organização e na produção nos assentamentos. As propostas inovadoras requerem tempo e espaço para a diversidade. Segundo ela,

¹⁸⁵ “Nós vamos participar de uma cooperativa? (...) Nós vamos passar a vida inteira sendo administradas pelo MST? (...) Viver controlado o resto da vida, plantando, trabalhando do jeito que o MST quer? E como que ficam os **ossos** sonhos?”. (Liderança que não quer se identificar. Entrevista concedida em 28/08/1999).

“As contradições internas surgidas no processo de coletivização e homogeneização de segmentos de trabalhadores com aspirações camponesas explicitam e reforçam a necessidade de respeito ao ritmo do aprendizado diário, o que não se consegue apenas com o trabalho político-ideológico (...)

A adoção de formas mais complexas (...) terá de se dar em meio à prática democrática do autofazer-se na diversidade de formas associativas que as especificidades das famílias determinam”. (Zimmermann, 1994: 221-223, grifos meus).

No espaço social dinâmico dos assentamentos, as propostas do MST suscitam muitos conflitos. Assim, no início da fase de assentamento, houve um significativo rompimento de famílias com o MST. No levantamento feito em dezembro de 1999, das 443 famílias assentadas nos 7 assentamentos, 228 estavam rompidas com o MST, como já foi visto. Com o lote de terra garantido e com expectativas otimistas para desenvolver a agricultura familiar, os assentados tomaram uma postura de maior autonomia, independência, liberdade em relação ao MST. Muitas famílias romperam por causa de divergências, cujos motivos principais relevados são os seguintes: conflitos com o sistema de corte dos lotes, formação das agrovilas, formação dos grupos de cooperação agrícola, oposição à cobrança de taxa ou “pedágio” de 2% sobre os recursos financeiros obtidos junto ao Estado e sobre a produção agrícola, resistência à participação nas mobilizações e protestos sociais, práticas autoritárias.¹⁸⁶ Fundamentalmente são divergências relacionadas aos objetivos sociais e político-ideológicos do MST, entre elas a proposta coletiva de produção.

A grande maioria dos trabalhadores rurais assentados se opõe aos sistemas de produção e aos núcleos de moradia que desestruturam a autonomia familiar de vida e de trabalho/produção.

¹⁸⁶Uma liderança dissidente aponta um dos motivos do rompimento: “Foi cortado recurso[financeiro do PROCERA] aqui na época de uns 15 a 16 companheiros (...) [Cortado] por causa que os companheiros não pagou aquela renda de plantio, o que colhesse aqui dentro [taxa ou ‘pedágio’] (...) E eles cobraram, eles forçaram os companheiros a pagar aquilo lá. Por causa disso que eles saíram do Movimento”. (Manezinho: líder de grupo dissidente do assentamento Geraldo Pereira de Andrade. Entrevista concedida em 11/12/1999).

Uma outra liderança dissidente também aponta essa como uma das causas do rompimento: “foi, porque teve aquela situação da porcentagem. Aí que veio, né... Muitos pensavam: pô, mas nós batalhamo, batalhamo, batalhamo, e hoje tudo que nós temos aqui temos que dar metade! Se você compra um gado, a metade é sua e metade é do Movimento, do MST, no caso”. (Sr. Jurandir, assentado e presidente da Associação de Agricultores dissidente do Assentamento Rose Beltram. Entrevista concedida em 04/12/1999).

São certos princípios e valores arraigados e constitutivos da identidade camponesa que estão sendo preservados e defendidos através dessa resistência a certas propostas do MST.

4.3. A dimensão social e política da luta pela terra, segundo os assentados

Nesta parte analisa-se como os assentados rurais se posicionam em relação às questões sociais e políticas que norteiam as lutas do MST. Para tanto, serão abordadas as expectativas dos assentados quanto ao MST, os valores que destacam em relação à democracia, a visão e o interesse que manifestam pela política e o seu perfil político-ideológico. Essas questões apontam para a distância entre a base e as lideranças do MST no que concerne aos objetivos e às perspectivas políticas e ideológicas.

4.3.1. As expectativas quanto ao MST

Os trabalhadores rurais do MST, na fase do acampamento e do assentamento, desenvolvem a prática política, a cidadania de forma organizada e ativa, visando ao direito à terra e a condições de vida digna nos assentamentos, sua afirmação no campo. Os objetivos das lideranças do MST, porém, não se limitam aos objetivos de acesso à terra e ao desenvolvimento da produção agrícola. Neste tópico, abordam-se os objetivos da base dos assentados em suas lutas, suas expectativas em relação ao MST, o conhecimento que possuem sobre o próprio

Movimento. Essas questões mostram o grau de defasagem quanto aos objetivos entre essa base e as lideranças do MST.

Inicialmente, é importante apontar a grande diferença organizativa existente entre o período de acampamento e o posterior assentamento. São duas situações sociais muito distintas e que se manifestam claramente na organização e na luta dos trabalhadores rurais do MST. Na fase do acampamento, o espaço social é marcado pelo caráter coletivo e ativo, tanto na forma da organização quanto na luta pela terra. O espaço público coletivizado é de solidariedade, de resistência, de esperança, onde a conquista do lote de terra se constitui na meta comum. As discussões e decisões tomadas no acampamento possuem um caráter bastante descentralizado, participativo, ativo. A heterogeneidade de experiências e de expectativas em relação ao MST é suplantada pelo objetivo comum. Segundo Ferrante,

“No primeiro momento, a condição de demandante da terra estrutura um espaço de iguais. Trajetórias distintas não são determinantes no momento da formação do grupo e da decisão de lutar pelo acesso à terra”. (Ferrante, 1994: 135, grifo meu).

Nesse período de luta anterior ao assentamento, que durou 14 meses, a desistência de 59,7% das famílias acampadas revela a magnitude das dificuldades encontradas. As explicações dadas pelos assentados sobre as causas da desistência são as mais diversas. No seu entendimento, os motivos principais seriam, em ordem de prioridade:¹⁸⁷

- falta de coragem para lutar, falta de esperança;
- falta de paciência (imediatismo);
- falta de disposição para o trabalho;
- querer a terra para vendê-la;
- medo da violência;
- sofrimento vivido no acampamento;
- dificuldade para sustentar a parte da família não acampada.

¹⁸⁷ A pergunta apresentada é a seguinte: “Na sua opinião, por que muitos companheiros de vocês que participaram da ocupação desistiram da luta?”

Na opinião dos assentados, grande parte das causas da desistência são problemas decorrentes do processo da luta em si, marcado por incertezas, relações conflitivas e dificuldades e privações extremas. Uma certa demora para o assentamento definitivo é vista pelas lideranças como necessária, uma vez que é preciso preparar os trabalhadores para essa nova realidade, e que requer algum tempo. A própria desistência de uma parte dos acampados é vista com naturalidade, entendida como processo de “seleção natural”, permanecendo os trabalhadores mais afinados com o MST.¹⁸⁸

No assentamento, a realidade é muito diferente. Na passagem do acampamento para o assentamento não há uma continuidade, e, sim, uma ruptura no processo de organização e de luta dos trabalhadores. A participação na organização, a própria organização interna, as motivações e disponibilidade de tempo para a participação das lutas sociais, os objetivos etc. ganham uma nova configuração nos assentamentos, nessa nova realidade social.

Abramovay chama a atenção para o “desencantamento político” que ocorre na fase do assentamento, quando se passa do predomínio das lutas políticas para a produção econômica. Nessa passagem para o assentamento

“... há uma utopia que desaba: é a utopia de que o mundo da produção material, o mundo das relações econômicas que se implanta com o assentamento é uma espécie de continuidade, de reprodução do mundo encantado da luta que se estabelecia no momento da ocupação da terra”. (Abramovay, 1994: 316).

Garantido o lote de terra, embora sendo lotes exíguos, quais são os objetivos que norteiam as ações em geral e as lutas políticas dos assentados? Qual o grau de adesão dos assentados aos objetivos sociais e políticos do MST? Qual o conhecimento que os assentados têm sobre os

¹⁸⁸ Segundo Manoel Messias da Silva – liderança do MST: “até é bom que aconteça uma certa *seleção natural das pessoas* (...) Então tem todo um processo bastante dificultoso no período de acampamento, que faz uma certa seleção de quem são as pessoas que de fato se afinam tanto na proposta do Movimento, como no próprio processo de resistência”. (Manoel Messias da Silva, *op. cit.*).

objetivos prioritários deste Movimento? A pesquisa revela dados muito interessantes que iluminam essas e outras questões.

Uma questão importante é com relação aos motivos que levaram esses trabalhadores a participarem da ocupação da Fazenda Aliança e a ingressarem no MST. As respostas múltiplas dadas são as seguintes:

Quadro 12: Motivos da Participação da Ocupação e o Ingresso no MST

Motivos do Ingresso no MST	Citações (%)
Conquistar um pedaço de terra	58,3%
Dificuldades encontradas na cidade	41,7%
Confiança no MST	33,3%
Campo: melhor para viver, melhores perspectivas	29,3%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

O Quadro 12 mostra que a conquista de um pedaço de terra foi o motivo principal para a adesão à luta, sendo que a terra sempre é relacionada ao trabalho, um meio para sustentar a família, representando a sua conquista um grande e antigo sonho. O outro motivo são as dificuldades encontradas na cidade: desemprego, subemprego, trabalhar subordinado ao patrão, sem poder aquisitivo etc. A confiança depositada no MST também é um elemento importante, principalmente para o contexto regional, porque havia e há outros movimentos sociais de luta pela terra. O MST é apontado como um dos motivos, porque representava a esperança concreta de conquistar um pedaço de terra e melhorar as condições de vida.

Para estabelecer uma comparação com a questão acima, é importante saber os motivos pelos quais os assentados continuam vinculados ao MST, uma vez que já conquistaram a terra. A questão ganha relevância quando se leva em consideração o expressivo rompimento de

assentados com o MST.¹⁸⁹ O Quadro abaixo mostra os principais motivos de permanência no MST, dentro do sistema de respostas múltiplas.

Quadro 13: Principais motivos da permanência no MST

Motivos da Permanência no MST	Citações (%)
Conquista da terra através do MST (gratidão)	45,8%
Obtenção de ajuda através do MST (recursos)	41,7%
Confiança no MST	25%
Organização do MST	20,8%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

Os dois motivos mais destacados, conforme o Quadro acima, são a terra conquistada e as maiores possibilidades de acesso a recursos financeiros (créditos, financiamentos) necessários para desenvolver a produção agrícola. Esses dados revelam que, por um lado, os assentados sentem-se agradecidos pelo que já conquistaram através da luta no e através do Movimento, principalmente a terra; por outro lado, através da luta organizada no MST esperam continuar sendo beneficiados, principalmente com o acesso aos recursos financeiros. Em um segundo plano, aparece a confiança no MST e em suas lideranças, bem como na estrutura de organização do Movimento. Esses dados mostram que os objetivos dos assentados giram em torno de interesses imediatos, específicos, de curto prazo, de natureza individual, ou seja, em torno da terra e da produção. A valorização do MST, inclusive, se dá, basicamente, sob essa dimensão social, o que ficará demonstrado com a apresentação de outros dados.

Uma outra questão está diretamente relacionada aos principais objetivos que movem esses trabalhadores a lutar no MST. Perguntados sobre as principais lutas em que os assentados devem participar, destacaram como segue:

¹⁸⁹ Vale lembrar que apenas os assentados vinculados ao MST são o objeto de estudo e foram entrevistados.

Quadro 14: Principais lutas em que os assentados devem participar

Principais Lutas	%
Melhorar os Assentamentos: lutar por recursos financeiros, infraestrutura, participar reuniões	54,2%
Lutar pela terra: ocupar, desapropriar, assentar	20,9%
Reforma agrária	8,3%
Transformação social: sem pobreza, vida digna	8,3%
Não sabem	8,3%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

Como o Quadro 14 mostra, para a maioria dos assentados a prioridade de luta se situa numa dimensão social restrita, no âmbito dos interesses mais imediatos e específicos, limitando-se ao espaço social que abrange as necessidades dos assentamentos, principalmente as demandas que se referem à produção e à infra-estrutura. Em segundo plano, aparece a luta social com uma dimensão mais ampla, que é a luta pela terra para o assentamento das famílias sem-terra. A luta pela reforma agrária e pela transformação da sociedade são apontadas apenas por 16,6% dos entrevistados.¹⁹⁰ Esses dados revelam que as mobilizações, protestos e ocupações realizadas pelo MST contam com uma receptividade maior junto aos assentados, quando se trata de reivindicações sociais, centralizadas nas necessidades específicas dos assentamentos.

Os Quadros 13 e 14 mostram que as lutas prioritárias dos assentados se restringem ao universo do assentamento; em segundo lugar, aparece a dimensão social mais ampla, principalmente a luta pela terra. Se depender dos assentados, essa também se constitui na

¹⁹⁰ A luta pela terra e a luta pela reforma agrária são vistas de forma distintas. A luta pela terra está centralizada em torno do assentamento dos trabalhadores rurais sem-terra: ocupação de áreas privadas improdutivas ou devolutas, exigindo a sua desapropriação para o assentamento desses demandantes por terra. A reforma agrária tem uma dimensão estrutural e social mais ampla, pois além da política de assentamento, trata-se de uma ampla e profunda distribuição das terras concentradas, visando ao cumprimento da sua função social, uma política agrícola para a agricultura familiar e sua integração no projeto de desenvolvimento sócioeconômico em geral, etc.

principal dimensão política da luta. A organização e a luta política pela reforma agrária e pela transformação da sociedade, que se constituem nos objetivos fundamentais do MST, *aparecem de forma marginal entre os assentados. Nas lutas sociais e políticas do MST, os assentados não privilegiam o projeto de transformação estrutural da sociedade, as lutas de longo prazo, e sim predominam “os interesses em ganho material de curto prazo”*.¹⁹¹ Uma vez que o MST tem como objetivo central a utopia revolucionária socialista, as questões políticas e ideológicas são colocadas como prioridades pelas lideranças, o que requer que a base dos assentados amplie suas perspectivas de luta. Uma das preocupações de Lênin, há, exatamente, um século, continua sendo uma questão central para as lideranças do MST, ou seja, a priorização das lutas políticas pelo movimento revolucionário, em detrimento das lutas econômicas ou sindicais (os “desvios economicistas”):

“... não somos crianças que podem ser alimentadas apenas com a ‘sopinha’ da política ‘econômica’; queremos saber tudo o que os outros sabem, queremos conhecer em detalhe todos os aspectos da vida política e participar ativamente de cada acontecimento político”. (Lênin, 1979: 55, grifos do autor).

Uma outra questão fundamental é observar qual o conhecimento que os assentados têm acerca do MST, sobre seus objetivos sociais e políticos. Isso permite ampliar e aprofundar a percepção do grau de defasagem entre os objetivos do Movimento como organização e os de sua base assentada, e dão uma noção mais exata dessas diferenças no interior do MST.

No intuito de descobrir o que os assentados esperam das lideranças ou o que essas deveriam priorizar em suas lutas, perguntou-se sobre quais *devem ser* as principais funções das lideranças do MST. As respostas dos assentados constam no Quadro que segue.

¹⁹¹ COHEN, Joshua & ROGERS, Joel, *apud* Pedrinho A. Guareschi, *op. cit.*, p. 154.

Quadro 15: Principais funções que as lideranças do MST deveriam exercer

Devem ser as Funções das Lideranças	%
Melhorar os assentamentos	50%
Não sabem	29,1%
Lutar pela terra : ocupar, assentar	12,5%
Lutar pela reforma agrária	4,2%
Organizar o MST	4,2%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

Esses dados revelam o desejo de 50% dos assentados de que as lideranças priorizassem em suas lutas o espaço social constituído pelos assentamentos. Esse grupo gostaria que fossem priorizados pelo Movimento os seus interesses mais imediatos e específicos, as necessidades de nível individual. Um grupo significativo também não soube responder essa questão. Apenas 12,5% dos assentados defende que as lideranças deveriam priorizar a luta pela terra. A luta pela reforma agrária aparece de forma inexpressiva, e a transformação social não é mencionada. Os dados desse Quadro 15 se aproximam do Quadro 14, ou seja, as lideranças deveriam priorizar as lutas em torno de questões nas quais os assentados deveriam participar. A maioria dos assentados gostaria que as lideranças estivessem a serviço dos seus interesses específicos, individuais. A opinião de uma mulher assentada sintetiza bem o anseio predominante nos assentamentos, ao referir-se às lideranças: “estão se preocupando em crescer, em criar novos assentamentos. Deveriam se preocupar mais com os assentamentos que já existem”.

Em uma outra questão, que se contrapõe a essa, foi pedido aos assentados para apontar o principal objetivo das lideranças do MST. As respostas constam no Quadro abaixo.

Quadro 16: Principal objetivo das lideranças do MST, segundo os Assentados

Principal Objetivo das Lideranças, segundo os Assentados	%
Lutar pela terra: ocupar, desapropriar, assentar	41,6%
Transformação da sociedade (vida digna para todos, sem pobreza)	20,8%
Melhorar os assentamentos	16,7%
Lutar pela reforma agrária	12,5%
Não sabem	8,4%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

Esta questão acima revela aspectos muito significativos, extremamente relevantes para os objetivos a que esse trabalho se propõe. Os assentados rurais, quanto aos objetivos, revelam o seu *distanciamento das lideranças do MST*. Há uma diferença enorme entre os objetivos desses trabalhadores e o que gostariam que fosse priorizado pelas lideranças, e os objetivos apontados como realmente sendo das lideranças do Movimento. Os assentados revelam que *têm conhecimento de que o principal objetivo das lideranças é muito diferente dos seus próprios objetivos*, não se limitando ao universo social do assentamento, e, sim, tendo uma amplitude social e política muito maior.

A maioria dos assentados, conforme o Quadro 16, aponta a luta pela terra (desapropriar e assentar os trabalhadores sem-terra) e a transformação da sociedade como sendo os principais objetivos das lideranças. Incluindo nesses dois objetivos a reforma agrária, 75% dos assentados menciona esses três como sendo os objetivos essenciais das lideranças. A luta pela melhoria dos assentamentos, que é a prioridade das lutas sociais dos assentados, é atribuída como sendo também das lideranças do MST por apenas 16,7%.

Para ampliar e completar mais esse tema, a pergunta relacionada aos principais objetivos do MST enquanto organização praticamente corrobora o que foi exposto acima. As respostas dos assentados estão no Quadro que segue.

Quadro 17: Principais objetivos do MST, segundo os assentados

Objetivos do MST	%
Lutar pela terra : ocupar, desapropriar fazendas, assentar . . .	41,6%
Lutar pela reforma agrária	29,2%
Transformação da sociedade: vida digna para todos, sem pobreza...	16,7%
Não sabem	12,5%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

Comparando o Quadro acima com o Quadro 16, mesmo havendo semelhanças nos objetivos, percebem-se algumas diferenças interessantes. O objetivo de luta pela terra recebeu o mesmo destaque, ou seja, 41,6% dos assentados aponta que esse é o principal objetivo tanto das lideranças como do MST. Uma das mudanças refere-se à reforma agrária, que somente aparece com certo destaque entre os assentados, quando apontam os objetivos do MST, citada por 29,2%. Os objetivos do MST seriam, basicamente, a luta pela terra e pela reforma agrária, apontados por 70,8% dos assentados. A reforma agrária está sendo mais vinculada aos objetivos do MST, enquanto a transformação da sociedade mais aos objetivos das lideranças.

Uma segunda mudança expressiva que aparece nos dados é que a luta pela melhoria das condições nos assentamentos, apontado pelos assentados como sendo seu principal objetivo, simplesmente não é mencionado como sendo um dos objetivos fundamentais do MST. Os assentados sabem, reconhecem e expressam de forma unânime que *o seu principal objetivo de luta não está entre os principais do MST*. A base dos assentados tem conhecimento, pelo menos

implicitamente, *da diferença de interesses e de objetivos entre ela e o MST enquanto organização.*

No Quadro acima, os trabalhadores assentados manifestam com clareza o grau de conhecimento que têm sobre o MST quanto aos seus objetivos sociais e políticos. Eles destacam as três grandes questões sociais presentes nas lutas do Movimento. No entanto, a ordem de prioridade aparece invertida, ou seja, enquanto o principal objetivo político-ideológico do MST é a transformação da sociedade – a utopia socialista –, entre os assentados, o principal objetivo do Movimento é a luta pela terra. Com essa visão, manifestam um conhecimento limitado acerca do caráter político-ideológico revolucionário do MST. São 45,9% dos assentados que apontam a reforma agrária e a transformação estrutural da sociedade como sendo os principais objetivos sociais e políticos do MST, com maior destaque para o primeiro, enquanto 54,1% apresenta uma visão limitada, restringindo os objetivos à luta pela terra (ocupação, desapropriação e assentamento) ou manifestam desconhecimento.

No discurso e na prática cotidiana do MST, no entanto, os objetivos aparecem na ordem apresentada pelos assentados, ou seja, os interesses de curto prazo ganham grande evidência, e não o projeto socialista. Na prática, a organização e a luta se concentram, basicamente, em torno da ocupação e da desapropriação de fazendas e em torno das necessidades dos assentamentos. Essas lutas adquirem grande visibilidade, nas quais a base dos assentados está diretamente envolvida. A dificuldade desses trabalhadores está em associar as necessidades e os interesses imediatos à luta político-ideológica por um projeto alternativo de sociedade, a luta de longo prazo pretendida pelo MST.

É importante atentar para algumas variáveis sociais associadas à diversidade no interior dos assentamentos, que reforçam a idéia da heterogeneidade entre os assentados, principalmente em relação às expectativas e o nível de conhecimento dos objetivos sociais e políticos do MST.

Em relação aos objetivos que as lideranças deveriam priorizar em suas lutas, na visão dos assentados, há uma diferença significativa quando analisados sob o aspecto da faixa etária, como mostra o Quadro abaixo.

Quadro 18: Objetivos a serem priorizados pelas lideranças do MST, segundo os assentados por faixa etária (%)

Faixa Etária	Objetivos que deveriam ser Prioritários das Lideranças		
	Assentamentos	Luta pela Terra	Não sabem
Até 30 anos	71,4%	14,3%	14,3%
Acima de 45 anos	33,3%	33,3%	33,4%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

O contingente de assentados de até 30 anos de idade apresenta como objetivo de suas lutas no Movimento a dimensão social imediata e específica significativamente acima da média dos assentados. 71,4% desse grupo gostaria que as lideranças priorizassem as demandas dos assentamentos, sendo que na média dos assentados esse objetivo fica bastante abaixo, ou seja, 50% (Quadro 15). Por sua vez, o grupo de assentados acima de 45 anos enfatiza mais os objetivos de caráter social mais amplo, menos restritos aos interesses imediatos e específicos. Apenas 33,3% desse grupo gostaria que o objetivo das lideranças fosse a melhoria dos assentamentos. Também 33,3% desse grupo gostaria que fosse a luta pela terra, essa mencionada por apenas 12,5% dos assentados em geral. Portanto, comparando com os mais velhos, os mais novos têm um interesse maior em restringir as lutas das lideranças do MST aos seus próprios interesses, limitando-as ao nível das necessidades dos assentamentos.

Ainda sobre a faixa etária, o grupo até a idade de 30 anos se situa na média dos assentados quanto ao conhecimento dos objetivos do MST. O grupo acima dos 45 anos, por sua vez,

manifesta um conhecimento maior acerca do Movimento. Enquanto apenas 29,1% dos assentados destaca a reforma agrária como objetivo principal do MST, ela é realçada por 66,6% do grupo acima de 45 anos de idade. Portanto, esse grupo atribui ao MST uma dimensão social mais ampla, menos restrita aos seus interesses particulares, bem como manifesta um conhecimento maior sobre o MST do que o contingente mais novo. Porém, como ainda se verá, sob o aspecto político-ideológico o grupo de até 30 anos é acentuadamente progressista, o que não ocorre com os mais velhos.

Analisando sob o critério do nível de escolaridade, o grupo que cursou a 6ª. série ou mais apresenta diferenciações relevantes em relação à média dos assentados. 80% do grupo mais escolarizado quer que as lideranças priorizem os objetivos sociais circunscritos ao âmbito dos assentamentos, contra 50% dos assentados em geral. Vinculado a isso, 60% destaca que esse também é o principal objetivo das lideranças do MST, contra 16,7% dos assentados em geral. Por outro lado, esse mesmo grupo se destaca pelo fato de 60% apontar a reforma agrária como objetivo principal do MST, contra 29,1% dos trabalhadores em geral. Ou seja, o grupo que cursou a 6ª. Série em frente vincula as lideranças mais aos seus próprios objetivos, e o MST à reforma agrária. Portanto, os mais escolarizados se destacam pela priorização dos seus objetivos particulares. Ao mesmo tempo, também se destacam pelo elevado nível de compreensão que possuem do MST, sabendo que os objetivos sociais e políticos desse tem uma abrangência muito maior do que os objetivos pessoais.

Uma outra importante variável é o grupo que está adotando ou prefere adotar o sistema de produção semicoletivo ou coletivo, analisar como se posiciona quanto aos objetivos das lideranças e do MST. 100% do grupo destaca que a prioridade das lideranças deveriam ser os assentamentos. Porém, perguntados sobre o principal objetivo das lideranças, apenas 14,2%

aponta os assentamentos. Já diante dos principais objetivos do MST, a reforma agrária recebeu o destaque (42,8%), ficando a luta pela terra e a transformação social com 28,6% cada. O grupo coletivista revela uma forte tendência a priorizar em suas lutas sociais os objetivos que se restringem ao âmbito dos assentamentos, assim como o contingente mais escolarizado, bem como se destaca quanto ao conhecimento de que esses não são os objetivos prioritários das lideranças e do MST.

As mulheres não revelaram nenhum aspecto significativamente diferenciado em relação aos objetivos e a compreensão do MST. Elas se aproximam da posição média dos trabalhadores assentados.

Essa diferença de objetivos sociais e políticos entre os assentados e esses com as lideranças têm implicações organizativas e políticas no MST e geram conflitos no interior dos assentamentos. A expressiva dissidência ocorrida na fase inicial do assentamento está diretamente relacionada às divergências de assentados com os objetivos e propostas do MST. Atualmente, há um movimento de reaproximação da maioria dos grupos dissidentes com o MST.¹⁹² Esse retorno se deve, basicamente, ao poder político do MST em conquistar crédito agrícola e outros recursos financeiros junto aos órgãos públicos, e não às afinidades político-ideológicas.¹⁹³ A dissidência, a diversidade de objetivos e de expectativas em relação ao MST está dificultando a própria concretização da proposta organizativa nos assentamentos: organização dos núcleos de base, os setores e as coordenações.

¹⁹² Para ilustrar, uma liderança dissidente fala da reaproximação: “nós estamos nos unindo com o MST hoje, nós estamos junto com eles. Porque eles mudaram a ideologia deles, eles estão mudando, pouco a pouco eles estão mudando”. (Sr. Jurandir, *op. cit.*).

¹⁹³ Um entrevistado observa muito bem este aspecto ao afirmar: “mesmo não aceitando a parte comum [luta pelo comunismo], eles querem entrar [retornar] no MST mesmo assim, pra ter os recursos. Entendeu? Não é porque eles são a favor do nosso, não. Eles querem recurso!”. (“Pedrão” – assentado no Assentamento Geraldo Pereira de Andrade. Entrevista concedida em 11/12/1999).

Valdir Corrêa: “nós espera que, não todos, mas que uma boa parte desse pessoal que saíram do Movimento Sem Terra, que eles retornem novamente à organização, porque não tem outra saída para eles”. (Valdir Corrêa, *op. cit.*).

A implicação política maior é a dificuldade de envolvimento dos assentados em lutas sociais e políticas que transcendem os seus objetivos imediatos, específicos. Aliás, o fato de estarem assentados já reduz a sua capacidade de mobilização, de participação em manifestações sociais em geral, mesmo que estejam em jogo reivindicações específicas de seu interesse. A conquista do pedaço de terra já é motivo para o recuo na luta política por parte de muitos assentados. Com o acesso à terra garantido, muitos trabalhadores tendem a priorizar o trabalho na terra e de reorganizar a vida familiar nesse novo espaço, construir o seu projeto de vida, mesmo em meio a dificuldades extremas. Essas questões passam a nortear as ações dos trabalhadores, ficando em segundo plano os objetivos do Movimento. Uma liderança dissidente expressa muito bem a centralidade que o trabalho ocupa nos assentamentos, dificultando a participação ativa nas mobilizações e protestos sociais em geral organizados pelo MST:

“depois que a gente é assentado, você tem que trabalhar. E se a gente ficasse aliado a eles, você não tem como trabalhar mais, porque em todas as mobilizações você tem que ir. Todas as caminhadas, todas as ocupações eles quer que você tá lá junto. Então, não tem como, você não trabalha na terra!”.¹⁹⁴

José de Souza Martins (2000) faz severas críticas ao MST e à CPT, principalmente por causa do seu caráter ideológico radical e partidário, o que criaria um distanciamento ou um desencontro entre essas organizações e os anseios dos trabalhadores do campo. Grupos de mediação da classe média estaria impondo a luta pela reforma agrária aos camponeses, sendo que esses querem lutar pelo acesso à terra e ao modo de vida proporcionado pela agricultura familiar.

Segundo Martins,

“Até hoje, a classe média militante, os setores radicais dessa classe, procura de distintos modos enquadrar os problemas do campo e dos trabalhadores rurais na questão agrária e propor-lhe como solução uma reforma agrária que depende de extensos prólogos para que se defina o que afinal é a reforma agrária. Deslocamento próprio de uma reivindicação mediada por interesses e concepções de uma categoria social diferente da

¹⁹⁴ Valdomiro França: liderança do assentamento dissidente Santa Luzia (Fazenda Pioneira). Entrevista concedida em 04/09/1999.

categoria ou das categorias em nome das quais a reivindicação ou a pressão é feita”. (Martins, 2000: 75-76, grifos meus).

Os dados obtidos com a pesquisa, apresentados acima, vão ao encontro das preocupações e críticas feitas por Martins, ou seja, o desencontro entre os objetivos dos assentados e os objetivos das lideranças do MST, no caso.¹⁹⁵

Neste item, viu-se que os objetivos de luta predominantes entre a maioria dos assentados apresentam uma dimensão social restrita, limitando-se aos interesses imediatos, específicos, visando à sua reprodução social no campo. Esses interesses centralizados na produção são chamados pelas lideranças do MST de “desvios economicistas”, pois não contemplam prioritariamente os objetivos políticos e ideológicos do Movimento. Contudo, esses mesmos assentados têm conhecimento de que o MST prioriza objetivos sociais e políticos muito mais amplos do que as demandas dos assentamentos. Mesmo assim, o conhecimento sobre o MST também é limitado, pois apenas em torno da metade tem consciência e conhecimento que os objetivos principais do MST são a reforma agrária e a transformação da sociedade.

4.3.2. O Valor atribuído à Democracia

Neste tópico, estão analisados alguns aspectos observados junto à organização e à luta dos assentados que apontam para o valor atribuído à democracia social e política. As lideranças do MST, dentro dos seus princípios político-ideológicos e nas estratégias de organização e de luta, têm uma postura acentuadamente instrumentalista em relação à democracia, como já se viu. Aqui, trata-se de observar como a base dos assentados se posiciona diante da democracia, principalmente analisando a importância atribuída às lutas sociais e à democracia representativa da esfera política.

¹⁹⁵ Tomei conhecimento do referido texto “Reforma agrária: o impossível diálogo” (2000), de José de Souza Martins, após a análise dos dados obtidos com a pesquisa junto aos assentados.

Uma questão formulada para os assentados trata da relação entre democracia e o processo de transformação da sociedade. Perguntados se a democracia é fundamental para a criação de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária, ou se o regime é a ditadura, a posição manifestada é a que consta no Quadro abaixo.

Quadro 19: Democracia ou Ditadura para a transformação da sociedade

Democracia ou Ditadura	%
Democracia	66,6%
Ditadura (Comunista)	4,2%
Não sabem	29,2%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

Esse Quadro mostra basicamente dois aspectos: um grupo significativo defende a democracia como um valor fundamental para a transformação social e há um grupo relevante que tem dificuldades para se posicionar. Os 66,6% favoráveis à democracia compõem o contingente que demonstrou uma certa convicção em sua defesa, têm uma noção mínima sobre o significado do conceito. Perguntados sobre o porquê, o principal argumento em favor do regime democrático é o valor atribuído à liberdade, principalmente no âmbito das relações e práticas na esfera social.¹⁹⁶ O argumento principal para se opor à ditadura é a sua relação com a escravidão, praticamente se tornando sinônimos. Quase não existem defensores da ditadura, a não ser um pequeno grupo de comunistas ortodoxos.

O segundo aspecto a se ressaltar sobre a questão acima é o contingente que teve dificuldades para se posicionar. Para esses 29,2% de assentados, falta clareza, faltam informações que propiciem uma maior capacidade de discernimento, para, assim poderem se manifestar em favor de um ou outro regime. Na dúvida, não se posicionaram. Esse dado pode estar retratando,

¹⁹⁶ Este contingente de assentados favoráveis ao regime democrático aumenta significativamente, quando comparado à posição da população brasileira em geral. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, entre os eleitores brasileiros estaria havendo um “empate entre os 47% que acha que a democracia é sempre o melhor regime e a soma dos que aceitam uma ditadura em certas circunstâncias (18%) e dos que pensam que tanto faz se o regime é ditatorial ou democrático (29%)”. (Jornal Folha de São Paulo, 16/07/2000).

pelo menos em parte, a ausência, no discurso das lideranças do MST, de referências em relação ao valor da democracia. A falta de familiaridade com o tema foi notório nas entrevistas, pois esse grupo, inclusive a maioria dos favoráveis à democracia, reagiu com surpresa e estranheza diante da questão.

Novamente, variantes sociais como a faixa etária e o nível de escolaridade estão associados à valorização da democracia pelos assentados, como mostra o Quadro abaixo:

Quadro 20: A defesa da democracia por faixa etária e grau de escolaridade entre os assentados (%)

	Faixa Etária		Grau de Escolaridade		
	Até 30 anos	Acima 45 anos	Até 1ª Série	Até 5ª Série	6ª Série ou +
Democracia	57,1%	77,8%	50%	57,9%	100%
Não Sabe	42,9%	22,2%	50%	36,8%	-
Ditadura	-	-	-	5,3%	-

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

O contingente de até 30 anos de idade tem mais dúvidas, dá menos importância à questão proposta, uma vez que um expressivo grupo de 42,9% revela desconhecimento, sendo que 57,1% é favorável à democracia. Já o grupo acima de 45 anos, 77,8% é defensor da democracia, e apenas 22,2% manifesta desconhecimento para emitir sua opinião.¹⁹⁷

O grau de escolaridade também é um aspecto social relevante que diferencia os assentados em relação à questão. Conforme o Quadro acima, no grupo sem escolaridade ou que cursou apenas a 1ª. Série, 50% defende a democracia, e a outra metade não tem uma posição definida. Já no grupo mais escolarizado, a totalidade defende a democracia. Portanto, a experiência política, a capacidade de comparação entre regimes políticos e um certo grau de

¹⁹⁷ “[O] maior apoio ao regime democrático (50%) ocorre entre as pessoas de 35 a 44 anos, que passaram a juventude sob o regime militar. Os mais jovens, que não viveram nos ‘anos de chumbo’, são os mais indiferentes ao tipo de regime (35%)”. (Jornal Folha de São Paulo, 16/07/2000).

escolaridade são aspectos que munem os cidadãos de mais informações, conhecimentos que são vitais para a valorização e a defesa da democracia, do regime democrático.

Outro aspecto que se associa à defesa dos valores da democracia é a experiência organizativa, o interesse pela política, a ideologia política definida etc. entre os assentados. O Quadro abaixo apresenta vários aspectos que permitem visualizar variações em relação à defesa da democracia, sabendo que a média dos assentados que se posicionaram pela democracia é de 66,6%.

Quadro 21: A relação entre posturas políticas dos assentados e a defesa da democracia (%)

Posturas Políticas	Democracia	Não Sabe	Ditadura
Experiência Participativa	75%	16,6%	8,4%
Sem Experiência Participativa	58,3%	41,7%	-
Interesse pela Política	71,4%	14,3%	14,3%
Sem Interesse pela política	63,6%	36,4%	-
Partidários do PT e PDT	77,8%	11,1%	11,1%
Partidários do PMDB e PSDB	66,7%	33%	-
Sem Preferência Partidária	50%	50%	-
Votou no Lula (1998)	81,8%	9,1%	9,1%
Votou no FHC (1998)	85,7%	14,3%	-
Não Votou/Não Lembra/Branco	16,7%	83,3%	-

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

Entre os assentados que tiveram alguma experiência participativa em entidades, organizações ou movimentos sociais antes de ingressar no MST, 75% defende a democracia. Entre os que manifestam interesse pela política, 71,4% mostra-se favorável. Entre os assentados que têm preferência por partidos políticos de esquerda, 77,8% é favorável ao regime democrático.

Por sua vez, entre os que não têm preferência partidária, apenas 50% posiciona-se de forma favorável à democracia. Entre os assentados que votaram em Lula para presidente da República em 1998, os defensores da democracia chegam a 81,8%, já os que votaram em FHC chegam a 85,7%.

Esses números acima mostram uma significativa heterogeneidade entre os assentados, quanto ao valor atribuído à democracia política e, principalmente, à democracia social, como ainda será visto. A idade, principalmente quem passou pela experiência do regime militar, o grau de escolaridade, as tendências ideológicas progressistas e a experiência e interesse pela política são aspectos que se associam ao desenvolvimento da cultura política democrática entre os assentados. Esses aspectos contribuem para a criação de uma visão que privilegia a democracia social e política, tendendo a refutar os regimes políticos e as práticas sociais autoritárias.

Não se pode esperar dos assentados uma significativa análise das instituições políticas e das instituições e organizações da sociedade civil sob o prisma da democracia. O exemplo concreto é a dificuldade que encontram para analisar criticamente a estrutura organizativa e a democracia interna do próprio MST. Mesmo assim é possível apontar alguns aspectos significativos sobre a democracia revelados por esses trabalhadores, mesmo que implicitamente, principalmente se focar a relação entre movimentos sociais e democracia. São basicamente três questões que esses sujeitos sociais enfatizam em seu discurso e na prática: a) a defesa da democracia interna nas instâncias organizativas de base do MST; b) a valorização da democracia direta exercida pelos movimentos sociais, ou seja, a luta social e política desenvolvida na esfera da sociedade civil; c) e, igualmente, a valorização da democracia representativa, que abrange a política institucional.

Em relação à participação dos acampados e dos assentados nas discussões e nas decisões que são tomadas no MST, a sua análise se restringe às instâncias da organização na base, no nível

onde eles efetivamente participam. A participação é entendida e se dá fundamentalmente através das reuniões. Na opinião dos trabalhadores, há muito espaço para a discussão e para a tomada de decisão coletiva. Segundo sua avaliação, nas diferentes reuniões todos têm o direito de se manifestar, sugerir, discordar. A minoria sabe acatar as decisões da maioria. Os procedimentos adotados para a discussão das questões de interesse coletivo são vistos como práticas muito positivas e necessárias. Em suas avaliações, praticamente não aparecem críticas sobre o funcionamento interno do Movimento no que se refere a possíveis tendências centralizadoras, à forma de exercício do poder pelas lideranças, à relação entre as instâncias organizativas, ao acesso às informações, à relação com os grupos dissidentes, etc. Essas são as principais idéias manifestadas diante de várias questões aplicadas sobre a temática.

Mesmo assim, a grande maioria acha que a participação em geral dos assentados precisa melhorar. Perguntados se os trabalhadores deveriam participar mais ou não das decisões que são tomadas no Movimento, as respostas foram as seguintes: 79,2% dos assentados afirmou que deveriam participar mais, sendo que os outros 20,8% achou que está bom. Novamente, é bom frisar que o horizonte de análise da participação se restringe, basicamente, às reuniões nos assentamentos. A análise da democracia interna nas diferentes instâncias de organização do Movimento, a função e o poder exercido pelas lideranças, a participação nas diferentes lutas sociais e políticas desenvolvidas pelo MST etc., são questões que também praticamente não são contempladas pela base.

As lideranças de grupos dissidentes, como se viu, são os que criticam mais abertamente certas práticas centralizadoras ou autoritárias no interior do MST, referindo-se principalmente às lideranças. As principais críticas referem-se à insuficiência de discussão sobre certas questões, imposição de certas propostas (agrovila, cobrança de taxa ou pedágio, cooperação agrícola), perseguição aos trabalhadores com idéias divergentes ou aos grupos dissidentes, centralização de

certas decisões, sonegação de informações, manipulação etc. A título de exemplo, uma liderança dissidente afirmou:

*“Eles [lideranças] cansaram de falar pra mim que eles respeitava o trabalhador. E como que eles respeitavam se fala para o cara: ‘se quer ficar aqui, é desse jeito!!? Se você quiser, bem; se não, jogue o colchão nas costas e vai embora!’ Ai eu não quis ficar mais lá”.*¹⁹⁸

Um outro aspecto relevante a ser considerado é o *valor atribuído pelos assentados à luta social e política desenvolvida pelos movimentos sociais populares*, em grande parte decorrente da valorização da sua própria experiência de organização. A prática política no movimento social constitui para os assentados um eixo norteador da valorização da democracia direta, da política desenvolvida no âmbito da sociedade civil. Os assentados estão rompendo com a visão estreita da democracia política liberal, centralizada na política institucional e na relação vertical indivíduo-Estado. Os assentados, através da sua própria prática de organização coletiva, ampliam a concepção de política a partir e no espaço da sociedade, não restringindo-a à esfera institucional. Esses sujeitos sociais desenvolvem uma visão ampliada da política e da democracia. Essas questões políticas relevantes são manifestadas pelos assentados, mesmo que implicitamente, como segue nessa análise.

Diante da questão proposta – se desenvolveram o aprendizado graças à participação e à luta no MST –, os assentados, afirmativamente, acentuaram dois aspectos: a) *a importância e a necessidade da luta organizada*; e b) *os laços de solidariedade, de companheirismo desenvolvidos nesta luta*. Portanto, um dos grandes aprendizados apontados é a necessidade da organização e da luta dos trabalhadores pobres e excluídos em movimentos sociais para conquistar direitos, melhorar a situação de vida. O MST se constitui em espaço público, onde os

¹⁹⁸ Valdomiro França – liderança dissidente do Assentamento Santa Luzia (Fazenda Pioneira). Entrevista concedida em 04/09/1999.

trabalhadores sem-terra e os assentados podem desenvolver essa luta, exercer a cidadania, bem como onde aprendem a lutar e a se sentir sujeitos sociais. Esse aprendizado implica a valorização da organização e da luta desenvolvida na esfera da sociedade civil, através da democracia direta.

As principais lideranças do MST também realçam que o grande aprendizado social adquirido por esses trabalhadores rurais é a necessidade da organização e da luta em torno dos direitos. Segundo Silva,

*“eu acho que a grande lição que as pessoas aprenderam, que é constante isso, é de ver que há necessidade de se organizar, né. Mesmo aquelas pessoas que estão meio paradas, que não querem mais, mesmo os grupos que não estão mais participando, também eles, de certa forma, quando se vai conversar, eles entendem que há necessidade de se organizar. Porque vê o resultado”.*¹⁹⁹

Uma outra questão aplicada aos assentados amplia esta idéia da necessidade da organização e da luta dos trabalhadores, visando à sua inclusão social, buscando o seu pertencimento à sociedade. Na questão, pede-se o que gostariam de dizer aos trabalhadores sem-terra do campo e aos desempregados urbanos. A pergunta é intencionalmente bastante aberta para evitar qualquer tipo de direcionamento, visando atentar para o conteúdo político contido ou não no discurso que dirigem a esses segmentos sociais excluídos do campo e da cidade. As respostas apresentadas constam no quadro abaixo.

Quadro 22: Conselhos dos assentados aos excluídos do campo e da cidade

Conselhos dos Assentados aos Excluídos	%
Lutar pela terra: ocupar, assentar, produzir	87,5%
Lutar para melhorar de situação	12,5%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

¹⁹⁹ Manoel Messias da Silva, *op. cit.*

Valdir Corrêa pensa da mesma forma: “o povo que foi para o assentamento, ele quer o imediato. Mas ele, no futuro, quando ele passa dificuldade, ele lembra o que ele aprendeu na reunião de base: *que tem que se organizar*”. (Valdir Corrêa, *op. cit.*).

Neste Quadro, aparece a idéia da *necessidade da luta social como algo já incorporado, solidificado em sua visão e nas suas práticas sociais*. A totalidade dos assentados destaca esse aspecto. Um contingente expressivo de 87,5% dos assentados aconselha aos trabalhadores excluídos do campo e da cidade a lutar pelo acesso à terra. Um aspecto também significativo é a sugestão dada aos desempregados urbanos: a necessidade do seu engajamento na luta por terra, a sua ida para o campo. Defendem que a alternativa social para os pobres da periferia urbana é o campo. Os outros 12,5% também sugerem a necessidade da luta, porém de forma ampla, sem se referir explicitamente à questão da terra. É importante frisar, no entanto, que as duas respostas não são excludentes. Portanto, perguntados sobre “o que você gostaria de dizer para os sem-terra e desempregados urbanos”, *de forma unânime “aconselham” que os excluídos do campo e da cidade precisam se organizar e lutar, principalmente pelo acesso à terra*. Dessa forma, realçam a democracia direta, participativa, a luta pelos direitos sociais básicos através dos movimentos sociais. Muitos assentados colocam a si mesmos como exemplo de cidadão que luta e conquista direitos, e apontam o MST como um importante espaço social organizado para desenvolver a cidadania, a luta pela inclusão social.

Os assentados valorizam a dimensão pacífica da luta, a não violência, o uso da estratégia da “resistência ativa não-violenta”.²⁰⁰ Na avaliação que fazem da ação do governo estadual em relação à conquista da terra, espontaneamente 25% dos assentados destacou que nunca foi usada a violência policial contra eles em toda sua trajetória de luta, tendo sempre prevalecido o princípio da negociação.²⁰¹ Na pesquisa feita pelo Instituto Datafolha junto aos trabalhadores

²⁰⁰ SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1993, p. 56.

²⁰¹ Valdir Corrêa: “Dante de Oliveira tem, sim, mudado de comportamento, mas ele, nessas mudanças, nunca tomou postura de enfrentamento direto. Isso a gente tem percebido, né. Ele tem determinado aos seus secretários que negocie”. (Valdir Corrêa, op. cit.).

acampados do MST para descrever o seu perfil social e político, foi constatado que 88% acha desnecessário o uso de armas de fogo nas lutas pelo acesso à terra. Dentro da estratégia de luta que une “pau e prosa”, como afirmam as lideranças, ou seja, a radicalização e a negociação, a base dos assentados é amplamente favorável a que esse processo esteja alicerçado em princípios democráticos, sob a prática da não-violência.

Mesmo com a ênfase depositada na democracia direta, na organização e na luta dos setores populares na esfera da sociedade civil, *a esfera da política institucional, constituída pelo Estado e pelos partidos políticos, também é valorizada entre a base do MST*. Novamente, é a própria experiência da luta desses trabalhadores que contribui para a valorização das instituições políticas, uma vez que os direitos, as demandas sociais são reivindicados junto aos órgãos do Estado, e, muitas vezes, articulados com partidos políticos, estabelecendo relações de negociação, de interação. A prática dos movimentos sociais, quando definem como uma das estratégias de luta a valorização do poder da negociação com os órgãos públicos e a abertura de espaços de interlocução, retrata a dimensão democrática da luta, bem como a valorização da esfera da política institucional. Portanto, a democracia representativa é uma dimensão política relevante para esses trabalhadores organizados, como sugerem os dados obtidos com a pesquisa, apresentados a seguir.

Perguntados se é importante o direito de votar, de participar das eleições, de escolher os representantes na política, 95,8% dos assentados respondeu que sim, e apenas 4,2%, que não. O sistema eleitoral é apontado por 50% dos entrevistados como um grande meio para melhorar a representação política, escolhendo e elegendo os melhores candidatos, as pessoas certas, sérias, os políticos que realmente defendem os pobres. Secundariamente, também se referem à

possibilidade de melhorar a estrutura política, e não só a representação política, através das eleições (20,8%). Um grupo também manifesta sua preocupação quanto às possibilidades de votar de forma equivocada, de ser enganado pelos candidatos e pelos partidos políticos (20,8%). Trata-se da experiência política concreta vivida pela população pobre, que é iludida e traída pelos representantes dos interesses da elite dominante, utilizando-se dos meios da cooptação, das relações clientelistas, da comercialização do voto, etc. Mesmo assim, a participação nas eleições é importante para os entrevistados, como afirma uma mulher assentada: “mesmo que erre, é importante votar!”.

A participação nas eleições, a democracia representativa, a legitimação do poder, a interferência na política institucional através do processo eleitoral são avaliados pelos assentados como importantes dentro da participação da política em geral. A participação em organizações sociais contribui para despertar os cidadãos para a importância da democracia representativa.²⁰²

O alto índice de assentados que têm preferência por algum partido político fortalece essa idéia da valorização da política institucional, a importância de participar da democracia liberal existente no país. Entre os assentados do MST, 75% afirma ter preferência por algum partido político, e os 25% restantes não têm preferência partidária.²⁰³ Esse índice é altíssimo, principalmente considerando o movimento decrescente por parte do eleitorado brasileiro em

²⁰² Segundo as pesquisas, a metade do eleitorado brasileiro não votaria se o voto fosse facultativo. “O eleitorado brasileiro se divide ao meio diante da hipótese de o voto não ser obrigatório: 50% dizem que votariam mesmo assim, e 49% afirmam que se absteriam”. (Jornal Folha de São Paulo, 13/09/1998). Em relação aos assentados, a impressão é a de que a grande maioria participaria das eleições mesmo se o voto não fosse obrigatório. Dagnino, em pesquisa realizada junto a vários movimentos e setores sociais organizados na cidade de Campinas-SP, constatou que do “total de entrevistados, 82,2% votaria mesmo que o voto não fosse obrigatório e a razão predominante é a importância do voto como forma de participação”. (DAGNINO, Evelina, *op. cit.*, 1998, p. 21).

²⁰³ O Instituto Datafolha, na pesquisa realizada junto a acampamentos de trabalhadores sem-terra do MST nas diferentes regiões do país, constatou que 66% dos trabalhadores tem preferência por algum partido político. (Jornal Folha de São Paulo, 30/06/1996).

relação à identificação partidária.²⁰⁴ O grande interesse em torno do sistema político-partidário retrata o significado que a política institucional possui para a base do MST, o valor atribuído à democracia representativa para melhorar a sociedade.

Além da valorização da política institucional, as lutas sociais e políticas desenvolvidas pelos trabalhadores nos movimentos sociais populares também contribuem para o aperfeiçoamento, o aprofundamento da democracia representativa. A organização e o fortalecimento da sociedade civil é essencial para o desenvolvimento de uma cultura política democrática e transformadora, o que é imprescindível para a mudança substantiva no processo de democratização da esfera política institucional. Segundo Dagnino,

“... a valorização da democracia direta e da política feita pela sociedade não significa o desprezo à democracia representativa, mas sim a necessidade de torná-la efetivamente democrática”. (Dagnino, 1998: 21).

A base dos assentados revela sua preferência pela democracia. A partir da valorização da luta social e política que desenvolvem no MST, esses trabalhadores enfatizam a democracia direta, a política exercida na esfera da sociedade civil. Isso não quer dizer, porém, que estejam rejeitando o valor e a participação da política institucional, da democracia representativa. O grande interesse manifestado pela política eleitoral e pelo sistema partidário apontam para essa posição. Mesmo não tendo compreensão da complexidade e de todas as dimensões de suas lutas, a sua prática política no movimento social está contribuindo para a ampliação da sua visão sobre a política e a democracia, bem como se constituírem em sujeitos ativos do processo de democratização da sociedade e das instituições políticas.

²⁰⁴ Segundo Rachel Meneguello: “Pesquisas realizadas com o eleitorado nacional sobre o grau de identificação partidária entre 1989 e 1994 indicam, de fato, uma alta proporção de indivíduos *sem identificação com qualquer agremiação*”. (MENEGUELLO, Rachel. “Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994”. In: DAGNINO, Evelina (Org.). Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 157, grifo meu).

4.3.3. A visão e o interesse pela política

Na luta pelo acesso à terra e por uma política agrícola para os assentamentos e para os produtores familiares do campo em geral, bem como no exercício da cidadania para a conquista dos direitos esses assentados desenvolvem intensas ações sociais e políticas. É característico do MST a sua natureza, além de social, marcadamente política, tendo em vista a construção de uma sociedade socialista. Dentro disso, é importante analisar como os assentados se posicionam em relação à política em geral, principalmente no que se refere à visão e ao interesse que manifestam sobre esse campo.

Antes de ingressar no MST, conforme a pesquisa, 50% dos assentados teve alguma experiência de organização e de luta através da participação em outras entidades, movimentos, sindicatos, porém sem muita intensidade. A participação aconteceu em espaços sociais proporcionados principalmente pelas CEBs, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e movimentos sociais de luta pela terra. Entre os assentados que tiveram experiência de participação, a maioria (58,3%) participou de movimentos sociais de luta pela terra. Porém, foram todas lutas isoladas, passageiras, sem êxito.

No tópico anterior, abordou-se a questão do valor atribuído pelos assentados à democracia representativa, o interesse e a importância dada à participação na política institucional. Mesmo assim, quando perguntados de forma direta se têm interesse pela política, surge uma certa contradição ou ambigüidade com a análise feita anteriormente, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 23: Interesse dos assentados pela política

Interesse pela Política	%
Não	45,8%
Sim	29,2%
Pouco	25%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

Diante da pergunta “você se interessa por política?”, a grande maioria respondeu que não se interessa ou apenas pouco (70,8%). O problema principal se localiza na maneira como o conceito “política” é compreendido. Perguntados sobre o porquê do pouco ou nenhum interesse pela política, praticamente todos os assentados responderam confundindo política com a figura do político (políticos profissionais). É uma visão inculcada pela ideologia liberal dominante e reforçada pela estrutura organizativa das instituições e das práticas políticas liberais e autoritárias, onde os representantes tradicionais e conservadores exercem o poder político de forma elitista, excludente, clientelista. Dentro dessa lógica, o exercício da política seria tarefa desses políticos. E como há uma avaliação negativa sobre o desempenho da categoria dos políticos tradicionais, a própria noção sobre a política fica comprometida, adquirindo um sentido negativo. É perfeitamente compreensível, dentro desse nível de entendimento, que um contingente minoritário de trabalhadores demonstre interesse pela política. No fundo, essa posição é uma crítica à forma predominante de fazer política. Trata-se, portanto, muito mais de um problema da representação tradicional na política e da conseqüente forma de exercício do poder, do que de desinteresse pela política em si.

Os principais argumentos apontados pelo grupo de assentados que não se interessa ou se interessa pouco pela política, que abrange 70,8% dos entrevistados, são que os políticos mentem

muito, fazem muitas promessas que não são cumpridas, são corruptos, não querem ajudar os pobres etc. Já os 29,2% que respondeu positivamente, argumentam que é possível renovar a representação política através das eleições, elegendo os melhores candidatos. Esse grupo, portanto, também revela o descontentamento com a qualidade do quadro de políticos que estão representando a sociedade, mas apontam as eleições como mecanismo para intervir e alterar esse cenário, interessando-se, por isso, pela política. Nos próprios argumentos, fica claro como a noção de política é confundida com os representantes da política. Nesse sentido, os assentados apresentam uma visão muito estreita e parcial de política, reduzida aos representantes eleitos e à política institucional.

Por outro lado, como já se viu, o que caracteriza uma certa ou aparente contradição ou ambigüidade é o fato de esses trabalhadores atribuírem um grande valor à organização e à luta dos trabalhadores em movimentos sociais, ao exercício da cidadania, à luta pelos direitos e à criação de novos direitos; como também acharem importante o direito de votar, e, inclusive, dois terços têm preferência por partidos políticos. Nesse sentido, as lutas sociais e políticas são altamente significativas para os assentados, pois estão relacionadas à sua prática e aos seus interesses. Sob esse ângulo, diante do valor atribuído às lutas sociais e à política eleitoral e partidária, eles possuem uma visão ampliada da política. Porém, devido à noção limitada e parcial que apresentam em relação ao conceito em questão, não percebem ou não sabem que suas lutas sociais também é constitutivo da política, e, por isso, não se percebem como sujeitos políticos. Os assentados têm dificuldades para relacionar e integrar a sua prática através do MST com a política da forma como a concebem, pois em sua visão aparecem separados e incompatíveis. Reforçando, o problema é a conotação que o termo “política” adquire em sua representação. Por isso, dentro dessa situação, quando perguntados sobre o interesse pela política, os assentados surpreendem pela negatividade.

A faixa etária e o nível de escolaridade são aspectos sociais que estão associados à posição dos assentados em relação ao interesse pela política, como mostra o Quadro que segue.

Quadro 24: O interesse pela política por faixa etária e grau de escolaridade entre os assentados (%)

Interesse pela Política	Faixa Etária		Grau de Escolaridade	
	Até 30 anos	Acima 45 anos	Até 5ª Série	6ª Série ou +
Sim	-	55,6%	26,3%	40%
Pouco	28,6%	22,2%	31,6%	-
Não	71,4%	22,2%	42,1%	60%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

Entre os assentados de até 30 anos de idade, ninguém se interessa pela política. Nesse grupo, 71,4% afirmou que não tem interesse, e os outros 28,6% admitiram que têm pouco interesse. Por outro lado, entre os assentados acima de 45 anos, a maioria afirmou que tem interesse pela política. Nesse grupo, 55,6% afirmou que sim, 22,2% que pouco e a mesma porcentagem para os que não têm interesse. O grupo com mais idade argumentou que a política é necessária (políticos e instituições do Estado, os partidos), e que, através das eleições, é possível melhorar a qualidade dos políticos, a representação política. Enquanto a totalidade dos mais novos manifestou desinteresse, a maioria dos mais velhos tem interesse, demonstrando uma maior percepção da necessidade das instituições e da representação política, contribuindo para esse interesse pela política.

O nível de escolaridade, ainda conforme o Quadro 24, também está associado à posição dos assentados quanto ao interesse pela política. Entre o contingente que abrange os indivíduos sem escolaridade à 5ª série, apenas 26,3% demonstrou interesse, ficando um pouco abaixo da

média geral (29,2%). Enquanto no grupo que abrange as pessoas que cursaram a 6ª série ou mais, 40% afirmou que tem interesse pela política, situando-se um pouco acima da média geral. Porém, ao mesmo tempo, trata-se do grupo que mais se destaca pelo desinteresse, abrangendo 60%. O descrédito em relação à política impede que os mais escolarizados manifestem um interesse maior, mesmo que possam ter uma melhor compreensão ou formação política.

As expectativas em relação ao MST e aos objetivos de luta da base dos assentados, como já se viu, têm um caráter muito mais social do que político, compreendendo esse termo em seu sentido específico, relacionado ao poder do Estado e ao projeto de sociedade. As suas motivações nas lutas estão fundamentalmente centralizadas nos interesses ou demandas sociais imediatos, específicos, de caráter reivindicativo, de curto prazo. A questão social crucial para esses trabalhadores é garantir a viabilidade econômica das unidades rurais familiares, e, assim, construir a sua identidade sociocultural no espaço proporcionado pelo lote de terra e pela comunidade rural do assentamento. Mesmo concebidas pelos assentados sob a ótica da esfera privada dos interesses individuais, as demandas e reivindicações sociais a serem conquistadas através da luta coletiva acabam adquirindo um alcance social e político mais amplo, pois exigem a necessidade premente de infra-estrutura, de crédito agrícola especial, de financiamentos, de uma política de comercialização e de preços, enfim, de uma política agrícola para os assentamentos. Porém, os objetivos especificamente políticos, os projetos de longo prazo, como a reforma agrária, a mudança do modelo de agricultura e mesmo a transformação estrutural da sociedade, para as quais é fundamental a criação de uma nova hegemonia política a exercer o poder do Estado, são questões prioritárias apenas para as lideranças do MST.

A quase totalidade dos assentados, como já foi exposto anteriormente, sabe que os objetivos do MST enquanto organização e das suas lideranças têm uma dimensão social e política muito mais ampla do que a viabilização da produção agrícola nos assentamentos. Mesmo que um

grupo significativo tenha como tendência uma ideologia política progressista, como será demonstrado no próximo tópico, ela não influencia decisivamente sobre as prioridades nas lutas concretas desses trabalhadores. Esse grupo politicamente mais progressista não coloca como uma das prioridades em suas diferentes lutas, pelo menos consciente e explicitamente, a construção de uma nova hegemonia política em prol de uma sociedade alternativa. Trata-se de uma prioridade das lideranças do MST.

Quanto à participação dos acampados e dos assentados nas lutas do MST, foi elaborada uma questão direcionada para a sua auto-avaliação. Perguntados se têm vontade e interesse em participar, eles responderam como consta no Quadro abaixo.

Quadro 25: Vontade e interesse na participação das lutas do MST

Vontade e Interesse na Participação dos Assentados	%
Metade tem interesse, outra metade não	45,8%
Maioria tem	25%
Todos tem interesse e vontade	25%
Não tem	4,2%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

Esse Quadro mostra algumas divergências entre os assentados, na avaliação que fazem sobre a participação da base nas lutas do MST. Para 45,8% dos assentados, a metade tem e a outra metade não tem interesse e vontade em participar. Já 50% dos assentados se divide entre os que afirmam que a maioria tem e os que afirmam que todos têm uma prática ativa. Provavelmente, esses dados não retratam o que é solicitado na questão, uma vez que a maioria restringe a participação às reuniões. Nesse caso, a sua visão contempla o nível de participação nas reuniões no interior dos assentamentos. Caso tivessem atentado para a abrangência da pergunta,

ou seja, “a participação das lutas do MST”, provavelmente, o índice afirmativo seria menor. Inclusive um grupo significativo observa que a condição de assentado dificulta a participação nas mobilizações e protestos organizados pelo MST, salientando que no período de acampamento era diferente.

Essa ausência de um projeto social mais amplo entre os objetivos prioritários dos assentados é reforçada quando se analisa o seu projeto ou proposta de reforma agrária. A grande maioria foi surpreendida com a questão sobre que projeto de reforma agrária os trabalhadores defendem. Um total de 91,7% dos trabalhadores não soube apresentar algumas idéias em torno de um possível projeto de reforma agrária para o país. O conhecimento que possuem sobre a questão é muito limitado, praticamente reagiram à questão como se tratasse de algo alheio, distante do seu meio e anseio social. Isso demonstra a dificuldade que encontram para pensar em projetos sociais de natureza mais ampla, que transcendem as suas necessidades do cotidiano. Pode-se afirmar que entre os assentados predominam objetivos microssociais, e entre as lideranças do MST objetivos políticos macrossociais.

O maior destaque que a reforma agrária recebe, como já foi dito anteriormente, é quando se referem aos objetivos do MST, e, mesmo assim, por apenas 29,6% dos assentados. A luta pela terra é apontada como a dimensão social mais ampla, quando se referem aos objetivos das lideranças e do MST. Percebe-se, pelas observações feitas a partir dos dados da pesquisa, que os assentados distinguem luta pela terra de reforma agrária. Quando se referem à luta pela terra, enfatizam a luta que envolve o processo de ocupação de grandes propriedades, a desapropriação e o assentamento. Trata-se de uma luta social e política que visa ao assentamento de trabalhadores sem-terra. A reforma agrária, por sua vez, compreende uma dimensão social e política muito mais

abrangente, envolvendo uma ampla política de desapropriação das grandes propriedades de terras e de assentamento e uma política agrícola especial para os pequenos produtores, articulando-a com o desenvolvimento econômico em benefício de toda sociedade.

As opiniões dos assentados praticamente mantiveram-se inalteradas, quando foram interrogados sobre a contribuição social e política que o MST pode dar ao país. Essa questão dá elementos para se analisar a natureza política e social que esses trabalhadores atribuem ao MST.

Quadro 26: Contribuição do MST para o País

Contribuição do MST ao País	%
Lutas pela terra: aumentar as ocupações, assentamentos	45,8%
Assentamentos: aumentar a produção e a renda no campo	20,8%
Transformação da sociedade: erradicar a pobreza	20,8%
Lutar pela reforma agrária	4,2%
Não sabem	8,4%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

As opiniões dos assentados praticamente coincidem com o principal objetivo atribuído às lideranças do MST (Quadro 16). A luta pela terra para acelerar as desapropriações dos latifúndios e efetuar os assentamentos de trabalhadores sem-terra seria a principal contribuição do MST para 45,8% dos assentados. Secundariamente, empatados, aparecem a luta pela viabilidade econômica dos assentamentos e a transformação da sociedade. A reforma agrária praticamente é ignorada. Somando os que apontaram a reforma agrária e a transformação social, são apenas 25% dos assentados que atribuem ao MST um caráter social e político de intervenção mais direta nas estruturas sócioeconômicas, em ator social comprometido com a transformação da sociedade. São 66,6% de assentados que atribuem ao MST um caráter sóciopolítico mais limitado, a busca de

soluções para problemas mais localizados ou pontuais: assentamento de trabalhadores sem-terra e viabilização da produção nos assentamentos.

Uma outra questão importante é analisar a opinião dos assentados sobre o que os trabalhadores do campo e da cidade precisam fazer para construir uma sociedade mais justa, com menos pobreza. Com essa questão procura-se saber qual é o conteúdo político contido no seu discurso.

Quadro 27: Papel dos trabalhadores em geral para transformar a sociedade

Para transformar a Sociedade	%
Aumentar a união	29,2%
Lutar organizados, mobilização, pressão (reivindicação)	25%
Lutar pela terra (trabalhadores do campo e da cidade)	20,8%
Não sabem	25%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

No Quadro acima, novamente, se percebe a dificuldade que esses trabalhadores encontram para pensar na sociedade mais ampla e nas suas possibilidades de transformação. São 54,2% os que se limitam à idéia vaga da necessidade de mais união entre os trabalhadores ou, simplesmente, não souberam responder. Vários, inclusive, lembraram um refrão muito usado nas lutas do MST para argumentar em favor da união: “se campo e cidade se *unir*, a burguesia não vai resistir!”. Já 45,8% destaca a necessidade da luta organizada desses trabalhadores, sendo que uma parte desse grupo aponta as lutas reivindicativas em geral, e a outra parte se refere às lutas específicas pela terra. Diante da pergunta “o que os trabalhadores precisam fazer para transformar a sociedade”, novamente aparece como destaque a organização e a luta a ser desenvolvida pelos movimentos sociais, a visão centralizada na esfera da sociedade civil, não concebendo a

transformação social também como iniciativa dos governos, dos políticos em geral, enfim, da esfera da política institucional. Quando se trata de questões mais diretamente vinculadas à sua experiência de organização, ou quando surge a oportunidade em que possam fazer referência a ela, os assentados exaltam a importância da sua própria luta. Conforme Quadro 22, quando os assentados sugerem um conselho aos trabalhadores excluídos do campo e da cidade, recomendam a luta pelo acesso à terra, e, com isso, melhorar a sua situação de vida. Não sugerem um comportamento passivo, conformista ou fatalista, nem clientelista, mas a necessidade da organização e da luta dos trabalhadores pelo direito de acesso à terra e de vida digna no campo.

A importância e a necessidade da luta organizada como o aprendizado social e político mais destacado pelos assentados é um dado que se reveste de um significado político e cultural muito grande. É a manifestação de uma nova consciência social e política que está lentamente nascendo no campo, cujos portadores se constituem em novos sujeitos. Enfatizar a luta organizada nos movimentos sociais é atribuir grande valor à luta coletiva, à luta pelos direitos, ao exercício da cidadania, à prática política na esfera da sociedade e em interação com a esfera da política institucional, rompendo com a postura conformista e clientelista, com a visão vertical na relação entre indivíduo demandante e o Estado provedor. É o processo de emergência de um novo sujeito que pensa a partir da sua prática, e dessa forma vai criando uma visão ampliada da democracia e da política.

É importante reforçar que os assentados, quando perguntados diretamente sobre a questão, atribuem um grande valor à política institucional, ao sistema político representativo. O alto índice que acha importante exercer o direito de votar (95,8%) e os 75% que têm preferência por partidos políticos são dados que revelam um significativo interesse pela política em geral, não a limitando aos movimentos sociais ou ao MST, no caso.

A proposta de organização dos assentamentos e as estratégias de luta desenvolvidas pelo MST rompem com as práticas políticas clientelistas ou com as possibilidades de cooptação das lideranças. A discussão dos problemas e a definição da pauta de reivindicações com a ampla participação da base, a negociação com órgãos públicos através de comissões representativas, a participação da população reivindicante, através da pressão junto aos locais públicos de negociação, a rede de apoio estabelecida com setores da sociedade etc. constituem um conjunto de ações que representam uma nova forma de fazer política, criando uma nova relação com as instituições ou os órgãos do Estado, dificultando as práticas políticas privatistas e clientelistas.

Os grupos dissidentes do MST continuam muito suscetíveis à política clientelista, às relações de dependência e do favor, principalmente com os governos municipais. Diante das dificuldades que enfrentam nos assentamentos, e sem poder contar com a força política do MST, sujeitam-se às relações de favor, à cooptação política, principalmente em troca de certos serviços prestados pelas prefeituras. Os políticos locais agem de forma ostensiva para dividir e desmantelar a organização interna dos assentamentos do MST, visando controlar os trabalhadores através das relações clientelistas e da cooptação das lideranças. Trata-se de uma estratégia política tradicional dos setores conservadores: desorganizar e dividir para dominar. As lideranças do MST se defrontam com essa prática política, como afirma Silva:

“Desde que o pessoal chegou aqui, a prefeitura tentou bloquear o funcionamento organizado do assentamento. Tipo assim: assentamento tinha a coordenação, o que tinha que negociar na prefeitura era tirado uma comissão que ia e fazia isso. E quando chegava lá, então a prefeitura barrava. Ele [prefeito] sempre dificultava a negociação com as equipes, para negociar direto com pessoas. É a prática bem paternalista, atendendo diretamente cada um tu tem o controle mais direto. E daí eles investiam muito nisso, de forma, então, que foram ‘queimando’ as lideranças que eram de frente do assentamento; porque eles tentaram cooptar e não conseguiram, e daí eles fizeram direto com outras pessoas de dentro do assentamento. Cooptou diretamente outras pessoas. E essas pessoas, então, começaram a ser representantes de alguns grupos”²⁰⁵

²⁰⁵ Manoel Messias da Silva, *op. cit.*

O presidente da Associação de Agricultores de um grupo dissidente do assentamento 14 de Agosto confirma essa relação clientelista e a prática da cooptação. Essa liderança elogia de forma efusiva a ação política do prefeito municipal, sendo que se trata de um político radicalmente contra o MST e a reforma agrária. Segundo essa liderança dissidente:

*“em Campo Verde [município] nós temos um prefeito muito bom, que dá assistência tremenda. O homem, não tem como a gente falar mal dele! A gente tem que mais é se apegar a ele (...). Não temos o que reclamar. Precisa-se de semente, ele arruma; trator, arruma; curva de nível, manda fazer pro povo”.*²⁰⁶

A visão e a prática política clientelista, que está disseminada na sociedade brasileira em geral, está arraigada de modo particular em regiões como o interior de Mato Grosso. É uma manifestação profunda da tradição política oligárquica e autoritária e, vinculada a isso, a falta de uma tradição de organização e de lutas populares autônomas, que, historicamente, sempre foram dificultadas ou reprimidas de forma violenta em seu nascedouro. As investidas dos políticos conservadores locais para dismantelar a organização autônoma dos assentamentos do MST está vinculada a essa cultura política autoritária, elitista e conservadora. A prática política do MST está quebrando essa lógica, que ainda predomina no campo, como afirma Corrêa:

*“toda essa região aqui, o político, ele entende que ele tem que controlar tudo. Ele não admite que mais ninguém se organize, que ele é o seu gerenciador, ele é tudo na decisão que tem que ser tomada ali. Quando percebe que uns trabalhadores estão se organizando, ele atenta a fazer o quê? O procedimento de cooptar essas pessoas em favor dele, pra no sentido de usar essas pessoas para desmobilizar aquele grupo que tá se organizando”.*²⁰⁷

Neste tópico, foi abordado, com base nos dados da pesquisa de campo, a visão, o grau de compreensão e de interesse manifestado pelos assentados em relação à política. Os trabalhadores pesquisados atribuem grande valor à luta organizada nos movimentos sociais, bem como à

²⁰⁶ Luís Gomes Mello, *op. cit.*

“Nós transferimo o título [de eleitor] pra cá (...) Agora se ele [prefeito] recandidatar de novo, nós vamo apoiar pesado ele. Porque ele merece ficar, porque é um homem que ajuda a gente demais!”. (Luís Gomes Mello, *op. cit.*).

²⁰⁷ Valdir Corrêa, *op. cit.*

participação da política institucional. Contudo, a maioria revela que não têm interesse pela política, o que se configura em uma certa contradição. O problema não está exatamente no desinteresse, mas na forma como é compreendido o conceito “política”, vinculando-o exclusivamente aos políticos profissionais. No fundo, essa negativa é uma crítica à forma de fazer política pela elite ou classe dominante. Também foi retomada a questão dos objetivos sociais prioritários nas lutas dos assentados no MST, a sua centralização nos interesses específicos, imediatos, individuais, de curto prazo. Praticamente, a totalidade dos assentados não tem, entre suas prioridades, a luta eminentemente política da construção de um projeto alternativo de sociedade. Mesmo assim, a sua prática social e política desenvolvida no MST, o valor atribuído à luta organizada na esfera da sociedade civil e à participação da política institucional são aspectos significativos para a emergência dos assentados como novos sujeitos sociais e políticos no meio rural.

4.3.4. O perfil político-ideológico dos assentados do MST

Os trabalhadores assentados em questão possuem uma trajetória de organização e de luta em um Movimento revolucionário, socialista. O MST tem como um dos objetivos essenciais a transformação dos assentamentos em espaços sociais rurais que possibilitam a conversão dos trabalhadores em cidadãos com uma nova postura política, principalmente aderindo à ideologia de esquerda, à utopia revolucionária socialista. Neste tópico, apresento alguns elementos que traçam o perfil político-ideológico desses trabalhadores, segundo suas preferências partidárias e o comportamento eleitoral. Assim como nos objetivos, em relação à ideologia política, os

assentados também revelam uma heterogeneidade entre si e uma expressiva defasagem desses com as lideranças do MST.

Uma idéia importante a ser realçada no início, e que os dados da pesquisa mostram, é a significativa coerência lógica manifestada pelos assentados em relação à postura político-ideológica. Houve um posicionamento ideológico bastante coerente e definido diante das várias questões colocadas, o que permite situá-los dentro do espectro ideológico com relativa objetividade. Essa postura não é muito difusa, contraditória, ilógica como as vezes é afirmado quando se trata de setores populares.

Uma primeira questão importante para ser analisada é quanto à *preferência político-partidária*. Já foi visto que o expressivo contingente de 75% dos assentados tem preferência por algum partido político. Agora, trata-se de saber quais são esses partidos, bem como sua posição no espectro ideológico.

Quadro 28: Partido político de preferência dos assentados

Preferência Partidária	%
PMDB	33,3%
PT	29,2%
PDT	8,3%
PSDB	4,2%
Sem preferência	25%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

Entre os assentados que manifestam preferência por algum partido político, dentro do espectro ideológico, pode-se afirmar que 50% se situa no campo de tendência política mais

moderada (PMDB-PSDB), e 50%, no campo de tendência mais progressista (PT-PDT).²⁰⁸ Essa postura ideológica – metade moderada e a outra metade progressista – praticamente se mantém inalterada diante das diversas questões apresentadas aos entrevistados e diante das quais tomaram posição, o que possibilita afirmar desde já que há uma significativa coerência lógica. Praticamente, há uma polarização entre o PMDB e o PT, partidos que aglutinam os assentados em torno dessas duas posições ideológicas. É interessante observar também que não há preferência por partidos políticos tipicamente de direita. Esse é um dado relevante, uma vez que o grupo político de direita, representante das oligarquias agrárias tradicionais, ainda detém um significativo poder político em Mato Grosso, principalmente nas regiões do interior. A porcentagem dos assentados que não têm preferência político-partidária também é significativa, abrangendo 25%, representando mais um dado que retrata a heterogeneidade ideológica.

A opção pelo PMDB requer uma observação. Esse partido, além da oposição “consentida” que teve em relação à ditadura militar, em Mato Grosso também se caracterizou pela oposição política combativa às oligarquias rurais tradicionais que se mantiveram no poder político até meados da década de 1980. Esse partido apoiou as lutas dos posseiros, e, ainda hoje, há políticos dessa agremiação que atuam junto aos pequenos produtores rurais e apóiam as lutas pela terra, mesmo que de forma populista. A principal figura do PMDB é Carlos Gomes Bezerra, rondonopolitano, que foi governador de Mato Grosso (1985-1989) e, atualmente, é um dos representantes no Senado Federal. A postura política de oposição/esquerda desse partido no passado e a atuação junto aos movimentos sociais do campo, principalmente na região sul do

²⁰⁸ Os assentados que têm preferência por partidos políticos de centro-direita (PMDB-PSDB) serão classificados como tendo uma postura político-ideológica de tendência *moderada*; os assentados que preferem os partidos políticos de esquerda (PT-PDT) serão tratados como de tendência *progressista*; e os que preferem os partidos políticos de direita são denominados de tendência *conservadora*.

Estado, devem ser os principais fatores explicativos da significativa preferência e identificação ainda auferida junto aos trabalhadores, principalmente entre os mais velhos.

Sob o âmbito político-partidário, portanto, existem praticamente três tendências entre os assentados: moderados, progressistas e nenhuma preferência. Quais são possíveis variáveis sociais que estão associadas à definição dessas posições político-partidárias? A faixa etária é um desses aspectos. Como já relatado, o grupo de até 30 anos de idade se destaca quanto aos objetivos que se restringem aos assentamentos, bem como pelo pouco interesse pela política. Quanto à preferência partidária, no entanto, os mais novos preferem o PT (42,8) ou não têm preferência (42,8%). Portanto, esse grupo se divide entre os que têm uma postura progressista e os que não têm preferência, sendo essa uma manifestação do desinteresse pela política.

Por outro lado, o contingente acima de 45 anos, que se destaca pela defesa das lutas sociais mais amplas do MST, principalmente a reforma agrária, e pelo interesse pela política, manifesta um equilíbrio ideológico entre a tendência moderada e a progressista, quanto à sua preferência partidária. Todos têm preferência por algum partido político, o que reforça a idéia da postura política amadurecida e definida dos assentados mais velhos. Trata-se, portanto, de um grupo mais moderado ideologicamente, e ao mesmo tempo, consciente, interessado e decidido politicamente.

O grau de escolaridade também é um aspecto social que está relacionado com a definição da preferência partidária. O contingente entre sem escolaridade até a 5ª série apresenta uma tendência maior para os partidos moderados (42,1%), ficando apenas um pouco acima da média dos assentados (37,5%). Isso revela que os trabalhadores assentados com baixa escolaridade não apresentam como característica marcante a adesão à ideologia moderada e conservadora. Já o grupo que cursou a 6ª série ou mais apresenta uma tendência progressista acentuada (60%), e

apenas 20%, de tendência moderada. Portanto, os dados mostram uma expressiva heterogeneidade em relação à preferência partidária entre os assentados menos e mais escolarizados.

Um outro instrumento importante para a análise das tendências político-ideológicas desses trabalhadores é o *comportamento político eleitoral*. Na pesquisa, foram contempladas as eleições presidenciais dos anos de 1989 e de 1998, em que a distância de tempo entre as duas eleições é um dos critérios fundamentais para a análise. Comparando a votação dos assentados nas duas eleições, já se pode antecipar que, nesse período, houve uma significativa mudança em direção à ideologia progressista. Os dados também mostram que o comportamento eleitoral na última eleição presidencial (1998) se aproxima ideologicamente da preferência político-partidária apresentada acima.

Na eleição para presidente da República no ano de 1989, no segundo turno (Collor *versus* Lula), os assentados votaram da forma como segue.

Quadro 29: Votação para presidente da República no segundo turno em 1989

Votação para Presidente (1989)	%
Collor	45,8%
Lula	29,2%
Idade insuficiente para votar	12,5%
Não lembram	8,3%
Justificaram o voto	4,2%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

É importante lembrar que na eleição de 1989 os assentados ainda não haviam ingressado no MST, o que aconteceu em 1995. Collor, político ideologicamente conservador, teve, nessa eleição, uma votação expressiva junto aos eleitores atualmente assentados, obtendo 45,8% dos votos. Lula recebeu uma votação muito baixa entre os assentados (29,2%), principalmente se comparada com a votação alcançada em nível nacional (47%).²⁰⁹ Esse dado revela que os trabalhadores sem-terra, quando ingressaram no MST, *não tinham uma postura política marcadamente de esquerda, com uma ideologia progressista ou revolucionária*. Isso reforça a idéia segundo a qual os trabalhadores sem-terra não ingressam no MST fundamentalmente movidos pela ideologia.

Posteriormente, na eleição para a Presidência da República de 1998, a última realizada para esse cargo, e decidida no primeiro turno, os assentados votaram da forma como consta no Quadro que segue.

Quadro 30: Votação para presidente da República na eleição de 1998

Votação para Presidente (1998)	%
Lula	45,8%
Fernando Henrique Cardoso (FHC)	29,2%
Justificaram o voto	12,5%
Não lembram	8,3%
Em branco	4,2%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

²⁰⁹ No segundo turno de 1989, em nível nacional, 53% dos eleitores brasileiros votaram em Collor (Fernando Collor de Mello) e 47% em Lula (Luiz Inácio Lula da Silva). (Jornal Folha de São Paulo, 03/11/2000).

Nessa eleição, que teve mais de dois candidatos, houve, entre os assentados, uma polarização entre o candidato que representou os setores sociais predominantemente moderado e conservador (FHC), e o candidato representante dos setores progressistas, de esquerda (Lula).²¹⁰ Conforme o Quadro acima, Lula foi o candidato mais votado entre os assentados, com uma margem de diferença expressiva. Comparando os Quadros 29 e 30, percebe-se que na última eleição houve uma exata inversão no total dos votos obtidos pelos dois candidatos votados, ou seja, o candidato da esquerda teve em 1998 a mesma votação obtida pelo candidato conservador em 1989. O comportamento eleitoral dos assentados nessas duas eleições revela que neste período *um contingente significativo desses trabalhadores rurais mudou de postura ideológica, ocorrendo uma clara e expressiva passagem para o campo ideológico progressista.*²¹¹ Segundo Corrêa,

*“Uma das coisas que a gente percebe muito é essa questão do voto das pessoas. Ele vai mudando o voto, vai mudando. Tem muitos, inclusive fizemos várias discussões, vários debates com pessoas: ‘eu votei pro Collor, Deus me livre! Hoje eu nunca mais voto pro um homem desse!’ Ele vai conseguindo distinguir quem é quem na história toda”.*²¹²

A votação obtida pelo Lula na última eleição, 45,8% dos votos dos assentados, é mais relevante ainda quando comparada com o comportamento eleitoral do conjunto da população de Mato Grosso, onde FHC obteve 73,1% e Lula apenas 16,5% dos votos válidos.²¹³ *Nessa última eleição os trabalhadores assentados do MST se diferenciaram de forma impressionante da população mato-grossense em geral, Estado onde FHC teve a maior votação proporcional. Na eleição de 1998, que era de âmbito federal e estadual, o MST lançou um folheto divulgando os*

²¹⁰ Na eleição de 1998, os principais candidatos à Presidência da República tiveram a seguinte votação: FHC com 53,06%; Lula com 31,71%; Ciro Gomes com 10,97% e Enéas Carneiro com 2,14%. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

²¹¹ Na eleição presidencial de 1994, entre os acampados em geral do MST: “A pesquisa revela que Fernando Henrique Cardoso e Lula ficaram empatados, com 35% dos votos cada um entre os entrevistados”. (Jornal Folha de São Paulo, 30/06/1996).

²¹² Valdir Corrêa, *op. cit.*

²¹³ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

candidatos que estava apoiando. Todos os candidatos eram do PT, menos o candidato a deputado federal (PV – Partido Verde). Essa foi a forma pela qual o MST participou da campanha, procurando influenciar o eleitorado, principalmente sua base. O quadro abaixo apresenta a postura dos assentados em relação aos candidatos apoiados pelo Movimento.

Quadro 31: Postura dos assentados diante dos candidatos do MST

Assentados e os Candidatos do MST	%
Votou integralmente nos candidatos	50%
Votou parcialmente nos candidatos	8,3%
Não tomou conhecimento sobre este apoio	33,4%
Tinha conhecimento, porém não votou nos candidatos	8,3%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

Esses dados mostram que 50% seguiu a orientação do MST. É praticamente o contingente progressista mais afinado ideologicamente com o Movimento. Já os que não seguiram integralmente a orientação, não tomaram conhecimento ou não acataram a indicação são basicamente os trabalhadores que compõem o contingente que tem uma postura político-ideológica mais moderada. Essa parcela, mesmo diante da orientação do MST, não se deixou persuadir e votou coerente com a sua ideologia.

No comportamento eleitoral dos assentados também é possível observar aspectos sociais associados à definição da sua postura político-ideológica. No que se refere à *faixa etária*, os assentados votaram para presidente da República nas duas eleições em questão como mostra o Quadro a seguir.

Quadro 32: A relação entre a votação para Presidente da República na eleição de 1989 e de 1998 e a faixa etária dos assentados (%)

Faixa Etária	Votação em 1989			Votação em 1998		
	Collor	Lula	Não Votou / Não Lembra	FHC	Lula	Não Votou / Não Lembra
Até 30 anos	14,2%	42,9%	42,9%	-	71,4%	28,6%
Acima 45 anos	44,4%	44,4%	11,2%	44,4%	44,4%	11,2%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

Analisando os dados do Quadro acima, novamente podem ser observadas diferenças significativas em relação às tendências ideológicas. O grupo de até 30 anos de idade, que, na preferência partidária, manifestou uma tendência progressista ou para nenhum partido, na participação das eleições essa postura progressista se confirma. No ano de 1989, apenas 14,2% votou em Collor, enquanto 42,9% votou em Lula. Já em 1998, ninguém votou em FHC, enquanto Lula obteve 71,4% dos votos. No processo eleitoral, portanto, o grupo dos assentados mais novos manifesta um perfil político-ideológico acentuadamente progressista, de esquerda. Mesmo que a maioria desse grupo revele um desinteresse pela política, a quase totalidade manifesta nas eleições uma posição político-ideológica progressista.

Em relação aos assentados acima de 45 anos, há um empate entre as tendências ideológicas progressistas e moderadas. Na eleição de 1989, Collor e Lula tiveram 44,4% dos votos cada um. O mesmo ocorreu em 1998, quando FHC e Lula novamente tiveram a mesma porcentagem de votos cada um (44,4%). Além desse equilíbrio no espectro ideológico, também é importante novamente ressaltar a inalteração ou a constância que revelam em sua postura ideológica nesse período. Esse dado reforça a idéia de que se trata de um grupo convicto, consciente, decidido em suas posições políticas e ideológicas. As lideranças do MST, ao

apostarem politicamente nos jovens e nas crianças, mostram que têm conhecimento dessa situação:

*“eu acho que os nossos assentamentos, hoje, ele tem um futuro. E o futuro tá na juventude, tá nas crianças, tá nas mulheres... porque esses vivenciou esta luta. Nós temos crianças que iniciou o acampamento, que hoje está no assentamento, esse daí nunca vai esquecer daquela passagem, sempre vai lembrar”.*²¹⁴

O nível de escolaridade é outro aspecto social que se associa à determinação do perfil político-ideológico, como mostra o próximo Quadro.

Quadro 33: A relação entre a votação para Presidente da República em 1989 e em 1998 e o grau de escolaridade dos assentados (%)

Escolaridade	Votação em 1989			Votação em 1998		
	Collor	Lula	Não Votou / Não Lembra	FHC	Lula	Não Votou / Não Lembra
Até a 5ª Série	52,6%	21%	26,4%	31,6%	36,8%	31,6%
6ª Série ou +	20%	60%	20%	20%	80%	-

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

Entre o grupo de assentados que abrange os sem escolaridade até a 5ª. série, Collor obteve 52,6% dos votos na eleição de 1989, enquanto 21% votou em Lula. Isso indica que esse grupo tem uma tendência ideológica moderada que fica acima da média geral dos trabalhadores rurais pesquisados (Quadro 29). Na eleição de 1998, houve uma pequena inversão, quando FHC conseguiu 31,6% dos votos, e Lula 36,8%. Nessa última eleição Lula teve uma votação um pouco acima da conseguida pelo seu adversário. Essa diferença, porém, fica muito abaixo da média (Quadro 30). Portanto, um grupo expressivo de assentados de menor escolaridade revela mudanças ideológicas em direção à postura progressista no decorrer desse período, praticamente chegando, na última eleição, a um equilíbrio entre as duas posturas ideológicas.

²¹⁴ Valdir Corrêa, *op. cit.*

De acordo com o Quadro 33, em relação ao grupo de assentados que cursou a 6ª. série ou mais, em 1989 Collor teve apenas 20% dos votos, e Lula ficou com 60%. Na eleição de 1998, essa diferença aumentou, quando FHC teve 20% e Lula 80% dos votos. Portanto, além dos mais novos, também os mais escolarizados se destacam quanto ao perfil político-ideológico de tendência progressista, de esquerda. Os assentados de baixa escolaridade possuem menos conhecimento e informações para o discernimento político-ideológico, são mais vulneráveis ou suscetíveis às influências da ideologia conservadora difundida pela classe dominante através dos “aparelhos ideológicos do Estado”. A demonstração de medo da população pobre em relação à mudança radical da sociedade é um dos resultados dessa ideologia e da organização social e política autoritária protagonizadas pela elite, revelando sua concretude na palavra da camponesa entrevistada de 58 anos, que cursou a 5ª. série, e votou em Collor e em FHC: “a gente tem *medo de ser comunista*. Todo mundo tem medo. A gente tem *medo de um regime diferente*, que não está acostumado”.²¹⁵

As *mulheres* apresentam um perfil político-ideológico de tendência moderada acima da média dos assentados. Isso é possível de ser observado, por exemplo, através do comportamento nas duas eleições presidenciais em questão, como mostra o Quadro.

Quadro 34: A relação entre a votação para Presidente da República em 1989 e em 1998 pelos assentados e a questão de gênero (%)

Gênero	Votação em 1989			Votação em 1998		
	Collor	Lula	Não Votou / Não Lembra	FHC	Lula	Não Votou / Não Lembra
Homens	40%	40%	20%	26,7%	60%	13,3%
Mulheres	55,6%	11,1%	33,3%	33,3%	22,2%	44,5%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

²¹⁵ Srª. Floriza Xavier do Prado. Assentada no Assentamento Zumbi dos Palmares.

Nas eleições de 1989, por exemplo, 55,6% das mulheres assentadas votou em Collor, sendo que 40% dos homens votou da mesma forma; apenas 11,1% das mulheres votou em Lula, contra 40% dos homens. Na última eleição presidencial (1998), essa tendência se manteve praticamente inalterada, quando FHC obteve 33,3% dos votos das mulheres, e Lula apenas 22,2%, enquanto 60% dos homens assentados votaram nesse candidato. Nessa última eleição presidencial, portanto, Lula recebeu das mulheres assentadas uma votação inferior à de FHC, ficando muito abaixo da média dos assentados. Lula, aliás, recebeu uma votação muito pequena das mulheres nas duas eleições em análise. Um dos grandes fatores socioculturais que está associado a essa postura política e ideológica é a ampla e profunda discriminação imposta às mulheres do mundo rural nas diferentes relações, níveis, esferas e instituições sociais: na família, no trabalho, no comércio, na religião, no lazer, nas organizações sociais, na política, no MST.²¹⁶

Uma outra variável social importante a ser considerada é o *sistema de produção coletivo ou semicoletivo* que um grupo está ou pretende adotar. Esse grupo é de um perfil mais jovem, pois a média de idade é de 34 anos, e possui um nível de escolaridade maior, sendo que 85,7% cursaram no mínimo a 4ª série. Quanto ao perfil político-ideológico, esses assentados se destacam pela sua postura progressista. São 57,1% os que têm preferência pelo PT, enquanto que os outros 42,9% não têm preferência partidária, ou seja, ninguém tem preferência por partidos políticos de centro-direita ou de direita. Nas eleições de 1989, Lula foi o candidato mais votado por esse grupo, conseguindo 42,8% dos votos, enquanto Collor teve 28,6%. Na última eleição presidencial, FHC não obteve votos, e Lula obteve 85,7% dos votos desse grupo. Diante desses dados é possível afirmar que a ideologia progressista é um fator que também está associado à

²¹⁶ As sociólogas Maria das Graças Ruas e Miriam Abramovay, em uma pesquisa de campo realizada em 102 assentamentos rurais, descobriram que persiste uma profunda discriminação em relação às mulheres nos assentamentos, mesmo que tenham um nível de escolaridade maior. “A mulher trabalha como o homem, mas é ele quem cuida do dinheiro, decide o que será plantado, faz as compras e participa das decisões tomadas pela comunidade”. (Jornal Folha de São Paulo, 26/10/2000).

opção por um sistema de produção agrícola alternativo, de cooperação ou coletivo, em sintonia com as propostas do MST.

Um outro aspecto que contribui para a análise do perfil político-ideológico é a *avaliação que esses trabalhadores fazem da atuação do governo estadual e do INCRA no processo de luta pela terra*. O Quadro a seguir mostra a avaliação desses órgãos governamentais por parte dos assentados.

Quadro 35: Avaliação do governo estadual e do INCRA pelos assentados

Avaliação do Governo Estadual e do INCRA	%
Muito bom	29,2%
Bom	16,6%
Fraco	4,2%
Ruim (Mérito do MST)	50%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

Na avaliação dos assentados, 45,8% atribui o conceito muito bom e bom à atuação dessas instituições do Estado. Esse contingente faz essa avaliação, em grande parte, por afinidade ideológica com o governo, pois se aproxima do número dos assentados que têm preferência por partidos políticos de centro-direita. O argumento principal adotado para justificar sua avaliação é o de que o governo estadual e o INCRA “demoraram, mas assentaram”, fato que comprovaria um certo interesse em atender aos trabalhadores sem-terra. Por outro lado, 50% avalia como ruim a atuação dessas instituições do Estado, atribuindo o mérito da conquista da terra à luta organizada desenvolvida pelo MST. O argumento básico é o de que o governo e o INCRA providenciaram terra para o assentamento por causa da pressão e da resistência desses trabalhadores do MST. Esse grupo compõe, basicamente, os trabalhadores com uma tendência ideológica progressista.

Ainda um outro aspecto a ser observado é quanto à posição em relação à desapropriação das grandes propriedades rurais, se defendem que essa política agrária deve atingir apenas as propriedades improdutivas ou também as produtivas. Entre os assentados, 69,2% é favorável à desapropriação apenas das fazendas improdutivas, e os outros 30,8% são favoráveis à desapropriação também das grandes fazendas produtivas. Esse dado revela que, além dos assentados de tendência moderada, entre os progressistas há uma parcela que defende a preservação das grandes propriedades rurais produtivas, independentemente de sua extensão.

É interessante estabelecer um paralelo entre o contingente de assentados com ideologia mais moderada e a parcela com ideologia mais progressista, visando levantar algumas diferenças de concepção social e política entre esses dois grupos no interior do MST. Como já foi exposto, os dois grandes motivos pelos quais os assentados continuam integrados no MST é a gratidão ao Movimento pela terra conquistada e a expectativa de conquistar recursos financeiros através dessa organização para desenvolver a produção. Quanto a essa questão, não há uma diferenciação considerável entre os dois grupos. Portanto, o grupo ideologicamente mais progressista prioriza da mesma forma em suas lutas os interesses específicos, imediatos, individuais, de curto prazo. Eles não chegam a associar ou incorporar em suas lutas – com certo destaque – objetivos políticos que contemplem a construção de um projeto de sociedade alternativa. A sua postura política e ideológica progressista não chega ao nível de incorporar em sua prática o anseio e o projeto da utopia socialista.

Uma diferença acentuada entre os dois grupos ocorre, no entanto, na visão que possuem sobre o MST, quando apontam os principais objetivos desse. Trata-se de uma situação em que a questão focalizada não são mais os próprios interesses, e, sim, o MST como tal, o que propicia uma visão mais independente, “desinteressada”. Para ilustrar melhor e estabelecer um paralelo, apresentam-se as respostas desses grupos nos dois quadros que seguem:

Quadro 36: Objetivos do MST
(grupo progressista)

Objetivos do MST (progressistas)	%
Luta pela terra	22,2%
Reforma agrária	55,6%
Transformação da sociedade	11,1%
Não sabem	11,1%

Quadro 37: Objetivos do MST
(grupo moderado)

Objetivos do MST (moderados)	%
Luta pela terra	44,5%
Reforma agrária	22,2%
Transformação da sociedade	11,1%
Não sabem	22,2%

Fonte: Pesquisa de campo junto a assentamentos do MST

A maioria do grupo mais progressista destaca a *reforma agrária* (55,6%) como sendo o principal objetivo do MST. É importante apresentar um outro dado. Esse grupo, quando aponta o que as lideranças do MST deveriam priorizar em suas lutas, 55,6% aponta para as necessidades dos assentamentos (interesses específicos, individuais), e a reforma agrária é ignorada. Porém, quando são levados a apontar os reais objetivos do MST, há uma exata inversão, cujo destaque é a reforma agrária, sendo que as necessidades dos assentamentos são ignorados. O grupo mais progressista se destaca em relação ao *conhecimento dos objetivos do MST*, pois a média dos assentados apontou para a luta pela terra como o principal objetivo do MST (41,6%), e não a reforma agrária. Portanto, ao mesmo tempo em que o grupo progressista enfatiza em suas lutas sociais os interesses específicos, inclusive querendo que fossem priorizados pelas lideranças, também se destaca ao enfatizar a reforma agrária como sendo o objetivo principal do MST.

Esses dados indicam para uma *clara divisão que está sendo delineada pelos assentados progressistas entre os interesses pessoais e os objetivos do MST*. É o grupo que mais aponta para a *dualidade de objetivos* (pessoais e Movimento) presentes no interior do MST, para o distanciamento ou diferenciação de objetivos, uma vez que se trata dos assentados que têm maior

conhecimento sobre as prioridades sociais e políticas que norteiam as lutas do MST. Mesmo entre o grupo de assentados mais progressistas, *o MST é fundamentalmente vinculado à luta pela reforma agrária, e não à construção de uma sociedade socialista*. É possível afirmar que os 11,1% dos assentados, que apontam para a transformação da sociedade como a prioridade do MST, constitui o contingente que tem como anseio e projeto a sociedade socialista.

Por sua vez, o grupo de assentados que tem uma tendência ideológica mais moderada demonstra um conhecimento mais limitado em relação ao MST do que o contingente progressista. Conforme o Quadro 37, esse grupo mais moderado aponta como principal objetivo do MST a *luta pela terra* (44,5%), e não a reforma agrária, que é mencionada por apenas 22,2%. Comparando os Quadros 36 e 37, *há praticamente uma inversão no apontamento dos principais objetivos do MST entre os dois grupos*. O distanciamento maior da ideologia do MST faz com que a parcela mais moderada não perceba, não conheça e/ou omita destacar os objetivos sociais e políticos mais amplos do Movimento no qual estão integrados.

Diante desses dados acima e outros aspectos já analisados, é possível afirmar que o grupo de tendências progressistas, como os assentados em geral, concebe o MST em dois níveis distintos, atribuindo-lhe funções sociais e políticas diferentes. Quando relacionado com os interesses de seus integrantes, o MST é concebido essencialmente como uma organização social corporativa, cujas prioridades são as demandas sociais da base constituída pelos trabalhadores sem-terra e assentados, as lutas em torno dos interesses imediatos e específicos. Por outro lado, quando se trata do MST em si ou enquanto Movimento/organização (não fazendo referência direta aos interesses da base), o mesmo é concebido predominantemente como uma organização, cuja finalidade social e política é a luta pela reforma agrária (luta pela terra para os moderados e a média dos assentados), e não tanto a luta política pela transformação estrutural da sociedade, pela implantação do socialismo. Os assentados em geral têm dificuldades para pensar a sociedade em

termos mais globais, ficando praticamente impossível esperar que tenham um projeto alternativo de sociedade, pelo qual desejem lutar. Portanto, ao classificar esse contingente de assentados dentro do espectro ideológico como tendo uma tendência progressista, isso precisa ser compreendido dentro das limitações que esses trabalhadores rurais apresentam e que foram descritas acima. O seu comportamento eleitoral e político-partidário não significa que tenham uma ideologia socialista, revolucionária, semelhante da utopia socialista das principais lideranças do MST.

A diferença político-ideológica entre os assentados e desses com as lideranças do MST fica bastante evidente com os dados apresentados. A divergência em relação aos objetivos sociais e políticos é um dos principais fatores dos conflitos internos nos assentamentos e a expressiva dissidência ocorrida na fase inicial, fato que já foi apontado neste trabalho. As lideranças dissidentes confirmam essa divergência em relação aos objetivos do MST. Segundo uma dessas lideranças:

“o Movimento vem com projetos de cooperativas agrícolas, vêm os projetos tipo o povo tem que sair dos assentamentos, da terra ali, ir prá praça fazer manifestação, ir prá Brasília e fazer isso... e encontros e encontros... Então, acho que não foi isso que o povo esperava, não era isso que o povo queria. O povo queria terra”.²¹⁷

Uma outra liderança dissidente é muito explícita, quando se refere à divergência ideológica dos assentados com o MST. Segundo essa liderança,

“nós não faz mais parte junto com eles, nas coisas que eles chamam prá ir lá pro INCRA, invadir o INCRA prá obter recurso... quando chama para este tipo de coisa. Não vou deixar nossas terras aqui, porque tem que plantar! (...)

Mas a gente não tem nada contra eles (sic). Só que a gente não segue a ideologia deles mais. Porque muita coisa a gente não segue (...). Em muitas coisa nós não segue a ideologia deles mais”.²¹⁸

²¹⁷ Liderança que não quer se identificar. Entrevista concedida em 28/08/1999.

²¹⁸ Luís Gomes Mello, *op. cit.*

A análise, sobretudo do comportamento eleitoral e político-partidário dos assentados, foi realizada a partir de aspectos que permitiam traçar o perfil político-ideológico desse grupo. Quase a metade desses trabalhadores apresenta uma tendência ideológica progressista e a outra parcela uma tendência ideológica moderada. Não foi detectado nenhum grupo com uma posição ideológica tipicamente conservadora ou reacionária. Também foi possível observar uma mudança ideológica para o campo da esquerda por parte de um contingente expressivo de assentados, resultado da sua prática social e política. Porém, o contingente com ideologia progressista também prioriza em suas lutas no MST os interesses específicos, imediatos, mesmo sabendo que esses não são os objetivos principais do Movimento. Mesmo tendo uma postura política progressista, essa precisa ser compreendida dentro das limitações políticas manifestadas por esse grupo, uma vez que esses assentados não manifestam um anseio explícito pela construção de um projeto de sociedade socialista, e nem atribuem essa função ao MST.

4.3.5. A distância político-ideológica entre os assentados e as lideranças do MST

Neste tópico, sistematiza-se a distância político-ideológica entre a base dos assentados e as lideranças do MST detectada com a pesquisa. Como os dados empíricos foram apresentados e analisados no decorrer deste capítulo, os mesmos não serão retomados à exaustão neste espaço. Através da incursão no mundo específico dos assentados do campo, a abordagem das motivações que os impulsionaram e impulsionam a lutar, a forma como a luta é entendida sob o aspecto social e político, a visão que possuem sobre o próprio MST etc. são aspectos que apontam para um significativo distanciamento político-ideológico no interior do MST entre a base dos assentados e as lideranças.

Um aspecto relevante que revela esse distanciamento são os projetos de organização do trabalho/produção agrícola nos assentamentos. São 87,5% das famílias que estão adotando o sistema de produção individual/associativo, enquanto a proposta do MST é a cooperação agrícola, em especial a coletivização completa. Mesmo assim, 29,2% dos assentados está adotando ou pretende adotar o sistema coletivo ou semicoletivo. 79,2% dos assentados que trabalham de forma individual/familiar – quase a totalidade – está organizada em Associações de Agricultores, constituindo-se no meio para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas em conjunto. São desenvolvidas várias outras experiências de cooperação no trabalho, de ajuda mútua entre vizinhos. Através dessas experiências, os assentados sinalizam em favor de formas de cooperação, porém desde que seja preservada a organização e a autonomia familiar no trabalho/produção. A resistência às propostas coletivistas das lideranças do MST é, ao mesmo tempo, a defesa da identidade sociocultural dos trabalhadores rurais, a construção de um modo de vida alicerçado na autonomia familiar e no conjunto de valores inerentes ao estilo de vida proporcionado pelas unidades agrícolas.

Uma outra proposta das lideranças do MST, que encontra resistências nos assentamentos é o sistema de moradia em forma de agrovilas ou núcleos de moradia. Dos sete assentamentos pesquisados, em quatro existem várias formas de nucleação das famílias, porém nem todas aderiram ao projeto. As lideranças visam com esse projeto facilitar o acesso das famílias à infraestrutura básica nos assentamentos, favorecer a organização dos assentados e proporcionar relações mais comunitárias, coletivas. A maioria dos assentados resiste à proposta de moradia do MST, uma vez que também se choca com a tradição e a cultura camponesa enraizadas nas unidades familiares, requerendo um certo distanciamento entre as unidades rurais para garantir o espaço familiar próprio de organização, de liberdade e de autonomia.

Uma outra diferença profunda entre os assentados e as lideranças do MST é quanto aos objetivos sociais e políticos motivadores de suas lutas. As lideranças do MST, além da luta pela terra e pela política agrícola para os assentamentos e para a agricultura familiar tradicional, têm como objetivos sociais e políticos uma ampla reforma agrária e a transformação socialista da sociedade. No entanto, a base dos assentados prioriza amplamente em suas lutas as necessidades e os interesses específicos, individuais, imediatos, de curto prazo, limitados à dimensão social dos assentamentos, principalmente no que se refere à necessidade de infra-estrutura e de recursos financeiros para desenvolver a produção agrícola. Apenas 37,5% dos assentados defende como prioridade a participação nas lutas que contemplam uma dimensão social e política mais ampla, ou seja, a luta pela terra, a reforma agrária e a transformação estrutural da sociedade, e apenas 20,9% dos assentados gostaria que essas fossem as prioridades das lideranças do MST. Essa centralização nas questões econômicas imediatas, em detrimento dos objetivos político-ideológicos mais amplos, é chamado pelas lideranças de “desvio economicista”. As lideranças querem e precisam que os assentados ampliem suas perspectivas de luta, que sejam também priorizadas as lutas políticas, a participação ativa em todas as ações do MST, uma vez que se trata de um Movimento de “massas” e que tem objetivos de longo prazo. Além do próprio trabalho agrícola limitar a disponibilidade de tempo, reduzindo o poder de mobilização, a grande maioria dos assentados tem dificuldades para pensar a sociedade em termos mais globais, e muito mais para construir um projeto de sociedade alternativa. Essas são questões que dificultam para os assentados o estabelecimento de uma possível articulação entre as lutas por demandas sociais específicas com as lutas políticas amplas em torno de transformações sociais, mesmo que centrados na questão agrária e agrícola. Em grandes traços, como afirma Martins, e cuja postura político-ideológica ou visão de mundo o MST busca revolucionar, os trabalhadores rurais em geral querem

“... uma entrada plena nos benefícios da sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, contraditoriamente, querem-no para preservar valores familiares e comunitários que o capitalismo tende a destruir”. (Martins, 2000: 141).

O próprio conhecimento acerca do MST quanto aos seus principais objetivos sociais e políticos é limitado, sendo que 41,6% dos assentados aponta a luta pela terra; 29,2% a luta pela reforma agrária; 16,7%, a transformação da sociedade e, curiosamente, ninguém apontou as demandas sociais dos assentamentos. Esses dados mostram que há uma grande heterogeneidade entre os assentados, e desses com as lideranças, sendo que apenas próximo da metade concebe o MST como um movimento ou organização que transcende a luta pela terra, ou seja, tendo como prioridade central principalmente a reforma agrária. Porém, a totalidade dos assentados revela que têm consciência e conhecimento de que os seus principais objetivos de luta (demandas circunscritas aos assentamentos) não são os objetivos prioritários das lideranças e do MST.

A postura político-ideológica dos assentados também é um aspecto que apresenta uma defasagem significativa em relação às lideranças. Analisando principalmente a preferência político-partidária, o comportamento eleitoral e a avaliação do governo estadual e do INCRA, é possível apontar, com relativa objetividade, as tendências ideológicas desses trabalhadores. Segundo a classificação adotada, dentro do espectro ideológico, aproximadamente 50% dos assentados apresenta uma tendência política e ideológica progressista e a outra parcela, uma tendência mais moderada, sendo que ninguém manifesta uma postura ideológica conservadora ou reacionária. O contingente de assentados de tendências progressistas, no entanto, não pode ser compreendido como sujeitos portadores de um projeto socialista, com uma ideologia revolucionária. Esses assentados de esquerda ficam distantes da ideologia radical, revolucionária, da utopia socialista das lideranças, bem como da linha político-ideológica do MST. Para se ter

uma idéia, 55,6% dos assentados de tendência progressista aponta a *reforma agrária* como sendo o principal objetivo do MST (na média dos assentados, o destaque é a luta pela terra), sendo que apenas 11,1% daquele grupo aponta a transformação da sociedade. Esses dados revelam que a quase totalidade dos assentados, inclusive os progressistas, atribuem como razão de ser do MST, no máximo, a luta pela reforma agrária, não o concebendo como um movimento social e político utópico, revolucionário, socialista.

*O distanciamento político-ideológico existente no interior do MST entre a base dos assentados e as lideranças se constitui em grande fator de desistência e dissidência. Dentro desse cenário de divergências, a coordenação centralizada e a disciplina rígida são procedimentos organizativos adotados para garantir a unidade e a coesão interna, sendo a unidade na luta considerada um “grande patrimônio político pelo MST”.*²¹⁹ Dentro do universo estudado, no período de acampamento, houve uma desistência de 59,7% das famílias, e, no período de assentamento, 51,5% das famílias estava rompida com o MST na época da pesquisa (dezembro/99), ocorrido principalmente na fase inicial. É importante lembrar que apenas foram entrevistados os assentados vinculados ao MST. Os assentamentos se constituem em espaços sociais muito dinâmicos, conflitivos, plurais, de resistência, de experiências inovadoras, porém tendo como objetivo comum a sua afirmação no campo e a vivência dos valores e princípios socioculturais inerentes à agricultura familiar.

Neste capítulo, foram apresentados e analisados os dados obtidos com a pesquisa de campo junto a assentados do MST, cuja metodologia foi explicitada no primeiro tópico. No

²¹⁹ Roseli Salete Caldart, *op. cit.*, p. 217.

segundo item, foram apresentados alguns traços do perfil social dos assentados, a sua migração para a região em busca de terra, a sua experiência rural, a sua exclusão social, a renovação do sonho de acesso à terra com o surgimento do MST. A pesquisa também revela o desejo presente entre os trabalhadores pela reconstrução da identidade sociocultural própria, o enraizamento no mundo rural enquanto pequenos produtores familiares e autônomos, o que leva a grande maioria a optar pelo sistema de trabalho/produção individual/associativo.

No terceiro tópico do capítulo, foram apresentadas as expectativas dos assentados em relação ao MST, os principais objetivos de suas lutas, que se concentram nos interesses específicos da produção agrícola, mesmo sabendo que esses não são os objetivos prioritários do MST. Mesmo tendo esse conhecimento, apenas próximo da metade concebe o MST como um movimento social e político que tem objetivos que transcendem a luta pela terra, ou seja, a reforma agrária, basicamente. A grande maioria atribui um grande valor à democracia, diretamente, bem como indiretamente, com a importância dada à luta direta através dos movimentos sociais. Revelam que o grande aprendizado social e político é a necessidade da organização e da luta dos pobres para a conquista dos seus direitos. Ao mesmo tempo, também atribui um valor significativo à política institucional, dando importância à participação na esfera política. Quanto ao perfil político-ideológico, os assentados compõem basicamente dois grupos: o contingente com tendência ideológica moderada e o com tendência progressista, sendo que esse grupo não atinge o nível da ideologia revolucionária, a luta em favor da utopia socialista. E, por fim, foi sistematizado o distanciamento político-ideológico existente no interior do MST, entre a base dos assentados e as lideranças, abordando, principalmente, as divergências quanto ao

sistema de produção agrícola e ao sistema de moradia nos assentamentos e a grande defasagem em relação às perspectivas políticas de longo prazo, a luta pela construção de uma sociedade alternativa, que se constitui em projeto essencialmente das lideranças do MST.

CONCLUSÃO

Os trabalhadores rurais têm marcado a história brasileira com seus movimentos sociais de resistência e de luta contra a dominação e a exploração e em favor do acesso à terra e às condições dignas de vida no campo. A política fundiária que predominou nos diferentes contextos históricos favoreceu a altíssima concentração das terras, o que limitou e mesmo impediu a ampla expansão das pequenas propriedades rurais. O processo de modernização capitalista conservadora da agricultura dos últimos 50 anos, protagonizado pelo capital industrial e financeiro e com a participação ativa do Estado, provocou a expropriação e a expulsão de grande parte da população trabalhadora do campo. A expansão da fronteira agrícola para o Mato Grosso, no caso em pauta, principalmente a partir da década de 1940, expandiu de forma ampliada e acelerada essa estrutura fundiária e a modernização agrícola conservadora, e se caracterizou como “aceleração temporal na fronteira”.

A grande explosão dos movimentos sociais populares urbanos e rurais no Brasil, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, foi um fator social e político relevante para acelerar o processo de democratização, para a implantação do regime democrático liberal e para a intensificação da inserção dos setores populares na política, principalmente a desenvolvida na esfera da sociedade civil. Os movimentos sociais se constituem em espaços públicos significativos para o exercício da cidadania através da democracia direta, para a manifestação pública e coletiva em torno das necessidades e direitos sociais que são sistematicamente negados aos setores populares.

Entre os vários movimentos sociais de luta pela terra existentes no campo, o MST é o que se destaca por causa de sua estrutura organizativa, estratégias de luta, poder político, linha político-ideológica, oposição sistemática ao governo e ao Estado, rede de apoio estabelecida com setores da sociedade, conquistas obtidas etc. Diante da diversidade de movimentos sociais no campo, sua constituição multifacetada, pluralista, o MST apresenta características próprias e certas novidades, cuja origem remonta ao período da luta contra o Estado ditatorial e em favor da democracia. Para os propósitos deste trabalho, os aspectos enfocados do MST foram a linha político-ideológica, a estrutura organizativa e o projeto educativo e formativo.

As lideranças do MST têm como utopia político-ideológica o projeto socialista, e dentro desse horizonte é organizado e conduzido o Movimento. Na luta pela terra, o grande objetivo, a longo prazo, é a transformação estrutural da sociedade, quando seria contemplada a reforma agrária, perspectiva política e ideológica que perpassa toda a organização do MST. A complexa estrutura organizativa do MST é descentralizada, composta por direções e coordenações, instâncias, setores, encontros e congressos. Porém, o poder das decisões está centralizado na Coordenação e na Direção Nacional, e as decisões aí tomadas são acatadas nas instâncias estaduais e regionais. Uma vez que se trata de um movimento de “massas”, a coesão interna é garantida através da fidelidade às decisões tomadas e da disciplina rígida. Mesmo sob a coordenação centrada nas lideranças regionais e locais, os trabalhadores acampados e assentados são intensamente envolvidos na organização e nas lutas sociais, pois isso faz parte da pedagogia de formação política. Constitui-se em objetivo a formação política dos trabalhadores, a sua transformação em cidadãos com ideologia de esquerda, em participantes ativos das lutas do MST. A educação escolar, os cursos de formação, as propostas de organização dos assentamentos, as estratégias de luta e outros aspectos da organização estão direcionados para esta formação e engajamento político.

O objetivo central deste trabalho foi analisar como os assentados do MST se posicionam diante de certas questões sociais, políticas e ideológicas que norteiam as lutas do Movimento no qual estão integrados. Para tanto foi desenvolvida uma pesquisa de campo junto aos assentados de sete assentamentos que contemplou apenas as famílias vinculadas ao MST.

São características do perfil social desses assentados suas raízes rurais, mesmo que nunca tenham sido proprietários de terra, a dura realidade social vivida em relação às condições de trabalho no meio rural, o processo de expulsão do campo e de exclusão do trabalho no mundo urbano. A sua migração no período de expansão da fronteira agrícola para a região sudeste de Mato Grosso foi motivada pelo sonho de acesso à terra para o desenvolvimento da agricultura familiar, sonho este que está sendo renovado, atualmente, pelos movimentos sociais de luta pela terra, como o MST.

As principais motivações para o ingresso dos trabalhadores sem-terra no MST são o anseio de conquistar um pedaço de terra para desenvolver a agricultura familiar e para escapar do fantasma do desemprego e da exclusão social. Na condição de assentados, a sua permanência no MST é motivada principalmente pelo sentimento de gratidão pela terra conquistada e pela esperança de conquistar os recursos financeiros necessários para desenvolver a produção agrícola. Para a maioria dos assentados, o objetivo prioritário em suas lutas são os interesses específicos, imediatos, as necessidades circunscritas no espaço social dos assentamentos, principalmente infra-estrutura e condições materiais para desenvolver a agricultura. Aproximadamente 15% dos assentados apontam a luta pela terra como questão prioritária, e apenas em torno de 20% dos assentados priorizam em suas lutas o projeto social que abrange a reforma agrária e a transformação estrutural da sociedade. A expectativa principal dos assentados em relação ao MST é a luta organizada para conquistar a terra e se fixar no campo e desta forma

construir seu projeto de vida, sua identidade sociocultural enquanto produtores agrícolas familiares e autônomos.

Os assentados têm consciência e conhecimento de que seus principais objetivos não estão entre as prioridades sociais e políticas das lideranças e do MST como organização. Mesmo assim este conhecimento é limitado, uma vez que o objetivo mais apontado é a luta pela terra e, em segundo plano, aparecem a reforma agrária e a transformação da sociedade. A grande maioria dos assentados demonstra dificuldade para pensar a sociedade em termos mais globais e mais ainda para priorizar entre seus objetivos de luta um projeto político alternativo de sociedade.

Analisando especificamente o seu perfil político e ideológico, tendo como referência, principalmente, a preferência partidária e seu comportamento eleitoral, os assentados relevam basicamente duas tendências ideológicas: moderada e progressista; não manifestaram nenhuma postura ideológica tipicamente conservadora. A tendência ideológica progressista precisa ser diferenciada da ideologia revolucionária, pois os assentados não chegam ao nível em que possam ser chamados de socialistas, mas apenas revelam uma postura ideológica favorável ao projeto político de esquerda. A utopia socialista é a ideologia quase exclusiva das lideranças do MST. Aliás, a cara do MST é fundamentalmente a cara das suas principais lideranças, e não da sua base. Portanto, diante das questões sociais e políticas que os assentados e as lideranças colocam como centrais em suas lutas no MST, fica claro que há um significativo distanciamento entre os dois grupos no interior do Movimento. Além da heterogeneidade entre os assentados, há uma grande defasagem político-ideológica entre estes e as lideranças do MST.

Uma face desse distanciamento que é muito visível é a resistência da maioria dos assentados em aderir ao projeto de produção agrícola coletiva e ao sistema de moradias em forma de agrovilas ou núcleos de moradia defendido pelo MST. A principal causa dessa resistência dos assentados a essas propostas inovadoras está na defesa da tradição, da cultura camponesa secular,

alicerçada nas unidades rurais estruturadas na família e no anseio de autonomia no processo de trabalho.²²⁰ Essa situação origina uma série de divergências, de conflitos internos que, associados às dificuldades inerentes a esse tipo de luta, ocasionaram uma expressiva desistência no período de acampamento e o rompimento com o MST no período de assentamento. Essa ruptura aconteceu principalmente logo após o assentamento, quando os trabalhadores discordantes do MST já haviam conquistado o lote de terra.

Os dados da pesquisa revelam que também há uma significativa heterogeneidade entre os assentados quanto aos objetivos e formas de se posicionar diante das questões sociais e políticas. Variáveis sociais como o grau de escolaridade, a faixa etária, a experiência organizativa e, em alguns casos, o gênero são aspectos que estão associados à diversidade de visões e de posturas apresentada pelos assentados.

Estes revelaram que o exercício da cidadania, a luta organizada no MST pela conquista do direito à terra e à vida digna no campo estão proporcionando condições para o processo de reelaboração dos seus princípios e valores culturais e o desenvolvimento de uma nova visão política e ideológica. Uma expressiva maioria defende a democracia como regime fundamental para a transformação da sociedade. Este é outro aspecto que destoa das lideranças, pois estas têm uma visão muito mais instrumentalista da democracia. O grande aprendizado social e político adquirido e apontado pelos assentados é a importância e a necessidade da luta organizada dos pobres e excluídos através dos movimentos sociais. Com isso, eles apontam, implicitamente, para a importância da democracia direta, para o fortalecimento da sociedade civil. Ao mesmo tempo,

²²⁰ Segundo Octavio Ianni, “A reivindicação principal do campesinato é a posse e o uso da *terra*. Luta para preservar, conquistar ou reconquistar o seu *objeto e meio básico do trabalho e vida* (...).

Mas o movimento social camponês *não se limita à luta pela terra*. Mesmo quando essa é a reivindicação principal, ele compreende outros ingredientes (...). Pode-se dizer que a luta pela terra é sempre, ao mesmo tempo, uma luta pela preservação, conquista ou reconquista de um *modo de vida e trabalho*. Todo um *conjunto de valores culturais* entra em linha de conta, como componentes de um *modo de ser e viver*”. (IANNI, Octavio, *op. cit.*, p. 181-182, grifos meus).

manifestam interesse pela política institucional, pela democracia representativa, demonstrado na importância que atribuem à participação nas eleições e no alto índice dos que têm preferência por partidos políticos. Uma outra demonstração de como se renova a visão política e ideológica é o expressivo contingente de assentados que aderiu à ideologia progressista no decorrer da década de 1990. A título de ilustração, verifica-se que, na eleição presidencial de 1998, enquanto FHC obteve 73,1% dos votos da população de Mato Grosso, entre os assentados obteve apenas 29,2%; enquanto Lula obteve da população mato-grossense apenas 16,5%, entre os assentados conquistou 45,8% dos votos. Os assentados se diferenciam de forma expressiva da população de Mato Grosso, o que não acontecera na eleição de 1989, quando a maioria dessas pessoas votou em Collor, quando ainda não haviam ingressado no MST. Mesmo distantes da formação e do perfil político-ideológico revolucionário das lideranças do MST, dentro das condições históricas socioculturais e políticas dos trabalhadores do campo, os assentados desenvolveram, até o momento, o “máximo de consciência possível” (Goldmann, 1986).²²¹

O MST se constitui em ator social e político muito significativo na luta pela terra, pela política agrícola para os pequenos produtores e pela reforma agrária, principalmente no que se refere às questões estruturais e às relações sociais e políticas autoritárias, conservadoras e de exploração que marcam o mundo rural. O MST também é importante porque se constitui em espaço organizado e público através do qual os trabalhadores praticam a cidadania, lutam pelos direitos e emergem como novos sujeitos sociais e políticos. Através da luta organizada pelo acesso à terra e pela construção da identidade sociocultural enquanto agricultores familiares e autônomos e sob a influência político-ideológica do MST, dentro de um processo lento e

²²¹ José de Souza Martins afirma: “Sua visão de mundo se funda na sua própria *experiência de mundo*. Esse é o seu *limite* e o seu *possível* (...)”. (MARTINS, José de Souza, *op. cit.*, p. 49, grifos meus).

conflitivo, esses trabalhadores do campo entram no palco da História na qualidade de sujeitos políticos ativos na construção de uma sociedade alicerçada na justiça e na igualdade.

Os resultados deste estudo, mesmo que não possam ser generalizados, aplicados aos diferentes contextos sociais do mundo rural brasileiro, já que se trata de um estudo de caso, têm como intuito principal contribuir para a reflexão e o conhecimento acerca dos interesses sociais e da concepção política e ideológica desses sujeitos do campo que protagonizam a luta organizada e coletiva pelo acesso à terra e às condições dignas de vida, bem como desenvolvem a luta pela reforma agrária, exercendo a cidadania através do MST.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.
- _____. “Reforma agrária, desenvolvimento capitalista e democracia”. In: LEAL, Laurindo (Coord.). *Reforma Agrária da Nova República: Contradições e alternativas*. 2ª. ed., São Paulo: Cortez/EDUC, 1986, pp. 13-18.
- _____. “O mundo desencantado dos assentamentos”. In: MEDEIROS, Leonilde Servola *et alii*. (Orgs.). *Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994, pp. 313 - 320.
- AGUIAR, Tereza Coni. *Urbanização em Mato Grosso. Um Exemplo: Rondonópolis*. Rio de Janeiro, 1980. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Instituto de Geociências, UFRJ, mimeo.
- ALVAREZ, Sonia E. & DAGNINO, Evelina. “Para além da ‘democracia realmente existente’: Movimentos sociais, a nova cidadania e a configuração de espaços públicos alternativos”. Campinas-SP, 1995, mimeo., pp. 1 - 63.
- BERGAMASCO, Sonia Maria P. Pereira *et alii*. “Assentamentos de trabalhadores rurais em São Paulo: A roda-viva de seu passado/presente”. *Revista Ciências Sociais Hoje – ANPOCS*. São Paulo: Vértice, 1990, pp. 253 - 278.
- BOSCHI, Renato Raul. *A Arte da Associação: Política de base e democracia no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/Instituto Universitário de Pesquisas, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas-SP: Papirus, 1996.
- BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra: A nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense universitária, UFRRJ, 1997.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A Política dos Outros – O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CALDERÓN, Fernando & JELIN, Elizabeth. “Classes sociais e movimentos sociais na América Latina: Perspectivas e realidades”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais – ANPOCS*, São Paulo, v. 2, n. 5, 1987, pp. 67 - 85.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. “Movimentos sociais urbanos: Balanço crítico”. São Paulo, 1983, mimeo., pp. 1 - 31.
- CHAUÍ, Marilena. “Raízes teológicas do populismo no Brasil: Teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados”. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 19 - 30.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. São Paulo, 1981. Tese de Doutorado. USP, mimeo.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como Valor Universal: Notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

- COSTA, Sérgio. "Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa" (sic). São Paulo, 1994, Revista Novos Estudos CEBRAP, n. 38, pp. 38-52.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Política e Ideologia en el Movimiento Campesino Colombiano: El caso de la ANUC (Asociación Nacional de usuarios Campesinos)*. Genebra: UNRISD e CINEP, 1987.
- DAGNINO, Evelina. "Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania". In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 103 -115.
- _____. "Cultura democrática e cidadania". Campinas-SP. Revista Opinião Pública, CESOP/UNICAMP, v. V, n. 1, novembro/98, pp. 11-43.
- DOIMO, Ana Maria. *A Vez e a Voz do Popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.
- _____. *et alii*. "Os novos movimentos sociais: Teoria e prática". Revista Ciências Sociais Hoje – ANPOCS. São Paulo: Cortez, 1986, pp. 8 - 36.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. "Movimentos sociais: A construção da cidadania". Revista Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 10, 1984, pp. 24-30.
- ESTERCI, Neide. "Roças comunitárias: projetos de transformação e formas de luta". In: ESTERCI, Neide (Org.). *Cooperativismo e Coletivização no Campo: Questões sobre a prática da "Igreja Popular" no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*. 2ª ed., Porto Alegre/São Paulo: Globo/USP, 1975.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: Formação e Territorialização*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- FERRANTE, Vera Lúcia Botta. "Diretrizes políticas dos mediadores: Reflexões de pesquisas". In: MEDEIROS, Leonilde Servola *et alii* (Orgs.). *Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994, pp. 127-144.
- FERREIRA, Eudson de Castro. *Posse e Propriedade: A luta pela terra em Mato Grosso*. Dissertação de Mestrado. IFCH/UNICAMP, Campinas-SP, 1984, mimeo.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany. *Agentes Religiosos e Camponeses Sem Terra no Sul do Brasil: Quadro de interpretação sociológica*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia: O que é a Sociologia?* 10ª ed., São Paulo: DIFEL, 1986.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis-RJ: FASE/Vozes, 1987.
- GUARESCHI, Pedrinho A. *Sociologia da Prática Social*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- IANNI, Octávio. "A utopia camponesa". São Paulo: Cortez. Revista Ciências Sociais Hoje. ANPOCS, 1986, pp. 172-185.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: O município e o regime representativo no Brasil*. 6ª ed., São Paulo: Alfa Ômega, 1975.
- LÊNIN, V. I. *Que Fazer?* São Paulo: HUCITEC, 1979.
- LECHNER, Norbert. *Los Patios Interiores de la Democracia: Subjetividad y política*. Chile: Fondo de Cultura Economica, 1990.
- LEITE, José Carlos. *Resistência e Transformação do Campesinato no Sudoeste Mato-Grossense: Aspectos educativos da luta pela terra. O caso do assentamento*

- Mirassolzinho – Jauru/MT. Cuiabá, 1993. Dissertação de Mestrado. Instituto de Educação/UFMT, mimeo.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. *Expropriação & Violência: A questão política no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- _____. *Os Camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981.
- _____. *Não há Terra para Plantar neste Verão: O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.
- _____. *Caminhada no Chão da Noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- _____. *Reforma Agrária: O impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- _____. “Trabalhadores Rurais, Agricultura Familiar e Organização Sindical”. *Revista São Paulo em Perspectiva*, Fundação SEADE, São Paulo, v. 11, n. 2, abr-jun/1997, pp. 65-72.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: A formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. “Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994”. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90: Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 151-172.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UnB, 1982, (Coleção Pensamento Político, 53).
- MONTEIRO, Cleidaizy Maria Abreu. *Reforma Agrária em Região de Latifúndio: Sucesso ou Fracasso. Estudo do caso do assentamento da Gleba Rio Vermelho – Rondonópolis-MT*. Rondonópolis-MT, 1995. Monografia de Especialização. Geografia/ICEM/CUR/UFMT, mimeo.
- MORENO, Gislaene. *Os (des)Caminhos da Apropriação Capitalista da Terra em Mato Grosso*. São Paulo, 1993. Tese de Doutorado. GEO/FFLCH/USP, mimeo.
- MOURA, Carmem Lúcia Senra Itaborahi de. “Homens Sem Terra para Terras Sem Homens”: Os posseiros da Gleba Cascata - Rondonópolis-MT, 1975-1985. São Paulo, 1992. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, mimeo.
- NASCIMENTO, Flávio Antônio da Silva. *Aceleração Temporal na Fronteira: Estudo do Caso de Rondonópolis-MT*. São Paulo, 1997. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, mimeo.
- NAVARRO, Zander. “Democracia, cidadania e representação: Os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990”. In: NAVARRO, Zander (Org.). *Política, Protesto e Cidadania no Campo: As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1996, pp. 62-105.
- _____. “Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária”. São Paulo, 1997. *Revista São Paulo em Perspectiva*, Fundação SEADE, v. 11, n. 2, abr-jun/97, pp. 86-93.

- OLIVEIRA, Kênia de Lima Gomes. *Introdução à Questão da Escravidão por Dívidas em Rondonópolis-MT (1960-1980)*. Rondonópolis-MT, 1999. Monografia de Especialização. História/ICHS/CUR/UFMT. Mimeo.
- PALMEIRA, Moacir. “Modernização, Estado e questão agrária”. São Paulo, 1989. *Revista Estudos Avançados, USP*, v. 3, n. 7, setembro/dezembro, pp. 87 - 108.
- _____. “Burocracia, política e reforma agrária”. In: MEDEIROS, Leonilde Servola *et alii*. (Orgs.). *Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994, pp. 49 – 65.
- PAOLI, Maria Célia. “Movimentos sociais no Brasil: Em busca de um estatuto político”. In: HELLMANN, Michaela (Org.). *Movimentos Sociais e Democracia no Brasil: “Sem a gente não tem jeito”*. São Paulo: Marco Zero/ILDEFES/Labor, 1995.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. “O Estado de Direito e os Não-Privilegiados na América Latina”. In: MÉNDEZ, Juan E. *et alii*. (Orgs.). *Democracia, Violência e Injustiça: O Não-Estado de Direito na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, pp. 11-29.
- PINTO, José Madureira. *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de teoria e de pesquisa empírica*. Lisboa: Afrontamento, 1985.
- ROMANO, Jorge Osvaldo. “Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos”. In: MEDEIROS, Leonilde Servola (Org.). *Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, 1994, pp. 249-258.
- SALES, Teresa. “Raízes da desigualdade social na cultura brasileira”. São Paulo, 1994. *Revista de Ciências Sociais, ANPOCS*, n. 25, ano 9, junho de 1994, pp. 26 - 51.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do Vinho – Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. 2ª. ed., São Paulo: HUCITEC, 1984.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. “Los trabajadores rurales en el sur de Brasil y la democratización de la sociedad”. *Revista Mexicana de Sociología*. Ano L, v. L, n. 1, jan-mar/1988, pp. 243-258.
- SHANIN, Teodor. “A definição de camponês: conceituações e desconceituações – O velho e o novo em uma discussão marxista”. In: HUMPHREY, John *et alii*. (Orgs.). *Trabalho e Dominação*. Petrópolis-RJ: Vozes. Estudos CEBRAP, 1980, pp. 41-80.
- SILVA, José Graziano da. *A Modernização Dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SILVA, Lígia Osorio. *Terras Devolutas e Latifúndio: Efeito da lei de 1850*. Campinas-SP: UNICAMP, 1996.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Campesinato: Ideologia e política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SORJ, Bernardo. “Reforma agrária em tempos de democracia e globalização”. São Paulo, 1998. *Revista Novos Estudos – CEBRAP*, n. 50, pp. 23-40.
- SOUZA, Maria Antônia de. “Lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema: Memória de uma trajetória”. Campinas-SP, 1996. *Revista Cidadania/Textos*, n. 7, UNICAMP, FE/GEMDEC.

- STEDILE, João Pedro & FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- STEDILE, João Pedro. *A Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1996.
- _____. “A questão agrária e o socialismo”. In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária Hoje*. 2ª. ed., Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- _____. “O MST e a questão agrária”. São Paulo, 1997. Revista Estudos Avançados, USP, v. 11, n. 31, pp. 69-97. Entrevista.
- _____. “João sem terra”. São Paulo, 1996. Revista Atenção, ano 2, n. 6, pp. 7-13. Entrevista.
- _____. São Paulo, 1997. Revista Caros Amigos, ano 1, n. 8, pp. 26-33. Entrevista.
- _____. São Paulo: Xamã. Revista Crítica Marxista, v. 1, n. 5, 1997, pp. 81-95. Entrevista.
- STRAPAZZON, João Paulo Lajus. “... E o Verbo se Fêz Terra”: Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (SC) 1980-1990. Florianópolis-SC, 1996. Tese de Mestrado. Mimeo.
- SUZUKI, Júlio César. De Povoado a Cidade: A transição do rural ao urbano em Rondonópolis. São Paulo, 1996. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP. Mimeo.
- TELLES, Vera da Silva. “Sociedade civil, direitos e espaços públicos”. São Paulo, 1994. Revista Pólis, n. 14, pp. 43-53.
- _____. “Sociedade civil e a construção de espaços públicos”. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90: Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 91-102.
- TORRENS, João Carlos Sampaio. “O processo de construção das linhas políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo *et alii*. (Orgs.). *Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994, pp. 145-156.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. “O trabalho engrupado na organização do Divino Pai Eterno”. In: ESTERCI, Neide (Org.). *Cooperativismo e Coletivização no Campo: Questões sobre a prática da “Igreja Popular” no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984, pp. 137-159.
- WEFFORT, Francisco C. *Por Que Democracia?* 2ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Qual Democracia?* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- WOORTMANN, Ellen F. & WOORTMANN, Klaas. *O Trabalho da Terra: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UnB, 1997.
- ZIMMERMANN, Neusa de Castro. “Os desafios da organização interna de um assentamento rural”. In: MEDEIROS, Leonilde Servola *et alii*. (Orgs.). *Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994, pp. 205-224.

JORNAIS E REVISTAS

Jornal Folha de São Paulo
Jornal Estado de São Paulo
Jornal Diário de Cuiabá
Jornal A Gazeta de Cuiabá
Jornal local A Tribuna
Revista Veja
Revista Isto É

DOCUMENTOS DO MST

- 1- “A necessidade da reforma agrária”. *In*: Projeto Alternativo para o Brasil. Direção Nacional – MST. São Paulo: 1997. (Preparação do 9º Encontro Nacional).
- 2- Programa de Reforma Agrária. MST, Caderno de Formação Nº. 23, São Paulo: 1995.
- 3- Sistema Cooperativista dos Assentados. MST, Caderno de Cooperação Agrícola Nº. 5, São Paulo: 1997.
- 4- Princípios da Educação no MST. MST, Caderno de Educação Nº. 8, Porto Alegre: 1996.
- 5- O Que Queremos com as Escolas dos Assentamentos. 2ª ed., MST, Caderno de Formação Nº. 18, São Paulo:1993.
- 6- BOGO, Ademar. A Reforma Agrária e a Sociedade Brasileira. MST, Salvador-BA: 1995, mimeo.
- 7- _____. Novo Ascenso na Organização da Cooperação. MST, Salvador-BA: abril/1999, mimeo.
- 8- CARVALHO, Horácio Martins de. “As contradições internas no esforço de cooperação nos assentamentos de reforma agrária do MST (período 1989-1999)”. *In*:

- A Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999). Caderno de Cooperação Agrícola – MST, Nº. 08, São Paulo: 1999.
- 9- SAMPAIO, Plínio de Arruda. “Diretrizes para o projeto nacional”. *In*: Projeto Alternativo para o Brasil. Direção Nacional – MST, São Paulo: 1997. (Preparação do 9º Encontro Nacional).
- 10- STÉDILE, João Pedro. “O modelo de desenvolvimento das elites. As conseqüências para a agricultura”. *In*: Projeto Alternativo para o Brasil. Direção Nacional – MST, São Paulo: 1997.
- 11- A Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999). Caderno de Cooperação Agrícola Nº. 08 – MST, São Paulo: 1999.
- 12- Enfrentar os Desafios da Organização nos Assentamentos. Caderno de Cooperação Agrícola Nº. 07 – MST, São Paulo: 1998.
- 13- Revista Sem Terra – MST. Ano 1, n. 3, jan/fev/mar 98.
- 14- Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ENTREVISTAS COM LIDERANÇAS LOCAIS DO MST

Antônio Gonçalves Vicente (Tati). Membro da Coordenação do Setor de Produção do MST e Professor da UFMT/Campus de Rondonópolis. Entrevista concedida em 22/09/1999.

Antônio “Cascata”. Assentado e presidente de Associação de Agricultores no Assentamento Rose Beltram. Entrevista concedida em 04/12/1999.

Sr^a. Cida. Assentada, membro da Coordenação do Assentamento Zumbi dos Palmares e membro da Coordenação Estadual do MST. Entrevista concedida em 18/12/1999.

Jurandir. Assentado e presidente da Associação de Agricultores de um grupo dissidente do Assentamento Rose Beltram. Entrevista concedida em 04/12/1999.

José de Oliveira. Assentado e membro da Coordenação do Assentamento 28 de Outubro. Entrevista concedida em 26/12/1999.

Luís Gomes Mello. Assentado e presidente da Associação de Agricultores de um grupo dissidente do Assentamento 14 de Agosto. Entrevista concedida em 20/12/1999.

Manoel Messias da Silva. Assentado, membro da Coordenação do Assentamento 14 de Agosto e membro da Direção Estadual do MST. Entrevista concedida em 19/12/1999.

Manoel Rodrigues Farias (Manezinho). Assentado e presidente de Associação de Agricultores de um grupo dissidente do Assentamento Geraldo Pereira de Andrade. Entrevista concedida em 11/12/1999.

Sr. Miguel. Assentado, presidente de Associação de Agricultores do Assentamento Geraldo Pereira de Andrade e membro da Coordenação Estadual do MST. Entrevista concedida em 11/12/1999.

Valdir Corrêa. Assentado, membro da Coordenação do Assentamento Chico Mendes e membro da Direção Estadual do MST. Entrevista concedida em 02/01/2000.

Valdomiro França. Assentado e liderança do Assentamento dissidente Santa Luzia (Fazenda Pioneira). Entrevista concedida em 04/09/1999.

A N E X O

QUESTIONÁRIO

- 1 – Nome do Assentamento: _____ 2 – Município: _____
- 3 – Idade: ____ 4 – Sexo: ____ 5 – Estado Civil: _____ 6 – Nº. Filhos: ____
- 7 – Município Natal: _____ 8 – Infância: () Campo ou () Cidade
- 9 – Residência anterior à Ocupação: () Campo ou () Cidade
- 10 – Profissão anterior à Ocupação: _____ 11 – Escolaridade: ____
- 12 – Nº. de Anos em que morou no Campo: _____ e na Cidade: _____
- 13 – Tradição de Trabalho dos Pais: Rural, Urbana ou os Dois: _____
- 14 – Seu Sistema de Produção Atual no Assentamento: _____

1- Quais são os diferentes lugares no campo e na(s) cidade(s), onde você já morou desde a infância, antes de participar da ocupação da Fazenda Aliança?

.....

.....

2- Você ou sua família já foi proprietário, posseiro, arrendatário, meeiro de alguma terra? Caso sim, por que desistiu?

.....

.....

3- Você participou de alguma outra entidade(s), organização(s), movimento(s) antes de ingressar no MST? Sim Não

Caso sim, você exercia algum papel de liderança?

.....

.....

4- Quais os motivos que levaram você a participar da ocupação da Fazenda Aliança e, conseqüentemente, a ingressar no MST?

.....
.....

5- O que pesou mais na decisão de participar da ocupação: a) o desejo de morar e trabalhar no campo; ou b) as dificuldades encontradas na cidade? Por quê?

.....
.....

6- Para você, é melhor viver no campo do que na cidade? Por quê?

.....
.....

7- O que você mais valoriza no campo, como trabalhador(a) rural em sua terra? Quais são os seus sonhos com esse modo de vida?

.....
.....

8- Qual é o significado, a importância, o valor que a terra conquistada representa para você?

.....
.....

9- Você gostaria ou pretende trabalhar em um sistema com técnicas modernas, procurando aumentar a produção para vendê-la, ou você prefere plantar e criar de tudo o que a família necessita para viver, dentro de um sistema mais antigo, sem o interesse principal em vender os produtos no comércio?

.....
.....

10- Diante dos diferentes projetos de produção, de cooperação que estão em discussão no MST (individual, semicoletivo, associação, coletivo, etc.), qual a forma que você prefere adotar para trabalhar a terra? Por quê?

.....
.....

11- Na sua opinião, por que muitos companheiros de vocês que participaram da ocupação desistiram da luta?

.....
.....

12- Na sua avaliação, você aprendeu muita coisa graças à participação e à luta no MST? O que você destaca?

.....
.....

13- Quais são os motivos que fazem com que você continue integrado ao MST?

.....
.....

14- Você acha que o MST pode contribuir para a sua vida? Em quê?

.....
.....

15- Quais são as principais lutas em que assentados devem se envolver, participar?

.....
.....

16- Como é a participação dos acampados e dos assentados nas discussões e nas decisões que são tomadas no MST?

.....
.....
17- Você acha que os acampados e os assentados deveriam participar mais das decisões que são tomadas no MST? Ou você acha que do jeito que as pessoas participam está bem?

.....
.....
18- Você acha que os acampados e os assentados têm vontade e interesse em participar das lutas do MST? Por quê?

.....
.....
19- Você acha que as lideranças do MST sabem o que os assentados querem do movimento, ou o tipo de reforma agrária que vocês preferem?

.....
.....
20- Na sua opinião, quais devem ser as principais funções das lideranças nos diferentes níveis de organização no interior do MST (coordenações regionais, estaduais, nacional e nos setores)?

.....
.....
21- Na sua observação, qual é o principal objetivo das lideranças nacionais e estaduais do MST em suas lutas?

.....
.....
22- Você sabe quais são os principais objetivos de luta do MST?

.....

 23- Na sua visão, quais deveriam ser os objetivos de luta do MST?

.....
 24- Você acha que a democracia é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária? Ou a saída é a Ditadura? Por quê?

.....
 25- Você pensa que é importante o direito de votar, de participar das eleições, de escolher os nossos representantes na política? Por quê?

.....
 26- Na eleição do segundo turno do ano de 1989, como você votou para presidente da República?

- Collor Lula Em Branco/Abstenção/Nulo
 Não tinha idade para votar Não lembra mais
 Outra: _____

27- Em que candidato você votou nas eleições do ano passado para presidente da República (1998)?

- FHC (PSDB) Lula (PT) Ciro Gomes (PPS)
 Enéas (PRONA) Outro (anotar): _____ Branco/Nulo
 Não votou Não lembra

28- Nas eleições do ano de 1998, o MST de Mato Grosso apoiou e indicou candidatos nos quais a base deveria votar. Diante dessa orientação, como você votou?

.....

29- Qual foi o mérito do governo do Estado de Mato Grosso, Dante de Oliveira, e do INCRA na vitória obtida com a conquista desta terra?

.....

30- Qual é o seu partido político de preferência?

PMDB PSDB PDT PL PMN PT PTB PSB
 PSC PV PPS PFL PPB PRN Nenhum/não tem
 Não sabe Referência de nomes de políticos: _____

31- O que você acha que precisa ser feito pelos trabalhadores do campo e da cidade para construir uma sociedade mais justa, com menos pobreza? Ou você não tem esperança de dias melhores para a população brasileira em geral?

.....

32- Em que o MST pode contribuir para o país?

.....

33- Você se interessa por política? Por quê?

.....

34- Qual é a proposta de reforma agrária que você defende?

.....

35- Diante do sofrimento, das enormes dificuldades pelas quais estão passando os trabalhadores sem terra no campo e os desempregados nas cidades, o que você gostaria de dizer para eles?

.....
.....
